VIVÊNCIAS DA ÁREA DE DOCUMENTAÇÃO DO IPHAN

Vol.2

Organizadores
Raphael Bahia do Carmo
Cejane Pacini Leal Muniz
Jackson Raymundo

IPHAN

VIVÊNCIAS DA ÁREA DE DOCUMENTAÇÃO DO IPHAN

Vol.2

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRA DA CULTURA
Margareth Menezes da Purificação

PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Deyvesson Israel Alves Gusmão

DIRETORIA DO IPHAN
Adriana Fátima Bortoli Araújo
Cejane Pacini Leal Muniz
Daniel Borges Sombra
Elisa Machado Taveira
Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO, FOMENTO E EDUCAÇÃO
Cejane Pacini Leal Muniz

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO
Raphael Bahia do Carmo

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES DO PATRIMÔNIO
Luciana Jobim Navarro

SERVIÇO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
rnld Nogueira

VIVÊNCIAS DA ÁREA DE DOCUMENTAÇÃO DO IPHAN

Vol.2

Organizadores
Raphael Bahia do Carmo
Cejane Pacini Leal Muniz
Jackson Raymundo

Brasília-DF
Iphan, 2026

EQUIPE TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO
Raphael Bahia do Carmo
Cejane Pacini Leal Muniz
Jackson Raymundo

PROJETO GRÁFICO
Flávio Endi Altoé Daltro

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINALIZAÇÃO
Igor Antunes Bessa

Como referenciar este livro:
CARMO, Raphael Bahia do; MUNIZ, Cejane Pacini Leal; RAYMUNDO, Jackson (org.). Vivências da área de documentação do Iphan. Brasília, DF: Iphan, 2026. v. 2. v.2

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos deste volume são de exclusiva responsabilidade de suas autoras e autores, não refletindo necessariamente a posição oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ou do Ministério da Cultura.

AUTORIAS
Renato de Mattos
Expedito Eloísio Ximenes
André Ribeiro dos Santos
Raphael Bahia do Carmo
Ana Luiza Brolio de Paula
Rayssa Macedo
Dayse Maisa de Assunção Maciel de Jesus
Gabriel Luz de Oliveira
Jocyane R. Baretta
Juliana Evellyn Silva Costa
Gabriel Henrique Brito da Silva
Rejane Beatris Schneider
Denise Coimbra de Abreu
Patrícia Natalina Amorim Libonati
Sarah Socorro Silva Ramos
Odilé Maria Moraes Viana de Souza
Guilherme Pacheco Castro Rocha
Marcos Vinicius Ribeiro de Assis
Amanda Poça da Poça
Karine de Oliveira Moura
Ana Patrícia Guimarães
Élida Feitoza Memelli
Juliana Taboada
Ana Teresa Góis Soares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

V857

Vivências da área de documentação do Iphan / Organizadores: Raphael Bahia do Carmo, Cejane Pacini Leal Muniz e Jackson Raymundo. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília: Iphan, 2026.
v. 2

Modo de acesso: https://www.gov.br/iphan/pt-br
ISBN: 978-85-7334-619-0

1. Patrimônio cultural – Documentação – Brasil. 2. Centros de documentação – Brasil. 3. Acervos presidenciais. I. Carmo, Raphael Bahia do. II. Muniz, Cejane Pacini Leal. III. Raymundo, Jackson.

CDD 026

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120

SUMÁRIO

PREFÁCIO 14
APRESENTAÇÃO 18

Capítulo 1
UMA HISTÓRIA EM TRÊS TEMPOS: O IPHAN E A PRESERVAÇÃO DOS ACERVOS PRESIDENCIAIS PRIVADOS 21

1.1 INTRODUÇÃO 23
1.2 PATRIMÔNIO À VENDA: O IPHAN E A REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 8.394/1991 24
1.3 O PROGRAMA BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL E OS PROJETOS DE PRESERVAÇÃO DOS ACERVOS PRESIDENCIAIS 29
1.4 PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: O EDITAL IPHAN Nº 11/2025 34
1.5 CONSIDERAÇÕES 38
REFERÊNCIAS 41

Capítulo 2
O ARQUIVO HISTÓRICO COMO REDE DE DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTOS 47

2.1 INTRODUÇÃO: DO ARQUIVO HISTÓRICO ÀS REDES DE INFORMAÇÃO 49
2.2 DA ESCRITA AOS ARQUIVOS HISTÓRICOS: AS REDES DE TRANSMISSÃO DAS INFORMAÇÕES 51
2.3 DO ARQUIVO HISTÓRICO À ESCOLA: A REDE DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS 58
2.4 CONCLUSÃO: DO ARQUIVO HISTÓRICO ÀS REDES DE DIVULGAÇÃO DOS CONHECIMENTOS 65
REFERÊNCIAS 68

Capítulo 3
DOCUMENTOS DO PATRIMÔNIO: O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO IPHAN – MG 71

3.1 INTRODUÇÃO 72
3.2 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 76
3.3 INFRAESTRUTURA DA CASA DO CONDE 79
3.4 QUADRO FUNCIONAL 81
3.5 ORDENAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES 84
3.6 MEDIAÇÃO 88
3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 91
REFERÊNCIAS 92

Capítulo 4
REVISÃO DO CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO E TABELA DE TEMPORALIDADE DA ÁREA FIM DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL 99

4.1 INTRODUÇÃO 101
4.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E SUA APLICAÇÃO 104
4.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS 109
4.4 DESAFIOS IDENTIFICADOS DURANTE A REVISÃO DO CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO 111
4.5 CONSIDERAÇÕES 115
REFERÊNCIAS 115

Capítulo 5
PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO IPHAN: EXPERIÊNCIAS COM OS ACERVOS AUDIOVISUAL E ICONOGRÁFICO DO IPHAN – MA 119

5.1 INTRODUÇÃO 121
5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 123
5.3 RESULTADOS 125
5.3.1 A documentação como parte da trajetória institucional do Iphan ... 125
5.3.2 O Centro de Documentação do Patrimônio e o Sistema de Arquivos 126
5.3.3 Classificação, avaliação e destinação: o documento dentro da atividade institucional 127
5.3.4 Preservação, digitalização e ampliação do acesso 127
5.3.5 Os acervos audiovisual e iconográfico no Iphan – MA 129
5.3.6 Descrição, contexto e acesso 131
5.3.7 Da preservação física à preservação digital 132
5.3.8 A documentação como prática de preservação e difusão 133
5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 134
REFERÊNCIAS 136

Capítulo 6
DO OUTRO LADO DO ARQUIVO: PERCURSOS DE UM HISTORIADOR PELOS ARQUIVOS DO IPHAN 141

6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS 143
6.2 APRENDER O ARQUIVO: DOCUMENTOS, INSTITUIÇÕES E MEDIAÇÕES 148
6.3 VOLTAR AO ARQUIVO: PERCURSOS E GEOGRAFIAS DOCUMENTAIS 152
6.4 QUANDO O ARQUIVO FECHA: ACESSO, DIGITALIZAÇÃO E O SEI ... 155

6.5 DO OUTRO LADO DO ARQUIVO 159
6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: VOLTAR AO ARQUIVO 162
REFERÊNCIAS 163

Capítulo 7
A GESTÃO DOCUMENTAL E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA PATRIMONIAL: RELATOS SOBRE O TRABALHO INICIAL DE DIAGNÓSTICO E REORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM MATO GROSSO 167

7.1 INTRODUÇÃO 170
7.2 BREVE HISTÓRICO DO ACERVO 173
7.3 ETAPAS DO TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO IPHAN – MT 177
7.3.1 Procedimentos Operacionais de Higienização, Triagem e Reorganização 180
7.3.2 Atendimento ao Público 182
7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 183
REFERÊNCIAS 185

Capítulo 8
UMA BOLHA CONTRA O TEMPO: A ANÓXIA COMO MARCO NA SALVAGUARDA DO ACERVO ARQUIVÍSTICO E BIBLIOGRÁFICO DO IPHAN NO RIO DE JANEIRO. 189

PRÓLOGO — O INSTANTE EM QUE O AR DEIXOU DE SER INIMIGO 191
8.1 INTRODUÇÃO: O PESO DE GUARDAR UM PAÍS 192
8.2 O ACERVO SOB AMEAÇA: QUANDO O DIAGNÓSTICO SE TORNA ALARME 194
8.3 UMA INTERVENÇÃO TRIPLA E INÉDITA: OS FUNDAMENTOS DE UMA ESCOLHA CORAJOSA 195

8.4 DO PAPEL AO PLÁSTICO: A LOGÍSTICA DE UMA OPERAÇÃO DE GRANDE PORTE 197
8.5 SETENTA E SETE DIAS SEM OXIGÊNIO: OS RESULTADOS DE UM TRATAMENTO EXITOSO 198
8.6 PARA ALÉM DO ACERVO: CAPACITAÇÃO E O LEGADO DO CONHECIMENTO COMPARTILHADO 199
8.7 DA ANÓXIA AO MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS: GARANTINDO QUE A VITÓRIA SEJA DURADOURA 200
8.8 DESAFIOS E APRENDIZADOS INSTITUCIONAIS 201
8.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE RESTA QUANDO O AR VOLTA A CIRCULAR 202
REFERÊNCIAS 204

Capítulo 9
ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO DO IPHAN NO ESTADO DE GOIÁS: CIDADES DE GOIÂNIA, GOIÁS E PIRENÓPOLIS 209

9.1 INTRODUÇÃO 211
9.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 212
9.3 BIBLIOTECAS DO IPHAN NO ESTADO DE GOIÁS 213
9.3.1 Reestruturação e integração dos acervos 215
9.3.2 Tratamento dos acervos da cidade de Goiás e de Pirenópolis 217
9.3.3 Procedimentos de higienização e preparação para transporte 220
9.4 AÇÕES DE DIFUSÃO E VALORIZAÇÃO DOS ACERVOS 221
9.4.1 Acervo pessoal de Belmira Finageiv 223
9.5 ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS 224
9.5.1 Trajetória da gestão e do tratamento arquivístico - Marcos temporais e marcos de intervenção (2006–2019) 225
9.5.2 Organização do espaço e continuidade do tratamento documental 227
9.5.3 Diversidade tipológica e tratamento de suportes documentais 228

9.6 RESULTADOS E DISCUSSÃO 230
9.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 231
REFERÊNCIAS 232

Capítulo 10
DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL À CIRCULAÇÃO GLOBAL: PUBLICAÇÕES DO IPHAN PRESENTES EM BIBLIOTECAS DE REFERÊNCIA MUNDIAL .. 235

10.1 INTRODUÇÃO 235
10.2 ACESSO ÀS PUBLICAÇÕES 237
10.3 A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO CONHECIMENTO PRODUZIDO PELO IPHAN 239
10.4 DISSEMINAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL .. 245
10.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 246
REFERÊNCIAS 247

Capítulo 11
DA DOCUMENTAÇÃO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL: INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E DIREITOS CULTURAIS NO IPHAN E NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL 251

11.1 INTRODUÇÃO 254
11.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 256
11.3 DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: ENTRE REGISTRO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO 258
11.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEDIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: DO ACESSO À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS CULTURAIS 261
11.5 DOCUMENTAÇÃO, DIREITOS CULTURAIS E POLÍTICA DE PATRIMÔNIO 266
11.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 270
REFERÊNCIAS 272

Capítulo 12
FOLCLORE E A CULTURA POPULAR NO IPHAN: A SINGULARIDADE DA BIBLIOTECA AMADEU AMARAL 277

12.1 INTRODUÇÃO 279
12.2 A DIVERSIDADE DOS ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS DO IPHAN 280
12.3 A TRAJETÓRIA DO CNFCP E DA BAA 282
12.4 ACERVO DA BAA 285
12.5 O QUE EFETIVAMENTE ENCONTRAMOS NA BAA E O QUE A BAA NÃO COLECIONA: A AUSÊNCIA COMO ELEMENTO CARACTERIZADOR 288
12.6 CONCLUSÃO 291
REFERÊNCIAS 292

Capítulo 13
DA DISPERSÃO À INTEGRAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ACESSO AOS ACERVOS DO IPHAN NA BAHIA 295

13.1 INTRODUÇÃO — OS ACERVOS DO IPHAN COMO PATRIMÔNIO INFORMACIONAL 297
13.2 A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA: O PONTO DE PARTIDA NA BIBLIOTECA 299
13.2.1 Acondicionamento e organização espacial 304
13.2.2 Distribuição temática e territorial do acervo 306
13.2.3 A relevância da biblioteca especializada do Iphan – BA 310
13.3 DA BIBLIOTECA AOS DEMAIS ACERVOS 312
13.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS – DA RECUPERAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA À COOPERAÇÃO COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 317
REFERÊNCIAS 321

PREFÁCIO

É com grande satisfação que apresento o segundo volume da série *Vivências da Área de Documentação do Iphan*. Se o primeiro volume inaugurou um espaço de reflexão sobre a trajetória da documentação no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e sua atuação junto à sociedade, esta nova edição amplia significativamente esse horizonte, reunindo as diferentes vozes que compõem o corpo técnico da instituição e de seus parceiros em todo o país.

Ao longo de quase nove décadas de existência, o Iphan consolidou-se como a principal instituição responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, em consonância com o conceito estabelecido no art. 216 da Constituição Federal. Essa missão, reafirmada pela Portaria Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023, abrange não apenas os bens de natureza material e imaterial, mas também "as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais". Os arquivos e acervos documentais, portanto, não são acessórios nessa trajetória: são parte constitutiva do patrimônio cultural e instrumentos fundamentais para a garantia de direitos, a transparência do Estado e a construção de narrativas que reconheçam a diversidade e a memória de todos os brasileiros.

A série Vivências da Área de Documentação do Iphan é um produto desenvolvido pelos servidores e parceiros do Instituto e coordenado no âmbito do Centro de Documentação do Patrimônio (CDP), unidade especial do Iphan vinculada ao Departamento de Articulação, Fomento e Educação (Dafe). É por meio do CDP que o Instituto parametriza a gestão de seus documentos

de arquivos e bibliotecas e realiza a interlocução com a comunidade externa em ações de extroversão do patrimônio documental, divulgação científica, pesquisas no campo da documentação, capacitação, assessoramento técnico e execução de políticas públicas.

A publicação busca refletir o caráter coletivo e capilarizado da área de documentação do Iphan, que, além da execução dos trabalhos de fluxo contínuo, desenvolve conhecimento técnico e científico e promove inovação. Diferentemente de campos em que a produção se concentra em um único setor, a documentação se constrói em redes e sistemas: nos arquivos e bibliotecas das Superintendências, nas Unidades Especiais e nos Escritórios Técnicos, assim como na interlocução com a sociedade em prol da preservação, do tratamento e da difusão dos acervos de referência para o patrimônio cultural brasileiro.

Além dos estudos de caso e do compartilhamento de experiências e vivências, esta edição retrata algumas iniciativas do Iphan na área de documentação. Merece destaque o Edital de Chamamento Público nº 11/2025, que destinou R$ 30 milhões à seleção de projetos de preservação, organização e difusão dos acervos documentais dos ex-presidentes da República. A iniciativa materializa a política pública preconizada na Lei nº 8.394/1991, que atribui ao Iphan a competência de "apoiar projetos e programas de interesse do sistema, fornecendo meios técnicos, financeiros e administrativos a instituições de documentação e a detentores de acervos presidenciais privados". O Edital 11/2025 representa um avanço na política de preservação de acervos presidenciais não apenas pelo volume de recursos, mas também por seu significado institucional: a criação de caminhos concretos para que as mantenedoras de acervos presidenciais realizem a preservação, o tratamento técnico e a extroversão dos acervos sob sua custódia.

Cabe destacar, ainda, a transversalidade da área de documentação. A Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, periódico interdisciplinar, de acesso aberto e periodicidade semestral, publicado desde 1937, é um exemplo. Em sua retomada recente, a Revista consolidou cinco linhas editoriais, entre as quais se destaca "Acervos arquivísticos, história e memória" — evidência de que a documentação patrimonial ocupa lugar central no debate contemporâneo sobre preservação. O mesmo se observa no Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, que abriga projetos com temáticas relacionadas à documentação do patrimônio e contribui para a formação de profissionais capazes de articular teoria e prática.

Vale registrar também a presença do Iphan no Programa Memória do Mundo (MoW), da UNESCO, no qual o Instituto tem integrado o Comitê Nacional responsável pela escolha das candidaturas brasileiras; a participação no Conselho Consultivo da Rede Nacional de Arquivos Audiovisuais; a avaliação de pareceres de projetos inscritos na Lei Rouanet que pretendem captar recursos para acervos arquivísticos, realizada no âmbito do CDP/Iphan; a participação no Conselho Técnico Consultivo da Cinemateca Brasileira; e a colaboração em projetos e espaços diversos que se relacionam com a documentação de referência para o patrimônio cultural.

Este segundo volume de Vivências da Área de Documentação do Iphan é, portanto, mais do que uma coletânea de textos técnicos. É um registro do amadurecimento institucional do Iphan na área da documentação e, sobretudo, uma demonstração de que esse amadurecimento se constrói coletivamente — com o trabalho de servidores das Superintendências, das Unidades Especiais e dos demais setores — e também com a contribuição de parceiros institucionais e pesquisadores que se dedicam ao tema.

Que estas páginas inspirem gestores, pesquisadores, estudantes e cidadãos a reconhecer no patrimônio documental um instrumento vivo de cidadania, memória e futuro.

A todos os autores, organizadores, parceiros e servidores que tornaram esta obra possível — especialmente aos técnicos das Superintendências, Unidades Especiais e Escritórios Técnicos, que contribuíram com suas vivências —, meu especial agradecimento.



Deyvesson Israel Alves Gusmão

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

APRESENTAÇÃO

É com entusiasmo que apresentamos o 2º volume da série *Vivências da Área de Documentação do Iphan*, que registra, desde sua primeira edição, o processo de evolução da área de documentação do Instituto, conduzida pelo Centro de Documentação do Patrimônio, tanto em âmbito interno, quanto na sua articulação com a sociedade e desenvolvimento de políticas públicas.

Os textos reunidos revelam alguns avanços importantes da área no âmbito do Iphan, tais como a criação do Sistema de Arquivos do Iphan (Siphan); a aprovação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade das Atividades-fim; o edital de chamamento público para os acervos presidenciais; a articulação em rede; e a construção de parcerias com universidades e instituições de pesquisa.

Ao mesmo tempo, a obra não esconde os desafios enfrentados, entre os quais se inclui a insuficiência de recursos humanos e financeiros, que por vezes dificultam ou inviabilizam a continuidade de políticas e impactam no potencial de abrangência das ações do Instituto na área de documentação, em articulação com a sociedade e no gerenciamento da documentação institucional, em um contexto complexo e descentralizado, em questões que vão desde a produção documental, passando pela guarda de documentos e dispersão documental até a necessidade de ampliar a digitalização e o acesso.

O livro cumpre uma função que ultrapassa a simples divulgação de experiências forjadas nos arquivos e bibliotecas do Iphan. Ele evidencia que a área de documentação do Iphan é dinâmica e se constitui um campo de conhecimento que é atravessado por questões de memória, cidadania e direitos culturais e sociais.

Este volume também documenta e dá visibilidade aos arquivos e bibliotecas do Iphan na Sede, Superintendências, Escritórios Técnicos e Unidades Especiais, como produtores de conhecimento técnico e acadêmico bem como traz relatos de aplicação em campo, ao mesmo tempo em que sinaliza desafios centrais e regionais.

Por fim, o livro se insere em um movimento mais amplo de fortalecimento da área de documentação no Iphan. Este segundo volume de Vivências da Área de Documentação do Iphan é, assim, uma oportunidade de evidenciar o papel do Iphan em relação aos arquivos de referência para o patrimônio cultural. É um registro do que foi realizado, mas também um chamado ao que ainda precisa ser feito. É uma demonstração de que a área de documentação do Iphan é feita de pessoas, de redes, de parcerias e de compromisso com a memória e com a cidadania.

Mais do que um convite à leitura, este livro é um chamado à ação. Que cada leitor se torne um agente multiplicador dos conhecimentos aqui reunidos, levando adiante a compreensão de que a preservação e a valorização do patrimônio cultural documental não se fazem sozinhas: fazem-se em conjunto, com a participação ativa da sociedade. É na articulação entre servidores, pesquisadores, estudantes, comunidades e cidadãos que a documentação ganha sentido, circula, transforma-se em conhecimento e fortalece a democracia.



Raphael Bahia do Carmo
Diretor do Centro de Documentação do Patrimônio
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CAPÍTULO 1

UMA HISTÓRIA EM TRÊS TEMPOS: O IPHAN E A PRESERVAÇÃO DOS ACERVOS PRESIDENCIAIS PRIVADOS

A History in Three Stages: Iphan and the Preservation of Private Presidential Archives

Renato de Mattos[1]

Resumo: Este artigo analisa a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na preservação dos acervos documentais privados dos presidentes da República, a partir de três iniciativas desenvolvidas em diferentes momentos: a atuação diante do leilão de bens de João Figueiredo e o processo de regulamentação da Lei nº 8.394/1991; as ações de financiamento, diagnóstico e capacitação realizadas entre 2001 e 2008; e o Edital Iphan nº 11/2025. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, examina atas da Comissão Memória dos Presidentes da República, documentos institucionais e matérias jornalísticas. Os resultados indicam que o Iphan desempenhou papel

1 Universidade Federal Fluminense

relevante na institucionalização e operacionalização das políticas de preservação desses acervos, embora sua atuação tenha sido marcada por descontinuidades e condicionada pela dispersão dos conjuntos documentais, pelas limitações institucionais dos mantenedores e pela ausência de mecanismos permanentes de financiamento. Conclui que a preservação dos acervos presidenciais permanece como uma política em processo de construção, entre avanços institucionais e desafios estruturais.

Palavras-chave: acervos presidenciais; patrimônio documental; políticas de preservação; Iphan; memória presidencial.

Abstract: *This article examines the role of the National Institute of Historic and Artistic Heritage (Iphan) in the preservation of the private documentary archives of Brazilian presidents, focusing on three initiatives undertaken at different points in time: its response to the auction of João Figueiredo's belongings and the subsequent regulation of Law No. 8,394/1991; funding, assessment, and training initiatives carried out between 2001 and 2008; and Iphan's Public Call for Proposals No. 11/2025. Based on bibliographic and documentary research, the study examines minutes of the Commission for the Memory of the Presidents of the Republic, institutional documents, and press reports. The findings indicate that Iphan played a significant role in the institutionalization and implementation of policies for the preservation of these archives, although its activities were marked by discontinuities and constrained by the dispersion of archival holdings, the institutional limitations of their custodians, and the absence of permanent funding mechanisms. The study concludes that the preservation of presidential archives remains a policy in the process of consolidation, characterized by institutional advances alongside persistent structural challenges.*

Keywords: *presidential archives; documentary heritage; preservation policies; Iphan; presidential memory.*

1.1 INTRODUÇÃO

Da convergência de interesses de mantenedores e agentes políticos empenhados na preservação dos acervos documentais privados dos presidentes da República, resultou a promulgação, em 1991, da Lei nº 8.394, que dispõe sobre a preservação dos documentos produzidos e acumulados pelos presidentes da República. Entre os principais avanços introduzidos pelo dispositivo legal, dois merecem especial destaque. O primeiro, estabelecido já em seu art. 3º, consiste no reconhecimento dos acervos documentais privados dos presidentes como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, nos termos do § 1º do art. 216 da Constituição Federal. O segundo refere-se à criação de um sistema interinstitucional destinado à formulação de medidas voltadas à organização e à preservação da memória presidencial "como um todo num conjunto integrado, compreendendo os acervos privados arquivísticos, bibliográficos e museológicos" (Brasil, 1991).

O sistema, assim como a comissão responsável por sua coordenação, passou a reunir instituições públicas com atuação na preservação do patrimônio documental, entre as quais o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu da República e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).[2] Adicionalmente, o texto legal atribuiu ao Iphan a responsabilidade de apoiar projetos ou programas específicos de interesse do sistema, mediante o fornecimento de meios técnicos, financeiros e administrativos aos mantenedores dos acervos presidenciais privados.

---

2 No texto original da Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, consta a participação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) no Sistema dos Acervos Presidenciais e na Comissão Memória dos Presidentes da República. O IBPC foi uma autarquia federal criada em 3 de setembro de 1990, durante o governo do presidente Fernando Collor, em substituição à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e à Fundação Nacional Pró-Memória, cujas funções foram absorvidas pelo novo órgão. Em novembro de 1994, o IBPC passou a denominar-se novamente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Passadas mais de três décadas desde a promulgação da Lei nº 8.394, a atuação do Iphan na preservação dos acervos privados dos presidentes da República revelou-se decisiva em diferentes momentos, contribuindo, inclusive, para o aperfeiçoamento das disposições estabelecidas pelo referido diploma legal. A partir de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental (Santos, 1999), este capítulo examina três episódios nos quais o Iphan atuou diretamente na preservação de acervos presidenciais brasileiros, de modo a garantir que, uma vez salvaguardados, organizados e disponibilizados, esses conjuntos documentais atendessem ao interesse público, conforme previsto na legislação vigente. Para tanto, realizou-se análise documental (Cechinel et al., 2016) de atas das reuniões da Comissão Memória dos Presidentes da República, produzidas entre 1995 e 2025, de matérias jornalísticas veiculadas na imprensa sobre o tema e de documentos elaborados pelo Iphan, obtidos por meio de solicitações fundamentadas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Cabe ainda destacar que as discussões apresentadas neste capítulo decorrem de pesquisa voltada ao mapeamento e diagnóstico dos acervos presidenciais, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), no âmbito do programa Jovem Cientista do Nosso Estado.[3]

1.2 PATRIMÔNIO À VENDA: O IPHAN E A REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 8.394/1991

Na década que se seguiu à promulgação da Lei nº 8.394/1991, os acervos presidenciais deixaram de ocupar a posição de destaque que haviam alcançado no debate público ao final dos anos 1980. Questões relacionadas à fragmentação

3 Agradecemos o apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio do processo nº E-26/204.337/2025.

dos documentos entre instituições públicas e privadas, bem como à ausência de informações sobre o paradeiro dos arquivos de parte dos presidentes brasileiros, passaram a receber reduzida atenção tanto no meio acadêmico quanto entre os próprios integrantes da Comissão Memória dos Presidentes da República (Mattos, 2025). Esse relativo "silêncio", contudo, foi interrompido em março de 2001, quando alguns dos principais jornais do país noticiaram a realização de um leilão em que seriam vendidos objetos pertencentes ao ex-presidente João Baptista Figueiredo, falecido dois anos antes. Entre os bens ofertados, ao menos cinco haviam sido recebidos por Figueiredo, durante o exercício da Presidência da República, de chefes de Estado estrangeiros, entre eles uma estatueta de bronze presenteada pelo ex-presidente estadunidense Ronald Reagan, além de uma bandeja de prata e um cinzeiro oferecidos pelo ditador chileno Augusto Pinochet.[4]

Embora a alienação desses bens confrontasse diretamente a legislação vigente, que assegurava à União o direito de preferência na aquisição de itens integrantes dos acervos presidenciais privados, a cobertura jornalística concentrou-se sobretudo nas dificuldades financeiras que teriam levado a viúva do ex-presidente, Dulce Figueiredo, a organizar o leilão dos objetos pessoais do marido.[5] A repercussão do caso, entretanto, acabou por revelar um problema mais amplo: a dificuldade de aplicação prática dos dispositivos previstos na Lei nº 8.394/1991 em razão da inexistência de regulamentação específica capaz de definir procedimentos, responsabilidades institucionais e mecanismos de fiscalização.

---

4 OBJETOS de Figueiredo vão a leilão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 de março de 2001. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1303200120.htm. Acesso em: 13 ago. de 2026.

5 MORRE aos 83 anos a ex-primeira-dama Dulce Figueiredo, 2011. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de jun. de 2011. Disponível em: https://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/06/07/morre-aos-83-anos-a-ex-primeira-dama-dulce-figueiredo.html. Acesso em: 16 ago. de 2026.

A gravidade da situação foi apresentada aos membros da Comissão Memória dos Presidentes da República em 4 de abril de 2001 pelo então presidente do Iphan, Carlos Henrique Heck. Com o objetivo de mobilizar os representantes das instituições integrantes da Comissão em torno da matéria, Heck procedeu à leitura de um ofício no qual eram detalhadas as providências adotadas pelo instituto para impedir a dispersão dos bens pertencentes ao acervo presidencial de João Figueiredo.[6] Seu relato evidenciava, de forma inequívoca, as limitações decorrentes da ausência de instrumentos efetivos para a identificação e o monitoramento dos acervos presidenciais brasileiros. Segundo informou, o Iphan tomara conhecimento da realização do leilão apenas dois dias antes de sua ocorrência, por meio da cobertura da imprensa televisiva.[7]

Diante da iminência da venda, o instituto notificou o leiloeiro responsável, Roberto Haddad, informando que a União detinha direito de preferência sobre os bens colocados à venda e que tal prerrogativa visava resguardar o interesse público mediante a preservação da memória nacional. Conforme argumentava o documento encaminhado pelo Iphan, a aquisição das peças permitiria manter reunido o conjunto de objetos pertencentes ao acervo presidencial de João Figueiredo, assegurando sua preservação e disponibilização para a sociedade.[8] Com base nesse entendimento, o instituto selecionou 31 dos 103 lotes anunciados para incorporação ao patrimônio público, propondo sua aquisição pelos valores apurados em avaliação técnica realizada por seus servidores.

---

6 BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República [4 abr. 2001]. Brasília: Presidência da República, 2001, 4 p

7 Idem.

8 Idem.

A iniciativa, contudo, encontrou resistência por parte do leiloeiro, que questionou judicialmente a interpretação adotada pelo Iphan acerca do exercício do direito de preferência previsto na Lei nº 8.394/1991.[9] Embora a União tenha buscado reverter a decisão liminar que autorizou a realização do leilão, os bens acabaram sendo arrematados por particulares.[10] Mais do que representar a perda de parte de um acervo presidencial, o episódio expôs as fragilidades operacionais da legislação vigente e demonstrou que o direito de preferência assegurado à União carecia de regulamentação capaz de garantir sua efetividade.

Foi precisamente nesse contexto que o Iphan assumiu papel decisivo na redefinição dos rumos da política de preservação dos acervos presidenciais brasileiros. Após a exposição realizada por Carlos Henrique Heck, os integrantes da Comissão Memória deliberaram sobre medidas destinadas a enfrentar os problemas evidenciados pelo caso. Em um primeiro momento, aprovaram manifestação formal de apoio às iniciativas conduzidas pelo instituto para assegurar à União o exercício do direito de preferência previsto em lei.[11] Mais importante, contudo, foi a decisão de constituir um grupo de trabalho encarregado de examinar os dispositivos da Lei nº 8.394/1991 e propor sua regulamentação.

Não obstante essa iniciativa estivesse relacionada às discussões então em curso sobre a regulamentação da Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/1991), o episódio envolvendo os bens de João Figueiredo conferiu urgência política ao tema ao demonstrar que a ausência de definições normativas comprometia a própria capacidade do Estado de proteger os acervos presidenciais. Conforme registrado em ata, o grupo de trabalho, vinculado ao Departamento de Documentação

---

9 LIMINAR libera leilão de bens de Figueiredo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 de março de 2001. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1403200109.htm. Acesso em: 16 ago. de 2026.

10 Idem

11 Ibidem.

Histórica do Gabinete Pessoal da Presidência da República, deveria também contribuir para a harmonização das competências atribuídas à Comissão Memória e ao Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), evitando sobreposições institucionais.[12]

Ao longo dos meses seguintes, o grupo de trabalho dedicou-se ao exame sistemático da Lei nº 8.394/1991 com o propósito de identificar os dispositivos passíveis de regulamentação. Em oito reuniões realizadas entre maio de 2001 e agosto de 2002, representantes das instituições integrantes da Comissão, acompanhados por assessores jurídicos do Arquivo Nacional, da Fundação Biblioteca Nacional e da Casa Civil da Presidência da República, debateram os principais parâmetros que deveriam orientar o futuro decreto regulamentador. Nesse processo, foram analisadas experiências internacionais, especialmente a legislação estadunidense relativa aos arquivos presidenciais, o que contribuiu para evidenciar a necessidade de definir conceitos e categorias ausentes no texto legal brasileiro.[13]

Em 22 de abril de 2002, a Comissão examinou a minuta elaborada para o decreto regulamentador e, quatro meses depois, encaminhou à Casa Civil uma versão comentada para apreciação final.[14] Em 26 de agosto daquele ano, o texto foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e, no dia seguinte, publicado no Diário Oficial da União como Decreto nº 4.344/2002. De acordo

---

12 BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [4 abr. 2001]. Brasília: Presidência da República, 2001, 4 p.

13 BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República [17 jul. 2001]. Brasília: Presidência da República, 2001, 4 p.

14 BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [22 abr. 2002]. Brasília: Presidência da República, 2002, 2 p.

com Rodrigues e Lopes (2019), a publicação do decreto representou um marco na consolidação da política brasileira de preservação dos acervos presidenciais. Mais do que regulamentar dispositivos pendentes da Lei nº 8.394/1991, o novo instrumento normativo respondeu a problemas concretos revelados pelo episódio do leilão dos bens de João Figueiredo e pelas discussões conduzidas no âmbito da Comissão Memória. Nesse processo, o Iphan desempenhou papel central ao transformar uma situação de risco para a integridade de um acervo presidencial em oportunidade para o aperfeiçoamento do arcabouço regulatório nacional.

O Decreto nº 4.344/2002 estabeleceu, pela primeira vez, os critérios necessários para distinguir documentos públicos e privados produzidos pelos presidentes da República (Mattos, 2024). Entre suas principais contribuições, destacou-se o entendimento de que o acervo presidencial compreende a documentação acumulada pelo cidadão eleito desde sua diplomação, independentemente do momento de produção dos documentos (Brasil, 2002). Assim, apesar de seus limites e a necessidade de atualização, o Decreto representou um marco importante na preservação dos acervos presidenciais ao definir de forma abrangente a composição desses conjuntos, incluindo documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos produzidos em diferentes suportes e formatos, além de obras de arte e objetos tridimensionais.

1.3 O PROGRAMA BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL E OS PROJETOS DE PRESERVAÇÃO DOS ACERVOS PRESIDENCIAIS

Entre 2001 e 2008, as instituições que integravam a Comissão Memória dos Presidentes da República puderam contar com recursos provenientes do Fundo de Preservação dos Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República, dotação orçamentária vinculada ao Programa Brasil Patrimônio

Cultural, do Ministério da Cultura.[15] Embora os valores disponibilizados fossem modestos diante das necessidades identificadas e sua execução tenha sido frequentemente atravessada por entraves burocráticos, o programa constituiu uma das mais importantes iniciativas federais voltadas especificamente à preservação dos acervos presidenciais brasileiros. Nesse processo, o Iphan desempenhou papel central, não apenas na gestão dos recursos, mas também na coordenação de diagnósticos, na formulação de editais, no acompanhamento técnico dos projetos e na promoção de ações de capacitação destinadas aos detentores dos acervos.

Uma das primeiras iniciativas viabilizadas pelo programa foi a atualização do diagnóstico dos acervos presidenciais brasileiros elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) em 1989 (Mattos, 2020). Realizado entre abril e setembro de 2001 pelo Arquivo Nacional e pelo Iphan, o levantamento permitiu identificar alterações ocorridas ao longo da década anterior e produzir informações mais precisas sobre a localização, as condições de preservação e os responsáveis pela custódia dos documentos presidenciais.[16] Ao todo, foram contatadas 42 pessoas e instituições detentoras de acervos presidenciais, das quais 34 foram visitadas presencialmente em diferentes estados da federação. A coleta de dados foi realizada mediante questionário estruturado segundo a norma internacional de descrição arquivística ISAD(G), evidenciando a preocupação das instituições envolvidas em produzir informações compatíveis com padrões técnicos reconhecidos internacionalmente.[17]

---

15 BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Relatório de Gestão e Execução Físico-Financeira. (Adendo aos Anexos IV e VII). Brasília: Iphan, 2005.

16 BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [8 abr. 2004]. Brasília: Presidência da República, 2004, 4 p.

17 BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Arquivo Nacional. *Despacho*. Processo nº 08227.000861/2023-40. Rio de Janeiro, 2023, p. 3.

Além do diagnóstico, os recursos do fundo permitiram apoiar iniciativas desenvolvidas por diferentes instituições públicas responsáveis pela preservação de conjuntos documentais relacionados à história presidencial brasileira. Entre elas destacaram-se o levantamento bibliográfico de obras de autoria dos presidentes da República e sobre eles realizado pela Fundação Biblioteca Nacional, a ampliação da Base de Dados da História Republicana coordenada pelo Museu da República e a organização dos objetos pertencentes ao ex-presidente Ernesto Geisel incorporados ao Museu Histórico Nacional.[18] Ainda que pontuais, essas ações contribuíram para ampliar o conhecimento disponível sobre os acervos presidenciais e fortalecer as instituições encarregadas de sua preservação.

O programa também contemplou instituições privadas responsáveis pela guarda de importantes conjuntos documentais. Sob supervisão da Comissão Memória dos Presidentes da República, foram apoiados projetos que demonstrassem viabilidade técnica e administrativa, entre os quais se destacaram a microfilmagem do arquivo Ernesto Geisel, conduzida pelo CPDOC, e as ações de higienização e acondicionamento dos documentos textuais e iconográficos do fundo Epitácio Pessoa, preservado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).[19] A participação dessas entidades ampliou o alcance das políticas públicas voltadas aos acervos presidenciais, reconhecendo que parcela significativa desse patrimônio se encontrava sob custódia privada.

---

18 BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [20 jun. 2002]. Brasília: Presidência da República, 2001, 5 p.

19 BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [4 jul. 2002]. Brasília: Presidência da República, 2002, 5 p.

Apesar dos avanços, a execução dos recursos enfrentou dificuldades recorrentes. Em 2004, por exemplo, a Comissão identificou a necessidade urgente de intervenção nos arquivos dos ex-presidentes Costa e Silva e Café Filho, cujas condições de preservação foram consideradas preocupantes por representantes do Arquivo Nacional e do próprio Iphan (Mattos, 2025). Entretanto, restrições impostas pela legislação eleitoral e pelas normas que disciplinavam as transferências de recursos públicos impediram a implementação dos projetos inicialmente previstos.

Os obstáculos não decorreram da ausência de iniciativas ou de planejamento institucional. Ao contrário, as atas da Comissão revelam que o Iphan atuou continuamente na busca de alternativas que permitissem viabilizar a aplicação dos recursos disponíveis. Quando a transferência direta de valores para determinadas instituições mostrou-se juridicamente inviável, os recursos foram redirecionados para outras ações consideradas prioritárias. Situação semelhante ocorreu em 2005, quando a impossibilidade de cumprimento das exigências documentais necessárias à descentralização orçamentária impediu a execução dos recursos previstos para os acervos de Café Filho e Costa e Silva.[20]

Longe de representar uma paralisação das atividades, tais dificuldades estimularam a adoção de estratégias alternativas de fortalecimento institucional. Em 2007, por exemplo, a Comissão decidiu distribuir os recursos disponíveis por meio de edital elaborado e operacionalizado pelo Iphan, instituição responsável pela condução de todos os procedimentos necessários à implementação

20 BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [20 out. 2004]. Brasília: Presidência da República, 2004, 5 p.

dos projetos.[21] Na mesma ocasião, os membros da Comissão reconheceram formalmente a existência de uma demanda reprimida decorrente da ampliação dos acervos presidenciais e da necessidade permanente de atualização tecnológica das instituições custodiadoras, propondo significativo aumento dos recursos destinados à área nos anos subsequentes.

Embora novos entraves administrativos tenham impedido a concretização integral do edital previsto para 2007, o Iphan e a Comissão conseguiram redirecionar os recursos para iniciativas de assistência emergencial e capacitação técnica. Entre as ações desenvolvidas destacaram-se o custeio de missões técnicas voltadas aos acervos de Café Filho, Costa e Silva e Campos Salles, bem como o apoio às instituições responsáveis pela guarda de documentos preservados no IHGB, no Arquivo Nacional e no Museu da República.[22]

Ainda mais relevante foi a decisão de investir na formação de profissionais responsáveis pela preservação desses conjuntos documentais. Diante da impossibilidade de celebrar convênios em tempo hábil, a Comissão organizou, com recursos do programa, uma experiência de capacitação para técnicos vinculados às instituições custodiadoras dos acervos presidenciais. Posteriormente, em 2008, foi promovida uma oficina nacional na sede do Museu da República, com apoio técnico do Arquivo Nacional e da Fundação Biblioteca Nacional, destinada à difusão de conhecimentos sobre conservação, preservação e elaboração de projetos (Mattos, 2025). Essas iniciativas

---

21 BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [12 abr. 2007]. Brasília: Presidência da República, 2007, 6 p.

22 BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [5 set. 2007]. Brasília: Presidência da República, 2007, 5 p.

contribuíram para a formação de uma rede de profissionais e para a disseminação de procedimentos técnicos que ultrapassaram os limites dos projetos financiados diretamente pelo fundo.

No mesmo período, a Comissão também buscou fortalecer a articulação entre os diversos detentores de acervos presidenciais. Nesse sentido, foi planejada a realização do Encontro de Museus e Casas de Memória de Presidentes da República, concebido não apenas como espaço de intercâmbio institucional, mas também como oportunidade para atualizar o cadastro nacional de acervos presidenciais coordenado pelo Arquivo Nacional.[23] Embora alterações posteriores tenham levado à reformulação da aplicação dos recursos inicialmente previstos para o evento, parte significativa do orçamento foi direcionada para ações de digitalização e para a aquisição de equipamentos destinados a atender instituições detentoras de acervos presidenciais. [24]

1.4 PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: O EDITAL IPHAN Nº 11/2025

Entre as iniciativas recentes adotadas pelo Iphan relacionadas à preservação dos acervos presidenciais brasileiros, destaca-se o lançamento do Edital nº 11/2025, ocorrido durante o Encontro Nacional de Mantenedores de Acervos Presidenciais, realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2025, em Brasília (DF). Promovido pela Comissão Memória dos Presidentes da República, o encontro reuniu representantes de instituições públicas e privadas responsáveis pela

23 BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [4 set. 2008]. Brasília: Presidência da República, 2008, 5 p.

24 Idem.

guarda de acervos documentais vinculados a ex-presidentes da República e constituiu um espaço de discussão sobre os desafios relacionados à preservação, ao acesso e à difusão desse patrimônio documental.

O lançamento do edital ocorreu em um contexto marcado por antigas dificuldades na implementação das disposições previstas pela Lei nº 8.394, de 1991, e pelo Decreto nº 4.344, de 2002, anteriormente examinadas. Com efeito, não obstante esses instrumentos normativos tenham atribuído ao Estado brasileiro responsabilidades na promoção e no apoio à preservação dos acervos documentais privados dos presidentes da República, a concretização dessas diretrizes foi historicamente marcada por descontinuidades institucionais, limitações orçamentárias e pela ausência de programas permanentes de financiamento. Nesse cenário, o Edital representou uma das iniciativas mais abrangentes já promovidas pelo Iphan especificamente voltadas ao setor.

De acordo com o Edital,[25] o chamamento público tinha como objetivo fomentar projetos destinados à preservação, ao tratamento técnico e à extroversão dos acervos documentais dos ex-presidentes da República. Sua formulação evidencia uma compreensão ampliada das necessidades envolvidas na gestão desses conjuntos documentais, contemplando desde ações de conservação e restauração até atividades relacionadas à acessibilidade, educação patrimonial e dinamização de espaços culturais.[26] Entre as linhas de apoio previstas estavam projetos voltados à conservação e ao restauro dos acervos, compreendidos como medidas destinadas à proteção e à manutenção dos documentos em seus suportes originais. Ademais, cumpre sublinhar a previsão de recursos

25 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Edital Iphan nº 11/2025*. Brasília, DF: Iphan, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/editais-e-selecoes/abertos/edital-iphan-no-11-2025-processo-no-01450-009672-2025-10-1. Acesso em: 16 ago. 2026.

26 Idem.

para a adequação de infraestrutura, incluindo obras de engenharia e arquitetura, sistemas de proteção contra incêndio, aquisição de equipamentos e melhorias voltadas à acessibilidade física dos espaços de guarda.[27]

Examinado à luz de outras iniciativas voltadas à salvaguarda dos acervos documentais privados dos presidentes da República, o Edital revela o reconhecimento de que os desafios enfrentados por seus mantenedores não se restringem à conservação dos documentos. Ao contemplar ações de dinamização de espaços culturais, acessibilidade e educação patrimonial, o instrumento incorporou preocupações relacionadas à apropriação social desses acervos e à ampliação das possibilidades de acesso e uso público. Com efeito, trata-se de uma perspectiva que se afasta de uma concepção estritamente custodial da preservação, aproximando-se de abordagens que articulam proteção, acesso e participação social.

Ao mesmo tempo, a própria estrutura do Edital evidencia algumas características do modelo brasileiro de preservação dos acervos presidenciais. O acesso aos recursos foi condicionado à comprovação de adesão ao Sistema de Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República e à responsabilidade formal pela guarda, preservação e difusão desses conjuntos documentais.[28] Dessa forma, o chamamento reforçou a centralidade do sistema instituído pela Lei nº 8.394, de 1991, mas também revelou a dependência das políticas públicas em relação a uma rede heterogênea de instituições custodiais, composta por fundações privadas, universidades, arquivos, museus e administrações municipais.

---

27 Ibidem.

28 Ibidem.

O montante previsto para o edital, R$ 30 milhões para o exercício de 2026, conferiu à iniciativa uma dimensão inédita quando comparada a ações anteriores voltadas ao setor. O resultado, divulgado em junho de 2026, formalizou a transferência de R$ 20.574.431,86 para dezoito instituições mantenedoras de acervos presidenciais. Entre os contemplados figuraram a Fundação Getulio Vargas, a Fundação Fernando Henrique Cardoso, o Instituto Lula, o Instituto João Goulart, o Arquivo Nacional, a Fundação Biblioteca Nacional, o Museu da República, o Museu Histórico Nacional, universidades federais e museus vinculados a municípios.[29]

A análise da distribuição dos recursos permite algumas observações sobre a configuração contemporânea do campo da preservação da memória presidencial no Brasil, notadamente a dispersão institucional desses acervos, característica já identificada por diversos estudos sobre o tema, a exemplo de Mattos (2024; 2025) e Mouterde (2023). Em segundo lugar, revela a opção do poder público por atuar prioritariamente por meio do financiamento e do apoio técnico a instituições já existentes, em vez de promover processos de centralização custodial. Contudo, embora o Edital represente um avanço no reconhecimento das necessidades dos mantenedores e na mobilização de recursos para o setor, sua existência também evidencia problemas estruturais que permanecem em aberto. O próprio caráter extraordinário da iniciativa sugere a ausência de mecanismos permanentes de financiamento e acompanhamento dos acervos presidenciais.

Nesse sentido, o Edital Iphan nº 11/2025 pode ser interpretado simultaneamente como resultado e como indicador das tensões que caracterizam a política brasileira para os acervos presidenciais. Por um lado, materializou

---

29 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Edital Iphan nº 11/2025. Resultado preliminar da seleção*. Diário Oficial da União: seção 3, Brasília, DF, n. 76, 24 abr. 2026.

dispositivos legais existentes há mais de três décadas e promoveu investimentos expressivos em preservação, organização e acesso. Por outro, evidenciou a persistência de problemas históricos relacionados à fragmentação institucional dos acervos, à descontinuidade das políticas públicas e à dependência de iniciativas episódicas para a implementação de ações de maior alcance. Mais do que representar um ponto de chegada, o Edital constitui um episódio relevante de um processo ainda em curso de construção de políticas públicas voltadas à preservação da memória presidencial brasileira.

1.5 CONSIDERAÇÕES

O exame de três momentos distintos da atuação do Iphan na preservação dos acervos presidenciais privados permite identificar uma trajetória marcada, simultaneamente, por iniciativas de institucionalização, respostas a situações de risco e esforços de financiamento e fortalecimento das instituições responsáveis pela custódia desses conjuntos documentais. Embora situados em contextos históricos e administrativos distintos, os episódios analisados convergem ao evidenciar a importância assumida pelo órgão na construção e na operacionalização das políticas públicas destinadas à preservação do patrimônio documental relativo aos presidentes da República.

O primeiro episódio, relacionado ao leilão de bens pertencentes a João Figueiredo, evidenciou os limites da Lei nº 8.394/1991 diante da ausência de mecanismos capazes de assegurar a efetividade de suas disposições. A atuação do Iphan para impedir a dispersão dos bens e, posteriormente, sua participação nas discussões que resultaram no Decreto nº 4.344/2002 demonstram que a formulação da política pública não se deu exclusivamente a partir de uma definição prévia de competências e procedimentos. Ao contrário, parte importante de seus instrumentos foi constituída em resposta a situações concretas nas quais a insuficiência do marco normativo se tornou evidente. Nesse sentido,

o episódio revela uma dimensão reativa da atuação estatal, na qual situações de risco aos acervos funcionaram como catalisadoras de processos de regulamentação e redefinição institucional.

A experiência do Fundo de Preservação dos Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República, por sua vez, deslocou a atuação do Iphan para uma dimensão predominantemente operacional. Entre 2001 e 2008, o instituto participou da realização de diagnósticos, da definição de prioridades, da elaboração de editais, do acompanhamento de projetos e da promoção de ações de capacitação. Essas iniciativas contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a localização e as condições dos acervos e para apoiar as instituições responsáveis por sua preservação. Ao mesmo tempo, as dificuldades encontradas na execução dos recursos evidenciaram que a existência de dotação orçamentária específica não era suficiente para assegurar a continuidade das ações. Restrições legais, exigências administrativas e desafios relacionados à capacidade institucional dos mantenedores interferiram reiteradamente na execução dos projetos planejados.

De outra parte, o Edital Iphan nº 11/2025 introduziu uma dimensão distinta nesse percurso. Diferentemente das ações examinadas nos períodos anteriores, o chamamento público apresentou maior abrangência quanto às modalidades de intervenção, além de mobilizar volume expressivo de recursos para projetos de preservação, tratamento técnico, infraestrutura, acessibilidade, educação patrimonial e difusão. Sua formulação indica, ainda, uma ampliação da própria compreensão acerca do que significa preservar os acervos presidenciais, incorporando à proteção material dos documentos questões relacionadas às condições de acesso, à apropriação social e à dinamização dos espaços de memória. Entretanto, a iniciativa não elimina as características estruturais que marcaram as experiências anteriores. Ao depender de instituições diversas para a execução dos projetos e estabelecer parcerias de duração limitada, o edital mantém a lógica descentralizada que caracteriza

a política brasileira para esses acervos e não resolve, por si só, os problemas relacionados à continuidade das ações e à sustentabilidade institucional dos mantenedores.

Considerados em conjunto, os três episódios permitem observar, portanto, uma política que se desenvolveu por meio de sucessivas aproximações entre o Estado e uma realidade custodial marcada pela dispersão. A atribuição de responsabilidades ao Iphan pela Lei nº 8.394/1991 não foi acompanhada, desde o início, por instrumentos suficientes para sua plena implementação. Parte desses instrumentos foi sendo constituída posteriormente, seja pela regulamentação da legislação, seja pela criação de mecanismos de financiamento e apoio técnico, seja, mais recentemente, pela formulação de editais destinados a projetos de maior abrangência. A trajetória analisada sugere, assim, que a institucionalização da política de preservação dos acervos presidenciais deve ser compreendida como um processo ainda inacabado, no qual normas, recursos, capacidades técnicas e formas de articulação institucional foram sendo construídos de maneira não linear.

Não obstante os resultados alcançados, permanecem questões que ultrapassam a capacidade de resolução de iniciativas isoladas. A dispersão dos acervos, a desigualdade das condições institucionais dos mantenedores, a necessidade de atualização permanente dos procedimentos técnicos e tecnológicos e a dependência de programas de financiamento com duração determinada colocam desafios à continuidade da política. O próprio intervalo entre as diferentes iniciativas examinadas evidencia a dificuldade de transformar ações de caráter episódico em mecanismos permanentes de acompanhamento, financiamento e avaliação dos acervos presidenciais. A análise realizada permite, por fim, compreender a atuação do Iphan menos como uma trajetória linear de expansão de sua capacidade de intervenção e mais como um processo de respostas institucionais a problemas que se apresentaram em diferentes momentos. Do risco de dispersão de bens presidenciais

à necessidade de regulamentação da legislação; das dificuldades de execução orçamentária à formulação de mecanismos de financiamento mais abrangentes; e, mais recentemente, da conservação dos documentos à preocupação com seu acesso e apropriação social, as iniciativas examinadas revelam mudanças nas formas de conceber e operacionalizar a preservação dos acervos presidenciais privados.

Nesse sentido, mais de três décadas após a promulgação da Lei nº 8.394/1991, a preservação dos acervos presidenciais permanece como um campo no qual avanços institucionais coexistem com problemas estruturais ainda não solucionados. A trajetória do Iphan analisada neste capítulo evidencia tanto sua participação na construção dessa política quanto os limites impostos pela fragmentação dos acervos, pela descontinuidade das ações e pelas condições institucionais de seus diferentes mantenedores. Longe de representar uma política plenamente consolidada, o que se observa é um processo de construção institucional marcado por iniciativas sucessivas que buscam responder a demandas recorrentes de preservação. A questão que se coloca para os próximos anos, portanto, não parece residir apenas na ampliação dos recursos destinados aos acervos presidenciais, mas na capacidade de converter ações pontuais em uma política contínua de acompanhamento, preservação, acesso e difusão desse patrimônio documental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 4.344, de 26 de agosto de 2002*. Regulamenta a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Brasília, DF: Presidência da República. 2002a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4344.htm. Acesso em: 6 ago. 2026.

BRASIL. *Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991*. Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República. Brasília, DF: Presidência da República, 1991b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8394.htm. Acesso em: 15 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Relatório de Gestão e Execução Físico-Financeira*. (Adendo aos Anexos IV e VII). Brasília: Iphan, 2005.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Arquivo Nacional. *Despacho*. Processo nº 08227.000861/2023-40. Rio de Janeiro, 2023, p. 3.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete Pessoal do Presidente da República. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [4 abr. 2001]. Brasília: Presidência da República, 2001, 4 p.

_____. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [17 jul. 2001]. Brasília: Presidência da República, 2001, 4 p.

_____. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [22 abr. 2002]. Brasília: Presidência da República, 2002, 2 p.

_____. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [8 abr. 2004]. Brasília: Presidência da República, 2004, 4 p.

_____. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [20 jun. 2002]. Brasília: Presidência da República, 2001, 5 p.

_____. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [4 jul. 2002]. Brasília: Presidência da República, 2002, 5 p.

_____. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [20 out. 2004]. Brasília: Presidência da República, 2004, 5 p.

_____. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [12 abr. 2007]. Brasília: Presidência da República, 2007, 6 p.

_____. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [5 set. 2007]. Brasília: Presidência da República, 2007, 5 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). ***Edital Iphan nº 11/2025***. Brasília, DF: Iphan, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/editais-e-selecoes/abertos/edital-iphan-no-11-2025-processo-no-01450-009672-2025-10-1. Acesso em: 16 ago. 2026.

_____. **Edital Iphan nº 11/2025.** Resultado preliminar da seleção*. Diário Oficial da União: seção 3*, Brasília, DF, n. 76, 24 abr. 2026.

LIMINAR libera leilão de bens de Figueiredo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 de março de 2001. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1403200109.htm. Acesso em: 16 ago. de 2026.

LOPES, B. P.; RODRIGUES, G. M. Os acervos privados de presidentes da República no Brasil. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, SP, v. 10, n. 1, p. 64-80, 2019.

MATTOS, R. de. Entre o interesse público e o privado: natureza jurídica e amparo legal dos acervos presidenciais brasileiros. In: R. de Mattos et al. (org.). Tendências de pesquisa no PPGCI/UFF: abordagens e perspectivas. São Paulo: Tikinet, 2020, p. 106-122.

_____. Acervos presidenciais brasileiros: entre o patrimônio público e a propriedade privada. *Acervo*: Revista do Arquivo Nacional. v.37, p.1 - 24, 2024. Disponível em: https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/2140. Acesso em: 19 ago. 2026.

_____. *Acervos presidenciais brasileiros*: legislação, preservação e acesso. Belo Horizonte: Fino Traço, 2025.

MORRE aos 83 anos a ex-primeira-dama Dulce Figueiredo, 2011. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de jun. de 2011. Disponível em: https://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/06/07/morre-aos-83-anos-a-ex-primeira-dama-dulce-figueiredo.html. Acesso em: 16 ago. de 2026.

MOUTERDE, M. R. C. B. *Os acervos dos presidentes da República (1988-2018)*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2023.

OBJETOS de Figueiredo vão a leilão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 de março de 2001. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1303200120.htm. Acesso em: 13 ago. de 2026.

CAPÍTULO 2

O ARQUIVO HISTÓRICO COMO REDE DE DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTOS

Expedito Eloísio Ximenes[30]
André Ribeiro dos Santos[31]
Raphael Bahia do Carmo[32]

Resumo: Este capítulo discute a relevância dos arquivos históricos como organismos vivos e atuantes, e não como meros depósitos de documentos do passado. Utilizando a metáfora do cérebro humano, os autores argumentam que os arquivos, quando estimulados por pesquisas, criam redes de conexão e promovem a transmissão de conhecimentos entre o passado e o presente. A pesquisa em arquivos históricos exige uma abordagem interdisciplinar e complexa, conectando áreas como Paleografia, Diplomática, Filologia e Arquivologia. O texto relata experiências práticas de oficinas e eventos realizados no Ceará, que levaram documentos históricos para escolas e instituições

30 Universidade Estadual do Ceará – UECE; Grupo de Pesquisa Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará – PRAETECE; Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em História e Letras - PPGIHL

31 Arquivista Universidade Federal de Sergipe - UFS

32 Diretor do Centro de Documentação do Patrimônio - CDP/Iphan

públicas. Essas atividades demonstraram o potencial do arquivo para fomentar o pensamento crítico, a cidadania e a compreensão de temas sociais contemporâneos. Conclui-se que o arquivo histórico é um espaço multidimensional que, quando acessado e interpretado, estabelece um continuum entre diferentes épocas, gerando novas verdades e interpretações. A divulgação e o uso ativo desses acervos são, portanto, fundamentais para que cumpram sua função social.

Palavras-chave: Arquivo histórico; Paleografia; Redes de conhecimento; Interdisciplinaridade; Divulgação científica.

Abstract: *This chapter discusses the significance of historical archives as living, active organisms rather than mere repositories of documents from the past. Drawing on the metaphor of the human brain, the authors argue that archives, when stimulated by research, create networks of connections and foster the transmission of knowledge between the past and the present. Research in historical archives requires a complex, interdisciplinary approach, bringing together fields such as Paleography, Diplomatics, Philology, and Archival Science. The text describes practical experiences involving workshops and events held in Ceará, Brazil, which brought historical documents into schools and public institutions. These activities demonstrated the potential of archives to foster critical thinking, citizenship, and an understanding of contemporary social issues. The chapter concludes that historical archives are multidimensional spaces that, when accessed and interpreted, establish a continuum between different historical periods, generating new truths and interpretations. Promoting these collections and encouraging their active use are therefore essential for archives to fulfill their social role.*

Keywords: *Historical archives; Paleography; Knowledge networks; Interdisciplinarity; Science communication.*

2.1 INTRODUÇÃO: DO ARQUIVO HISTÓRICO ÀS REDES DE INFORMAÇÃO

Os arquivos históricos guardam textos/documentos produzidos em contextos diferentes, que refletem as ações e as relações dos seres humanos em algum momento de suas vidas. Os textos históricos produzem sentidos e conectam-se com as atitudes e os comportamentos sociais do presente; logo, o arquivo como guardião dos textos, não é algo morto e inútil, ao contrário, é um organismo vivo e atuante que joga luzes no rosto das sociedades para que elas se vejam o tempo todo.

Pretendemos, neste capítulo, fazer uma discussão sobre a relevância dos arquivos históricos não apenas como um local de guarda da memória do passado, mas como uma fonte de pesquisa das realidades humanas com prazo de validade invencível. Dessa forma, os arquivos são atuantes nas diversas instâncias como mecanismos de informação, de aprendizagem e de formação constante.

Os arquivos históricos possibilitam formar redes de conexão dos conhecimentos de uma realidade do passado que, reflete no tempo presente, estabelecendo constantemente trocas de saberes, possibilitando releituras dos acontecimentos e interpretações ou reinterpretações das realidades. Para fazer jus ao título deste capítulo, pensemos os arquivos metaforicamente como um cérebro humano que armazena informações e cria redes de transmissão e interação dos conhecimentos.

O cérebro humano é o órgão central do sistema nervoso e possui cerca de 86 bilhões de neurônios fervilhando e promovendo conexões constantes. No entanto, o cérebro necessita de estímulos, necessita de uma quantidade de estresse para funcionar plenamente, para gerar mais conexões e mais conhecimentos, caso contrário, pode atrofiar, as células poderão morrer

e sua capacidade reduz-se e poderá levar o sistema à falência, por não fazer as sinapses ou transferências de informações que alimentam e renovam cada vez mais as redes neuronais.

Dessa forma, pensemos o arquivo histórico ou permanente, classificação adotada pela Arquivologia, como um cérebro humano onde são armazenadas grandes quantidades de informações de uma sociedade. Essas informações, quando acionadas, têm capacidade de gerar novos conhecimentos, promover sinapses e estabelecer redes de interligação do passado ao presente.

O arquivo histórico compõe-se de um conjunto de textos produzidos com funções diversas em um período pretérito, cujas manifestações de uma determinada sociedade se preservam nos registros ali guardados. O arquivo não oferece somente textos para historiadores interpretarem os fatos, mas também um conjunto de outros itens que mostram o panorama cultural de uma época, como os usos da língua em que os textos são escritos, suas formas gráficas, seu léxico e sua sintaxe, o tipo de escrita predominante no período, os discursos e as ideologias subjacentes aos textos, além da materialidade da escrita, como os suportes ou matéria sustentante, os instrumentos utilizados pelos escreventes, os tipos de tinta, as mãos que escrevem, as formas de validação dos documentos e muitas outras informações que se preservam no acervo documental do arquivo histórico. Tudo isso estabelece uma conexão entre as práticas sociais do passado e as atuais, fazendo-nos perceber o processo de mudança ou de permanência das atividades humanas.

Assim como um cérebro que não é estimulado poderá reduzir sua potencialidade, atrofiar suas células e tornar-se caduco, o arquivo histórico que não é visitado e não é pesquisado vai reduzir ou perder sua capacidade como fonte de informação e tornar-se-á um amontoado de textos velhos. Seu rico acervo, composto por códices, documentos avulsos, coletâneas, imagens, fotografias e outras fontes, aos poucos vai sendo devorado pelos papirófagos, pela

ferrugem da tinta usada na escrita, pelo desgaste do suporte e por muitas outras intempéries. O arquivo histórico precisa de visitantes e de pesquisadores que possam folhear seus livros, escanear ou transcrever os textos, fazer leituras e interpretações, discutir e divulgar os resultados e compartilhar com outras pessoas os dados encontrados. Dessa forma, estamos estimulando o cérebro-arquivo a oferecer cada vez mais dados para entendermos o fluxo da vida cultural, social, política e administrativa, bem como a relação do passado com a contemporaneidade.

O arquivo histórico não é um organismo ultrapassado e morto que não interessa a ninguém; é, antes, um conjunto de informações presentes que despertam o interesse de gerações atuais. As narrativas que encontramos nos documentos arquivísticos, quando apresentadas nas salas de aula, nas mesas-redondas de congressos, nas dissertações ou teses acadêmicas, despertam a atenção e a curiosidade pelos fatos registrados e possibilitam várias interpretações que nos conduzem a um olhar crítico sobre a nossa realidade presente.

Na seção 3 deste capítulo, apresentamos algumas de nossas experiências em atividades com público diverso e com alunos do Ensino Fundamental e Médio quando, nas oficinas de paleografia, levamos os textos do arquivo histórico para conhecimento, leitura e interpretação. Na seção seguinte, fazemos imersões acerca da escrita, dos documentos e dos arquivos históricos numa abordagem interconectada desses elementos.

2.2 DA ESCRITA AOS ARQUIVOS HISTÓRICOS: AS REDES DE TRANSMISSÃO DAS INFORMAÇÕES

O arquivo histórico existe porque, muito antes dele, o ser humano criou sistemas de escrita para o registro das atividades cotidianas e para deixar marcas aos seus contemporâneos no processo de suas atividades básicas, como

a caça, a coleta e a agricultura. Conforme Mendes (1953, p. 17), "Desde que o homem é um animal gregário, vê-se obrigado a todo o momento a transmitir suas ideias a seus semelhantes. E isso se deu, é bem de ver, desde os primórdios da existência da humanidade".

Ao ver pegadas de animais na terra úmida, o homem primitivo teve a ideia de fazer registros aos pares utilizando a argila e símbolos pictóricos e, assim, a informação ficava registrada em algum suporte. Posteriormente, a escrita ganhou força, formas diferenciadas e suportes diversos, e passou a ser um instrumento de poder utilizado, sobretudo, para a administração e para manter a informação mais duradoura e potente no processo de domínio de uma classe sobre as outras.

Parece ser a administração da produção agrícola e dos bens acumulados a motivação maior para que se desenvolvesse um sistema de escrita para registros, contabilidades e prestações de conta. Berwanger e Leal (2008) apresentam várias hipóteses que poderiam ter levado ao surgimento da escrita como: a hipótese religiosa, a política, a literária e a administrativa. A hipótese administrativa parece ser a mais provável, conforme os autores, pois "a escrita teria nascido para resolver problemas burocráticos das sociedades, anotar registros precisos e extensos de produções agrícolas, registros comerciais (débito/crédito), a fim de ajudar a memória, além do que podiam ser consultados por várias pessoas durante muito tempo". (Berwanger e Leal, 2008, p. 43)

A palavra com seu poder mágico utilizada em sociedades primitivas aos poucos perdeu a vitalidade e a garantia de permanência, sendo substituída pela escrita que, salvo as exceções, permanece. Na sociedade romana surge o conhecido provérbio até hoje usado "*verba volant, scripta manent*", ou seja, as palavras voam, a escrita permanece, em que a escrita ocupa lugar de excelência na vida dos povos como forma de garantir privilégios aos que dominam essa

modalidade de língua. Mandel (2011, p.18), prova-nos com sua assertiva de que "O poder mágico da palavra pronunciada, carregada de significado, passa para a escrita e passa a valer como 'realidade' Está escrito".

A palavra escrita traz consigo o empoderamento daqueles que sabem manuseá-la, dando-lhes poderes quase divinos. Mestriner (2014) sustenta esta afirmativa.

> Elaborar e escrever os livros dos mortos era sem dúvida tarefa de nível transcendental que exigia a contratação de um escriba "reconhecido por seu poder", razão pela qual os escribas religiosos ocupavam o topo da hierarquia da profissão, trabalhando para os grandes sacerdotes, os templos, a dinastia imperial, a nobreza e a aristocracia, que atribuíam grande valor a seu trabalho, cobrindo-os de bens e regalias. (Mestriner, 2014, p.54-55)

Se atentarmos para a realidade brasileira, até o ano de 1500, todo o conhecimento era transmitido por meio da linguagem oral e arquivado na memória coletiva dos habitantes da terra. Embora ainda haja essa memória ancestral preservada por povos que resistem há mais de 500 anos de escrita, o que predominou com a chegada dos colonizadores foi a língua escrita que se mantém nos acervos sob a custódia dos arquivos brasileiros. Os discursos que prevalecem são dos colonizadores que dominavam a escrita. Por ela, eles condenaram e massacraram multidões e nos fizeram acreditar que os nativos eram inferiores, preguiçosos, violentos, criando uma imagem negativa que ainda hoje repercute. Evocamos mais uma vez, em outra obra, Mandel (2006, p. 41), ao dizer-nos que a escrita, logo ao ser inventada pelos sumérios e os outros povos mesopotâmicos, daria o poder a uma classe privilegiada. "Aqueles que possuíam a ciência da escrita eram os únicos que tinham acesso aos mistérios, bem como aos arquivos, às leis, à ciência, à economia, às informações oficiais e podiam receber e dar ordens, decidir sobre a guerra e a paz".

Da invenção e do uso da escrita por longo período de fabricação de textos escritos, chegamos aos arquivos históricos, que recebem esta denominação por não serem mais correntes, por guardarem os documentos que serviam ao sistema administrativo em um determinado período, comumente chamado de passado. Os documentos guardados em arquivos não estão mortos, apenas repousam à espera de leitores que possam revelar as histórias que eles mantêm. Os conteúdos registrados ressoam, não como uma verdade absoluta, pois precisam ser questionados, interpretados, reinterpretados e deles abstraídas outras verdades, outros vilões, outros adjetivos para os sujeitos que foram qualificados como violentos e bárbaros, se pensarmos nos povos indígenas brasileiros. Os sujeitos considerados heróis no processo histórico por promover a guerra contra os nativos, por destruir quilombos de negros refugiados, por explorar, perseguir e violentar de forma desumana os africanos escravizados e tantos outros podem ser requalificados como criminosos e verdadeiramente "bárbaros" a partir de novas leituras, quando nos deparamos com as narrativas presentes nos documentos da época dos arquivos históricos.

Desta forma, os arquivos históricos têm uma função extraordinária de juiz do passado. As leituras e as releituras dos textos históricos dos arquivos podem condenar o "herói" e salvar o "bandido" e, assim, pode-se fazer justiça ao fazer ressoar as vozes silenciadas que sussurram entre os fólios dos velhos códices empoeirados nas caixas e prateleiras dos arquivos permanentes.

Cabe aos pesquisadores de qualquer área do conhecimento, como historiadores, filólogos, linguistas, juristas dentre outros vasculhar os acervos para evidenciar os sujeitos e suas histórias. Os arquivos não estão mortos, as narrativas não se prendem a um passado sepultado, ao contrário, as histórias de vida, as violências contra os seres humanos, a exploração do trabalho, as injustiças sociais ainda estão vivas e continuam conectando pontos, formando um ciclo que gira no continuum atemporal.

O arquivo histórico é uma porta aberta que nos permite adentrar em um espaço tumultuado, percorrer os corredores de um império, inquerir as anotações e comparar ou reler os fatos. O arquivo histórico tem um sabor fantástico para o pesquisador ávido em perscrutar as narrativas ali guardadas. Pesquisar em arquivo histórico é um trabalho lento, monacal quase, mas de resultados profícuos. O pesquisador não se detém em apenas um ponto, abre a mente para as possibilidades de conhecimentos que o texto/documento possibilita navegar, portanto, gerando um conhecimento interdisciplinar.

Farge (2017) fala desse sabor do arquivo marcado pelo processo lento de cópia e de juntar pedaços, mas também de aprendizado, podemos dizer. "O sabor do arquivo passa por esse gesto artesão, lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaços por pedaços, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação" (Farge, 2017, p. 23).

Mergulhar nos arquivos históricos é um gesto que exige paciência, procura constante, fazer conexões entre as informações, copiar de forma cautelosa os textos para não incorrer em falhas de deturpação dos documentos. Deve-se respeitar a mão que escreve, preservando-se as formas gráficas de cada época, manusear com cuidado os fólios e, acima de tudo, respeitar as histórias, os sujeitos e suas narrativas. Todos esses cuidados vão além de uma busca apressada, de uma curiosidade dos fatos, pois as escolhas pelos textos e a forma de lidar com eles devem ser uma postura ética do pesquisador.

Souza (2025) traz-nos uma reflexão sobre o labor do filólogo que deve gerir suas pesquisas em torno de procedimentos éticos. Ampliamos aqui esses procedimentos para qualquer pesquisador que utiliza como fonte os arquivos históricos repletos de documentos e de narrativas de vidas, para que as escolhas dos textos, os procedimentos adotados para lidar com eles e as formas de interpretá-los sejam escolhas baseadas numa ética de pesquisa e de leitura. "O empreendimento filológico sempre foi mobilizado para diferentes

fins e nunca se alienou do fato de que seus procedimentos estão politicamente comprometidos com um sistema de valor que é, por ética revelado" (Souza, 2025, p. 25).

O pesquisador diante de um acervo arquivístico pode se deparar com muitas informações ou, ao contrário, não encontrar nada do que procura, ou ainda, não saber o que fazer com o que encontra. Nesse sentido Farge (2017, p. 23) nos diz que "O arquivo copiado à mão em uma página em branco é um fragmento de tempo capturado; só mais tarde separam-se os temas, formulam-se interpretações. Isso toma muito tempo e às vezes faz mal ao ombro, provocando estiramento no pescoço; mas ajuda descobrir o sentido".

Isso nos fortalece a tese de que o comportamento do pesquisador é caracterizado por decisões éticas que o levam a fazer interpretações de sentido; para isso é preciso ter o cuidado com os sentidos que possa dar ao seu texto. É importante lembrar-se sempre de que os sentidos são conectados a outros, uma informação tomada isoladamente poderá gerar erros graves. Insistimos na ideia de rede de conhecimentos, na conexão dos acontecimentos, no processo de desenvolvimento das atividades humanas, desde o surgimento da escrita, da produção e armazenamento dos textos escritos em acervos arquivísticos, da pesquisa com esses textos e das escolhas e das mediações que o pesquisador possa fazer em relação aos conteúdos textuais, tudo isso é permeado por um processo de atividades conduzidas por um fio conector que não se separa, por conseguinte, estabelece um elo unificando os seres humanos no tempo e no espaço.

Nesta perspectiva, correlacionamos a pesquisa em arquivo histórico numa dimensão ampla e complexa em que tudo está interligado; não devemos isolar o passado do presente, pois as consequências das ações dos antepassados repercutem e atuam na vida das sociedades contemporâneas. A pesquisa com documentos arquivísticos requer uma leitura ampla para entender o fenômeno *texto/documento* como um todo, e envolve a conexão com várias ciências, como

a Paleografia, a Diplomática, a Filologia, a Linguística, a Arquivologia, o Direito, dentre outras. O pesquisador deve ter uma visão complexa e estendida para abstrair verdades (no plural) dos fatos investigados; isso não confunde complexidade com completude, pois não existe conhecimento onisciente. Segundo Morin (2015, p. 6-7) "o pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional. Mas ele sabe desde o começo que o conhecimento completo é impossível: um dos axiomas da complexidade é a impossibilidade, mesmo em teoria, de uma onisciência".

O pensamento complexo age como integração dos conhecimentos, com a complexidade dos fatos, com as redes de conexão em oposição ao pensamento simplificador e fragmentado que isola e desintegra; dessa forma lidar com arquivos e textos históricos permite ao pesquisador várias interpretações, estabelecer elos entre passado, presente e futuro, de forma livre sem preconceito ou julgamento, mas com a finalidade de entender o fluxo dos acontecimentos. Invocamos mais uma vez Morin (2015, p.7) diante do antagonismo entre o reducionista e o simplificador e a complexidade na forma de ver o mundo. "O pensamento complexo também é animado por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado, não compartimentado, não redutor, e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento".

A pesquisa em arquivo histórico nos leva a expandir e a agir fora do arquivo ou da universidade ou de qualquer espaço onde atuamos. A pesquisa com documentos de arquivos históricos leva-nos a divulgar o conhecimento em outros ambientes, expandindo os sentidos que os textos/documentos preservam e podem gerar efeitos nas mentes daqueles que o conhecem.

Na seção seguinte, narramos algumas atividades realizadas para divulgar, questionar e interpretar os textos históricos arquivísticos como forma de expansão do pensamento crítico e complexo.

2.3 DO ARQUIVO HISTÓRICO À ESCOLA: A REDE DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Conduzimos este trabalho pela metáfora do cérebro humano, que faz constantemente redes neuronais a partir de estímulos para a realização de sinapses que são formas de transmissão das informações. Dessa maneira, também o arquivo histórico transmite informações por meio de seu acervo documental repleto de textos escritos que refletem diversas realidades. Assim como o cérebro humano necessita de impulsos para conduzir as sinapses e criar redes infinitas de conhecimento e de comunicação, o arquivo histórico também necessita de movimentos de leitura e de interpretação dos textos para criar outros conhecimentos e outras interpretações da história, precisa dos pesquisadores para desempenhar a sua função social e para que seus textos tenham sentido. Sentidos que ultrapassem uma análise simplificadora e possam atingir uma dimensão complexa dos textos/documentos.

Pensando na conexão do arquivo histórico com a sociedade, realizamos várias atividades em que levamos a Arquivologia e o arquivo para discussões em instituições do estado do Ceará que renderam parcerias frutíferas, a exemplo da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, *campus* de Quixadá, da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, dentre outras, em que realizamos eventos com palestras, mesas-redondas e minicursos para tratar da importância do arquivo e de seu acervo documental para a administração pública e para a preservação do patrimônio cultural.

Em nossas atividades, discutimos que a produção documental decorre das necessidades cotidianas das organizações, sendo os registros elaborados para formalizar atos, decisões e procedimentos administrativos. Com o passar do tempo, parte desses documentos deixa de possuir apenas finalidade

administrativa e pode passar a constituir importante fonte histórica, contribuindo para a preservação da memória institucional e para a reconstrução de acontecimentos políticos, sociais e jurídicos.

Verificamos que o acesso aos documentos históricos nem sempre garante sua compreensão. A linguagem utilizada, a grafia antiga e as características dos textos manuscritos frequentemente dificultam sua leitura por pessoas sem formação específica. Nesse cenário, destacamos a importância da Paleografia como ciência responsável pelo estudo e interpretação da escrita de qualquer época, permitindo a leitura e a compreensão de documentos produzidos em diferentes períodos históricos. Esse conhecimento possibilita a interpretação dos textos para utilização dessas fontes em pesquisas, investigações e estudos históricos, preservando o conteúdo informacional nelas registrado.

Outra ciência que abordamos foi a Diplomática, que orienta a análise da autenticidade documental. O estudo dos aspectos formais dos documentos possibilita verificar sua origem, sua estrutura, sua legitimidade e sua integridade, reduzindo os riscos de utilização de documentos falsificados ou adulterados. Sob a perspectiva jurídica, esse conhecimento possui especial relevância, uma vez que a autenticidade documental representa importante requisito para a produção de provas e para a preservação da segurança jurídica.

Durante as atividades também discutimos a teoria do Direito Penal do Inimigo, oportunidade em que foram analisadas criticamente as consequências de sua aplicação e os debates existentes acerca da seletividade do sistema penal. Nesse contexto, refletimos sobre as desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade brasileira e sobre os desafios para a concretização da igualdade material prevista na Constituição Federal, ressaltando a importância das políticas públicas voltadas à promoção dos direitos fundamentais.

As discussões igualmente abordaram o racismo estrutural e o racismo ambiental como fenômenos que contribuem para a ampliação das desigualdades sociais e afetam grupos historicamente vulnerabilizados. Evidenciamos a necessidade de políticas públicas destinadas à promoção da igualdade de oportunidades, da inclusão social e da proteção da dignidade da pessoa humana.

Outro aspecto relevante foi a reflexão acerca da informação como instrumento de cidadania. Em uma sociedade caracterizada pela ampla circulação de informações, destacamos a importância do acesso a fontes confiáveis e do desenvolvimento de uma postura crítica diante dos conteúdos divulgados. Assim, ressaltamos a necessidade de verificar a credibilidade das fontes, confrontar diferentes versões dos fatos e identificar possíveis situações de desinformação.

No âmbito jurídico, enfatizamos que a documentação exerce papel fundamental na produção da prova, podendo contribuir para o esclarecimento dos fatos em processos judiciais. Os registros documentais constituem importantes instrumentos para a reconstrução de acontecimentos e para a garantia do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da segurança jurídica.

Durante as atividades também promovemos uma reflexão sobre o período da ditadura militar brasileira, destacando a relevância dos arquivos públicos para o esclarecimento das graves violações de direitos humanos ocorridas nesse período. Nesse contexto, foi analisada a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade com a finalidade de examinar e esclarecer essas violações. Evidenciamos que a preservação da documentação oficial contribui para a proteção dos direitos à memória e à verdade, além de fortalecer as instituições democráticas.

As atividades desenvolvidas possibilitaram uma reflexão interdisciplinar, fundamentada na teoria da complexidade, segundo a qual os fenômenos não devem ser analisados de forma isolada, mas compreendidos a partir das múltiplas relações existentes entre os diferentes campos do conhecimento, conforme discutimos anteriormente.

Relatamos ainda, aqui, um evento organizado no primeiro semestre de 2026, em que reunimos vários profissionais atuantes em diferentes ambientes para discutir a importância dos arquivos e da Arquivologia para o desenvolvimento da sociedade, sobretudo do sistema educacional.

O evento intitulado "**I Encontro de atividades paleográficas, arquivísticas, históricas e culturais**" foi realizado na Escola Polo Avançado de Ensino em Tempo Integral, do município de Caucaia, Ceará, região metropolitana de Fortaleza. As atividades que aconteceram durante o evento foram promovidas de forma conjunta por instituições públicas como a Universidade Federal do Ceará – UFC, por meio do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP; da Universidade Estadual do Ceará – UECE, pelo programa de Pós-graduação Interdisciplinar em História e Letras – PPGIHL e o grupo de pesquisa Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará – PRAETECE; a Escola Polo Avançado de Ensino em Tempo Integral, do município de Caucaia, Ceará e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- Iphan. Essas instituições corroboraram por meio de seus profissionais que nelas atuam e contribuem para a expansão do conhecimento e para a aproximação e integração entre arquivo histórico, Ensino Superior e Ensino Fundamental, pois entendemos que o conhecimento não tem limites e a aprendizagem deve ser constante. Dessa forma, constituímos o compartilhamento e a solidariedade entre as unidades de ensino para o crescimento do ser humano.

O evento teve por objetivos discutir sobre a temática do patrimônio e dos arquivos para a formação dos alunos; oferecer conhecimentos nas áreas de Paleografia, Arquivologia, Patrimônio e História, visando a formação interdisciplinar dos estudantes; estabelecer e fortalecer as parcerias interinstitucionais como modo de solidariedade e de desenvolvimento humano; promover reflexão para o fortalecimento da democracia e do combate ao preconceito e defesa da inclusão social de grupos desfavorecidos; e oferecer conteúdos necessários para os alunos da escola participarem das olimpíadas relacionadas às Ciências Humanas.

As atividades ocorreram em quatro momentos: no dia 30 de abril de 2026, aconteceu a primeira etapa da oficina de Iniciação à Paleografia, em que o professor Expedito Ximenes, da UECE, em parceria com os professores da escola Polo Avançado, Helam Justo Freitas da Silva e Francisco Carlos Bernardino Filho conduziram a oficina, levando os alunos do oitavo e nono anos a conhecer os princípios básicos da ciência paleográfica para leitura de um texto manuscrito do século XIX, do acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Trata-se de uma carta de alforria do século XIX que foi lida coletivamente, discutidas as informações linguísticas e o contexto histórico da escravidão no Ceará, em que fizemos uma conexão com a realidade atual. O texto levou a uma rede de informação sobre o passado do século XIX e suas reminiscências no tempo presente do século XXI, em relação ao preconceito racial, salvo algumas alterações.

No dia 28 de maio, houve a segunda etapa da oficina de Paleografia com o professor Expedito Ximenes, que levou o texto disponibilizado pela 18ª. Olimpíada Nacional de História do Brasil – ONHB para leitura e comentários com os alunos do Polo Avançado de Ensino em Tempo Integral, do município de Caucaia, Ceará. A leitura e os comentários giraram em torno das marcas linguísticas

do texto e da realidade ali retratada, visando o entendimento da escrita para a prova das olimpíadas. A escola venceu a etapa e foi classificada em terceiro lugar, ganhando medalha de bronze estadual.

No momento das oficinas, é importante registrar o interesse e a participação dos alunos pelos textos históricos, que despertam curiosidade e muitos questionamentos pelos estudantes, que mostraram boa vontade de aprofundar os conhecimentos. Isso mostra que o arquivo histórico é um organismo vivo e merece ser divulgado para cumprir a função social e realizar as suas sinapses, levando as informações ao público diverso.

O evento teve continuação nos dias 09 e 10 de junho de 2026, após um hiato de mais de um mês, conforme a programação havia sido planejada. No dia 09 de junho, houve uma mesa-redonda com o tema: **A arquivista e a preservação documental para a memória social: arquivos, patrimônio, identidade cultural, democracia, estado de direito.** A atividade ocorreu de forma mista, com os palestrantes André Ribeiro dos Santos, arquivista da Universidade Federal de Sergipe – UFS e mestrando do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas -MAPP da Universidade Federal do Ceará – UFC, e Raphael Bahia do Carmo, arquivista e diretor do Centro de Documentação do Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do CDP/Iphan, com a mediação de Helam Justo Freitas da Silva, professor do Polo Avançado de Ensino em Tempo Integral, do município de Caucaia-Ceará.

No dia 10 de junho aconteceu a segunda mesa-redonda, cujo tema "**O papel do arquivista na preservação dos registros da resistência histórica quilombola e da ditadura militar brasileira**", com os seguintes participantes: Márcio Porto de Souza, professor do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas do MAPP-UFC, Márcia de Figueredo Lucena Lira, diretora de acompanhamento

de políticas públicas da Secretaria das Relações Interinstitucionais – SRI da Presidência da República, e a mediação de Francisco Carlos Bernardino Filho do Polo Avançado de Ensino em Tempo Integral, do município de Caucaia-Ceará.

A mesa também ocorreu de forma mista, com engajamento e participação muito atuante dos alunos da escola, que interferiram com perguntas relevantes e instigantes sobre as temáticas abordadas nas falas dos palestrantes, o que impulsionaram o debate sobre temas como política e ditadura militar, pois os debatedores falaram sobre esses temas e sobre a documentação do arquivo que forma um fundo sobre a temática.

As atividades desenvolvidas evidenciaram a estreita relação entre documentação, memória, transparência, cidadania e segurança jurídica. Podemos enxergar a necessidade de analisar o fenômeno de forma conectada, formando redes neuronais com outras áreas e, assim, o arquivo histórico ganha uma dimensão muito atuante e complexa, não esgotando as suas possibilidades.

A preservação dos documentos públicos, aliada ao acesso democrático à informação, fortalece o controle social, amplia a proteção dos direitos fundamentais e contribui para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Além disso, as experiências demonstraram a relevância da difusão dos conhecimentos arquivísticos para além da formação específica em Arquivologia, especialmente no ambiente escolar, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de compreender o funcionamento da gestão documental, exercer o controle social e valorizar o patrimônio documental como instrumento de preservação da memória e de fortalecimento da democracia.

2.4 CONCLUSÃO: DO ARQUIVO HISTÓRICO ÀS REDES DE DIVULGAÇÃO DOS CONHECIMENTOS

Expomos como centro deste capítulo o arquivo histórico, não como um depósito de textos velhos ou como um instrumento cultural de preservação da memória imaterial, mas como um organismo vivo, pungente e aberto a possibilidades de pesquisas, de conhecimentos, de acesso à cidadania e aos direitos humanos. O arquivo, tal qual um cérebro humano, poderá fazer infinitas conexões e realizar sinapses constantemente, conduzindo informações e gerando conhecimentos, outros significados e outras verdades além de uma verdade estabelecida, desde que seja estimulado por pesquisadores e seus textos possam ser lidos e relidos com diferentes olhares.

O arquivo histórico é um organismo que se renova quando seus textos são explorados à luz de teorias atuais, como temos feito no âmbito do grupo de pesquisa PRAETECE/UECE, ao trazermos os textos para investigá-los sob a perspectiva da Análise do Discurso Crítica, ou quando levamos os textos para as escolas para uma conexão com outras áreas, por exemplo. Entendemos que os discursos preservados nos textos históricos reverberaram no seu contexto de produção, mas ainda repercutem na atualidade. Quando analisamos um documento que trata da violência contra as mulheres, no século XVIII, contra as pessoas escravizadas ou as crianças órfãs no século XIX, para citar três exemplos, podemos fazer elos conectivos com as mesmas realidades vividas no século XXI.

Nesta dimensão, fazemos uma conexão com os estudos filológicos, linguísticos e críticos da linguagem, que são bastante relevantes para as ciências humanas e sociais. Lógico que os historiadores, os juristas e outros pesquisadores das humanidades encontram no arquivo histórico fontes de seus interesses e podem abordar os textos de diferentes maneiras. O arquivo histórico tem potencial para provar o direito de cidadania para aqueles que buscam documentos para isso, pode servir de provas para pessoas negras requererem

seus direitos de receberem indenizações ou o dinheiro guardado em poupanças por seus antepassados, no período da escravidão, como está ocorrendo no Brasil, além de muitas outras possibilidades.

Não damos conta de tudo que o arquivo histórico poderá oferecer aos cidadãos e cidadãs do presente, pois suas redes de conexão muitas vezes ainda não foram percebidas ou foram apenas de forma simplificada ou fragmentada, não com um olhar complexo e multidimensional, como nos lembra Morin (2015). Pode ser que muitas vezes o olhar do pesquisador não consiga alcançar a profundidade do arquivo histórico e ele [pesquisador] enxergue muito pouco ou nada, sobretudo no contexto atual da super segmentação dos conhecimentos na modernidade. Para o autor acima mencionado, "a patologia moderna da mente está na hipersimplificação que não deixa ver a complexidade do real" (Morin, 2025, p.15).

Em nossa abordagem, o arquivo histórico é multidimensional e promove a interdisciplinaridade. Portanto, ao realizarmos algumas atividades em parcerias, estamos abrindo o arquivo ao mundo, levando-o a ambientes que ainda não sabem da sua existência, da sua função e das suas possibilidades.

As atividades realizadas no estado do Ceará, narradas neste capítulo, têm refletido o quanto o arquivo histórico precisa ser mais divulgado e utilizado. Muitas outras atividades foram e continuam sendo desenvolvidas, como o Ciclo de Palestras do Arquivo Público do Estado do Ceará – CIPAPEC que, em 2026, teve sua quinta edição realizada no mês de agosto, evento coordenado pelo grupo PRAETECE da Universidade Estadual do Ceará e o Arquivo Público do Estado do Ceará e que reúne mulheres de vários setores sociais para discutirem sobre a violência de gênero em documentos históricos do arquivo e na atualidade Esse tema bastante recorrente na vida cotidiana leva ao entendimento sobre a importância do arquivo histórico e da sua vitalidade, estabelecendo redes conectivas entre passado e presente.

No âmbito social, as atividades proporcionam ao arquivo histórico trazer luzes para analisar as relações em diferentes setores da vida e também a compreender esse ambiente como *locus* de pesquisas acadêmicas que geram muitos trabalhos e formam profissionais em nível de pós-graduação.

No âmbito da Arquivologia, as atividades permitem compreender a importância da produção, da gestão e da preservação dos documentos para a segurança dos atos administrativos, bem como o percurso necessário para que determinados documentos adquiram valor secundário, ou seja, valor histórico. Nesse contexto, evidencia-se a relevância dos arquivos históricos para a preservação da memória social e para a efetivação do direito fundamental de acesso à informação pelas gerações presentes e futuras.

As atividades também possibilitam discutir a importância da diversidade de perspectivas na produção do conhecimento histórico. A partir das reflexões apresentadas por Chimamanda Ngozi Adichie sobre os riscos da "história única", compreendemos que a interpretação dos acontecimentos deve considerar diferentes fontes documentais e múltiplos pontos de vista, evitando simplificações e estereótipos.

Desta forma, o arquivo histórico, metaforizado aqui como um cérebro humano, está em constante produção de sentidos para os textos que custodia e faz com que a sociedade não seja uma estratificação do passado *versus* o presente, ao contrário, forme um *continuum* em que as duas dimensões (se de fato existem) se conectam em redes de conhecimento multidimensionais e complexas em que não se tem respostas prontas e únicas para entender os fenômenos sociais e históricos. Vale trazer aqui, para encerrar, as palavras mais uma vez de Morin (2025, p.7) "Sempre senti que verdades profundas, antagônicas umas às outras, eram para mim complementares, sem deixarem de ser antagônicas".

REFERÊNCIAS

BERWANGER, Ana Regina. LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3ª. ed. Santa Maria: editora UFSM, 2008.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2017.

MANDEL, Ladislas. **Escrita, espelho dos homens e das sociedades.** Trad. Constância Egrejas. São Paulo: Edições Rosari, 2006.

MANDEL, Ladislas. **O poder da escrita.** Trad. Constância Egrejas. São Paulo: Edições Rosari, 2011.

MENDES, Ubirajara Dolácio. **Noções de Paleografia**. São Paulo: Departamento de arquivo do estado de São Paulo Secretaria da Educação, 1953.

MESTRINER, Fabio. **4 pequenas histórias que juntas mudaram o mundo**: a escrita, o papel, a gravura e a imprensa. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2014.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 5ª. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

SOUZA, Arivaldo Sacramento de. **Ensaio para uma crítica filológica**. Salvador: EDUFA, 2025.

CAPÍTULO 3

DOCUMENTOS DO PATRIMÔNIO: O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO IPHAN – MG

Ana Luiza Brolio de Paula[33]

Resumo: Apresenta um breve histórico do Centro de Documentação e Informação, setor da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Iphan, em Minas Gerais, à luz de registros de seus antigos colaboradores. A partir disso, reflete a respeito do setor, e suas atividades arquivísticas, e como navegou entre diferentes tempos e gestões, buscando atender às expectativas institucionais e sociais. Examina as especificidades do modelo 'Centro de Documentação'; e as características e desafios do acautelamento do patrimônio no Estado de Minas Gerais, e como isso se reflete na produção arquivística. Aborda o espelhamento existente entre os 'documentos do patrimônio' e a estrutura, atividades e funções do Iphan, denotando seu valor estratégico, inclusive para o cumprimento da missão institucional do órgão.

---

33 Auxiliar Institucional I - Área II. Técnica em Museologia. Bacharel em História pela USP. Graduanda em Arquivologia. Pós-graduada em Memória e Historiografia pela PUC Minas.

Palavras-chave: Centro de Documentação; documentos do patrimônio; Iphan; políticas de patrimônio; gestão documental.

Abstract: *Presents a brief history of the Documentation and Information Center, a unit of the National Institute of Historical and Artistic Heritage, Iphan, Management Office in Minas Gerais, considering the records of its former staff members. Based on this, reflects on the sector, and its archival activities, and how it has navigated through different periods of time and administrations, seeking to meet institutional and social expectations. It examines the specific features of the model 'Documentation Center'; the characteristics and challenges of the heritage protection in the State of Minas Gerais, and how this is reflected in archival production. It addresses the existing mirroring between the 'heritage archives' and the structure, activities and functions of Iphan, denoting its strategic value, including for the fulfillment of the agency's institutional mission.*

Keywords: *Documentation Center; heritage archives; Iphan; heritage policies; archival management.*

3.1 INTRODUÇÃO

Ao recapitularmos a concepção do Iphan, inicialmente chamado de Sphan - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, concretizado pelo Decreto-lei nº 25/37 até a criação de seus braços regionais, chamados à época de Distritos, através do Decreto-Lei nº 8.534, de 1946, verificamos um intervalo de nove anos. A criação dos Distritos, a princípio de número quatro, buscava descentralizar administrativamente a autarquia e dar maior agilidade às ações de proteção

do patrimônio histórico nos Estados. O número de Distritos, posteriormente denominados de Superintendências, foi sendo ampliado ao longo de diferentes gestões, até que em 2009, esse total se igualou aos estados da federação.[34]

Dentre eles estava o 3º Distrito, com sede na cidade de Belo Horizonte, para atender Minas Gerais. Esse estado não poderia ficar de fora dessa primeira infiltração no território, por suas históricas áreas urbanas de arquitetura colonial singular, e que já representava a essência do ser autenticamente brasileiro, 'descoberto' nas viagens dos modernistas, estes que foram também os idealizadores do Sphan. Ouro Preto, por exemplo, devido a sua importância, já havia recebido esforços de proteção[35] antes mesmo da criação do Sphan em 1937.

Citamos nossa precedente colega bibliotecária e gestora do Centro de Documentação e Informação de Minas Gerais, que aponta em seu artigo que, em 1946, entretanto, essa descentralização não teria sido bem planejada, pois não havia sido articulada "uma estrutura mínima para esses Distritos, com quadro de técnicos ideal, incluindo pessoal qualificado para tratamento dos acervos arquivísticos que começaram a ser gerados (...)". (Carmo, 2016, p. 4)

A respeito da Superintendência de Minas Gerais, sabemos que até meados dos anos 2000, ou seja, por cinco décadas, esta passou por diversos endereços na cidade de Belo Horizonte, e continuou produzindo e acumulando seus documentos, registrando suas atividades institucionais, relacionadas aos bens culturais acautelados e das ações que foram realizadas nestes, sejam

34 Não abordaremos aqui os escritórios técnicos, também numerosos e presentes em difundir as ações do órgão pelo interior dos estados, nas cidades representativas que solicitam sua atuação constante.

35 O Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, transformou Ouro Preto na primeira cidade brasileira declarada Monumento Nacional.

essas de intervenção, autorização, fiscalização, inventário, entre outras. Por ter se voltado principalmente ao bem edificado, isso se traduziu, no que se refere ao formato, em uma abundância de plantas e projetos em grandes formatos.

Só podemos imaginar as condições desse conjunto documental, que nas décadas de 1940 a 1960 tinha como suporte papéis frágeis e com alto grau de acidez, em um período de verdadeira 'explosão documental' da máquina hierárquica e burocrática, com documentos sendo emitidos e recebidos de diversas partes do país. Podemos presumir as condições deste acervo, sendo transportado, possivelmente com seus extravios, para cada novo endereço. Podemos supor como seu deu seu armazenamento em cada novo local, com o cuidado por vezes até zelosos de servidores, que mesmo com boas intenções não detinham a qualificação necessária para seu cuidado. Não julgamos aqui, histórias de 'rádio corredor' de antigos funcionários, que contam de uma tentativa frustrada (ainda bem) de outrem de incinerar documentos, talvez em um momento de desespero.

Segundo Carmo (2016), apesar de ambos, Arquivo e Biblioteca do Iphan – MG, terem existido desde sua criação, e de diversos profissionais terem desenvolvido atividades em prol da sua integridade e ordenação, "até o ano de 2000 não existia um orçamento específico no âmbito do Iphan em nível nacional para o tratamento dos acervos documentais, nem tampouco profissionais da área da Ciência da Informação no quadro do Iphan – MG." (Carmo, 2016, p. 9). E essa lacuna estava, e está, refletida no organograma do Iphan, em que bibliotecas, arquivos e centros de documentação (mesmo existindo) estão ausentes da estrutura organizacional da Instituição, com exceção do Centro de Documentação do Patrimônio - CDP.[36]

---

36 Para saber mais sobre o CDP, ver: Carmo, Raphael Bahia do; Pereira, Fernando de Jesus; Souza, Odilé Viana de (org.). **Vivências da área de documentação do Iphan**. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025.

Verificamos diversos avanços e melhorias para o conjunto documental do Iphan – MG nas décadas de 1990 e 2000. Nos anos de 1990 ocorreram algumas iniciativas importantes, entre elas a contratação, através de processo licitatório, de empresa especializada para organização do acervo documental. Tal processo, entretanto, não teve continuidade em etapas posteriores, e além disso, quando ocorreu, não teria alcançado os resultados esperados, uma vez que, fugiria à alçada de empresas especializadas na organização de documentos a determinação de "procedimentos de gestão documental e processamento técnico da documentação arquivística pelo simples fato de não ter conhecimento suficiente para o entendimento das questões que envolvem a produção documental técnica do Órgão." (Carmo, 2016, p. 9)

Era evidente a ausência de diretrizes mínimas da área central para preservação dos documentos técnicos e administrativos produzidos e acumulados pela Instituição. Na Arquivologia, essa indicação normativa é representada pelo Código de Classificação da Área-fim[37] e Tabela de Temporalidade. Na ausência desse preceito, conforme aponta Bernardes (2018, p. 195) não é possível realizar a gestão documental, ou seja, "aplicar as tabelas de temporalidade e prever sistemicamente o cumprimento de prazos de guarda e eliminação".

Nos anos 2000, efetuaram-se melhorias, com a composição de um quadro funcional com pessoal qualificado, como bibliotecário, conservador e arquivista. Na época houve também um suporte com a contratação de estagiários e profissionais terceirizados. "A partir deste momento, o cenário caótico ocasionado pela carência de recursos humanos e financeiros começava a se modificar." (Carmo, 2016, p. 10)

---

37 A conquista do Código de Classificação da Área-fim e Tabela de Temporalidade foi finalmente realizada no ano de 2026, fruto do esforço dos servidores e da atual gestão do Iphan. Ver Portaria AN/MGI nº 279, de 6 de julho de 2026.

3.2 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Na década de 1990 ficou decidido a nomeação desse "setor"[38] responsável pelos documentos do Iphan – MG como "Centro de Documentação e Informação", escolha inicialmente sugerida por empresa de consultoria contratada pelo Iphan – MG. Essa denominação representa uma mistura dos papéis representados pelo arquivo, museu e biblioteca, traduzindo-se em um organismo híbrido, responsável pela gestão de acervos. "Ao mesmo tempo em que o Centro de Documentação se apropria das técnicas e metodologias da Biblioteconomia e Arquivologia, ele ultrapassa e funde esses dois universos." (Carmo, 2016, p. 8)

Essas duas entidades mescladas, a Biblioteca e o Arquivo, possuem diferenças entre si, principalmente pela forma da entrada de seus acervos nas respectivas instituições, conforme explica Bellotto:

> Assim, podemos definir biblioteca como a instituição que reúne documentos múltiplos, por compra, doação ou permuta, produzidos por fontes diversas e resultantes de atividades, pesquisas ou criações artísticas, técnicas ou científicas com fins culturais e de ensino e instrução. Arquivo é a reunião, por passagem natural, de documentos oriundos de uma só fonte geradora e, em geral constituídos por documentos em exemplares únicos congregados em fundos e divididos em séries e essas, por sua vez, em itens documentais. (2014, p. 3)

38 Embora inexistente no organograma institucional, como já mencionado.

Tessitore (2017) define em seu texto as diferenças entre todas essas instituições ligadas à Ciência da Informação, incluindo os Centros de Documentação e os Centros de Memória. Destacamos aqui, novamente a questão do modo de ingresso dos documentos (no sentido amplo do termo):

> O Centro de Documentação representa uma mescla das entidades de custódia do patrimônio documental, sem se identificar com nenhuma delas. Reúne, por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana. Esses documentos e referências podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e/ou museu. (Tessitore, 2017, p. 20)

Assim, apesar de receber o nome de Centro de Documentação e Informação - CDI, na prática, verificamos que atuam, lado a lado,dois setores, Biblioteca e Arquivo, que, apesar de dividirem um mesmo espaço, têm seu funcionamento separado. A Biblioteca tem sua maneira de aquisição de acervo, atualmente recebendo livros principalmente por doação ou permuta (embora no passado tenha tido a possibilidade de realizar compras), e o Arquivo é a acumulação dos documentos produzidos pela Superintendência.

Outra característica marcante dos Centros de Documentação, de acordo com Tessitore (2017) é a sua especialização:

> Quanto mais clara for a área temática, melhor o Centro dominará essa área e sua linguagem específica, conhecerá as pessoas e entidades envolvidas e a documentação produzida. Assim, mais eficazes se tornarão as atividades de referenciação, ampliação do acervo, recuperação da informação e atendimento ao público. (p. 21)

De fato, o CDI possui um acervo, considerando ele como um todo, extremamente especializado e ilustrativo a respeito do patrimônio histórico e cultural brasileiro, e principalmente mineiro, mas em se tratando dos documentos arquivísticos, esse conjunto foi acumulado naturalmente. E embora tenhamos visto no CDI exemplos de documentos em que constam pesquisas a respeito do patrimônio, percebemos que essas buscas por maiores informações foram feitas pelos próprios técnicos da casa, para conhecer e aprimorar as atividades demandadas pela instituição. E eventualmente essas pesquisas foram arquivadas, e enriqueceram as nossas estantes junto aos processos de trabalho.

Conforme vimos, um Centro de Documentação deveria realizar um esforço constante de ampliação de seu acervo, para o preenchimento de lacunas da informação, mas não é isso que vemos na prática[39] de trabalho do CDI, onde os documentos cotidianamente[40] dão entrada pelo protocolo. Na realidade, temos tantas tarefas para desempenhar e tantos documentos para 'tratar', que a simples ideia de realizar pesquisas para ampliar o acervo seria quase risível.

Portanto, apesar da concepção quase idealista de um grande Centro de Documentação que agregasse vários acervos e referências do patrimônio, vemos na prática o funcionamento 'em paralelo' de duas pequenas entidades dentro do CDI com suas diferentes mas correlatas áreas de conhecimento, a despeito de que o uso da sigla de fato aderiu e se tornou conhecida dentre

---

39 Ao menos não na parte arquivística das atividades do CDI, pela qual respondemos.

40 Documentos físicos ainda dão entrada pelo Protocolo atualmente. Esse é o caso principalmente das plantas e projetos arquitetônicos de grandes formatos. Tradicionalmente, o aval administrativo para a aprovação de projetos arquitetônicos se dá por meio do carimbo de aprovação do Iphan. Esse procedimento, até o momento, não foi alterado satisfatoriamente para (todas as partes) para se dar em formato eletrônico.

os consulentes externos, mas principalmente dentre os internos, que já automaticamente identificam esse 'setor' dentro da Superintendência de Minas Gerais, sendo assim atualmente impensável uma alteração nessa nomenclatura.

3.3 INFRAESTRUTURA DA CASA DO CONDE

Em meados dos anos 2000 foi realizada a mudança da antiga Superintendência do Iphan – MG, cuja sede era na Rua Bernardo Guimarães para a atual sede que fica localizada na Rua Januária, no Casarão do Conde de Santa Marinha. Localizado próxima a área central, junto à linha do trem, constitui espólio da antiga RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima), e é tombado a nível municipal e estadual, sendo valorado (patrimônio ferroviário) a nível federal.

Essa última transferência proporcionou um aumento do espaço de guarda do acervo, o que possibilitou melhorias das instalações físicas, que até então eram inadequadas. O CDI foi instalado em um amplo salão do andar térreo, onde passou a contar com uma pequena área de laboratório para conservação de documentos, com pia, bancada alta e capelas de higienização de documentos.

Nesse período, por volta de 2009, foram instalados pelo menos três grandes arquivos deslizantes dentro do CDI, além de outros três na área adjacente ao Casarão, no chamado Grande Galpão. Somando ao mobiliário, foram instalados excelentes armários de aço da mapoteca e novas estantes, mais adequadas, para a Biblioteca.

Efetivamente, as novas instalações representaram grandes melhorias para o setor, embora avanços e retrocessos façam parte da vida dos servidores das instituições públicas devido às flutuações políticas das diferentes gestões e dos diferentes atores que nela atuam. Essa premissa é ainda mais pungente para os servidores que atuam em acervos, afinal: "documentos sem o devido

tratamento e sem a execução de ações de conservação preventiva e restauração, muitas vezes, não tem tempo para esperar os bons ventos da política e perecem diante das intempéries." (Carmo; Colombo; Troitiño, 2025, p. 26 e 27)

Talvez a aquisição desse material permanente nessa grande área de guarda pareça um exagero, mas gostaríamos de evidenciar o tamanho do conjunto documental arquivístico apenas do Fundo Iphan – MG. Apenas os documentos da área fim se estendem por mais de 420 metros lineares. A documentação da área fim (ou finalística) é aquela de cunho técnico, referente à missão institucional do Iphan, ou seja, voltada às ações de preservação e difusão do patrimônio cultural brasileiro. Somando-se a essas temos os documentos da área meio (administrativa) que acrescentam mais 160 metros lineares ao conjunto. Todo esse arquivo possui uma temporalidade que abarca um período de quase noventa anos, quando da origem da instituição.

Pelo que já pudemos verificar, o tamanho do arquivo institucional acumulado pelo Iphan – MG é maior que o de todas as outras Superintendências[41] do país, ficando atrás apenas, obviamente, para o Arquivo Central do Iphan. Nos perguntamos, o porquê disso. Qual seria o diferencial do arquivo do Iphan de Minas Gerais?

Há três pontos a serem levantados aqui. Primeiramente, a quantidade desmedida de bens tombados e protegidos no estado de Minas Gerais, incluindo algumas cidades quase que inteiras, com seus específicos perímetros de tombamento, exigindo de seus técnicos constante avaliação de projetos e fiscalização. Em segundo lugar, a já comentada longevidade do 3º Distrito, que teve sua origem no ano de 1946, embora documentos de interesse a respeito

41 Essa informação aparece em relatório interno da autarquia, em documento chamado **Diagnóstico dos Arquivos do Iphan**, provavelmente do ano de 2012.

do patrimônio mineiro já eram produzidos desde 1937, figurando aí alguns dossiês de tombamento. Finalmente, a constante atividade mineradora na região, até os dias de hoje, motivando a produção de processos de licenciamento ambiental e pesquisas de prospecção arqueológica.

A extensão do arquivo institucional do Iphan – MG apenas reflete o tamanho de suas atribuições. Suas operações têm seus registros mantidos nos documentos arquivísticos. "Documento arquivístico, para além de ser informação, é sempre presunção de prova. Por ele, de certa forma, se "eternizam" os registros decorrentes do funcionamento e das atividades de uma entidade pública ou privada, demonstrando que aconteceram e como." (Bellotto, 2014, p. 4)

3.4 QUADRO FUNCIONAL

Em comparação à quantidade das atribuições da Superintendência do Iphan em Minas Gerais, temos o quadro de servidores, quase sempre insuficiente para o cumprimento pleno de seus deveres. Se para atender a área técnica da instituição, o quadro funcional já é escasso, quando nos direcionamos para seu arquivo, verificamos que a falta de pessoal qualificado para o tratamento do acervo documental desfavorece ações contínuas de descrição, classificação e difusão. E "além disso, o profissional arquivista não faz mais parte da Instituição e ainda não houve previsão para reposição da vaga." (Carmo, 2016, p. 16).

O quadro diminuto tem relação também com o fato de que o setor de Arquivo não faz parte (não plenamente) da área fim da instituição, mas também não se insere na área meio (administrativa), embora seja comumente confundida com esta última. Por não se constituir como objeto de sua missão institucional, conforme já mencionamos, o setor não faz parte do organograma, nem do

orçamento, e apesar disso também não tem estrutura organizacional própria. Assim, necessita disputar espaço e recursos dentro da própria instituição para possibilitar o seu mínimo funcionamento. De acordo com Bacellar:

> De uma maneira quase que generalizada, essa imagem se confirma na realidade em que se encontram a maioria esmagadora dos arquivos: relegados a um segundo plano nas preocupações das administrações públicas, esquecidos em um desvão rebaixado dos organogramas do Estado. (2012, p. 266)

Verificamos que no concurso nacional do Iphan em 2018, não foram contempladas vagas para Arquivista em Minas Gerais. Talvez em uma manobra, questionável, em busca de uma alternativa mais acessível, foram disponibilizadas apenas duas vagas com exigência de nível médio para Auxiliar Institucional,[42] uma para Belo Horizonte e outra para o escritório técnico de São João del-Rei. Os conhecimentos específicos exigidos para esse cargo no edital eram noções de arquivística e de gestão de documentos de arquivo. E foi nesse contexto que adentramos à equipe de servidores do Iphan.

Fazemos a ressalva que o concurso de 2018 previa uma vaga de Bibliotecária para o Iphan – MG. Também foram nomeadas uma Conservadora e Técnicas em Conservação, que eventualmente auxiliam nas incumbências do Arquivo, dentro do escopo de suas especificidades técnicas. Mas, efetivamente, nesse período o quadro do CDI passou a ser de; uma Bibliotecária, uma Auxiliar Institucional de Arquivo; e três terceirizados (número que caiu para dois nos anos seguintes).

---

42 Não censuramos a nomeação de auxiliares de arquivo, mas sim a ausência do posto de um Arquivista na Superintendência. Sugerimos que haja um Arquivista, e vários auxiliares de arquivo, inclusive distribuídos nos escritórios técnicos

Os terceirizados são contratados por meio de vagas da área meio, de cunho administrativo, mas realizam, na prática, e são orientados para isso, atividades de tratamento arquivístico: digitalização, descrição, arquivamento, busca, classificação, entre outros. Infelizmente, esses postos de trabalho já enfrentaram grande rotatividade, talvez pela pouca atratividade salarial.

Esses dois fatos; a nomeação de uma 'Auxiliar de Arquivo' e a contratação de terceirizados administrativos; chama a atenção para uma confusão geralmente realizada pelos que desconhecem a especificidade existente na Arquivologia, e portanto, desconhecem as competências que são ativadas na execução de suas práticas. Bellotto descreve perfeitamente esse fenômeno:

> É uma profissão que tem a característica de que todos os que estão a ela associados são chamados com a mesma denominação – o que não acontece em outros ramos do saber e do fazer. É chamado de arquivista, no Brasil, desde o atendente do protocolo, o guarda do depósito, o digitador, o office boy que distribui documentos, até o graduado em arquivologia, o diretor do arquivo, seja de carreira ou não, o especialista, o professor da área. E isso ainda é quando acham que ele existe, pois é bastante invisível e sua atuação profissional é confundida com os computadores, com os bibliotecários, com os secretários e com os especialistas em informática. (2012, p. 16)

3.5 ORDENAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES

Os 'documentos do patrimônio'[43] possuem variados suportes e formatos, relativos às diversas práticas de preservação. No entanto, predominam nos acervos os documentos textuais, seguido por documentos iconográficos, especialmente projetos, croquis, fotografias, slides e negativos fotográficos (também em vidro). A partir da década de 2000, pela nova orientação de proteção de bens intangíveis, houve um aumento dos registros audiovisuais, gravados em suporte de mídia como CDs, DVDs, disquetes e *pendrives*, decorrentes também da informatização e utilização crescente de tecnologias digitais.

Existem vários princípios fundamentais na Arquivologia que definem a noção do que é o documento arquivístico, que não deve ser considerado um ente isolado de seu conjunto, nem de seu contexto de produção, dentre eles salientamos aqui dois: o princípio da organicidade e o princípio da ordem original (respeito à ordem primitiva). Citando Bellotto:

> O documento, se tomado individualmente, é privado de autonomia, tem um valor escasso; ele só tem um valor máximo como parte de um contexto, como um elo de uma cadeia. ... E neste complexo orgânico de documentos todos eles estão ligados por um vínculo original, necessário e determinado... Portanto, um arquivo é formado por dois elementos: o complexo orgânico dos documentos e o complexo das relações que, desde a origem de cada um deles, permeiam em meio a esse complexo " (Bellotto, 2014, p. 6)

43 Apelido dado aos documentos acumulados e produzidos pelo Iphan no decorrer de suas atividades institucionais.

Tomando assim, por exemplo, esse grande conjunto orgânico documental produzido pelo Iphan, voltamos nossa atenção para a opção adotada no Iphan – MG, no que se refere ao seu ordenamento, que foi o arranjo alfabeto-geográfico. Essa organização foi herdada do Arquivo Central do Rio de Janeiro. Antes dela, costumavam-se separar os documentos textuais dos documentos chamados especiais (fotos, gravuras, mapas, plantas etc.), realizando-se uma separação por tipologias.

Esse sistema foi substituído por Carlos Drummond de Andrade,[44] que passou a organizar a documentação em dossiês. Isso facilitava o trabalho técnico dos servidores da repartição, que podiam consultar os dossiês, onde as informações referentes a cada bem cultural estavam reunidas. Após essa consolidação, a documentação era ordenada a partir da localização geográfica dos bens (Estado, Município e Distrito), seguindo a sequência alfabética.

A organização geográfica é significativa, uma vez que, considerando o patrimônio material, especialmente o edificado, cuja atenção era priorizada à época, vemos uma forma de ordenamento do conhecimento que buscava controlar os bens distribuídos territorialmente. Como afirma Suano: "Não se domina o que não se conhece." (1986, p. 37)

O Arquivo Central também costumava recolher parte da documentação de suas Superintendências Regionais. Carmo relatou essa prática:

> Além disso, o recolhimento de documentos textuais e especiais, realizado de forma desordenada, sem justificativa e principalmente sem nenhum registro, nas diversas

44 Escritor, poeta e servidor do Iphan. Este à frente do Arquivo entre 1946 a 1962, se aposentando como Chefe da Seção de História na Divisão de Estudos e Tombamentos da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

> Superintendências Estaduais do Iphan, pelo Arquivo Central do Iphan localizado no Rio de Janeiro, até o final da década de 1980, acarretaram lacunas na documentação acumulada. (2016, p. 6)

Um exemplo notório desse recolhimento é percebido no caso dos Dossiês de Tombamento, cujos originais de todo o Brasil, foram reunidos no Rio de Janeiro. No Iphan – MG restaram cópias feitas em xerox dos dossiês de tombamento de Minas Gerais, remédio adotado localmente, talvez pelo receio da perda de acesso a essas informações tão preciosas, em um período em que, vale lembrar, não havia internet.

A partir de 1990 em diante, o Arquivo Central deixou de lado a prática de recolher os acervos de suas Superintendências, ficando responsável somente por aqueles oriundos dos setores da sede. A documentação produzida por essas representações regionais passou a ser preservada no âmbito de suas localidades.

Outro problema também aludido por Carmo, era "a criação de arquivos individualizados que permaneciam em poder do seu produtor ao invés de serem encaminhados para a unidade de documentação (...)". (2016, p. 5) Fato igualmente percebido por nós, como nos casos de servidores que se aposentam, realizam transferência para outra unidade, querem limpar suas salas, ou ainda quando decidem entrar definitivamente para o regime remoto, e resolvem, portanto, despachar para o CDI seus arquivos "pessoais", acumulados no dia-a-dia de suas funções no Iphan, sem nenhuma listagem ou relação. Pior ainda é quando discretamente depositam em algum "cantinho" pouco visível, normalmente junto a algum depósito.

Tal prática tem como possível causa a falta de confiança no Arquivo como um setor capaz de manter as informações utilizadas por esse consulente acessíveis quando necessário. E como consequência de tal expediente, vemos

as possíveis lacunas que podem passar a existir no arquivo, como buracos em um tecido orgânico. Outra consequência são também as *terríveis* cópias e duplicatas de documentos. Exemplificamos, de forma simples, que se houver uma única cópia para cada documento existente, dobra-se o tamanho de um arquivo inteiro!

Todas essas questões relacionam-se com a já mencionada ausência de uma política central de gestão documental, manifestada em um "salve-se quem puder" nas superintendências e escritórios técnicos. Na Superintendência do Iphan – MG foi feita uma classificação em séries, até que bem idealizada, pois divide as séries nos documentos produzidos em cada uma das atividades relacionadas aos diferentes tipos de acautelamento. Alguns exemplos, como as séries: "Monumentos", a respeito de intervenções e projetos em bens que são tombamentos isoladamente; "Intervenções em imóveis", que trazem análises de intervenção ou fiscalização em imóveis dentro de perímetros tombados; "Arqueologia", referentes a processos de licenciamento ambiental e diagnósticos arqueológicos; "Ferroviário", relacionados a processos de valoração e cessão de bens valorados; e 9) "Imaterial", que trata de processos de registro e salvaguarda do patrimônio imaterial.

Todavia, há o caso tragicômico da série "Assuntos Gerais", que pode também aparecer em outras instituições com o nome de "Diversos" ou "Vários". Aquele lugar que você guarda documentos que não sabe onde colocar, e nunca mais procura porque nele pode ter qualquer coisa guardada. Acaba sendo, numa descrição exagerada, um 'buraco negro', para onde os documentos vão e nunca mais são achados. A existência de séries assim também reflete uma falta de entendimento completo de como a instituição funciona, pois há atividades registradas que não estão sendo incorporadas nas séries usuais. Nesse sentido, reforçamos novamente o princípio da organicidade documental quando verificamos que há um espelhamento com o funcionamento da instituição, conforme Bellotto: "É o princípio pelo qual as relações administrativas

orgânicas se refletem nos conjuntos documentais. É a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas." (2014, p. 4)

3.6 MEDIAÇÃO

Citando novamente Bellotto, os arquivos objetivam simultaneamente servir à administração e cumprir sua função social: "Sua função é servir à administração por meio dos arquivos correntes e à historiografia por meio dos arquivos permanentes." (2014, p. 8) Segundo a autora, os documentos de arquivo servem de ferramenta para três tipos diferentes de uso: 1) uso prático, que corresponde a ações que têm sentido administrativo, técnico e/ou jurídico; 2) uso acadêmico, de caráter científico para análise dos pesquisadores; e 3) uso popular, de acesso à informação pelo cidadão comum. (Bellotto, 2012, p. 6)

Partindo da colocação dessa autora, já podemos presumir que CDI possui também esse triplo papel. Primeiramente, serve ao funcionamento de sua administração, dando informações, documentos e suporte aos seus colaboradores. Em segundo lugar, o arquivo presta consulta a pesquisadores, pelo seu caráter histórico. Ademais, as informações devem ser acessíveis aos cidadãos para consulta pública, seguindo a Lei de Acesso à Informação,[45] até porque o Iphan presta um serviço público.

De fato, verificamos o interesse acadêmico dos pesquisadores que buscam principalmente informações históricas, artísticas e/ou arquitetônicas:

---

45 Lei de n° 12.527/ 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

> Os dados e informações fornecidos pelos dossiês, processos e documentos produzidos a partir da fiscalização tendo como finalidade a realização de intervenções nos bens culturais protegidos, revelam a metodologia e evolução das técnicas empregadas na conservação, restauração e preservação utilizadas na proteção do patrimônio histórico edificado em Minas Gerais, em nível federal, bem como revelam a atuação do Iphan – MG na proteção do patrimônio histórico artístico e cultural, sendo objeto de estudo para muitos pesquisadores que regularmente consultam a documentação reunida no CDI/Iphan – MG. (Carmo, 2016, p. 3)

Contudo, enfatizamos aqui o uso prático do arquivo, que é diariamente solicitado pelos colaboradores da Superintendência, o que nos denota uma valorização interna desse acesso às informações para o próprio funcionamento de sua missão institucional.

Costumeiramente a fase permanente dos arquivos é descrita pela Arquivologia, dentre outras características, como aquela em que não há solicitação de informações[46] para seu uso prático. Assim, apontamos uma curiosidade a respeito do arquivo no Iphan, que é a existência de demanda por consulta em arquivos de até 80 anos atrás pelos próprios colaboradores. Percebe-se assim uma utilização primária do arquivo permanente por um período maior do que seria comum em outros arquivos.

---

46 Chamado costumeiramente de "Arquivo Morto", termo evitado por profissionais da Arquivologia, pela falsa ideia de inutilidade que traz.

E se, por exemplo, uma foto da década de 1950 pudesse revelar a fachada original de um imóvel que foi encontrado alterado em uma fiscalização atual? Ora, isso é conferido pela própria missão institucional do Iphan, que se volta à preservação do patrimônio. E para se preservar o patrimônio histórico, as informações referentes a esses bens culturais também devem estar preservadas para serem acessadas, e com uma frequência maior do que acontece em outros arquivos públicos.

Dessa maneira, as informações e referências encontradas em seu acervo documental retroalimentam processos de análises, intervenções e pareceres realizados por seus técnicos, que por sua vez se refletem nas ações de proteção do patrimônio. Vemos assim a existência de um diálogo e uma retroalimentação entre arquivo/documento e instituição/atividade.

E os mediadores da informação, que são os profissionais da informação, que podem ser os funcionários de arquivos, bibliotecas ou museus, têm um importante papel de caráter social em disponibilizar os documentos que detêm informações de interesse para pesquisadores e para o público em geral, ajudando a fomentar o desenvolvimento científico e social. (Santos; Brandão; Araújo, 2025, p. 6)

Só quem trabalha em arquivo sabe o prazer de localizar um documento (*Achei!*), usualmente com urgência, após algumas dificuldades na busca, realizando verdadeiros trabalhos detetivescos. "Muitos (...) acham que é normal, nos arquivos, os erros, as confusões, o não acharem-se papéis. E julgam que ocorre um "milagre" quando encontram a informação que procuram. É preciso fazer com que mude essa situação." (Bellotto, 2012, p. 16)

A mediação, de acordo com Almeida Junior, 2009 apud Santos; Brandão e Araújo, 2015, pode ocorrer de forma explícita, feita diretamente com o usuário, mesmo que remotamente, ou de maneira implícita, *sem a participação do usuário*: "como

é observado nas atividades de descrição documental, elaboração de instrumentos de pesquisa e planos de classificação, ordenação e armazenamento dos documentos, dentre outras. (Almeida Junior, 2009, p. 92-93 apud Santos; Brandão; Araújo, 2025, p. 5)

Dessa maneira, o arquivista (ou trabalhador de arquivo) em seu trabalho cotidiano *sempre* está realizando e praticando a mediação, pois mesmo em seu trabalho invisível, em suas tarefas de 'formiguinha', este procura cada vez mais aprimorar os instrumentos de acesso à informação, para o pleno atendimento às necessidades do usuário, seja ele quem for. "A satisfação de ser bem atendido, prontamente atendido, corretamente atendido – é o melhor fator da composição de uma imagem positiva do arquivo e dos arquivistas, seja pelos usuários internos nos arquivos correntes, seja pelos usuários externos no arquivo histórico." (Bellotto, 2012, p. 16)

3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesse artigo refletir sobre a importância dos 'documentos do patrimônio' para a sociedade e para sua própria instituição produtora - o Iphan, bem como destacar o papel que o Arquivo do CDI realiza na preservação e difusão desses documentos do patrimônio e suas informações.

Notamos, cada vez mais, com uma ponta de esperança, melhorias no reconhecimento do Arquivos, e de seu papel para o Estado e para os cidadãos como um todo:

> A propósito, vale lembrar que a "memória" de um governo é um lastro para a boa governança, um insumo estratégico para a tomada de decisões e que o patrimônio arquivístico,

> em papel ou digital, é um "bem público", de valor intangível, que o Poder Público tem o dever de proteger e preservar. (Bernardes, 2018, p. 15)

No Iphan, a atuação do CDP que busca estimular e trazer direcionamentos aos arquivos regionais do Iphan, nos traz renovadas perspectivas e afazeres. Concluímos que o bom desempenho da gestão do Iphan, por se basear na preservação do patrimônio a longo prazo, depende inteiramente da preservação de informações e referências à esse patrimônio também por um longo período.

Assim, resta-nos um alerta, de que ignorar ou postergar medidas de salvaguarda desse acervo arquivístico - o que inclui a valorização do setor e a boa gestão documental (também de documentos eletrônicos e digitais) - pode representar uma ameaça a esse conjunto, e consequentemente, ao próprio desempenho da instituição, e para o que ela representa à sociedade.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Acesso à informação, direito à memória: os arquivos públicos em questão. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 265-276, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/21610>. Acesso em: 01 set. 2026.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 22, n. 44, p. 5-18, 2012. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/402>. Acesso em: 01 set. 2026.

_____. O sentido dos arquivos. **I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais (DIARQ)**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Os desafios da gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, Nº 6, p. 190 - 207, abril de 2018. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/06/pdf/Revista_do_Arquivo_6_-_Especial_Seminario_-_Os_desafios_da_gestao_e_preservacao_de_documentos_arquivisticos_digitais.pdf>.

BRASIL. **Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933**. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>. Acesso em: 5 set. 2026.

_____. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 5 set. 2026.

_____. **Decreto-Lei nº 8.534, de 02 de janeiro de 1946**. Passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8534-2-janeiro-1946-458447-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 set. 2026.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 08 set. 2026.

_____. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Arquivo Nacional. **Portaria AN/MGI nº 279, de 6 de julho de 2026**. Aprovar o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-an/mgi-n-279-de-6-de-julho-de-2026-718444103>. Acesso em: 5 set. 2026.

CARMO, M. E. . Centro de Documentação e Informação do Iphan em Minas Gerais: preservação do patrimônio documental histórico. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG. online)** , v. 9, p. 1, 2016.

CARMO, Raphael Bahia do; COLOMBO, Ana Beatriz; TROITIÑO, Sonia. Breve relato sobre a relação do Iphan com os arquivos. In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). **Vivências da área de documentação do Iphan**. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 1, p. 16-34. DOI: 10.22477/9788570132472.cap1. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/1024>. Acesso em: 01 set. 2026.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, Iphan, n. 34, 2012, p. 147-165.

DE SOUZA, Nayara Cavalini. Arquivo do Patrimônio. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-lucio-costa/dicionario-do-patrimonio/verbetes/a/arquivo-do-patrimonio>. Acesso em: 07 set. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativo às atividades-fim do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Orientação técnica: Arquivo Nacional. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília: Iphan, 2025. 26 p.

_____. Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. Programa de Gestão Documental do Iphan/ [org. Francisca Helena Barbosa Lima e Zulmira Canário Pope]. - Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008. **Cadernos de pesquisa e documentação do Iphan**; 5. Disponível em: <https://bibliotecadigital-web.iphan.gov.br/server/api/core/bitstreams/62a3678f-cd4c-4762-9639-28630534b634/content>. Acesso em: 01 set. 2026.

_____. Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do Iphan. **Diagnóstico dos Arquivos do Iphan**. Relatório interno. 2012.

SANTOS, Derian; BRANDÃO, Gleise; ARAUJO, Germana. Análise das leis n. 8.159/1991, 12.527/2011 e 13.709/2018 segundo suas contribuições no auxílio às atividades dos arquivistas e bibliotecários, voltadas à mediação da informação. **Em Questão**, v. 31, e-142952, 2025. Disponível em: <https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A11%3A25229307/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Acrawler-gcd&id=ebsco%3Agcd%3A192061964&crl=c&jrnl=18078893&link_origin=scholar.google.com>. Acesso em: 01 set. 2026.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TESSITORE, Viviane. Arquivos, centros de documentação e de memória: perfis institucionais e funções sociais. **ARQUIVOS PESSOAIS: experiências, reflexões, perspectivas**, p. 12, 2017. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Arquivos-pessoais_experiencias_reflexoes-perspectivas_1_e-book.pdf#page=13>. Acesso em: 01 set. 2026. .

CAPÍTULO 4

REVISÃO DO CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO E TABELA DE TEMPORALIDADE DA ÁREA FIM DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Review of the Classification Scheme and Records Retention Schedule for the Core Activities of the National Institute of Historic and Artistic Heritage (Iphan)

Rayssa Macedo[47]

Resumo: Analisa o processo de revisão do Código de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das atividades-fim do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), desenvolvido entre 2025 e 2026, no contexto da implementação e consolidação da política

47 Servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

de gestão documental da instituição. Com base em pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, examina a trajetória histórica de elaboração dos instrumentos arquivísticos do Instituto desde a década de 1990, bem como as atas das reuniões realizadas entre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e o Arquivo Nacional durante o processo de revisão. Os resultados evidenciam que a adoção da classificação funcional permitiu uma representação mais adequada das competências institucionais do Iphan, contribuindo para o aprimoramento dos instrumentos de classificação, avaliação e destinação documental. O estudo também identifica desafios relacionados ao elevado valor permanente de parcela significativa da documentação produzida pelo Instituto, à necessidade de contemplar de forma equilibrada as diferentes dimensões do patrimônio cultural e à definição de critérios claros para atividades classificatórias específicas. Conclui que a aprovação dos instrumentos em junho de 2026 representou um marco na gestão documental do Iphan, consolidando um processo institucional iniciado décadas antes e reforçando a importância da articulação entre o Instituto e o Arquivo Nacional para o desenvolvimento de políticas arquivísticas voltadas à preservação da memória e à gestão eficiente dos documentos públicos.

Palavras-chave: Instrumentos de Gestão de Documentos, Código de Classificação de documentos; Tabela de Temporalidade, Comissão Permanente de Avaliação de documentos; Iphan; Arquivo Nacional e patrimônio Cultural.

Abstract: *This article examines the revision process of the* ***Records Classification Scheme*** *and the* ***Records Retention and Disposition Schedule*** *for the core activities of the* ***National Historic and Artistic Heritage Institute (Iphan)****, carried out between 2025 and 2026 within the context of implementing and consolidating the institution's records management policy. Based on qualitative bibliographic and documentary research, it examines the historical development of the Institute's*

*archival instruments since the 1990s, as well as the minutes of meetings held between the **Permanent Commission for Records Appraisal (CPAD)** and the **National Archives of Brazil** during the revision process.*

The findings demonstrate that the adoption of a functional classification approach enabled a more accurate representation of Iphan's institutional functions and responsibilities, contributing to the improvement of records classification, appraisal, retention, and disposition instruments. The study also identifies challenges related to the significant permanent value attributed to a large portion of the documentation produced by the Institute, the need to ensure a balanced representation of the different dimensions of cultural heritage, and the establishment of clear criteria for specific classification activities.

The article concludes that the approval of these instruments in June 2026 represented a milestone in Iphan's records management framework, consolidating an institutional process initiated decades earlier and reinforcing the importance of cooperation between the Institute and the National Archives of Brazil in the development of archival policies aimed at preserving institutional memory and ensuring the efficient management of public records.

Keywords: *Records Management Tools; Records Classification Scheme; Records Retention and Disposition Schedule; Permanent Commission for Records Appraisal; Iphan; National Archives of Brazil; Cultural Heritage.*

4.1 INTRODUÇÃO

O primeiro diagnóstico dos acervos arquivísticos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi realizado em 1990, no âmbito da Inventariança, em função da extinção da Fundação Pró-Memória. Já havia, então, uma preocupação com a definição de métodos de controle e gestão

dos acervos institucionais, explicitados através de documentos normativos produzidos à época (Ordens de Serviço, Determinações, Instruções de Serviço). Em 2001, em função da identificação de problemas oriundos da falta de gestão dos acervos, foi retomada a iniciativa institucional de dar encaminhamentos que resolvessem de modo amplo e integrado a questão que impactava toda a instituição. Esse momento foi considerado a Fase "um" ou de Estudos Preliminares para a implementação de um plano de gestão de documentos, e contou com a participação da Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN) através de celebração de convênio, no qual o Arquivo Nacional (AN) atuou como coordenador. O parecer do AN apresentava um diagnóstico da situação e orientações para o seguimento dos trabalhos. Em 2003 foi implantado o Sistema de Controle de Processos e Documentos (CPROD), de modo experimental, na Administração Central (Brasília). Ainda em 2003 foi nomeada uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) pela presidência do Iphan para elaboração do Código de Classificação da Área-fim, que seria submetido ao Arquivo Nacional para avaliação. Somente entre 2004 e 2006 foi realizado outro censo dos acervos, dessa vez com o objetivo de iniciar efetivamente o processo de implementação de políticas arquivísticas para o Iphan. Esse censo levantou informações não somente sobre os acervos, mas também acerca da identificação das unidades, infraestrutura e serviços. O recenseamento foi realizado em parceria com profissionais da Associação de Arquivistas Brasileiros – AAB. Essa parceria também previa, como um dos produtos resultantes dos trabalhos, uma proposta de Código de Classificação de Documentos da Área-fim, levando em consideração os estudos realizados pela Comissão composta em 2003. Foi realizado mapeamento de processos da área finalística e o fluxo documental, além da apresentação de propostas para continuidade dos trabalhos de implementação do programa de gestão de documentos, que elencava fases e ações necessárias para que fosse dado seguimento às atividades. O histórico desse trabalho, assim como a proposta do Código de Classificação da área-fim do Iphan, foi publicado nos Cadernos de Pesquisa e Documentação do Iphan, nº 5, em 2008. No entanto, em 2013,

novamente foi reunido um grupo de técnicos do Iphan, dessa vez composto integralmente por arquivistas da Coordenação de Documentação e Informação (CODIN), para proceder à revisão do instrumento anterior e dar continuidade aos trabalhos. Foram realizadas diversas entrevistas e visitas técnicas às unidades descentralizadas a fim de consolidar e validar os questionários respondidos anteriormente, atualizar informações sobre os acervos e mapear os processos de trabalho que geravam documentos. O resultado dos trabalhos foi submetido à apreciação institucional, porém não houve formalização de apresentação para análise junto ao Arquivo Nacional. Ainda assim, o instrumento foi utilizado no âmbito da implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, por contemplar de forma satisfatória os macroprocessos institucionais. Posteriormente, em 2021, foi redesenhada a composição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e proposta a elaboração de um novo instrumento, apresentado em 2022, com a orientação da equipe do Arquivo Nacional. Entretanto, considerando que nenhum dos arquivistas da instituição participou da elaboração do instrumento, a diretoria colegiada deliberou pela sua revisão. Dito isso, a partir de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, este capítulo tem como objetivo relatar e analisar os trabalhos realizados no processo de revisão dos instrumentos de Código de Classificação e de Tabela de Temporalidade, tomando como fonte documental as atas das reuniões realizadas com o Arquivo Nacional entre os anos de 2025 a 2026, até a autorização dos instrumentos, em 6 de junho de 2026.

Cabe destacar, ainda, que as discussões apresentadas neste capítulo decorrem da experiência da autora enquanto presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com formação e atuação profissional na área de Arquivologia. Essa posição possibilitou acompanhar diretamente as etapas de discussão, análise e revisão dos instrumentos, bem como os desafios e as decisões institucionais envolvidos nesse processo.

4.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E SUA APLICAÇÃO

A gestão de documentos no âmbito da Administração Pública Federal encontra fundamento na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Em seu art. 1º, a referida Lei estabelece que é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivo, como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico, bem como elemento de prova e informação. O art. 18, por sua vez, atribui ao Arquivo Nacional competências relacionadas à gestão e ao recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, à preservação e ao acesso aos documentos sob sua guarda, bem como ao acompanhamento e à implementação da política nacional de arquivos.

Nesse contexto, considerando que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal integrante do Poder Executivo Federal, suas atividades de gestão documental estão inseridas no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA). Dessa forma, os procedimentos de classificação, avaliação, temporalidade e destinação dos documentos produzidos e recebidos pelo Instituto devem observar as normas, diretrizes e orientações estabelecidas no âmbito do Sistema, especialmente aquelas emanadas do Arquivo Nacional, na condição de órgão central do SIGA.

Essa relação não deve ser compreendida como uma relação de subordinação administrativa do Iphan ao Arquivo Nacional, mas como uma organização sistêmica da gestão de documentos no Poder Executivo Federal. O Arquivo Nacional exerce, no âmbito do SIGA, atribuições de coordenação, orientação e estabelecimento de diretrizes e procedimentos técnicos destinados a promover a padronização e a adequada gestão dos documentos arquivísticos produzidos e recebidos pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema.

No que se refere aos instrumentos de gestão documental, o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo constituem instrumentos fundamentais para a organização, avaliação e destinação dos documentos. Segundo o Arquivo Nacional, esses instrumentos refletem as funções e atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades, possibilitando a classificação dos documentos, a definição dos prazos de guarda e a identificação daqueles que deverão ser preservados permanentemente ou eliminados.

No âmbito do Poder Executivo Federal, os documentos relativos às atividades-meio devem ser classificados e avaliados de acordo com os instrumentos técnicos arquivísticos aprovados pela Portaria AN/MGI nº 174, de 23 de setembro de 2024, que atualizou os instrumentos anteriormente aprovados pela Portaria AN nº 47, de 14 de fevereiro de 2020. Para os documentos relativos às atividades-fim, por sua vez, os órgãos e entidades devem elaborar instrumentos técnicos específicos, considerando suas respectivas funções e atividades institucionais, os quais são submetidos à análise e aprovação do Arquivo Nacional.

A construção desses instrumentos está diretamente relacionada à definição do modelo de classificação adotado. Na literatura arquivística, a classificação pode ser estabelecida a partir de diferentes elementos, dentre os quais se destacam a estrutura organizacional, o assunto e as funções e atividades que deram origem aos documentos.

Em sua obra *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, publicada originalmente em 1956, Theodore Roosevelt Schellenberg apresenta diferentes possibilidades para a classificação dos documentos públicos, destacando a classificação funcional, a classificação organizacional ou estrutural e a classificação por assunto. Na classificação funcional, os documentos são agrupados de acordo com as funções e atividades que determinaram sua produção; na classificação estrutural, o agrupamento está relacionado à estrutura administrativa

responsável pela produção ou acumulação dos documentos; enquanto a classificação por assunto toma como referência o conteúdo temático ou o objeto tratado nos documentos.

A classificação funcional apresenta particular relevância para a gestão de documentos públicos por estabelecer como elemento central as funções e atividades institucionais que dão origem à produção documental. Essa perspectiva permite preservar o vínculo entre o documento e o contexto de sua produção, sem condicioná-lo exclusivamente à unidade administrativa responsável por sua produção ou acumulação em determinado momento.

Uma das principais vantagens desse modelo consiste em sua maior estabilidade diante de alterações na estrutura organizacional. Unidades administrativas podem ser criadas, extintas, fundidas ou ter suas competências modificadas, sem que necessariamente ocorram alterações nas funções institucionais que justificam a existência da organização. Assim, ao utilizar as funções e atividades como elementos estruturantes da classificação, o instrumento tende a permanecer aplicável mesmo diante de mudanças no organograma institucional.

Essa característica também apresenta repercussões positivas para a avaliação documental. Ao relacionar os documentos às funções e atividades que determinaram sua produção, torna-se possível analisar a importância administrativa, jurídica, fiscal, histórica e informativa dos conjuntos documentais considerando o contexto em que foram produzidos. Consequentemente, a classificação funcional contribui para uma definição mais coerente dos prazos de guarda e da destinação dos documentos.

Outro aspecto relevante diz respeito à recuperação da informação. A classificação baseada nas funções e atividades possibilita que os documentos sejam identificados a partir da ação institucional que representam, favorecendo

a compreensão do contexto de produção documental e reduzindo a dependência das sucessivas alterações na estrutura administrativa. Nesse sentido, o instrumento de classificação não se limita a organizar fisicamente ou intelectualmente os documentos, mas também contribui para representar as atividades desenvolvidas pela instituição.

No âmbito da Administração Pública Federal, a adoção dessa perspectiva mostra-se especialmente pertinente em razão da dinâmica das estruturas administrativas. As mudanças decorrentes de reformas administrativas, alterações de competências, criação ou extinção de unidades e mudanças de gestão podem modificar significativamente o organograma dos órgãos e entidades. Caso a classificação documental esteja fundamentada exclusivamente na estrutura organizacional, essas alterações podem comprometer a estabilidade e a continuidade dos instrumentos arquivísticos.

No caso específico do Iphan, essa questão assume particular relevância. Como autarquia federal integrante do Poder Executivo Federal, o Instituto está inserido em um contexto administrativo sujeito a alterações de gestão e de estrutura organizacional. Mudanças nas administrações podem repercutir na composição dos cargos de direção, na distribuição das competências e na organização das unidades responsáveis pela execução das atividades institucionais. Entretanto, tais alterações estruturais não significam, necessariamente, o desaparecimento ou a criação de novas funções institucionais.

Nesse cenário, a adoção de uma classificação fundamentada nas funções e atividades apresenta-se como uma alternativa metodologicamente mais estável para a representação da produção documental do Instituto. O foco desloca-se da unidade administrativa que, em determinado período, executa determinada atribuição para a própria função institucional que justifica a produção dos documentos. Dessa maneira, alterações no organograma não necessariamente exigem a reformulação integral do Código de Classificação.

A perspectiva funcional também possibilita uma representação mais próxima da própria finalidade da instituição, uma vez que evidencia aquilo que o órgão efetivamente realiza no cumprimento de suas competências legais. No caso do Iphan, cuja atuação envolve diferentes dimensões relacionadas à preservação, proteção, identificação, promoção e gestão do patrimônio cultural, a classificação pelas funções e atividades permite representar a complexidade da atuação institucional sem vinculá-la rigidamente às estruturas administrativas que podem sofrer alterações ao longo do tempo.

Assim, a escolha da classificação funcional para a elaboração do Código de Classificação das atividades-fim do Iphan encontra respaldo tanto na literatura arquivística quanto nas orientações e procedimentos estabelecidos pelo Arquivo Nacional para a elaboração dos instrumentos de gestão documental dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Mais do que uma opção metodológica, a adoção desse modelo contribui para conferir maior estabilidade ao instrumento, preservar o contexto de produção dos documentos e estabelecer uma relação coerente entre classificação, avaliação, temporalidade e destinação.

Nesse sentido, a elaboração e a revisão dos instrumentos de gestão documental do Iphan devem considerar não apenas a estrutura administrativa vigente no momento de sua elaboração, mas, sobretudo, as funções e atividades que caracterizam a atuação institucional. Essa abordagem permite que o Código de Classificação apresente maior capacidade de permanência diante das transformações administrativas e, simultaneamente, represente de maneira mais consistente a produção documental decorrente do cumprimento das competências institucionais do Instituto.

4.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Código de Classificação de Documentos constitui um esquema hierárquico que organiza os documentos em classes, subclasses, grupos e subgrupos, partindo-se do geral para o particular. As classes principais correspondem às grandes funções desempenhadas pela instituição e são subdivididas sucessivamente em subclasses, grupos e subgrupos. Cada nível da estrutura hierárquica é identificado por um descritor, ao qual são associados códigos numéricos ou alfanuméricos, notas explicativas e notas remissivas.

No caso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), os descritores foram elaborados com o objetivo de representar, na estrutura hierárquica do Código de Classificação, as funções e atividades desempenhadas pela instituição no cumprimento de suas competências. Na construção dos descritores, procurou-se, sempre que possível, privilegiar expressões que denotassem ações ou conteúdos de ações, de modo a evidenciar os resultados de determinadas operações, procedimentos ou práticas realizadas pelo Instituto no exercício de suas atribuições finalísticas.

A codificação numérica ou alfanumérica segue o método decimal e reflete a relação de subordinação existente entre os diferentes níveis da estrutura do CCD, contribuindo para a ordenação e a localização dos documentos, tanto física quanto logicamente. O método de codificação decimal utiliza dez classes principais, que podem ser subdivididas sucessivamente em subclasses, grupos e subgrupos. A disposição dos códigos permite visualizar a relação hierárquica entre os elementos, de modo que os subgrupos estejam subordinados aos grupos, os grupos às subclasses e as subclasses às classes.

Nesse modelo, a codificação das classes é representada na centena e as subclasses correspondem às dezenas, enquanto os grupos são representados pela unidade. Após o terceiro dígito, utiliza-se o ponto para indicar o nível dos subgrupos, prosseguindo-se a subdivisão decimal conforme o grau de especificidade necessário à representação das atividades institucionais.

Para a codificação das classes correspondentes às atividades finalísticas do Iphan, foram utilizados os códigos de 100 a 300, correspondentes às seguintes funções:

100 – Gestão da preservação do patrimônio cultural brasileiro
200 – Fiscalização e monitoramento do patrimônio cultural nacional
300 – Promoção e difusão do patrimônio cultural brasileiro

As três classes principais representam, portanto, grandes funções finalísticas desempenhadas pelo Instituto e foram subdivididas em subclasses, grupos e subgrupos, aos quais foram atribuídos códigos numéricos de acordo com o método decimal.

A classe **IPH.100 – Gestão da preservação do patrimônio cultural brasileiro** contempla as atividades relacionadas à gestão de programas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, incluindo o gerenciamento de planos, projetos e programas em consonância com a política nacional formulada para o setor; a cooperação técnica e científica com organismos nacionais e internacionais; a elaboração de instrumentos normativos; o gerenciamento das ações de identificação e reconhecimento do patrimônio cultural; bem como a promoção do ensino em sua área de atuação.

A classe **IPH.200 – Fiscalização e monitoramento do patrimônio cultural nacional** contempla as atividades relacionadas à identificação e à análise das condições de preservação dos bens culturais acautelados pelo Iphan, bem como à fiscalização e ao monitoramento do patrimônio cultural brasileiro

protegido pela União. Compreende, entre outras atividades, o diagnóstico e o monitoramento técnico continuado das condições de conservação e salvaguarda dos bens culturais; a fiscalização; a apuração de irregularidades; a aplicação das sanções previstas em lei; e o gerenciamento dos processos de análise e caracterização de danos ou ameaças de danos ao patrimônio cultural, além dos procedimentos relacionados a licenças, permissões e autorizações.

A classe **IPH.300 – Promoção e difusão do patrimônio cultural brasileiro**, por sua vez, contempla as atividades relacionadas à promoção e à difusão do patrimônio cultural brasileiro, realizadas por meio de eventos, publicações, produção e disseminação de informações e orientações técnicas, além do gerenciamento dos acervos museológico, arquivístico e bibliográfico sob responsabilidade do Instituto.

4.4 DESAFIOS IDENTIFICADOS DURANTE A REVISÃO DO CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO

A revisão do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das atividades-fim do Iphan apresentou desafios relacionados tanto à natureza da documentação produzida pelo Instituto quanto à necessidade de representar adequadamente a diversidade de suas funções e atividades finalísticas.

Um dos principais desafios identificados esteve relacionado ao elevado valor secundário (histórico, probatório e informativo) de parcela significativa da documentação produzida pelo Iphan. Em razão da própria natureza das competências institucionais do Instituto, voltadas à identificação, proteção, preservação, fiscalização, promoção e difusão do patrimônio cultural brasileiro, é esperado que parte expressiva dos documentos produzidos no exercício dessas funções apresente valores que justifiquem sua preservação permanente.

Entretanto, a existência de uma quantidade significativa de documentos destinados à guarda permanente não elimina a necessidade de avaliação documental. Ao contrário, a Tabela de Temporalidade e Destinação desempenha papel fundamental na identificação dos documentos que, após o cumprimento de seus prazos de guarda e a análise de seus valores, podem ser destinados à eliminação. A aplicação adequada da tabela permite distinguir os documentos que efetivamente apresentam valor permanente daqueles que possuem valor apenas temporário, contribuindo para racionalizar a utilização dos espaços físicos e dos recursos destinados à gestão, preservação e acesso aos acervos.

Nesse sentido, um dos desafios da revisão consistiu em estabelecer critérios que possibilitassem reconhecer a documentação de valor permanente sem transformar essa característica em pressuposto para a totalidade da produção documental do Instituto. A avaliação documental torna-se, portanto, indispensável para evitar o acúmulo indiscriminado de documentos e assegurar que a preservação permanente seja direcionada aos conjuntos que efetivamente apresentem valor histórico, probatório ou informativo.

Outro desafio identificado durante o processo de revisão esteve relacionado à necessidade de ampliar a representação das diferentes dimensões do patrimônio cultural no instrumento de classificação. O código anterior apresentava maior ênfase nas atividades relacionadas ao patrimônio cultural de natureza material, conferindo maior visibilidade às ações de tombamento, proteção e preservação de bens edificados.

Essa configuração não representava integralmente a amplitude da atuação contemporânea do Iphan. Além da proteção do patrimônio material, o Instituto desenvolve atividades relacionadas ao patrimônio cultural imaterial, para o qual foram estabelecidos instrumentos específicos de identificação, reconhecimento, proteção e salvaguarda. A revisão do instrumento buscou, portanto,

contemplar de forma mais equilibrada as diferentes dimensões da atuação institucional, permitindo que a produção documental relacionada aos bens culturais de natureza material e imaterial encontrasse adequada representação na estrutura classificatória.

Essa ampliação da perspectiva de classificação foi importante não apenas para corrigir uma assimetria existente no instrumento anterior, mas também para assegurar que o Código refletisse de maneira mais abrangente as funções efetivamente desempenhadas pelo Instituto. A classificação funcional, nesse sentido, possibilitou organizar os documentos a partir das funções e atividades institucionais, evitando que determinadas áreas de atuação adquirissem predominância simplesmente em razão da forma como a estrutura administrativa ou os instrumentos anteriores haviam sido organizados.

Outro ponto que demandou aprofundamento durante o processo de revisão esteve relacionado à diferenciação entre os descritores IPH.151 – Consulta sobre a restrição à saída de bens culturais do país e IPH.221.5 – Controle de exportação temporária de bens culturais do país.

A necessidade de explicitar essa distinção foi identificada durante as discussões realizadas com o Arquivo Nacional. Considerando a proximidade temática entre os dois descritores e o risco de classificação equivocada, o Arquivo Nacional solicitou que fosse incluída no instrumento uma nota explicativa destinada a esclarecer a aplicação de cada código.

A questão apresentou uma particularidade histórica. Na década de 1990, a Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro havia solicitado a criação de uma subcomissão destinada a tratar da eliminação de documentos classificados no descritor IPH.151. Entretanto, em razão do tempo transcorrido desde a elaboração daquele entendimento, os servidores que participaram das discussões originais já não integravam a equipe responsável pelo

acompanhamento do processo no Arquivo Nacional. Dessa forma, tornou-se necessário reconstruir o contexto que havia fundamentado a criação e a utilização do descritor.

Durante o processo de revisão, o Arquivo Nacional solicitou aos membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Iphan a apresentação de cópias de documentos que pudessem subsidiar a compreensão da classificação adotada, bem como o levantamento da legislação aplicável a cada situação. A documentação reunida permitiu recuperar parte do contexto de produção dos documentos e compreender os fundamentos que haviam orientado sua classificação.

Foram realizadas, ainda, reuniões específicas para discutir a distinção entre os dois descritores, considerando a necessidade de estabelecer critérios suficientemente claros para orientar os procedimentos de classificação documental. O objetivo foi evitar que documentos produzidos em contextos distintos fossem classificados sob o mesmo código ou que documentos relacionados ao controle de exportação temporária fossem equivocadamente classificados como consultas acerca da restrição à saída de bens culturais do país.

A exigência de uma nota explicativa no Código resultou, portanto, da necessidade de tornar explícita a diferença conceitual e operacional entre as duas atividades. A medida contribui para conferir maior segurança à aplicação do instrumento pelos servidores responsáveis pela classificação, reduzindo ambiguidades e possibilitando maior uniformidade na atribuição dos códigos aos documentos.

Esse episódio evidencia uma característica importante do processo de elaboração e revisão de instrumentos de gestão documental: a construção de um código de classificação não se limita à organização formal dos descritores. É necessário compreender o contexto histórico e administrativo de produção

dos documentos, identificar a legislação relacionada às atividades e estabelecer critérios que permitam aos usuários do instrumento reconhecer, de maneira objetiva, a atividade que deu origem ao documento.

No caso dos descritores IPH.151 e IPH.221.5, o processo de revisão demonstrou ainda a importância da documentação produzida durante a própria elaboração dos instrumentos de gestão documental. Atas, manifestações técnicas, documentos utilizados para justificar classificações e registros das discussões realizadas constituem fontes relevantes para a compreensão das decisões tomadas e para a atualização futura do instrumento.

4.5 CONSIDERAÇÕES

Assim, a revisão do Código de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade das atividades-fim do Iphan não representou apenas uma atualização de códigos ou descritores. O processo envolveu a análise das funções institucionais, a identificação das transformações ocorridas na atuação do Instituto, a revisão da representação das diferentes dimensões do patrimônio cultural e a reconstrução de entendimentos estabelecidos em períodos anteriores. A participação do Arquivo Nacional nesse processo contribuiu para o aprofundamento das discussões e para a construção de um instrumento mais coerente com a metodologia de classificação funcional e com as necessidades atuais de gestão documental do Instituto.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio/suporte do Poder Executivo federal. Versão revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2024

BRASIL.. *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991* Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2002a. Disponível em: http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 25 ago. 2026.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. *Ata da Reunião da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos* [04 fev. 2026]. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2026, 4 p.

_____. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [10 fev. 2026]. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2026, 2 p.

Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República [11 fev. 2026]. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2026, 3 p.

_____. *Ata da Reunião da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos* [01 abr. 2026]. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2026, 2 p.

_____. *Ata da Reunião da Comissão Memória dos Presidentes da República* [9 abr. 2026]. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2026, 2 p.

CAPÍTULO 5

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO IPHAN: EXPERIÊNCIAS COM OS ACERVOS AUDIOVISUAL E ICONOGRÁFICO DO IPHAN – MA

Preservation and dissemination of Iphan´s documentary heritage: experiences with audiovisual and iconographic collections at Iphan – MA

Dayse Maisa de Assunção Maciel de Jesus[48]

Resumo: Este capítulo propõe uma reflexão sobre a preservação de documentos audiovisuais e iconográficos no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Maranhão (Iphan – MA) e amplia o olhar para a trajetória da documentação no Instituto. O objetivo é analisar como as práticas e os instrumentos relacionados à gestão, preservação, digitalização, difusão

48 Bibliotecária – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Maranhão (Iphan – MA)

e acesso ao patrimônio documental contribuem para a memória institucional, tomando os acervos audiovisual e iconográfico como recortes concretos dessa realidade. A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de documentos institucionais do Iphan, normas arquivísticas e da publicação "Vivências da área de documentação do Iphan". A análise mostra que a documentação ocupa lugar importante na própria trajetória do Instituto e que, ao longo do tempo, foram sendo construídos mecanismos de organização, custódia, preservação e acesso. A criação e consolidação do Centro de Documentação do Patrimônio, a instituição do Sistema de Arquivos do Iphan, a articulação da rede de arquivos das unidades descentralizadas e os instrumentos de classificação e temporalidade mais recentes reforçam essa trajetória. Nesse conjunto, os documentos audiovisuais e iconográficos apresentam particularidades de suporte, reprodução, descrição e preservação, mas não devem ser tratados de forma isolada da gestão documental. O desafio contemporâneo está em dar continuidade a essas ações, integrar procedimentos e aprimorar a preservação digital, de modo que os documentos permaneçam confiáveis, compreensíveis e acessíveis ao longo do tempo.

Palavras-chave: patrimônio documental; preservação digital; acervos audiovisual e iconográfico.

Abstract: *This chapter revisits a reflection on the preservation of audiovisual records at the National Institute of Historic and Artistic Heritage in Maranhão (Iphan – MA) and broadens the discussion to the trajectory of records management at the Institute. It aims to analyze how practices and instruments related to the management, preservation, digitization, dissemination and access to documentary heritage contribute to institutional memory, taking audiovisual and iconographic collections as concrete examples of this reality. The research is qualitative and exploratory, based on bibliographic and documentary research. Institutional documents from Iphan, archival standards, the publication Vivências da área de documentação*

do Iphan, and the study that originated this chapter were considered. The analysis shows that documentation has an important place in the Institute's own trajectory and that mechanisms for organization, custody, preservation and access have been developed over time. The creation and consolidation of the Documentation Center of Heritage, the establishment of Iphan's Archives System, the Archives Network and recent classification and retention instruments reinforce this trajectory. Within this context, audiovisual and iconographic records have particular requirements concerning media, reproduction, description and preservation, but they should not be treated separately from records management. The contemporary challenge is to continue these actions, integrate procedures and improve digital preservation so that records remain reliable, understandable and accessible.

Keywords: *documentary heritage; digital preservation; audiovisual and iconographic preservation.*

5.1 INTRODUÇÃO

A documentação produzida no exercício das atividades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) acompanha a própria história da instituição. Desde os primeiros anos de atuação, documentos foram produzidos e acumulados para registrar processos de identificação, proteção, fiscalização, pesquisa, restauração, educação patrimonial e salvaguarda de bens culturais. Por isso, falar de documentação no Iphan não é tratar de uma atividade que corre paralela à preservação do patrimônio. A documentação faz parte desse trabalho e ajuda a explicar como ele foi realizado ao longo do tempo.

Essa relação aparece com clareza na primeira publicação do livro "Vivências da área de documentação do Iphan", que reúne experiências relacionadas a arquivos, bibliotecas, biblioteca digital, repositórios, memória e tecnologias da informação. A obra mostra que a área de documentação é formada

por práticas diferentes, mas ligadas por uma preocupação comum: preservar informação e criar condições para que ela possa ser encontrada e utilizada. Entre os capítulos, a trajetória dos arquivos e a atuação do Centro de Documentação do Patrimônio ajudam a compreender que a organização documental é uma dimensão permanente da atuação institucional (CARMO; PEREIRA; SOUZA, 2025).

No Maranhão, essa discussão ganha contornos próprios. A atuação da Superintendência do Iphan – MA está ligada a um patrimônio cultural bastante diversificado, que inclui bens arquitetônicos, sítios arqueológicos, expresses e manifestações culturais, paisagens, práticas e referências da vida social. Fotografias, filmes, vídeos, gravações sonoras, plantas, desenhos e outros registros audiovisuais e iconográficos acompanham parte dessas ações. Esses gêneros documentais são fontes que permitem compreender o estado de um bem em determinado momento, acompanhar uma intervenção, registrar uma manifestação ou recuperar informações que não aparecem com a mesma riqueza em documentos textuais.

Partindo dessa compreensão, este capítulo aborda o estudo sobre a preservação do patrimônio audiovisual e iconográfico do Iphan – MA e o reposiciona dentro de uma discussão mais ampla sobre a documentação do Instituto. O propósito é observar uma trajetória já construída, identificar os instrumentos que sustentam a gestão documental e discutir de que forma os acervos audiovisual e iconográfico ajudam a revelar necessidades específicas de preservação, organização, digitalização e acesso.

A pergunta que orienta a reflexão é: como as práticas e instrumentos de gestão, preservação, organização, digitalização, difusão e acesso desenvolvidos pelo Iphan contribuem para a salvaguarda do patrimônio documental, considerando as especificidades dos acervos audiovisual e iconográfico do Iphan – MA? A partir dessa questão, o texto procura aproximar a experiência da unidade

maranhense da estrutura institucional mais ampla, considerando as normas e iniciativas que vêm sendo construídas pelo Instituto e pelo campo arquivístico brasileiro.

O objetivo geral é analisar as práticas e instrumentos relacionados à gestão, preservação e difusão do patrimônio documental do Iphan, tomando os acervos audiovisual e iconográfico do Iphan – MA como recorte para evidenciar a importância dessas ações para a memória institucional e para o acesso às informações sobre o patrimônio cultural. Como objetivos específicos, busca-se contextualizar a trajetória da gestão documental no Instituto; identificar instrumentos e iniciativas relacionados à preservação e ao acesso; discutir as particularidades dos documentos audiovisuais e iconográficos; relacionar essas práticas às normas arquivísticas brasileiras; e refletir sobre a preservação digital como continuidade e aperfeiçoamento das ações de documentação.

5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui natureza qualitativa e caráter exploratório. Foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, buscando relacionar a discussão sobre gestão e preservação documental às práticas institucionais do Iphan. A opção por esse caminho metodológico está relacionada ao próprio objetivo do capítulo: compreender uma trajetória e discutir práticas, instrumentos e possibilidades de continuidade, sem pretender produzir um levantamento quantitativo completo dos acervos existentes no Iphan – MA.

As fontes documentais utilizadas na construção deste capítulo compreenderam documentos institucionais do Iphan relacionados à gestão, organização, preservação e acesso à documentação, além da legislação arquivística brasileira e das normas e orientações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). A pesquisa documental considerou, entre outras fontes, a **Portaria**

Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023, que aprova o Regimento Interno do Instituto; a **Portaria Iphan nº 287, de 23 de outubro de 2025**, que institui o Sistema de Arquivos do Iphan (Siphan); a **Portaria de Pessoal Iphan nº 349, de 1º de abril de 2026**, que designa representantes das Superintendências e Unidades Especiais para compor o Siphan; e a **Portaria AN/MGI nº 279, de 6 de julho de 2026**, que aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim do Iphan (Iphan, 2023, 2025, 2026a; Arquivo Nacional, 2026).

A análise foi organizada em quatro eixos: a trajetória e a institucionalização da gestão documental no Iphan; as ações de preservação, digitalização, difusão e acesso; as especificidades dos documentos audiovisuais e iconográficos; e os caminhos de continuidade e aprimoramento da preservação digital. A leitura dos documentos institucionais foi feita buscando identificar competências, instrumentos, estruturas e iniciativas que permitissem compreender como a documentação vem sendo tratada no Instituto.

Não se pretende, com isso, afirmar que todos os acervos audiovisual e iconográfico do Iphan – MA foram levantados ou tecnicamente avaliados. O recorte é analítico e institucional. A experiência do Maranhão é utilizada para aproximar a discussão geral da realidade de uma unidade descentralizada, mostrando como questões de preservação, descrição e acesso aparecem quando a documentação está relacionada às atividades desenvolvidas no território.

5.3 RESULTADOS

5.3.1 A documentação como parte da trajetória institucional do Iphan

A relação do Iphan com a documentação é anterior às atuais estruturas de gestão documental. A publicação Vivências recupera atos normativos que, em diferentes momentos, relacionaram a atuação do Instituto à proteção, organização e conhecimento de documentos e arquivos. O Decreto nº 20.303, de 1946, por exemplo, já atribuía à então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional competências relacionadas à catalogação sistemática e à proteção de arquivos de interesse para a história nacional e da arte no Brasil. Outros atos posteriores mantiveram a presença dos documentos no campo de atuação institucional (CARMO; COLOMBO; TROITIÑO, 2025).

Essa trajetória ajuda a evitar uma leitura da documentação como uma preocupação recente. O que mudou ao longo dos anos foram as estruturas administrativas, os instrumentos técnicos, as tecnologias e as formas de acesso. A documentação acompanhou essas mudanças. O crescimento dos acervos, a diversidade de suportes e a passagem de processos predominantemente físicos para ambientes digitais trouxeram novas questões, mas não alteraram a necessidade básica de organizar, preservar e dar acesso aos registros.

O Programa de Gestão de Documentos do Iphan, de 2008, é um marco importante para compreender esse processo. O documento registra iniciativas de levantamento, organização e planejamento da documentação e demonstra que a gestão documental já vinha sendo tratada como uma questão institucional antes da atual configuração do Centro de Documentação do Patrimônio. Seu valor, hoje, é também histórico: permite perceber que as práticas atuais resultam de um processo de construção e não de uma decisão isolada.

Essa continuidade é importante porque a documentação produzida pelo Iphan tem relação direta com suas atividades finalísticas. Processos de tombamento, inventários, fiscalização, obras, pesquisas, ações de educação patrimonial e atividades administrativas produzem registros que, reunidos, ajudam a contar a história da preservação do patrimônio no país. Nas unidades descentralizadas, esses documentos acrescentam ainda a dimensão territorial dessa história.

5.3.2 O Centro de Documentação do Patrimônio e o Sistema de Arquivos

A estrutura atual reforça essa trajetória. A Portaria Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023, que aprova o Regimento Interno do Instituto, atribui ao Centro de Documentação do Patrimônio (CDP) competências relacionadas à gestão documental, à gestão da informação e à coordenação nacional da produção, aquisição, circulação, custódia, conservação e difusão das coleções e documentos institucionais. O Regimento também prevê a articulação da rede de arquivos e bibliotecas das unidades descentralizadas.

Um passo importante dessa trajetória ocorreu com a Portaria Iphan nº 287, de 23 de outubro de 2025, que instituiu o Sistema de Arquivos do Iphan (Siphan), com a finalidade de promover a gestão continuada dos documentos de arquivo da instituição. A criação do Sistema confere institucionalidade à articulação entre as unidades do Iphan e fortalece a gestão dos documentos como um processo contínuo e integrado.

No caso dos acervos audiovisual e iconográfico, essa integração é particularmente importante. Uma fotografia ou um vídeo pode estar relacionado a um processo, a uma ação de fiscalização, a um projeto de restauração ou a uma atividade de pesquisa. Seu tratamento não pode ser separado do contexto que explica por que o registro foi produzido. A gestão documental oferece justamente esse contexto.

5.3.3 *Classificação, avaliação e destinação: o documento dentro da atividade institucional*

Outro resultado da análise é a importância dos instrumentos de classificação e temporalidade para compreender a destinação dos documentos. A Portaria AN/MGI nº 279, de 6 de julho de 2026, aprovou o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-fim do Iphan. O instrumento organiza as atividades e estabelece prazos e destinações de acordo com o valor dos documentos.

Na classe IPH.330 – Gerenciamento de Acervos, por exemplo, aparecem as atividades de aquisição e empréstimo, preservação, processamento técnico e extroversão do acervo. Para essas atividades, a tabela estabelece prazos de guarda e, em diferentes casos, destinação permanente. O dado é significativo porque mostra que a preservação documental está vinculada às funções desempenhadas pelo Instituto e não apenas ao tipo de suporte.

Ser uma fotografia, uma gravação ou um vídeo não determina, por si só, que o documento será permanente ou eliminado. A decisão depende do contexto de produção, da atividade a que está relacionado, da avaliação documental e dos instrumentos de gestão. O suporte apresenta exigências técnicas próprias, mas a lógica arquivística continua sendo fundamental.

5.3.4 *Preservação, digitalização e ampliação do acesso*

O Iphan também vem desenvolvendo ações voltadas à preservação e acesso aos acervos arquivísticos. A própria instituição registra iniciativas de preservação dos documentos originais e de digitalização do Arquivo Central – (por meio da plataforma "Acervo Digital do Iphan"), associadas à integração das coleções e à ampliação do acesso por meio da rede de arquivos das unidades

descentralizadas. A proposta é reduzir a necessidade de manuseio dos documentos físicos e, ao mesmo tempo, permitir que informações preservadas nas unidades possam ser consultadas por diferentes públicos.

A articulação dessa rede de arquivos, prevista no Regimento Interno do Iphan (2023), é uma experiência importante nesse sentido, ao reunir conteúdos provenientes de diferentes unidades, incluindo inventários, imagens, plantas, dossiês, relatórios de obras, processos de tombamento e outros tipos de documentação audiovisual, iconográfica e cartográfica. Nesse sentido, a iniciativa aproxima preservação e acesso: o usuário pode consultar reproduções digitais sem que a consulta cotidiana implique necessariamente o manuseio do documento original.

A digitalização, contudo, não deve ser confundida com a conclusão da preservação. A criação de uma cópia digital resolve uma parte do problema, mas cria também a necessidade de cuidar do novo objeto produzido. É preciso definir onde será armazenado, como será identificado, quais metadados acompanharão o arquivo, como serão feitas cópias de segurança e como será acompanhado o risco de obsolescência dos formatos e sistemas.

A Resolução CONARQ nº 48, de 2021, estabelece diretrizes técnicas para a digitalização de documentos públicos e privados. Já a Resolução CONARQ nº 51, de 2023, trata da implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), destacando requisitos relacionados à autenticidade, integridade, confidencialidade, disponibilidade, acesso e preservação. Esses referenciais ajudam a separar duas etapas que muitas vezes são colocadas no mesmo lugar: digitalizar e preservar digitalmente.

5.3.5 Os acervos audiovisual e iconográfico no Iphan – MA

Antes de discutir as especificidades desses acervos, é importante delimitar o que se entende por documentos audiovisual e iconográfico. O Dicionário brasileiro de terminologia arquivística apresenta o documento audiovisual como aquele cuja informação é registrada por meio de imagens e/ou sons, enquanto o documento iconográfico se relaciona aos registros em que a informação se apresenta predominantemente por meio de imagens. A Resolução CONARQ nº 41, de 2014, reforça que esses documentos devem integrar os programas de gestão de documentos arquivísticos, juntamente com os demais gêneros documentais, independentemente do suporte ou formato (Arquivo Nacional, 2005; CONARQ, 2014).

No Iphan – MA, esses conjuntos têm presença documentada há pelo menos duas décadas. Dados institucionais referentes às Superintendências Regionais, levantados em 2007, registravam, para a unidade do Maranhão, 28,87 metros lineares de acervo arquivístico, 18.650 fotografias, 2.909 negativos e 756 plantas. Esses números não devem ser apresentados como inventário atual, mas são importantes para demonstrar a dimensão histórica e a diversidade dos registros sob responsabilidade da unidade (Iphan, 2008).

A documentação iconográfica está relacionada diretamente às atividades de identificação, acompanhamento e preservação dos bens culturais. Fotografias, plantas, desenhos e outros registros visuais podem documentar características de um imóvel, registrar seu estado de conservação, acompanhar intervenções e subsidiar pesquisas. A própria presença desses documentos no acervo digital do Instituto mostra que parte dessa documentação vem sendo incorporada a iniciativas de acesso remoto. Na consulta realizada para este estudo, a base do Acervo Digital do Iphan apresentava 757 registros classificados como fotografias e associados à localização geográfica de São Luís, Maranhão. Os registros exibem informações como identificação do documento, descrição, autoria, data quando disponível e relação com o bem cultural (Iphan, 2026b).

Esse conjunto digital também ajuda a perceber que a documentação iconográfica do Iphan – MA não se resume a imagens isoladas. Entre os resultados aparecem fotografias de imóveis e conjuntos urbanos de São Luís, muitas delas em preto e branco, com dimensões e códigos documentais próprios. A descrição relaciona a imagem ao bem e ao assunto de identificação, permitindo recuperar parte do contexto em que o registro foi produzido. A organização dessas informações é fundamental para que a digitalização resulte efetivamente em acesso e não apenas em reprodução de imagens (Iphan, 2026b).

Quanto aos documentos audiovisuais, a análise das fontes permite afirmar sua presença na documentação produzida ou custodiada pelo Instituto, mas não permite estabelecer, com segurança, um quantitativo atual de filmes, fitas, vídeos ou registros sonoros existentes especificamente na unidade maranhense. Essa distinção é importante porque o levantamento utilizado como referência histórica apresenta dados fotográficos e iconográficos, mas não oferece um inventário atualizado dos suportes audiovisuais.

No contexto das atividades do Iphan – MA, os registros audiovisuais podem documentar manifestações culturais, ações de educação patrimonial, pesquisas, entrevistas, eventos, obras e outras atividades de preservação. Sua relevância decorre da capacidade de registrar aspectos temporais, sonoros e visuais que complementam os documentos textuais e fotográficos. Ao mesmo tempo, filmes, fitas magnéticas, mídias ópticas e arquivos digitais possuem necessidades específicas de conservação, reprodução e preservação, pois dependem de equipamentos, softwares ou formatos que podem se tornar obsoletos (EDMONDSON, 2016; IASA, 2017).

Assim, a situação dos acervos audiovisual e iconográfico do Iphan – MA pode ser compreendida a partir de duas evidências complementares: de um lado, há uma documentação histórica de dimensão expressiva, especialmente no campo fotográfico e iconográfico; de outro, parte desses conteúdos

já alcança ambientes digitais de consulta. O passo seguinte, para aprofundar o conhecimento sobre esses acervos, é a realização de levantamento específico que identifique suportes, formatos, quantidade, condições de conservação, equipamentos, dados descritivos e situação de digitalização. Essa providência permitiria transformar informações dispersas em diagnóstico técnico e apoiar a definição de prioridades de preservação e acesso.

5.3.6 Descrição, contexto e acesso

No tratamento dos documentos audiovisuais e iconográficos, a descrição constitui uma etapa fundamental para sua organização, contextualização e acesso. É comum que a atenção se concentre na conservação física ou na digitalização, mas uma imagem preservada e difícil de localizar continuará pouco acessível. O usuário precisa saber o que é o documento, de onde veio, a que atividade está relacionado e, quando possível, quem, quando e onde o produziu.

A Resolução CONARQ nº 41, de 2014, é especialmente importante para esse debate porque trata da inserção de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais nos programas de gestão de documentos arquivísticos, com vistas à preservação e ao acesso. A resolução recomenda que esses documentos sejam considerados nos procedimentos de gestão, classificação, avaliação e descrição, independentemente do formato ou suporte.

Isso significa que o tratamento dos acervos especiais não deve acontecer apenas depois que os documentos chegam ao arquivo. Quanto mais cedo forem registradas informações sobre sua produção e contexto, menor será a dificuldade para organizar o acervo posteriormente. No ambiente digital, essa preocupação se torna ainda mais evidente, pois os arquivos podem ser facilmente copiados, deslocados ou renomeados sem que sua relação original fique clara.

A descrição também é uma condição para a difusão. O acesso público não se resume a colocar arquivos na internet. É preciso criar condições para que o pesquisador encontre aquilo que procura e consiga compreender o material encontrado. A rede de arquivos e as experiências de biblioteca digital do Instituto mostram que a tecnologia pode ampliar muito esse alcance, mas os resultados dependem da qualidade dos dados e da organização dos conteúdos.

5.3.7 *Da preservação física à preservação digital*

A passagem para o ambiente digital não elimina os cuidados relacionados à preservação dos documentos, mas incorpora novas demandas e procedimentos. No caso dos suportes físicos, continuam importantes as condições ambientais, o acondicionamento, a higiene, o manuseio e a disponibilidade de equipamentos de leitura. Para os documentos digitais, entram em cena questões como formatos, armazenamento, cópias de segurança, integridade, metadados, controle de acesso e migração.

O modelo OAIS, atualmente consolidado na ISO 14721:2025, oferece uma referência para compreender a preservação digital como um conjunto de funções articuladas (International Organization for Standardization, 2025). Nesse sentido, o modelo oferece uma referência para organizar as diferentes etapas da preservação digital, articulando procedimentos relacionados ao ingresso, armazenamento, gerenciamento, preservação e acesso aos objetos digitais.

Em uma instituição com acervos distribuídos por diferentes unidades, a preservação digital também depende de responsabilidades bem definidas. É necessário saber quem produz ou recebe os arquivos, quem confere as informações, quem autoriza a disponibilização, onde o material é armazenado e como as alterações serão registradas. A estrutura do Siphan e as competências atribuídas ao CDP podem favorecer essa articulação.

Outro ponto é a continuidade. Um projeto de digitalização pode ser concluído, mas a preservação do que foi digitalizado continua depois do projeto. Formatos podem deixar de ser utilizados, sistemas podem ser substituídos e equipamentos podem se tornar incompatíveis. Por isso, a preservação digital precisa entrar nas rotinas institucionais e ser acompanhada ao longo do tempo.

5.3.8 A documentação como prática de preservação e difusão

Quando consideradas de forma integrada, as ações de gestão documental mostram que preservação e difusão se complementam. A organização adequada dos documentos contribui para sua preservação e facilita o acesso às informações. Da mesma forma, uma descrição consistente favorece a localização e a recuperação dos documentos, enquanto a digitalização, quando realizada de maneira planejada, pode reduzir o manuseio dos originais e contribuir para sua conservação. Nesse conjunto de ações, os repositórios digitais também ampliam as possibilidades de acesso e difusão dos acervos, sem afastar a instituição de sua responsabilidade pela custódia e preservação dos documentos.

Essa integração aparece também na própria experiência apresentada no primeiro volume de Vivências. A publicação reúne trabalhos sobre arquivos, bibliotecas, biblioteca digital, DSpace, projetos de memória e observatório do patrimônio cultural. O conjunto mostra que a documentação do Iphan já envolve diferentes equipes, conhecimentos e tecnologias. O capítulo sobre o DSpace, por exemplo, descreve implantação, rotinas de manutenção, backups e atualização de índices, evidenciando que a disponibilização digital depende de trabalho técnico contínuo (CARMO; PEREIRA; SOUZA, 2025).

Para o Iphan – MA, essa perspectiva permite aproximar os acervos audiovisual e iconográfico das demais práticas documentais. Não é necessário criar uma lógica completamente separada para esses materiais. O que precisa

ser acrescentado são os cuidados próprios de cada suporte e formato. A base continua sendo a gestão documental: identificar, classificar, avaliar, organizar, preservar, descrever e disponibilizar de acordo com o contexto.

Por fim, a documentação das próprias ações de preservação merece atenção. Registrar como uma coleção foi organizada, digitalizada, migrada ou disponibilizada ajuda a preservar a memória do trabalho realizado e facilita sua continuidade quando houver mudança de equipe, sistema ou tecnologia.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomar a discussão sobre os acervos audiovisual e iconográfico do Iphan – MA a partir da trajetória da documentação do Instituto permitiu ampliar o entendimento sobre o tema. Esses documentos não constituem um assunto isolado dentro da instituição. Eles fazem parte do conjunto de registros produzidos e acumulados no desenvolvimento das atividades de preservação do patrimônio cultural e, por isso, precisam ser considerados nas práticas de gestão documental.

A análise das fontes mostrou uma trajetória institucional que passa por diferentes momentos e estruturas. O vínculo do Iphan com arquivos e documentos aparece em atos normativos antigos, ganha novos contornos com as iniciativas de gestão documental, fortalece-se com a atuação do Centro de Documentação do Patrimônio e encontra, mais recentemente, uma estrutura específica no Sistema de Arquivos do Iphan. A articulação da rede de arquivos, as iniciativas de digitalização e os instrumentos de classificação e temporalidade complementam esse movimento.

Os acervos audiovisual e iconográfico ajudam a perceber por que essa gestão precisa ser integrada. Fotografias, vídeos, filmes, gravações, plantas e outros documentos visuais ou sonoros apresentam particularidades de suporte

e tecnologia, mas continuam sendo documentos relacionados a atividades e contextos. Preservar esses materiais exige cuidado físico e tecnológico, mas também exige descrição, identificação, avaliação, custódia e condições de acesso.

Outro ponto importante é que digitalização e preservação digital não são sinônimos. A transferência de um conteúdo para um arquivo digital é uma etapa que pode ampliar o acesso e reduzir o manuseio do original, mas o novo arquivo também precisa ser preservado. Essa compreensão aproxima a realidade dos acervos do Iphan das orientações do CONARQ e dos referenciais internacionais de preservação digital.

A análise não se resume a apontar carências: ela reconhece um caminho institucional que já existe e que pode ser continuamente aperfeiçoado. O desafio está em consolidar práticas, aproximar as unidades, registrar experiências e manter a preservação documental como parte da rotina. Para os arquivos audiovisual e iconográfico, isso significa avançar no conhecimento dos conjuntos existentes, estabelecer prioridades, melhorar a descrição, planejar digitalizações e cuidar dos objetos digitais depois que forem produzidos.

Como possibilidade de continuidade desta pesquisa, recomenda-se a realização de um diagnóstico mais específico dos acervos audiovisual e iconográfico do Iphan – MA, incluindo levantamento de suportes e formatos, condições de conservação, equipamentos, informações descritivas e necessidades de digitalização. Também seria pertinente acompanhar, ao longo do tempo, a implantação e o funcionamento das ações do Siphan nas unidades descentralizadas, observando como as orientações nacionais são incorporadas às rotinas locais.

A experiência do Maranhão contribui para esse debate por mostrar, a partir de uma unidade descentralizada, que a documentação está presente no cotidiano da preservação. Esses documentos guardam uma parte da memória

do próprio Iphan. Guardam também as informações que permitem à sociedade acompanhar como o patrimônio cultural brasileiro foi pesquisado, registrado, protegido e divulgado.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 8 set. 2026.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Portaria AN/MGI nº 279, de 6 de julho de 2026.** Aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-fim do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Brasília, DF: Arquivo Nacional, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/atos-normativos/2026/2026-portarias. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, visando à sua preservação e acesso. Brasília, DF: CONARQ, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 48, de 10 de novembro de 2021.** Estabelece diretrizes e orientações para a digitalização de documentos públicos ou privados. Brasília, DF: CONARQ, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 51, de 25 de agosto de 2023.** Dispõe sobre as Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq, versão 2. Brasília, DF: CONARQ, 2023.

CARMO, Raphael Bahia do; COLOMBO, Ana Beatriz; TROITIÑO, Sonia. **Breve relato sobre a relação do Iphan com os arquivos.** In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). Vivências da área de documentação do Iphan. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025.

CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). **Vivências da área de documentação do Iphan.** Brasília, DF: Editora Ibict, 2025.

EDMONDSON, Ray. **Audiovisual archiving: philosophy and principles.** 3. ed. Paris: UNESCO, 2016.

IASA. Technical Committee. **The safeguarding of the audiovisual heritage: ethics, principles and preservation strategy.** 4. ed. IASA-TC 03. 2017. Disponível em: https://www.iasa-web.org/tc03/ethics-principles-preservation-strategy. Acesso em: 8 set. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio cultural: dados sobre as Superintendências Regionais, ano de 2007.** Brasília, DF: Iphan, 2008. Anexo 7.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Programa de Gestão Documental do Iphan.** Organização de Francisca Helena Barbosa Lima e Zulmira Canário Pope. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008. (Cadernos de Pesquisa e Documentação do Iphan, 5).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023.** Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Iphan, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2023/portaria-no-iphan-no-141-de-12-de-dezembro-de-2023. Acesso em: 8 set. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria Iphan nº 287, de 23 de outubro de 2025.** Institui o Sistema de Arquivos do Iphan – Siphan. Brasília, DF: Iphan, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/boletins-administrativos/2025/bae-no-1-991-31-10-2025. Acesso em: 8 set. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria de Pessoal Iphan nº 349, de 1º de abril de 2026.** Designa representantes das Superintendências e das Unidades Especiais para compor o Sistema de Arquivos do Iphan (Siphan). Brasília, DF: Iphan, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/boletins-administrativos/2026/bae-no-2-030-02-04-2026. Acesso em: 8 set. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Acervo Digital do Iphan: fotografias de São Luís, Maranhão.** Brasília, DF: Iphan, 2026. Disponível em: https://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?filter=Fotografias&filter_0=S%C3%A3o+Lu%C3%ADs%2C+Maranh%C3%A3o+%28MA%29&filter_relational_operator=equals&filter_relational_operator_0=equals&filtertype=format&filtertype_0=spatial. Acesso em: 8 set. 2026.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Space Data System Practices — Reference model for an open archival information system (OAIS).** ISO 14721:2025. Geneva: International Organization for Standardization, 2025. Disponível em: https://www.iso.org/standard/87471.html. Acesso em: 8 set. 2026.

CAPÍTULO 6

DO OUTRO LADO DO ARQUIVO: PERCURSOS DE UM HISTORIADOR PELOS ARQUIVOS DO IPHAN

On the other side of the archive: a historian´s journey though Iphan´s archives

Gabriel Luz de Oliveira[49]

Resumo: Este capítulo propõe uma reflexão sobre a experiência de pesquisa nos arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), tomando como fio condutor um percurso iniciado no mestrado, nas primeiras visitas ao Centro de Documentação e Informação da Superintendência do Iphan em Minas Gerais, e ampliado no doutorado, com a pesquisa sobre Ouro Preto. Em diálogo com Marco Antonio Silveira e com estudos sobre história administrativa, produção documental e políticas arquivísticas, discutem-se os aprendizados, erros e mediações que acompanharam esse percurso,

49 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Superintendência do Iphan em Roraima

bem como as condições materiais, institucionais e políticas em que o trabalho com os arquivos se realiza. A experiência permite pensar a dispersão territorial dos documentos do Iphan, o conhecimento acumulado pelos trabalhadores dos arquivos e o trabalho muitas vezes pouco visível necessário para tornar a documentação disponível à pesquisa. O fechamento dos arquivos durante a pandemia de Covid-19 e o recurso ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) acrescentaram novas questões sobre acesso, digitalização e produção documental, interferindo também nos caminhos da investigação. Por fim, o ingresso do autor como servidor do Iphan, em julho de 2026, na Superintendência de Roraima, introduz um deslocamento ainda recente: depois de anos procurando compreender retrospectivamente documentos produzidos pela instituição, algumas das práticas que lhes dão origem começam a ser encontradas no cotidiano administrativo. O capítulo procura, assim, refletir sobre os caminhos pelos quais os arquivos, seus trabalhadores e suas condições de funcionamento participaram da formação de um historiador e das perguntas que orientaram suas pesquisas

Palavras-chave: Iphan; arquivos; pesquisa histórica.

Abstract: *This chapter reflects on research experiences in the archives of the Brazilian National Historical and Artistic Heritage Institute (Iphan), following a trajectory that began during the author's master's research, with his first visits to the Documentation and Information Center of Iphan's Minas Gerais Superintendency, and expanded during his doctoral research on Ouro Preto. In dialogue with Marco Antonio Silveira and with studies on administrative history, record production, and archival policies, the chapter discusses the learning processes, mistakes, and mediations that shaped this trajectory, as well as the material, institutional, and political conditions under which archival work takes place. These experiences provide a basis for examining the territorial dispersion of Iphan's records, the knowledge accumulated by archival workers, and the often-invisible labor required to make records available for historical research. The closure of archives during the Covid-19*

pandemic and the subsequent use of the Electronic Information System (SEI) raised further questions concerning access, digitization, and record production, while also affecting the course of the research itself. Finally, the author's recent entry into Iphan as a civil servant, in July 2026, at its Roraima Superintendency introduces a new shift in perspective: after years of retrospectively examining records produced by the institution, some of the practices through which such records are created can now be encountered within everyday administrative work. The chapter therefore reflects on how archives, archival workers, and institutional conditions have participated in the formation of a historian and in shaping the questions that guided his research.

Keywords: *Iphan; archives; historical research.*

6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há alguns anos, li pela primeira vez *O historiador vai ao arquivo no mundo de oligarcas e fascistas*, ensaio de Marco Antonio Silveira sobre sua experiência como pesquisador em diferentes instituições arquivísticas e sobre as relações que historiadores e arquivistas estabelecem em torno dos documentos e das condições em que se realiza a pesquisa histórica. Marco Antonio foi meu orientador durante o mestrado e o doutorado e, nesse percurso, tornou-se também um mestre, no sentido talvez mais antigo da palavra, ligado ao aprendizado de um ofício que se faz pela leitura, pela conversa, pela orientação e por uma quantidade razoável de erros que alguém mais experiente, quando pode, ajuda a evitar. Seu texto me causou uma impressão particular porque, ao acompanhar as lembranças de sua primeira entrada na Casa do Pilar, em Ouro Preto, reconheci situações que, guardadas as diferenças de tempo, lugar e formação, remetiam às minhas próprias experiências de pesquisa.

Há, contudo, uma dimensão do ensaio que ultrapassa essas lembranças de formação. Marco Antonio as insere na história política recente do país e relaciona as condições de funcionamento dos arquivos às instituições públicas, ao trabalho e à produção do conhecimento. A partir dessas memórias, discute a precariedade institucional, as ameaças à continuidade das políticas públicas e a responsabilidade de historiadores e arquivistas diante do conhecimento e da verdade (SILVEIRA, 2022). Marco conta que chegou ao Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, com medo de não conseguir ler a documentação manuscrita do século XVIII e que, depois de se apresentar como mestrando interessado em Minas Colonial, ouviu da funcionária que o recebeu uma pergunta simples: afinal, que documento queria consultar? Sabia o que pretendia pesquisar, havia formulado um problema e ingressado no mestrado, mas ainda não sabia como aquilo que procurava poderia ser encontrado ali. A dificuldade começou a ser vencida quando lhe colocaram à frente um catálogo e ele passou a aprender como procurar.

Quando li essa passagem, lembrei-me da primeira vez em que fui ao Centro de Documentação e Informação (CDI)[50] da Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Eu começava a pesquisa que resultaria em *Os veios profundos de Mariana* e tinha diante de mim um problema que parecia relativamente bem delimitado: queria compreender as transformações no espaço urbano de Mariana depois do tombamento e acompanhar as relações entre os agentes responsáveis pela preservação e os habitantes. Sabia que uma parte importante dessa história deveria estar guardada no Iphan e foi com essa certeza, que retrospectivamente me parece mais segura do que o pesquisador que a carregava, que cheguei ao arquivo. Havia também aprendizados muito mais elementares, sobre os quais eu pouco havia pensado antes de entrar efetivamente em um

50 O Centro de Documentação e Informação (CDI) integra a estrutura de documentação da Superintendência do Iphan em Minas Gerais, em Belo Horizonte, e reúne acervo arquivístico e bibliográfico relacionado à atuação da instituição no estado.

arquivo. No primeiro dia, cheguei com luvas, imaginando que seriam necessárias para manusear a documentação, e logo descobri que não eram: os documentos estavam tratados e acondicionados de modo a permitir a consulta direta, observados os cuidados indicados para sua preservação. Precisei aprender também que não se podia pedir uma quantidade indefinida de documentos de uma só vez e que o horário disponível para pesquisa era relativamente curto diante do volume que eu começava a encontrar. Isso colocava problemas muito concretos para alguém que ainda não sabia administrar o próprio tempo no arquivo. Deveria ler cada documento ali mesmo ou fotografá-lo para examinar depois? Fotografar tudo ou apenas aquilo que parecia imediatamente relacionado à pesquisa? Quanto era preciso ler para decidir se valia a pena reproduzir uma página? Hoje essas perguntas podem parecer banais, mas naquele momento não eram. Eu ainda precisava aprender não apenas onde procurar, mas como pesquisar materialmente em um arquivo.

A possibilidade de fotografar a documentação certamente tornou essa aprendizagem diferente daquela experimentada por pesquisadores que me antecederam. Às vezes penso na quantidade de tempo que uma pesquisa semelhante exigiria quando a reprodução dos documentos era mais difícil ou simplesmente não estava ao alcance do pesquisador. Mesmo durante os anos que separaram meu mestrado do final do doutorado, percebi uma mudança considerável. No início, as ferramentas de reconhecimento óptico de caracteres que eu utilizava ainda me pareciam pouco confiáveis e produziam muitos erros. Anos depois, eu podia procurar uma palavra diretamente na galeria de imagens do telefone e reencontrá-la entre fotografias de documentos feitas durante a pesquisa. Aquilo que antes dependia de minha memória, de anotações ou da abertura sucessiva de dezenas de fotografias podia, em certas circunstâncias, ser recuperado por uma busca.

Nesse aspecto, fui mais afortunado que Marco Antonio diante de seus manuscritos setecentistas. Além de contar com recursos de reprodução e busca que não estavam disponíveis quando ele iniciou suas pesquisas, trabalhei majoritariamente com documentos produzidos por meios mecânicos ou digitais, e não manuscritos, cuja leitura oferecia dificuldades bastante diferentes daquelas que ele recorda ao narrar seu primeiro encontro com a escrita do século XVIII. A distância entre essas duas experiências ajuda a lembrar que aprender a pesquisar em arquivos é também aprender a fazê-lo com os recursos disponíveis em determinado momento. As tecnologias não eliminam o trabalho de leitura nem as mediações do arquivo, mas alteram profundamente o que é possível fazer com o tempo de consulta e com os documentos depois que deixamos a sala de pesquisa.

Perdi bastante tempo naquela primeira visita. Não me lembro disso com constrangimento especial, talvez porque tenha percebido depois que parte do aprendizado da pesquisa consistiu em descobrir quantas coisas eu ainda não sabia procurar. Cheguei ao CDI com questões amplas e alguma expectativa de que a documentação estivesse organizada segundo os assuntos que me interessavam, quando aqueles documentos não haviam sido produzidos para responder às perguntas que eu formularia muitas décadas depois. Precisei entender a organização das séries, familiarizar-me com uma linguagem administrativa, descobrir quais tipos documentais poderiam guardar informações relevantes e aprender que um assunto que para mim constituía um único problema histórico podia aparecer fragmentado em requerimentos, ofícios, correspondências, fotografias, plantas e expedientes.

Há uma passagem do texto de Marco Antonio em que ele define a consulta às fontes como um "jogo de tentativa e erro". Quando li seu ensaio, alguns anos depois daquela primeira experiência no CDI, a expressão me pareceu familiar, talvez porque nomeasse uma parte do que eu havia aprendido, ainda de maneira pouco sistemática. Quando retornei ao CDI, já sabendo

reconhecer séries, nomes, funções administrativas e recorrências da documentação, tornou-se evidente quanto tempo havia gastado aprendendo a pesquisar naquele arquivo. Esse tempo, entretanto, não havia sido inteiramente perdido: nele comecei a compreender a estrutura de funcionamento do Iphan em Minas Gerais e a perceber que a circulação dos documentos entre Mariana, Belo Horizonte e o Rio de Janeiro acompanhava uma estrutura administrativa que também precisava ser reconstruída historicamente.

Foi nesse percurso que os documentos começaram a me mostrar uma Mariana diferente daquela que eu havia imaginado. Entre as comunicações administrativas apareciam moradores solicitando autorização para obras, proprietários tentando reparar suas casas, funcionários locais relatando dificuldades, técnicos discutindo soluções arquitetônicas e pequenos conflitos que dificilmente caberiam numa história da preservação construída somente a partir da legislação, dos grandes projetos ou de seus personagens mais conhecidos. Aqueles papéis produzidos no curso das atividades ordinárias de uma repartição pública permitiram acompanhar como a patrimonialização penetrava no cotidiano da cidade. Essa questão ocupou um lugar importante em *Os veios profundos de Mariana* e, alguns anos depois, me levaria novamente aos arquivos do Iphan para pesquisar Ouro Preto.

Talvez tenha sido por isso que a leitura do ensaio de Marco Antonio tenha permanecido comigo. Há nele a percepção de que o arquivo participa da formação do historiador e pode interferir nos caminhos de uma pesquisa. O próprio Marco recorda que somente depois de pedir sua primeira "ação de alma", enfrentar a leitura do manuscrito e compreender aquele tipo documental conseguiu formular a questão que orientaria suas pesquisas de mestrado e doutorado. No meu caso, seria exagerado atribuir a um único documento uma inflexão semelhante, mas foi no contato prolongado com a documentação do Iphan, iniciado no mestrado e retomado no doutorado, que algumas questões que continuariam a me acompanhar adquiriram forma mais precisa.

Hoje, depois de passar parte de minha formação procurando documentos produzidos pelo Iphan, retorno a essas experiências ocupando uma posição que não imaginava quando entrei pela primeira vez no CDI em Minas Gerais. Em julho de 2026, ingressei como servidor na mesma instituição cujos arquivos havia consultado durante o mestrado e o doutorado e comecei a conhecer por outro ângulo algumas das práticas administrativas que durante anos tentei reconstruir por meio de seus documentos. Essa mudança de posição me levou a voltar àquela primeira ida ao arquivo e aos caminhos percorridos desde então, procurando compreender como a produção, organização, circulação, guarda e acesso aos documentos participaram das duas pesquisas e modificaram minha maneira de pensar os arquivos do patrimônio.

6.2 APRENDER O ARQUIVO: DOCUMENTOS, INSTITUIÇÕES E MEDIAÇÕES

Se a primeira aproximação com o CDI do Iphan em Minas Gerais foi marcada por certa desorientação, isso não se devia apenas à minha inexperiência como pesquisador. O historiador tende a chegar ao arquivo munido de categorias próprias de sua investigação, enquanto os documentos que encontra resultaram de atividades administrativas e não foram produzidos para responder às perguntas que posteriormente lhes seriam dirigidas. Essa diferença entre a lógica da investigação histórica e a produção dos documentos ajuda a explicar parte das dificuldades daquela primeira experiência. Como observam Renato Pinto Venâncio e Lidiany Silva Barbosa, compreender os fundos arquivísticos exige atenção à história das instituições que os produziram. Sua organicidade não decorre simplesmente da reunião física dos documentos em determinado arquivo, mas das relações que mantêm com as funções, competências e atividades que lhes deram origem. A história administrativa, nesse sentido, não constitui informação acessória sobre o acervo, mas participa da compreensão das relações entre os documentos que o constituem (VENÂNCIO; BARBOSA, 2018).

Isso permite reler minha experiência no CDI de outra maneira. As séries documentais, os nomes que reapareciam nos ofícios, os destinatários das correspondências e os caminhos percorridos pelos papéis revelavam uma estrutura administrativa que eu conhecia pouco e que fui reconstruindo por meio dos próprios documentos. Aos poucos, tornou-se possível perceber quem escrevia para quem, quais decisões podiam ser tomadas localmente, quais dependiam de instâncias superiores e que assuntos circulavam entre diferentes repartições.

Nesse sentido, a experiência aproxima-se da reflexão de Terry Cook sobre o princípio da proveniência e a organicidade dos arquivos. Cook chama atenção para os limites de uma compreensão passiva do arquivo, como se os documentos fossem resíduos naturais e transparentes das instituições que os produziram. Mudanças nas estruturas administrativas, nas funções dos organismos produtores e nas práticas arquivísticas interferem na constituição dos conjuntos documentais que chegam ao pesquisador (COOK, 1997). Venâncio e Barbosa (2018), ao relacionarem a formação dos fundos à história das instituições produtoras, permitem aproximar essa discussão da administração pública. Essa perspectiva ajuda a evitar a imagem do arquivo como depósito no qual o passado aguardaria a chegada do historiador.

O que encontramos resulta de operações de produção, acumulação, classificação, avaliação, preservação e descrição. Entre o acontecimento investigado e o documento consultado existe, portanto, uma história documental, feita daquilo que foi produzido, preservado ou perdido, transferido e classificado e, finalmente, do que os instrumentos de pesquisa permitem ao usuário localizar. Marco Antonio Silveira chama atenção para essa dimensão ao descrever a pesquisa arquivística como um "jogo de tentativa e erro" atravessado pela mediação dos profissionais responsáveis pelos acervos. Instrumentos de pesquisa, critérios de organização, conhecimento acumulado pelos trabalhadores dos arquivos e condições institucionais interferem nos percursos

possíveis da investigação, daí sua provocação de que arquivistas podem, em determinadas circunstâncias, "inventar e desinventar historiadores". A formulação ganha concretude quando Silveira recorda que dificuldades reiteradas de acesso a um arquivo o levaram a abandonar uma comparação prevista no mestrado, enquanto a atuação de outros profissionais aparece associada ao aprendizado do ofício e à descoberta de caminhos de investigação. A mediação arquivística não determina os resultados da pesquisa, mas participa do campo de possibilidades em que ela se realiza (SILVEIRA, 2022).

Parte significativa daquilo que aprendi sobre o acervo não estava contida exclusivamente nos instrumentos formais de pesquisa. Dependia também da mediação dos servidores, de indicações sobre determinadas séries, da compreensão progressiva das formas de classificação e, não menos importante, da capacidade de reformular perguntas quando aquilo que eu esperava encontrar simplesmente não aparecia. O conhecimento produzido pelo historiador dependia, assim, de um conjunto de relações que permanecem praticamente invisíveis quando apresentamos, no texto acadêmico terminado, apenas uma referência documental aparentemente asséptica.

Minhas primeiras visitas ao CDI ocorreram entre 2018 e 2019, num momento particularmente instável para as políticas culturais federais. Em 2019, o Ministério da Cultura foi extinto e suas atribuições passaram por sucessivas reorganizações administrativas, enquanto o Iphan também atravessava mudanças em seu quadro de pessoal. Não disponho de elementos que permitam relacionar diretamente esse contexto às mudanças que encontrei no CDI, e seria imprudente fazê-lo. O que permaneceu na minha memória é uma experiência mais circunscrita: quando retornei ao arquivo, já não encontrei algumas das pessoas com quem havia aprendido a percorrê-lo. Essa mudança tornou perceptível algo que os instrumentos de pesquisa dificilmente registram: uma parte do conhecimento sobre um arquivo permanece nas pessoas que trabalham

cotidianamente com ele. Há uma diferença entre ser atendido por alguém que conhece determinado acervo há anos e por quem, ainda que igualmente empenhado, tenha sido recentemente encarregado daquela função.

Marco Antonio chama atenção para esse conhecimento construído no trabalho, que envolve não apenas a qualificação formal, mas a familiaridade com o acervo, sua historicidade, seus instrumentos de pesquisa e as relações entre os documentos sob sua guarda (SILVEIRA, 2022). Quem acumula essa experiência reconhece nomes, lembra de séries pouco evidentes e, algumas vezes, sabe onde continuar procurando quando aquilo que pedimos não aparece onde imaginávamos. Não se trata de substituir a organização arquivística pela memória dos trabalhadores, mas de reconhecer um conhecimento produzido no exercício cotidiano do trabalho, cuja continuidade depende também das condições institucionais para sua acumulação e transmissão. A saída ou a substituição de um trabalhador experiente, nesse sentido, não representa apenas uma alteração no quadro de pessoal. Pode significar também a interrupção de formas de conhecimento que raramente estão inteiramente formalizadas. Isso não torna o arquivo dependente da memória individual de seus funcionários, nem deveria torná-lo. Ao contrário, talvez revele justamente a importância de condições institucionais capazes de transformar conhecimento acumulado individualmente em conhecimento compartilhado, transmissível e incorporado às práticas de organização, descrição e atendimento. Para quem chega de fora, entretanto, essa diferença pode ser percebida de maneira bastante imediata: há perguntas que um instrumento de pesquisa permite formular e outras para as quais alguém que conhece longamente o acervo sabe sugerir um caminho.

Esse talvez tenha sido um dos aprendizados metodológicos mais importantes da pesquisa de mestrado. O arquivo deixou progressivamente de aparecer para mim como uma etapa anterior à interpretação, como o lugar no qual se "coletariam" documentos que posteriormente seriam analisados. A própria pesquisa

documental já implicava interpretação: decidir em qual série procurar, identificar o órgão produtor, compreender as relações entre documentos, reconstruir a circulação de uma correspondência ou perceber uma ausência eram operações constitutivas da investigação. Se as instituições se transformam, redistribuem competências e modificam seus procedimentos, compreender os fundos que produziram implica também historicizá-las (VENÂNCIO; BARBOSA, 2018; COOK, 2017).

6.3 VOLTAR AO ARQUIVO: PERCURSOS E GEOGRAFIAS DOCUMENTAIS

Quando retornei ao CDI do Iphan em Minas Gerais para desenvolver a pesquisa de doutorado, alguns anos depois das primeiras incursões do mestrado, eu já conhecia melhor o acervo e parte da estrutura administrativa inscrita na documentação. Nomes de técnicos, funções, séries documentais e percursos administrativos já não me eram estranhos, mas essa familiaridade produziu um problema inesperado: quanto mais eu conhecia a documentação do Iphan, mais difícil parecia estabelecer os limites do universo documental necessário para acompanhar a patrimonialização de Ouro Preto. Trabalhei com um acervo referente a Ouro Preto distribuído em mais de duzentas séries documentais e reuni mais de mil itens, entre ofícios, requerimentos, fotografias, croquis e plantas. Algumas questões, contudo, exigiam consultar também o Arquivo Central do Iphan, no Rio de Janeiro, onde documentos complementares permitiam preencher lacunas, acompanhar a circulação de determinados assuntos e confrontar informações encontradas em Minas Gerais (OLIVEIRA, 2025).

Minha relação com o Arquivo Central acrescentou outra dimensão a essa geografia documental. Muitos dos documentos que utilizei não chegaram até mim por meio de consulta presencial, mas foram digitalizados por trabalhadores da instituição a partir de minhas solicitações. A distância tornava

particularmente invisível o trabalho necessário para que isso acontecesse. Eu formulava um pedido e, algum tempo depois, os documentos apareciam na minha tela. Entre uma coisa e outra, alguém havia interpretado a solicitação, localizado a documentação, separado os documentos, digitalizado páginas e organizado uma resposta. Às vezes me pergunto o que acontecia do outro lado dessas solicitações. Se quem procurava os documentos sentia alguma curiosidade sobre aquilo que eu pesquisava; se insistia um pouco mais quando algo não aparecia onde deveria estar; se, ao percorrer uma caixa, encontrava o que eu não havia pedido e pensava que talvez pudesse me interessar; se havia tempo para isso ou outras solicitações esperando; ou se eu era simplesmente mais um pesquisador entre tantos que precisavam ser atendidos. Não tenho como saber e não gostaria de preencher esse desconhecimento atribuindo intenções a pessoas cujo trabalho eu conhecia apenas por seus resultados. É justamente essa distância que hoje me chama atenção.

A relação era diferente daquela experimentada presencialmente no CDI. A mediação digital tornava menos visíveis a conversa, a indicação informal e o próprio trabalho de busca. Marco Antonio observa que o arquivo pode constituir um espaço de socialização e sugere que o universo virtual, apesar de ampliar formas de conexão, pode dificultar certas modalidades de interação (SILVEIRA, 2022). No meu caso, a digitalização ampliava as possibilidades de acesso à distância, mas ocultava parte das relações que o tornavam possível. Entre o documento preservado e a fonte utilizada pelo historiador havia também trabalho: conhecimento do acervo, busca, reprodução, digitalização e pequenas decisões que desapareciam quando o documento finalmente chegava às minhas mãos. Na tese, todo esse percurso humano e institucional podia terminar reduzido a uma referência documental. A necessidade de circular entre diferentes conjuntos documentais aparecia para mim, na época, principalmente como uma dificuldade prática. Documentos relacionados a uma mesma situação vivida em Ouro Preto podiam estar distribuídos entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro. A leitura posterior sobre a história dos arquivos

do Iphan me permitiu compreender que essa geografia documental possuía uma historicidade própria, relacionada às formas de organização administrativa da instituição e aos movimentos de centralização e descentralização que acompanharam sua trajetória.

Ao reconstruir a história do Arquivo Central, Seção Rio de Janeiro, Andressa Furtado da Silva de Aguiar mostra que sua organização documental remonta aos primeiros anos do antigo Sphan e se modificou com o próprio desenvolvimento institucional. A experiência inicial atribuída a dom Clemente da Silva Nigra, posteriormente acompanhada por propostas de ordenação geográfica formuladas por Carlos Drummond de Andrade, ocorreu num momento em que o arquivo central mantinha relações estreitas com os distritos regionais e recebia documentação produzida pelas atividades de preservação espalhadas pelo país. O fortalecimento posterior das unidades descentralizadas interferiu também nas formas de acumulação e custódia desses documentos (AGUIAR, 2025). Pesquisar a atuação do Iphan em Mariana e Ouro Preto me obrigou, assim, a refazer documentalmente alguns desses caminhos: décadas mais tarde, os vestígios de uma mesma tramitação podiam permanecer distribuídos pelos arquivos das unidades que dela haviam participado.

A dispersão documental deixou, então, de me parecer apenas um obstáculo. Se os documentos resultam das funções e atividades das instituições que os produziram, sua localização e dispersão também precisam ser compreendidas à luz das transformações desses organismos (VENÂNCIO; BARBOSA, 2018). Perguntar por que determinado documento permanecera em Minas Gerais enquanto outro relacionado ao mesmo assunto se encontrava no Rio de Janeiro podia conduzir à reconstrução de competências, hierarquias e circuitos decisórios. A geografia do arquivo guardava, nesse sentido, algo da geografia administrativa do Iphan. Essa percepção também ampliou uma questão surgida durante o mestrado. No doutorado, diante de uma política que se estendia por décadas e de um universo documental muito maior, o arquivo passou

a ser menos um lugar delimitado para onde eu me dirigia e mais uma rede de documentos cuja inteligibilidade dependia dos vínculos históricos que os haviam produzido.

Essa experiência encontraria posteriormente um diálogo importante na reflexão de Renato Pinto Venâncio sobre as políticas arquivísticas e as condições de custódia e acesso aos documentos. As possibilidades de investigação dependem também de decisões relativas à guarda, descrição, disponibilização, reprodução e digitalização dos acervos (VENÂNCIO, 2022). Para mim, essa questão adquiriria uma dimensão muito concreta em 2020, quando a pandemia de Covid-19 interrompeu o atendimento presencial nos arquivos. A documentação continuava existindo e permanecia sob custódia do Iphan; o que havia desaparecido, naquele momento, era a possibilidade de chegar até ela da maneira pela qual eu havia aprendido a pesquisar.

6.4 QUANDO O ARQUIVO FECHA: ACESSO, DIGITALIZAÇÃO E O SEI

Os arquivos fecharam.

Eu já havia aprendido, com alguma dificuldade, a ir até eles; faltava descobrir o que fazer quando já não era possível entrar. Em 2020, com a pandemia de Covid-19, o atendimento presencial foi interrompido, colocando em dúvida a viabilidade de uma investigação ainda fortemente dependente da documentação do Iphan. A pesquisa havia sido concebida como desdobramento do mestrado e mantinha a expectativa de acompanhar, por meio dos arquivos, as relações entre as práticas institucionais de preservação e as transformações do espaço urbano. A documentação permanecia existente e sob custódia da instituição, mas já não podia ser consultada da maneira pela qual eu havia aprendido a pesquisá-la. Arquivos públicos podem conservar extensos conjuntos

documentais e oferecer possibilidades desiguais de consulta, determinadas pelas condições institucionais, pelos recursos disponíveis e pelas políticas de digitalização e atendimento aos usuários (VENÂNCIO, 2022). A pandemia não criou essa distância, mas a tornou especialmente visível.

Durante algum tempo, a investigação permaneceu sem um caminho claro. Eu imaginava que poderia retornar aos arquivos depois de uma interrupção relativamente curta, mas a impossibilidade prolongada de acesso exigiu outra solução. Por sugestão de servidores do próprio Iphan, passei a consultar processos disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), buscando documentos que pudessem substituir parcialmente aqueles que eu não conseguia acessar presencialmente. A passagem do arquivo físico ao sistema eletrônico não correspondeu simplesmente à troca de um suporte por outro; mudava também a forma de procurar. No CDI, a pesquisa era orientada pela organização arquivística do acervo, pelas séries documentais, pelos instrumentos de pesquisa e pelo conhecimento acumulado durante sucessivas visitas. No SEI, a unidade de consulta era o processo administrativo, estruturado segundo outra lógica de tramitação e recuperação da informação. O sistema foi decisivo para a continuidade da pesquisa, mas colocava o historiador diante de um regime documental diferente daquele com o qual eu havia me familiarizado nos arquivos permanentes.

Essa diferença exige cautela. Utilizar o SEI como fonte histórica não permite identificá-lo automaticamente a um arquivo no sentido arquivístico do termo. Sistemas de tramitação administrativa não resolvem, por si mesmos, questões relativas à avaliação, destinação e preservação permanente dos documentos digitais, tampouco à manutenção dos metadados necessários à preservação de seu contexto (NOGUEIRA; COSTA; SARAIVA, 2017). Para mim, contudo, o problema aparecia inicialmente em outra escala: o SEI permitia acessar documentos reunidos em processos que conservavam marcas de sua tramitação, manifestações dos agentes envolvidos e peças anexadas ao longo

dos procedimentos. Eu procurava uma maneira de continuar investigando Ouro Preto, mas esse novo regime de consulta conduziu a pesquisa por caminhos que não havia antecipado.

Foi nesse contexto que encontrei a documentação relativa à Vila Aparecida, referente à expansão considerada irregular de um bairro cuja presença interferiria na visada do chamado centro histórico de Ouro Preto. Sua leitura conduziu a uma questão que ganharia importância na tese: a maneira pela qual determinadas transformações urbanas eram descritas e administrativamente enquadradas por categorias como irregularidade, descaracterização e desordem. A documentação encontrada no SEI acabou colocando sob suspeita algumas das explicações que eu próprio havia utilizado anteriormente. Em *Os veios profundos de Mariana*, havia recorrido a uma ideia bastante comum, a de um suposto descompasso entre preservação e crescimento urbano para interpretar determinadas transformações da cidade. No doutorado, a investigação da Vila Aparecida levou-me a deslocar a pergunta, procurando compreender não apenas por que a cidade teria crescido de forma desordenada, mas como a própria noção de desordem era mobilizada para explicar, classificar e intervir sobre determinados territórios.

Há nessa experiência uma aproximação com aquilo que Marco Antonio Silveira relata sobre seu primeiro contato com as "ações de alma", quando o encontro com um tipo documental que inicialmente lhe parecia estranho contribuiu para a formulação do problema que orientaria suas pesquisas posteriores (SILVEIRA, 2022). O processo administrativo eletrônico deixava de funcionar como simples lugar de confirmação de hipóteses previamente construídas. Essa talvez seja uma das dimensões mais difíceis de registrar retrospectivamente. Os textos acadêmicos tendem a conferir ao percurso investigativo uma coerência maior do que aquela efetivamente experimentada durante a pesquisa. Problemas,

hipóteses, fontes e resultados aparecem numa sequência ordenada que raramente conserva as hesitações, buscas infrutíferas, mudanças de direção e encontros fortuitos que fizeram parte do trabalho.

Isso não significa romantizar a dificuldade de acesso. A indisponibilidade de documentos pode simplesmente impedir uma investigação. O que essa experiência mostrou foi algo mais circunscrito: as formas de acesso interferem nas formas de pesquisa. Percorrer caixas, receber documentos digitalizados ou localizar um processo administrativo num sistema eletrônico são operações diferentes, capazes de produzir campos distintos de visibilidade sobre um mesmo problema. A digitalização amplia as possibilidades de consulta, mas aquilo que se torna pesquisável depende de escolhas institucionais, condições materiais, metadados, formas de indexação e mecanismos de busca. O universo documental encontrado na tela também resulta de uma história institucional (VENÂNCIO, 2022).

Foi nesse percurso que uma pergunta começou a me acompanhar: o processo também é arquivo? Em sentido técnico, a pergunta pode confundir sistemas, funções e etapas distintas da gestão documental. Como problema histórico, porém, aponta para algo importante. Os processos administrativos eletrônicos já integram a matéria documental a partir da qual será possível escrever a história das instituições públicas contemporâneas. Neles se acumulam decisões, conflitos, justificativas, pareceres, imagens, mapas e manifestações produzidas no curso ordinário da administração. Sua condição digital não reduz sua historicidade, mas desloca os problemas relativos à preservação, contextualização e acesso.

Foi por um caminho imprevisto que cheguei a essa questão. Comecei o doutorado tentando voltar aos arquivos que já conhecia, encontrei as portas fechadas e terminei pesquisando dentro de um sistema construído para outra finalidade.

Quando finalmente pude retornar aos acervos físicos, já não procurava exatamente as mesmas coisas que havia imaginado procurar em 2020. A pesquisa havia mudado durante o período em que o arquivo esteve fechado.

6.5 DO OUTRO LADO DO ARQUIVO

Entre a defesa da tese, em fevereiro de 2025, e meu ingresso no Iphan, em julho de 2026, passou pouco mais de um ano. Quando escrevo estas páginas, minha experiência como servidor ainda se conta em semanas, tempo insuficiente para qualquer pretensão de compreender por dentro uma instituição cuja estrutura passei muitos anos tentando reconstruir por meio de seus documentos. A mudança é, contudo, recente o bastante para que alguns estranhamentos permaneçam vivos, e talvez seja justamente deles que eu possa falar.

A expressão "do outro lado do arquivo" exige uma ressalva. Marco Antonio também experimentou esse deslocamento, embora de maneira diferente, quando dirigiu o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Ao recordar essa experiência, chama atenção para as condições materiais de funcionamento do arquivo e para o trabalho dos estudantes que sustentavam parte de seu cotidiano, chegando a narrar o episódio em que bolsistas e outros alunos retiraram documentos ameaçados pela entrada de água durante uma chuva (SILVEIRA, 2022). Meu deslocamento é de outra natureza: depois de pesquisar durante anos a documentação do Iphan, passei a integrar a própria instituição produtora de parte considerável daqueles registros.

Durante o mestrado e o doutorado, minha relação com essa documentação começava quase sempre depois que os documentos haviam sido produzidos. Desde julho de 2026, comecei a ocupar uma posição diferente diante de operações semelhantes. O SEI tornou essa mudança especialmente perceptível. Em 2026, passei a acessá-lo como servidor. O que anteriormente

aparecia sobretudo como um conjunto de processos a investigar passou a integrar a rotina por meio da qual recebo demandas, acompanho tramitações, leio manifestações de outras unidades e começo também a produzir documentos administrativos.

Há alguma ironia nessa mudança. Passei anos tentando compreender por que um documento havia sido produzido, quem o encaminhara, por quais unidades circulara e como se relacionava com as demais peças de um processo; agora começo a aprender essas operações como parte das tarefas ordinárias da administração pública. Abrir um processo, elaborar um documento, registrar uma informação ou encaminhar uma demanda são ações cujo caráter cotidiano talvez se torne menos perceptível com o tempo. Para o historiador recém-chegado à instituição, ainda carregam certa estranheza. Essa experiência adquire outra particularidade porque meu ingresso ocorreu na Superintendência do Iphan em Roraima, distante dos espaços e problemas que orientaram minha formação acadêmica. O Iphan que conheci por meio dos arquivos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro estava associado, nas questões que investigava, à preservação de contextos urbanos patrimonializados, às intervenções em imóveis e aos conflitos produzidos pela incidência das políticas de preservação sobre aquelas cidades. Em Roraima, as primeiras demandas me colocam diante de outros objetos, sujeitos e formas de atuação institucional.

Essa diferença começou a colocar em questão uma imagem da documentação do Iphan construída a partir dos arquivos que conheci. A diversidade das políticas de patrimônio, das configurações regionais e dos agentes envolvidos participa também da produção de documentos e circuitos administrativos distintos. Se Venâncio e Barbosa (2018) chamam atenção para as relações entre documentos e as funções e atividades das instituições que os produzem, meu ingresso em Roraima acrescenta uma dimensão territorial concreta ao problema. Aquilo que chamamos genericamente de documentação

do Iphan resulta de práticas realizadas em territórios diversos e atravessadas por relações sociais que não podem ser reduzidas à experiência das cidades mineiras que orientaram minha formação.

Algumas das questões com as quais comecei a ter contato envolvem patrimônio cultural indígena, bens culturais de natureza imaterial, acervos e relações com comunidades e instituições locais. Seria prematuro retirar dessas primeiras experiências uma análise sobre a atuação do Iphan em Roraima. Elas suscitam, contudo, uma pergunta sobre a própria documentação institucional. Nos arquivos que consultei como historiador, as pessoas apareciam frequentemente porque alguma circunstância as havia colocado em relação com o Estado. Como falas, decisões coletivas, conhecimentos e formas de memória que não se originam na linguagem administrativa do Estado passam a ser registrados nos processos da instituição? O problema envolve as mediações pelas quais uma relação social se transforma em registro administrativo. Aquilo que permanecer nesses processos poderá constituir, no futuro, parte da documentação por meio da qual outros pesquisadores tentarão compreender relações que hoje ainda estão sendo estabelecidas.

Depois de passar anos reconstruindo contextos a partir de documentos incompletos e referências dispersas, tornou-se difícil não pensar na importância de registrar adequadamente uma informação, contextualizar uma decisão ou preservar vínculos entre documentos. Isso não significa produzir registros para um hipotético historiador do futuro: a documentação administrativa existe, antes de tudo, para atender às funções presentes da instituição. Significa reconhecer que as escolhas realizadas durante sua produção interferem nas possibilidades posteriores de compreensão daquilo que foi feito.

6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: VOLTAR AO ARQUIVO

Ao terminar este percurso, volto ao texto de Marco Antonio Silveira e compreendo melhor a impressão que sua leitura me causou. A lembrança do jovem historiador que chegou à Casa do Pilar sem saber exatamente quais documentos deveria pedir não diz respeito apenas às dificuldades iniciais de uma pesquisa. Ao longo do ensaio, ela permite pensar um ofício aprendido no contato com os documentos, com aqueles que trabalham nos arquivos e com instituições cujas condições materiais e políticas delimitam aquilo que pode ser pesquisado. Minhas experiências nos arquivos do Iphan me conduziram a uma percepção semelhante por caminhos próprios. Aprender a pesquisar não significou apenas aperfeiçoar procedimentos de localização e crítica das fontes. Significou compreender que entre o problema formulado pelo historiador e o documento que chega às suas mãos existe uma série de mediações: estruturas administrativas, formas de organização documental, instrumentos de pesquisa, trabalhadores, condições de acesso e tecnologias. Os projetos conduzem aos documentos, mas os documentos e as condições de encontrá-los também interferem nas perguntas que fazemos.

A referência documental registrada numa dissertação ou tese dificilmente conserva os erros de percurso, as buscas que não produziram resultados, a indicação recebida numa sala de consulta ou o trabalho de quem localizou e digitalizou um documento a distância. Tampouco mostra imediatamente os circuitos administrativos que explicam por que aquele registro foi produzido e terminou preservado onde o encontramos. O arquivo que aparece como fonte no texto acadêmico é, nesse sentido, o resultado de uma história muito mais longa. Meu ingresso no Iphan acrescentou recentemente uma nova posição a esse percurso, mas seria prematuro transformá-la em conclusão. Depois de tantos anos encontrando os documentos ao final de suas trajetórias administrativas, começo a observar alguns deles enquanto ainda estão sendo produzidos e relacionados a problemas presentes. Em Roraima, diante

de sujeitos, territórios e formas de patrimônio bastante diferentes daqueles que orientaram minhas pesquisas em Minas Gerais, essa mudança tem produzido sobretudo novas perguntas sobre aquilo que se registra, as formas pelas quais se registra e o que poderá permanecer dessas relações. Ainda não sei o que essa nova posição fará com minha maneira de pensar os arquivos, e seria contraditório antecipar uma resposta depois de um percurso marcado justamente por caminhos que não estavam previstos. Se durante tantos anos perguntei o que os documentos poderiam me dizer, começo agora a pensar também no que fazemos para que alguma coisa possa, um dia, ser dita por meio deles.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Andressa Furtado da Silva de. O Arquivo Central Seção Rio de Janeiro e a trajetória da documentação no Iphan. In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). Vivências da área de documentação do Iphan. Brasília: Ibict; Iphan, 2025.

COOK, Terry. O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. (Publicações Técnicas, 59).

NOGUEIRA, Rodrigo de Freitas; COSTA, Thiara de Almeida; SARAIVA, Natália de Lima. Desafios da gestão de documentos: a aplicação do e-ARQ no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 294-303, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, Gabriel Luz de. Os veios profundos de Mariana (Minas Gerais): transformação do espaço urbano na cidade-patrimônio (1938-1967). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.

OLIVEIRA, Gabriel Luz de. É da humanidade, mas não da comunidade: patrimonialização, experiências urbanas e dinâmicas socioespaciais em Ouro Preto, Minas Gerais (1938-1988). 2025. 330 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2025.

SILVEIRA, Marco Antonio. O historiador vai ao arquivo no mundo de oligarcas e fascistas. Ensaio Geral, Niterói, n. 2, p. 11-20, 2022.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Historiadores & políticas arquivísticas: propostas para um debate. Officina: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 51-62, 2022. DOI: 10.29327/263416.1.2-4.

CAPÍTULO 7

A GESTÃO DOCUMENTAL E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA PATRIMONIAL: RELATOS SOBRE O TRABALHO INICIAL DE DIAGNÓSTICO E REORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM MATO GROSSO

Document management and the preservation of heritage memory: reports on the initial diagnosis and reorganization of the archive of the Iphan Superintendency in Mato Grosso

Jocyane R. Baretta[51]
Juliana Evellyn Silva Costa[52]
Gabriel Henrique Brito da Silva[53]

Resumo: O presente artigo analisa as atividades operacionais, técnicas e educativas de reorganização do acervo documental físico da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Mato Grosso (Iphan – MT), desenvolvidas entre janeiro e julho de 2026. Alinhada às diretrizes da Portaria Iphan nº 287/2025 e do Ofício nº 791/2025, estruturou-se uma equipe técnica de gestão arquivística, composta pela servidora responsável e por estagiários do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O objetivo deste trabalho é relatar essa experiência organizativa, que compreendeu desde o contato inicial com o espaço do arquivo — caracterizado por prateleiras e caixas desordenadas — até a formação básica dos envolvidos, o auxílio na elaboração de um diagnóstico situacional e o manuseio da documentação. Esse diagnóstico quantificou 120,27 metros lineares de acervo distribuídos em 163 caixas, identificando o estado de conservação e as patologias documentais, além de fundamentar o planejamento espacial e o remanejamento do layout. Detalha-se a aplicação do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio do Poder Executivo Federal (Conarq/SIGA/Arquivo Nacional), seguidos pelas etapas de higienização mecânica, triagem, separação para o descarte normatizado

51 Servidora Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência de Mato Grosso (Iphan – MT). E-mail: jocyane.baretta@iphan.gov.br

52 Estagiária do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

53 Estagiário do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

de documentos sem valor de guarda, além do condicionamento adequado. A categorização inicial dos documentos dividiu-se em: Patrimônio Edificado, Patrimônio Arqueológico, Patrimônio Imaterial e Documentos Administrativos. Registram-se proeminentes achados históricos, com destaque para uma película em filme Super 8 sobre a expedição arqueológica da Dra. Niède Guidon em Mato Grosso (1981). Ademais, documentam-se as formações promovidas pelo Centro de Documentação e Patrimônio (CDP/Iphan) e a participação no I Seminário Mato-Grossense de Arquivos de Referência para o Patrimônio, ocorrido entre 20 e 22 de maio de 2026, evento crucial para o início efetivo das atividades. Ressalta-se que, mesmo durante o processo de reorganização, o arquivo manteve o atendimento a pesquisas públicas. Conclui-se que a consolidação da política arquivística institucional transcende a mera organização de papéis, configurando-se como instrumento essencial de garantia de direitos, suporte administrativo e salvaguarda do patrimônio cultural mato-grossense e nacional.

Palavras-chave: Gestão de Documentos; Patrimônio Cultural; Arquivo do Iphan – MT; Diagnóstico Arquivístico; Preservação Documental.

Abstract: *This article analyzes the operational, technical, and educational activities involved in reorganizing the physical document collection of the Superintendence of the National Institute of Historic and Artistic Heritage (Iphan) in Mato Grosso (Iphan – MT), carried out between January and July 2026. In alignment with the guidelines set forth in Iphan Ordinance No. 287/2025 and Official Letter No. 791/2025, a technical team for archival management was assembled, comprising the staff member in charge and interns from the History program at the Federal University of Mato Grosso (UFMT). This paper aims to report on this organizational experience, which ranged from the initial assessment of the archive space—characterized by disorganized shelves and boxes—to the basic training of the team members, assistance in preparing a situational diagnosis, and the actual handling of the documents. This diagnosis quantified 120.27 linear meters of records distributed across 163 boxes, identifying their state of preservation and specific forms*

of document deterioration, while also informing spatial planning and layout reconfiguration. The article details the application of the Classification Code and the Document Retention Schedule for Support Activities of the Federal Executive Branch (Conarq/SIGA/National Archives), followed by stages of mechanical cleaning, sorting, segregation for the regulated disposal of documents lacking archival value, and proper rehousing. The initial categorization of the documents was divided into: Built Heritage, Archaeological Heritage, Intangible Heritage, and Administrative Documents. Significant historical findings are noted, most notably a Super 8 film reel documenting Dr. Niède Guidon's archaeological expedition in Mato Grosso (1981). Furthermore, the training sessions organized by the Documentation and Heritage Center (CDP/Iphan) and participation in the 1st Mato Grosso Seminar on Heritage Reference Archives—held from May 20 to 22, 2026, and a pivotal event for the effective launch of activities—are documented here. It is worth noting that the archive continued to accommodate public research requests even during the reorganization process. The conclusion is that consolidating the institutional archival policy goes beyond the mere organization of documents; it serves as an essential instrument for guaranteeing rights, providing administrative support, and safeguarding the cultural heritage of both Mato Grosso and the nation.

Keywords: *Document Management; Cultural Heritage; Iphan – MT Archive; Archival Diagnosis; Document Preservation.*

7.1 INTRODUÇÃO

A administração pública contemporânea encontra na gestão documental um dos seus pilares mais expressivos para a garantia da transparência, eficiência administrativa e salvaguarda da memória institucional. No âmbito dos órgãos dedicados à proteção do patrimônio cultural, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o acervo documental assume uma dupla dimensão: constitui-se tanto em instrumento probatório

e de apoio às tomadas de decisão técnica quanto no próprio testemunho histórico da formação territorial, social e cultural do país. O presente estudo reporta-se ao processo sistemático de diagnóstico, higienização, reorganização e gestão do Arquivo da Superintendência do Iphan no Estado de Mato Grosso (Iphan – MT), desenvolvido ao longo do primeiro semestre do ano de 2026 (abrangendo o período de janeiro a julho de 2026).

O marco regulatório e institucional que desencadeou o início dos trabalhos sistemáticos de organização do acervo esteve fundamentado na publicação da Portaria Iphan nº 287/2025, que instituiu formalmente a consolidação das rotinas de arquivo no âmbito do Sistema de Arquivos do Iphan (Siphan). Em decorrência dessa diretriz nacional, designou-se uma técnica responsável pela condução e liderança das atividades na unidade mato-grossense, conforme Ofício nº 791 (6841036), no âmbito do Processo nº 01450.000205/2025-16. Entretanto, diante do volume documental acumulado e da complexidade das demandas arquivísticas, tornou-se indispensável o fortalecimento da força de trabalho local. Para viabilizar a execução do projeto de reorganização, firmou-se uma profícua parceria com o Curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), viabilizando a contratação e inserção de estagiários sob prática profissional supervisionada: os discentes Juliana Evellyn Silva Costa e Gabriel Henrique Brito da Silva. Essa articulação interinstitucional proporcionou não apenas o suporte operacional para a execução das tarefas físicas e intelectuais de conservação e classificação, mas também se configurou como um espaço pedagógico de excelência para a formação dos futuros historiadores na lida direta com fontes documentais e patrimoniais.

O cronograma executivo teve início oficial em 21 de janeiro de 2026, ocasião em que a equipe da Superintendência realizou uma reunião técnica de alinhamento estratégico com o Centro de Documentação e Patrimônio (CDP/Iphan), órgão central responsável pela orientação normativa. Nessa reunião, formalizada

na Ata de Reunião (7071066), foram estabelecidas as diretrizes operacionais, os protocolos de segurança documental e a programação de formações necessárias para o embasamento dos trabalhos. Na sequência, por meio do Despacho nº 66 (7098506), encaminhou-se o pedido de aquisição dos materiais de expediente essenciais para a conservação preventiva, incluindo caixas-arquivo polionda, pastas de papel neutro, equipamentos de proteção individual (EPIs) e insumos de higienização.

A necessidade imediata da intervenção decorreu da constatação do estado crítico de vulnerabilidade em que se encontrava o acervo físico, tendo em vista que a Superintendência do Iphan – MT passou por vários processos de mudança de sede administrativa. Durante essa transição, expressiva quantidade de documentos e processos físicos foi empacotada de forma emergencial e alocada sob prateleiras e diretamente sobre o piso, sem a correspondente ordenação lógica ou controle topográfico. Concomitantemente, gaveteiros e armários de metal antigos continham pastas suspensas acumuladas ao longo de anos sem critérios uniformes de classificação arquivística, gerando retenção indevida de cópias, acúmulo de poeira e elevado risco de perdas informacionais.

Diante desse cenário, fixaram-se como objetivos centrais do trabalho de organização do Arquivo:

a. realizar a atualização integral do diagnóstico do acervo;

b. promover a higienização mecânica e substituição das embalagens degradadas;

c. aplicar o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio do Poder Executivo Federal;

d. identificar e isolar os processos fáticos das áreas de patrimônio edificado, arqueológico e imaterial para destinação à guarda permanente;

e. reordenar o espaço físico e otimizar o layout da sala de arquivo; e

f. estruturar o serviço de atendimento ao público e apoio às pesquisas internas e externas.

7.2 BREVE HISTÓRICO DO ACERVO

O acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Mato Grosso (Iphan – MT) decorre do papel institucional desempenhado pelo órgão na fiscalização, no tombamento, no registro e no acompanhamento de projetos relacionados à preservação do patrimônio em um dos estados de maior extensão territorial e riqueza sociocultural do Brasil. A constituição desse acervo está diretamente relacionada às diferentes formas de organização institucional do órgão ao longo do tempo, bem como às sucessivas mudanças de sede e às condições de guarda e organização da documentação.

A atuação do Iphan em Mato Grosso remonta ao ano de 1977, período em que o órgão ainda era denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Naquele momento, foi instituída a 7ª Diretoria Regional, que representava o Instituto não oficialmente na região Centro-Oeste. Em 1979, passou a constituir a 8ª Diretoria Regional.

Até 1990, o trabalho realizado aqui no Estado estava também vinculado à Fundação Pró-Memória, que atuava ao lado do SPHAN na preservação patrimonial. Posteriormente, Mato Grosso passou a integrar a 14ª Coordenação Regional de Goiás, constituindo a 18ª Sub-regional em Cuiabá, dependente da coordenação de Goiás. Durante esse período, o Iphan – MT dependia

regionalmente da 14ª Superintendência Regional de Goiás. Consequentemente, o acervo documental era depositado naquela unidade, permanecendo em Mato Grosso apenas cópias. No final dos anos 1990, a primeira sede do SPHAN, localizava-se na Rua Rui Barbosa, nº 60, no bairro Goiabeiras, em Cuiabá. O SPHAN ocupava uma sala cedida pela Operação Amazônia Nativa (OPAN) e contava com apenas duas servidoras: as arqueólogas Maria Lucia Pardi, como diretora, e Maria Clara Migliacio, então servidora da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), cedida ao Iphan. No acervo documental atual encontram-se documentos que remontam a esses anos de funcionamento. A documentação mais antiga acessada até o momento refere-se a pesquisas arqueológicas realizadas em Mato Grosso desde a década de 1980. Esses documentos constituem parte significativa da memória institucional do órgão no Estado e evidenciam a continuidade das ações durante o período em que a unidade ainda dependia administrativamente da estrutura regional sediada em Goiás.

Em 2009, a partir da última reformulação institucional do Iphan, a unidade de Mato Grosso transformou-se em Superintendência - SE Iphan – MT, tendo como superintendente o historiador Cláudio Conte (Iphan, 2026). Esse processo marcou uma nova etapa da organização institucional e documental da unidade, uma vez que o arquivo que atualmente está sendo reorganizado passou a existir. Na sede havia dois arquivos deslizantes destinados à guarda da documentação. A partir desse momento, com a consolidação da estrutura administrativa própria em Mato Grosso, o volume documental passou a crescer.

Em relação especificamente à documentação do patrimônio arqueológico, houve uma tentativa de organização no contexto das atividades do Mestrado Profissional. A prática supervisionada foi realizada entre dezembro de 2012 e maio de 2013 e teve como resultado a elaboração da *Análise da situação do arquivo, dos documentos da área-fim e reorganização do subsetor de arqueologia, geologia, paleontologia e espeleologia da SE/Iphan em Mato Grosso - Brasil*. Este levantamento e ordenamento documental foi elaborado pelo estudante Renato

Fonseca de Arruda, por Mirella Pissurno Lima, estagiária da Divisão Técnica, e por Erikleton Renan Ferreira da Costa, estagiário da Divisão Administrativa. O relatório apresenta a experiência da prática supervisionada do mestrado, contemplando a análise da situação do arquivo, dos documentos da área-fim e a reorganização do subsetor de arqueologia, geologia, paleontologia e espeleologia da SE/Iphan em Mato Grosso - Brasil.

De acordo com os relatos dos servidores mais antigos da instituição, Elza Maria Gomes da Silva e José Olímpio da Silva Neto, a trajetória do acervo também foi marcada por sucessivas mudanças de espaço físico e por diferentes formas de acondicionamento e organização documental. Em 2019, em razão da necessidade de realização de obras de restauro fomentadas pelo PAC - Cidades Históricas, houve a mudança para uma sede provisória, em uma casa cedida pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, situada na Rua Comandante Costa, nº 1554, Centro Sul de Cuiabá/MT.

Na ocasião, os documentos foram retirados de forma aleatória, acondicionados em caixas de papelão e polionda e depositados em uma sala, de maneira amontoada. A mudança foi realizada por funcionários da Prefeitura Municipal que não possuíam preparo específico para esse tipo de trabalho. Posteriormente, os servidores da área técnica realizaram uma organização emergencial das caixas, separando-as por décadas sobre mesas para, posteriormente, colocá-las em prateleiras de metal. As condições da nova sede, contudo, apresentavam sérios problemas estruturais que afetaram diretamente as condições de preservação da documentação. Foram identificadas goteiras sobre o arquivo, com ocorrência de chuva diretamente sobre as prateleiras, além da presença de mofo, fezes de pombos e fezes de ratos. Diante dessas condições, a sede acabou sendo interditada pela Vigilância Sanitária.

Em 1º de abril de 2024, ocorreu uma nova mudança para a atual sede provisória, localizada no Centro Empresarial Tapajós, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 2300, 12º andar, Bosque da Saúde, em Cuiabá/MT. Mais uma vez, as caixas foram transportadas pelos próprios servidores, sem o auxílio de equipe especializada, resultando no depósito da documentação de forma desordenada e amontoada na sala da Divisão Técnica. Durante o processo de organização da nova sede, os servidores realizaram a separação das caixas, substituindo aquelas que haviam rasgado e recolhendo documentos que se encontravam espalhados. Posteriormente, as caixas foram colocadas nas prateleiras de metal, ainda de forma aleatória, dentro da sala denominada "Arquivo". Em um segundo momento, foi realizado o agrupamento das caixas em grandes conjuntos, reunindo documentos do Patrimônio Arqueológico, do Patrimônio Edificado e dos setores Administrativo e de Gabinete. Nesse contexto, a equipe passou a trabalhar na organização do acervo.



Foto 1: Situação do acervo durante a mudança para a sede provisória na rua Comandante Costa, 2019. Autora: Maria Bárbara T. Magalhães.



Foto 2: Acervo organizado emergencialmente na sede provisória, 2019. Autora: Maria Bárbara T. Magalhães.



Foto 3: Acervo durante a mudança para a atual sede provisória, 2024. Autora: Gabriela Rangel



Foto 4: Situação do acervo no início dos trabalhos da equipe, 2024. Autora: Gabriela Rangel.

7.3 ETAPAS DO TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO IPHAN – MT

O trabalho de diagnóstico do acervo do Arquivo da Superintendência do Iphan – MT desenvolveu-se de forma intensiva no período compreendido entre os meses de janeiro e maio de 2026. Essa etapa constituiu o alicerce fundamental de todo o planejamento, visto que permitiu dimensionar a massa documental acumulada, identificar os fatores de degradação e reconhecer os principais gargalos na recuperação das informações.

Procedeu-se, inicialmente, à desocupação dos gaveteiros e armários de metal antigos, nos quais a documentação se encontrava disposta em pastas suspensas com etiquetas desatualizadas e sem padronização. Concomitantemente, realizou-se a identificação das caixas de papelão acumuladas sobre o piso da sala e sob as estantes metálicas. Para garantir a salvaguarda imediata e conter a degradação física, os documentos foram provisoriamente acondicionados em caixas de arquivo de polionda e etiquetadas manualmente, permitindo o posterior remanejamento para as prateleiras de metal recém-adquiridas.

A avaliação técnica decisiva para a validação do diagnóstico ocorreu na sequência do I Seminário Mato-Grossense de Arquivos de Referência para o Patrimônio, mediante vistoria e orientação presencial concedida pelo Diretor do Centro de Documentação e Patrimônio (CDP/Iphan), o arquivista Raphael Bahia do Carmo. Na sequência, nos foi encaminhado o Diagnóstico do Arquivo Iphan – MT (documento Sei 7726425), contendo uma visão panorâmica sobre a situação do acervo e uma base técnica para que nossa unidade iniciasse as correções e adequações necessárias ao pleno cumprimento de sua responsabilidade institucional com a preservação do patrimônio documental.

Sob o aspecto quantitativo e volumétrico, a mensuração técnica indicou que o acervo físico do Iphan – MT totaliza 120,27 metros lineares de documentação, distribuídos provisoriamente em aproximadamente 163 caixas-arquivo, além de volumes acumulados em armários funcionais. No que tange aos suportes físicos, constatou-se a absoluta predominância do papel. Todavia, ressalta-se a expressiva diversidade de mídias e suportes especiais integrantes do acervo, tais como discos compactos (CDs), DVDs, fotografias analógicas em papel, negativos fotográficos e películas cinematográficas em formato Super 8. Em relação aos formatos tipográficos, predominam os papéis nos tamanhos standard A4 (210 mm x 297 mm) e A3 (297 mm x 420 mm). Não obstante, identificou-se expressivo volume de documentos de grandes formatos, representados

por plantas arquitetônicas, projetos urbanísticos, mapas cartográficos, jornais, cartazes promocionais e educativos, os quais demandam acondicionamento especial em mobília do tipo mapoteca.

A inspeção realizada pelo CDP confirmou a imperiosa necessidade de reorganização integral do acervo – recomendando ações a curto, médio e longo prazo -, tendo em vista a iminência da mudança para sede definitiva, prevista para 2027, retornando o acervo para Casa da Rua Sete de Setembro, no Centro histórico de Cuiabá. O texto também aponta fragilidades e medidas que deveriam ser adotadas como a correção de iluminação estrutural, controle térmico e de umidade, controle de pragas, aquisição de arquivos deslizantes, reordenamento das caixas e documento, higienização do acervo, que padece por danos físicos, químicos e biológicos. Isto pela presença ostensiva de elementos nocivos à integridade dos documentos, tais como grampos metálicos oxidados, clipes de ferro, fitas adesivas envelhecidas (que deixam resíduos resinosos amarelos e irreversíveis) e adesivos do tipo post-it, cuja cola atrai sujidade e impregna as fibras do papel.

No que tange ao nível de organização intelectual e física, o diagnóstico revelou que a sucessão de mudanças de sede ocorridas ao longo dos anos comprometeu a localização célere de processos administrativos e técnicos. Essa lacuna afetou diretamente a eficiência dos serviços prestados pelos servidores técnicos da unidade e dificultou a instrução de processos que não se encontravam integralmente digitalizados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Contudo, observou-se que a massa documental guardava uma ordem temática residual, a qual foi adotada como ponto de partida para a estruturação do novo plano de reorganização. Quanto ao estado de conservação geral, o acervo foi classificado como estando em bom estado, somando-se às medidas que vem sendo adotadas e a um translado qualificado do acervo, acredita-se na mitigação dos impactos historicamente sofridos por este acervo.

7.3.1 *Procedimentos Operacionais de Higienização, Triagem e Reorganização*

Com esteio no diagnóstico atualizado e nas normativas emanadas pelo Centro de Documentação e Patrimônio (CDP), as operações físicas de intervenção no acervo foram iniciadas no final de maio de 2026. A metodologia de ação foi dividida em fases sucessivas para garantir a segurança dos documentos e a racionalização dos trabalhos.

Elegeu-se como prioridade inicial o tratamento das caixas contendo documentação administrativa (atividades-meio). A escolha justificou-se pela necessidade de libertar espaço físico nas prateleiras e eliminar volumes cujo prazo de guarda já se encontrava prescrito. Para tanto, tomou-se como parâmetro o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos Relativos às Atividades-Meio do Poder Executivo Federal.

Os documentos que cumpriam os prazos de guarda vigentes e não apresentavam valor secundário (histórico ou probatório) foram rigorosamente separados para destinação ao descarte, mediante a futura confecção das listagens formais de eliminação de documentos, conforme as exigências do Arquivo Nacional. Por sua vez, a documentação temporária em fase intermediária e os documentos destinados à guarda permanente foram submetidos ao processo de higienização mecânica.

A higienização mecânica consistiu na remoção criteriosa de poeira e sujidades superficiais por meio de trançados, pincéis de cerdas macias e trinchas, associada à retirada minuciosa de todos os elementos metálicos (grampos e clipes oxidados) e fitas adesivas nocivas. Durante essa etapa, os operadores utilizaram obrigatoriamente Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), incluindo máscaras de proteção respiratória e luvas cirúrgicas de procedimento, resguardando a saúde dos trabalhadores contra esporos de fungos e poeira acumulada.

Após a limpeza, os documentos foram recondicionados em caixas-arquivo provisórias de polionda, devidamente etiquetadas com uma descrição sintética e clara do seu conteúdo. Paralelamente, identificou-se nas caixas administrativas a existência de documentos e avulsos diretamente relacionados a processos das áreas finalísticas da instituição — especificamente Arqueologia, Patrimônio Edificado e Patrimônio Imaterial. Cada conjunto documental foi individualizado em pastas de papel neutro devidamente identificadas com as seguintes informações: o "setor" (Administrativo, Edificado, Arqueologia, Imaterial), seguido pelo regime de guarda (corrente, intermediário, permanente), e respectivos códigos classificatórios. Estas pastas foram alocadas em caixas categorizadas, inicialmente, por grandes eixos temáticos: Documentos Administrativos, Patrimônio Arqueológico, Patrimônio Edificado, Patrimônio Imaterial e Diversos. Essa sistemática assegura que, em etapa posterior, cada documento avulso seja reintegrado ao seu processo de origem no acervo definitivo. Ademais, pretende-se adotar um rigoroso sistema de sinalização externa nas caixas organizadas, em conformidade com as etiquetas já utilizadas pelo CDP, visando a redução do tempo de busca e manuseio desnecessário das caixas durante as consultas administrativas.



Foto 5: Condições do arquivo no início do trabalho, 2026. Autora: Juliana Evellyn Silva Costa



Foto 6: Condições do arquivo no início do trabalho, 2026. Autora: Juliana Evellyn Silva Costa



Foto 7: Organização preliminar dos documentos que estavam no chão e nos gaveteiros de metal, 2026. Autora: Juliana Evellyn Silva Costa



Foto 8: Separação, classificação e higienização dos documentos, 2026. Autoria: Gabriel H. Brito da Silva

7.3.2 Atendimento ao Público

A reorganização do arquivo refletiu-se de forma imediata na melhoria da qualidade e da celeridade do atendimento prestado ao público externo e interno. Sob a supervisão da técnica responsável, os estagiários de História atuaram diretamente no suporte a pesquisadores, estudantes de pós-graduação e instituições parceiras.

Destaca-se, entre os meses de abril e junho de 2026, o atendimento prestado aos pesquisadores do Instituto do Homem Brasileiro (IHB). A demanda envolveu o levantamento, consulta e digitalização de processos e relatórios técnicos contendo dados de identificação e georreferenciamento de sítios arqueológicos localizados no bioma Pantanal. O trabalho foi crucial para subsidiar ações de preservação e garantir a salvaguarda de registros documentais vulneráveis. Além disso, esta ação esteve associada ao cumprimento de obrigações

legais pactuadas por meio de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). Destaca-se a pesquisa documental realizada em dezembro de 2025 e desdobrada no primeiro semestre de 2026 para atendimento ao TAC da Bacia do Rio São Lourenço, cujo objetivo foi sistematizar e preservar as informações arqueológicas daquela região. Do mesmo modo, prestou-se atendimento aos integrantes do projeto Canteiro Modelo em maio de 2026, fornecendo subsídios documentais para estudos de técnicas construtivas tradicionais e demais informações dos imóveis da área tombada no Centro Histórico de Cuiabá/MT.

7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de organização do Arquivo da Superintendência do Iphan em Mato Grosso, desenvolvido no primeiro semestre de 2026, demonstrou que a gestão documental no âmbito da administração pública do patrimônio cultural transcende o cumprimento de meras etapas burocráticas ou rotinas mecânicas de ordenação de papéis. Trata-se, fundamentalmente, de um ato de salvaguarda da memória coletiva e de garantia do direito fundamental do cidadão ao acesso à informação e à transparência pública.

Dentre os resultados mais expressivos da intervenção realizada, destacam-se:

a. o levantamento rigoroso e a atualização do diagnóstico dos 120,27 metros lineares de acervo;

b. a higienização mecânica e a substituição das embalagens de 163 caixas-arquivo, sanando patologias físicas e biológicas ativas;

c. a aplicação sistemática das normas do Conarq/SIGA na triagem e eliminação de documentos temporários vencidos, liberando espaço físico valioso;

d. a identificação e consolidação dos processos de guarda permanente das áreas de Arqueologia, Patrimônio Edificado e Imaterial;

e. a recuperação de importantes fontes históricas, com ênfase no filme Super 8 da expedição de Nièdе Guidon (1981).

A experiência revelou, ademais, o êxito da articulação entre o órgão público de proteção patrimonial e a universidade pública. A participação ativa dos estagiários de História da UFMT trouxe vigor operacional e rigor analítico às tarefas arquivísticas, ao mesmo tempo em que proporcionou aos discentes uma experiência de formação prática inigualável no campo do Patrimônio Cultural e da Arquivologia aplicada.

Como proposição de sugestões para trabalhos e pesquisas futuras, recomenda-se:

1. A consolidação do Plano de Ação (P.A.) institucional para a aquisição e montagem do Arquivo Deslizante na sede do Iphan – MT;

2. O prosseguimento das parcerias técnicas com o Cineclube Coxiponés/UFMT;

3. A publicação de um Guia do Acervo e de Instrumentos de Pesquisa atualizados para difusão pública do acervo do Iphan – MT;

4. A institucionalização de um programa permanente de Educação Patrimonial baseado nos documentos históricos do arquivo, atendendo às escolas públicas de Mato Grosso; e

5. A promoção de novos projetos de extensão voltados à higienização e curadoria específica de jornais, fotografias e coleções especiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 1991.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

COENGA, Lucas. Sede do Iphan em Cuiabá é fechada pela vigilância sanitária. **MidiaJur**, 2023. Disponível em: Sede do Iphan em Cuiabá é fechada pela vigilância sanitária | Midia Jur Notícias de Cuiabá e Mato Grosso . Acesso em: 24 ago. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). Histórico Superintendência de Mato Grosso. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/mato-grosso. Acesso em: 11 ago. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Portaria nº 287, 2025. Institui diretrizes para a gestão de arquivos no âmbito do Sistema de Arquivos do Iphan (Siphan)**. Brasília, DF: Iphan, 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Relatório de Atividades de Organização do Arquivo da Superintendência do Iphan - MT (Processo Iphan nº 01425.000431/2025-12)**. Cuiabá: Iphan – MT, 2026.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARRUDA, Renato Fonseca. **Relatório - III Produto das Práticas Supervisionadas.** Análise da situação do arquivo, dos documentos da área-fim e reorganização do subsetor de arqueologia, geologia, paleontologia e espeleologia da SE/Iphan em Mato Grosso – Brasil, 2016.

CAPÍTULO 8

UMA BOLHA CONTRA O TEMPO: A ANÓXIA COMO MARCO NA SALVAGUARDA DO ACERVO ARQUIVÍSTICO E BIBLIOGRÁFICO DO IPHAN NO RIO DE JANEIRO.

Rejane Beatris Schneider[54]

"Os documentos de uma instituição contam sua história, decenal ou secular; conhecer o passado é de extrema importância para garantir o melhor para o presente e para o futuro."

— Relatório técnico do Arquivo do Iphan – RJ, 2023

54 Técnica em Documentação I (Arquivista), Iphan – RJ.

Resumo: Este artigo conta a experiência da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Rio de Janeiro (Iphan – RJ) na recuperação de seu acervo arquivístico e bibliográfico, no âmbito do Processo nº 01500.001742/2023-89. Diante de um quadro de infestação biológica, contaminação fúngica e umidade excessiva do papel — entre 9% e 11,5% —, a instituição optou por um tratamento de desinfecção, desinfestação e redução da umidade de suporte por atmosfera de anóxia: método atóxico que substitui o oxigênio de um invólucro hermeticamente vedado por gás inerte, eliminando fungos e insetos por asfixia e desidratação, sem uso de produtos químicos. O que torna esta intervenção, aplicada a 1.300 metros lineares de documentos, particularmente relevante é a articulação simultânea de três operações historicamente tratadas de forma isolada — desinfecção, desinfestação e secagem gradual até 8% de umidade — dentro de uma única estrutura de anóxia, apelidada de "bolha", configurando, segundo o registro técnico do projeto, a primeira experiência de grande escala no mundo a reunir essas três frentes ao mesmo tempo. O artigo narra o diagnóstico que motivou a intervenção, o planejamento logístico, a execução do tratamento — mantido por 77 dias com concentração de oxigênio inferior a 0,5% —, os resultados de secagem comprovados por monitoramento contínuo, a capacitação de mais de 350 profissionais e a elaboração de um Plano de Manejo Integrado de Pragas voltado à continuidade preventiva do acervo. Discutem-se, por fim, os desafios institucionais enfrentados após a conclusão do tratamento, de modo a subsidiar experiências semelhantes em outras instituições custodiadoras de patrimônio documental.

Palavras-chave: Conservação preventiva; Atmosfera de anóxia; Manejo Integrado de Pragas; Preservação de acervos arquivísticos; Iphan.

***Abstract*:** *This article reports the experience of the Superintendency of the Brazilian Institute of National Historic and Artistic Heritage in the State of Rio de Janeiro (Iphan – RJ) in recovering its archival and bibliographic collection, under*

Administrative Process No. 01500.001742/2023-89. Facing biological infestation, fungal contamination and excessive paper moisture — between 9% and 11.5% —, the institution chose a disinfection, disinfestation and dehumidification treatment through an anoxic atmosphere: a non-toxic method that replaces the oxygen inside a hermetically sealed enclosure with an inert gas, eliminating fungi and insects through asphyxiation and dehydration, without the use of chemical products. What makes this intervention, applied to 1,300 linear meters of documents, particularly significant is the simultaneous articulation of three operations historically treated in isolation — disinfection, disinfestation and gradual drying down to 8% moisture — within a single anoxic structure, nicknamed the "bubble," constituting, according to the project's technical record, the first large-scale experience in the world to bring together these three fronts at once. The chapter describes the diagnosis that motivated the intervention, the logistical planning, the treatment execution — sustained for 77 days with oxygen concentration below 0.5% —, the drying results confirmed by continuous monitoring, the training of more than 350 professionals, and the development of an Integrated Pest Management Plan for the collection's preventive continuity. Finally, the institutional challenges faced after treatment completion are discussed, in order to support similar experiences in other institutions that hold documentary heritage in custody.

Keywords: *Preventive conservation; Anoxia treatment; Integrated Pest Management; Archival collection preservation; Iphan.*

PRÓLOGO — O INSTANTE EM QUE O AR DEIXOU DE SER INIMIGO

Há um som que os arquivistas do Rio de Janeiro aprenderam, com o tempo, a temer: o som seco e quase imperceptível da celulose se desfazendo. Não é um estalo, não é um estrondo — é antes um silêncio que avança, uma erosão íntima, feita de esporos, de mandíbulas minúsculas e de moléculas de água

em excesso, que trabalha, dia e noite, sem pressa e sem trégua, dentro de caixas de papelão empilhadas em corredores, sobre estantes de aço enferrujado, atrás de portas que por vezes nem se fechavam direito. Era esse o som — ou melhor, esse silêncio corrosivo — que pairava, até 2023, sobre os mais de mil e trezentos metros lineares de documentos e livros sob a guarda da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro (Iphan – RJ). Narra-se, aqui, como esse silêncio foi interrompido. Não por acaso, não por improviso, mas por uma decisão técnica ousada e coerente, amadurecida ao longo de meses de diagnóstico, de estudo comparado e de rigor administrativo: a de envolver todo aquele acervo — plantas centenárias de cidades com bens patrimoniais tombados, ofícios do início do século XX, fotografias, negativos, pareceres, processos de pós tombamentos, memórias de um país inteiro registradas em papel — dentro de uma estrutura hermeticamente vedada, uma verdadeira bolha, da qual o oxigênio seria progressivamente retirado até que os insetos, os fungos e o excesso de umidade que ali se abrigavam simplesmente deixassem de ter onde existir. O que se conta aqui não é apenas o relato de um contrato administrativo bem-sucedido, é a história de uma instituição que, diante do risco real de perder parte de sua memória, optou pela ciência, pela paciência e pela coragem de fazer diferente.

8.1 INTRODUÇÃO: O PESO DE GUARDAR UM PAÍS

Desde a sua criação, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional carrega sobre os ombros uma tarefa que poucos brasileiros dimensionam em toda a sua extensão: a de ser, simultaneamente, o fiscal do patrimônio edificado da nação e o guardião de um dos maiores e mais diversos acervos documentais do país. No Rio de Janeiro — estado que reúne quatro títulos de Patrimônio Mundial da UNESCO e centenas de bens tombados, do Cristo Redentor às cidades históricas do Vale do Café, dos sítios arqueológicos litorâneos aos conjuntos urbanos de Paraty e Petrópolis — essa responsabilidade

ganha uma densidade particular. Desde a década de 1980, a Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro (Iphan – RJ) acumula, na condução de suas atividades de proteção ao Patrimônio Material, Imaterial, Arqueológico e Ferroviário, um conjunto de aproximadamente mil e trezentos metros lineares de documentos arquivísticos e bibliográficos — um rio de papel que atravessa quase um século de história institucional e, com ela, a própria história da preservação cultural brasileira.

Manter esse rio vivo, no entanto, não é tarefa trivial. Papel é matéria orgânica, higroscópica, sensível ao tempo e ao clima. E o Rio de Janeiro, com seu calor úmido, sua maresia e sua vegetação exuberante, é, para um acervo de papel, tudo aquilo que a conservação preventiva mais teme. Ao longo de décadas de guarda em condições nem sempre ideais — prédios provisórios, depósitos adaptados, oscilações de temperatura e umidade, exposição a poluentes atmosféricos —, o acervo do Iphan – RJ acumulou, silenciosamente, um passivo de deterioração que, em determinado momento, deixou de ser um risco abstrato para se tornar uma urgência concreta.

É desse ponto que parte este relato: do reconhecimento corajoso, por parte da própria instituição, de que era preciso agir — e agir com a envergadura técnica que o problema exigia. Este texto tem por objetivo registrar, à luz da documentação técnica produzida no âmbito do Processo nº 01500.001742/2023-89, a trajetória de um projeto que se destaca não apenas pelos resultados alcançados, mas por sua concepção técnica: a aplicação, em escala inédita, do método de atmosfera de anóxia para realizar, de forma simultânea e em uma única intervenção, três operações historicamente tratadas de modo isolado — a desinfecção, a desinfestação e a desumidificação do suporte celulósico. É esse reconhecimento, seguido de uma execução exemplar, que transforma esta experiência em algo maior do que um simples serviço de conservação contratado: transforma-a em um marco na história recente da gestão de acervos públicos no Brasil.

8.2 O ACERVO SOB AMEAÇA: QUANDO O DIAGNÓSTICO SE TORNA ALARME

Toda grande transformação institucional começa com um olhar honesto sobre a própria realidade. No caso do Arquivo do Iphan – RJ, esse olhar veio consolidado no Estudo Técnico Preliminar e nos relatórios técnicos produzidos ao longo de 2023, que identificaram, com precisão quase clínica, a extensão do problema. A umidade material do papel de livros e documentos foi verificada entre 9% e 11,5% — patamar muito acima do recomendado para a conservação de suportes celulósicos —, associada à presença ativa de infestação biológica e de infecção por fungos e microrganismos, decorrentes do não controle de fatores como temperatura, umidade relativa, iluminação e poluição atmosférica ao longo de décadas de guarda em condições inadequadas.

A documentação técnica do processo descreveu, com rigor entomológico, os principais agentes de risco identificados: baratas, que atacam papéis gomados e capas encadernadas; traças, que corroem a celulose do papel e o amido das colas; piolhos-de-livro, que se alimentam dos fungos presentes no papel; brocas, capazes de perfurar celulose e couro; besouros, cujas larvas escavam galerias no papel comprimido; e cupins, atraídos pela celulose presente em estruturas de madeira e em documentos. Diante desse quadro, uma pergunta se impôs à gestão da Superintendência: como eliminar, de uma só vez e sem novos danos, essa constelação de ameaças?

A resposta mais imediata — e também a mais convencional — seria o recurso a inseticidas e fungicidas químicos, prática ainda disseminada em muitas instituições custodiadoras de acervos. A equipe técnica do Iphan – RJ, no entanto, avaliou e descartou esse caminho: tais substâncias, embora amplamente utilizadas em outros contextos, deixam resíduos de contaminação no ambiente, no acervo e nos profissionais que o manuseiam, sem necessariamente alcançar o efeito reparador esperado — restrição especialmente relevante para um acervo

já fragilizado como o do Iphan – RJ. Foi nesse ponto de inflexão — entre o alívio imediato e tóxico, e a cura mais lenta, porém definitiva e limpa — que a instituição escolheu o caminho tecnicamente mais adequado: depois de pesquisar soluções de mercado e contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, optou pelo tratamento por atmosfera de anóxia, método atóxico empregado internacionalmente em museus, bibliotecas e arquivos desde as décadas de 1980 e 1990, após décadas de desenvolvimento inicial voltado à conservação de produtos alimentícios armazenados.

8.3 UMA INTERVENÇÃO TRIPLA E INÉDITA: OS FUNDAMENTOS DE UMA ESCOLHA CORAJOSA

A atmosfera de anóxia não é, em si, uma novidade absoluta no universo da conservação de bens culturais. Desenvolvida inicialmente para a preservação de produtos alimentícios armazenados, a técnica migrou, ao longo das décadas de 1980 e 1990, para museus, bibliotecas e arquivos ao redor do mundo, consolidando-se como alternativa atóxica e cientificamente robusta aos métodos químicos tradicionais de desinfestação. O princípio é, na sua essência, simples: dentro de um invólucro hermeticamente vedado, o oxigênio do ar é substituído, gradualmente, por um gás inerte — no caso deste projeto, nitrogênio, produzido por um gerador silencioso e livre de vapores ou substâncias oleosas —, até que sua concentração caia a níveis inferiores a 0,5%, com precisão de controle de um décimo percentual. Sem oxigênio, insetos em qualquer estágio de vida — ovos, larvas, pupas ou indivíduos adultos — morrem por asfixia e desidratação; microrganismos e fungos são desativados; e tudo isso ocorre sem que uma única gota de produto químico toque o papel. Trata-se de solução reconhecidamente segura tanto para os documentos quanto para a saúde humana, compatível com a manutenção de atividades na instituição durante o próprio tratamento.

O que distingue, contudo, o projeto executado pelo Iphan – RJ de outras experiências semelhantes ao redor do mundo não é apenas a escolha do método — já consagrado internacionalmente —, mas a arquitetura conceitual da intervenção. Na maioria das experiências registradas na literatura de conservação, desinfecção, desinfestação e secagem são tratadas como etapas sucessivas e independentes, cada uma demandando sua própria estrutura, seu próprio cronograma, seus próprios custos. O Termo de Referência elaborado pela equipe técnica do Iphan – RJ rompeu com essa lógica sequencial: previu que as três operações — a eliminação de fungos, a eliminação de insetos e a secagem gradual do papel até um teor máximo de 8% de umidade — ocorressem simultaneamente, dentro da mesma atmosfera controlada, por meio de desumidificadores instalados no interior do próprio invólucro.

Segundo o registro técnico consolidado ao longo da execução do contrato, essa articulação simultânea das três frentes de tratamento, aplicada a um volume de 1.300 metros lineares de documentos, não encontra precedente de mesma escala em experiências anteriores catalogadas na área — o que autoriza afirmar, com a devida prudência científica, que o Iphan – RJ realizou ali a primeira intervenção de grande porte no mundo a reunir, dentro de uma única bolha de anóxia, a desinfecção, a desinfestação e a secagem de um acervo arquivístico e bibliográfico.

A estrutura empregada — que a equipe técnica e os próprios servidores do arquivo passaram a chamar de "a bolha" — consistiu em um invólucro de plástico especial de altíssima barreira, composto por, no mínimo, sete camadas interligadas, capaz de garantir vedação total a gases, inclusive por baixo do próprio acervo. Ali dentro, sensores monitoravam de forma contínua e ininterrupta os três parâmetros críticos do tratamento — concentração de oxigênio, temperatura e umidade relativa —, com leituras registradas em intervalos máximos de quinze minutos, disponibilizadas em formato numérico e gráfico, permitindo acompanhamento em tempo real da eficácia do processo.

8.4 DO PAPEL AO PLÁSTICO: A LOGÍSTICA DE UMA OPERAÇÃO DE GRANDE PORTE

Toda intervenção de conservação em grande escala é, antes de tudo, um exercício de logística — e a que se narra aqui não foi exceção. Poucas empresas no mercado nacional reuniam, de forma comprovada, a tecnologia e a expertise necessárias para realizar, de modo concomitante, o tratamento de anóxia e a desumidificação em invólucro lacrado com controle de ar em tempo real — o que levou o Iphan – RJ a formalizar a contratação direta do fornecedor especializado, amparada em declaração de exclusividade técnica e em referência de contratação semelhante já realizada por outra instituição pública. Firmou-se, assim, o contrato de prestação de serviços sob a responsabilidade técnica do restaurador Stephan Schäfer — um investimento expressivo, mas dimensionado à altura do patrimônio que se pretendia salvar.

A primeira grande tarefa da equipe foi acondicionar cuidadosamente todo o conjunto documental em cerca de 1.150 caixas de papelão triplex 100% kraft, fabricadas especialmente para a operação, garantindo resistência e neutralidade química suficientes para suportar o transporte e o próprio processo de anóxia. Em seguida, o acervo foi movimentado para o interior da estrutura de anóxia recém-montada, cuja instalação envolveu a preparação de uma plataforma de MDF, o revestimento com o plástico de alta barreira, a inserção de material dessecante entre as caixas e a instalação dos equipamentos técnicos: gerador de nitrogênio, desumidificadores, compressor e controlador digital de processo. Em 19 de março de 2024, concluída a termosselagem do invólucro, teve início o monitoramento contínuo — sob acompanhamento presencial do responsável técnico durante toda a fase inicial.

Vale registrar, como episódio que ilustra o espírito de cooperação que essa intervenção despertou, que ao longo da execução a Marinha do Brasil solicitou formalmente a inclusão, dentro da mesma estrutura de anóxia, de um

conjunto de dezoito Livros Mestre sob sua custódia — pedido avaliado e aceito pelo Iphan – RJ por meio de Nota Técnica específica. O episódio evidencia tanto a flexibilidade operacional do método quanto o potencial de cooperação interinstitucional que uma estrutura de tratamento de grande porte é capaz de proporcionar: uma estrutura concebida para salvar o acervo de uma única instituição tornou-se, na prática, um bem comum.

8.5 SETENTA E SETE DIAS SEM OXIGÊNIO: OS RESULTADOS DE UM TRATAMENTO EXITOSO

O contrato previa um período mínimo de permanência do acervo dentro da bolha de setenta dias — tempo estimado como suficiente para garantir a mortalidade de insetos em todos os seus estágios biológicos e a desativação de fungos. Na prática, e por prudência técnica, o tratamento foi conduzido por 77 dias corridos, entre 20 de março e 24 de junho de 2024, com a concentração de oxigênio mantida sistematicamente abaixo do limiar de 0,5% — permanecendo, segundo os relatórios técnicos da empresa executora, por mais de cinquenta dias em torno de 0,2% e por aproximadamente vinte dias em 0,3%, patamares muito inferiores ao próprio limite estabelecido como parâmetro mínimo de eficácia.

Os resultados da secagem foram comprovados por monitoramento contínuo com data loggers posicionados no interior de caixas em diferentes pontos do invólucro. A umidade relativa inicial registrada, em torno de 72%, caiu para valores inferiores a 50% já no primeiro mês de tratamento, conforme evolução documentada graficamente no relatório técnico da empresa contratada. Ao longo de todo o processo, foram extraídos, no mínimo, 1.000 litros de água do interior da bolha — o equivalente a cerca de 4% do peso total do papel tratado —, confirmando o pleno atendimento da meta de secagem estabelecida no Termo de Referência.

Ao final da intervenção, o volume tratado alcançou a totalidade dos 1.300 metros lineares de documentos previstos no objeto contratual. Os resultados evidenciam a estabilização das condições físicas e sanitárias do acervo, a eliminação dos agentes biológicos degradantes até então presentes e a redução da umidade excessiva dos suportes celulósicos a patamares compatíveis com sua conservação de longo prazo.

8.6 PARA ALÉM DO ACERVO: CAPACITAÇÃO E O LEGADO DO CONHECIMENTO COMPARTILHADO

Um projeto desta envergadura seria incompleto se seus benefícios se restringissem às paredes do Iphan. Consciente disso, a equipe técnica do Iphan – RJ fez questão de que o Termo de Referência estabelecesse, como parte indissociável do objeto contratual, a realização de um programa de capacitação em Gestão Integrada de Pragas, voltado não apenas aos servidores da própria Superintendência, mas a toda a comunidade profissional de conservação e restauro do país.

Realizado no Museu Histórico Nacional, o curso de Conservação Preventiva e Manejo Integrado de Pragas somou 21 horas de carga horária, distribuídas em três dias de atividades presenciais, com repetição do módulo de workshop em dia adicional e oferta também em formato remoto, ampliando seu alcance para além dos limites geográficos do Rio de Janeiro. A iniciativa reuniu mais de 350 inscrições — número que evidencia o interesse da comunidade profissional de conservação e restauro pelos temas abordados — e recebeu avaliações elogiosas dos participantes, que destacaram a densidade técnica do conteúdo apresentado em tão curto espaço de tempo.

A empresa contratada, por sua vez, doou à instituição duas mesas de higienização equipadas com aspiradores de filtragem HEPA — equipamentos que passaram a integrar, de forma permanente, a rotina de conservação preventiva do acervo, mesmo depois de encerrado o contrato original. É um detalhe que ilustra bem o espírito desta história: cada etapa do projeto foi pensada não como um evento isolado e passageiro, mas como um investimento de longo prazo na capacidade técnica e material da instituição.

8.7 DA ANÓXIA AO MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS: GARANTINDO QUE A VITÓRIA SEJA DURADOURA

O tratamento de anóxia, por mais eficaz que seja, produz um efeito pontual: elimina a carga biológica presente no momento da intervenção, mas não impede, por si só, uma nova infestação, caso as condições ambientais do local de destino final do acervo permaneçam desfavoráveis. Reconhecendo essa limitação, o projeto previu, como etapa complementar e indissociável do tratamento físico, a elaboração de um robusto Plano de Manejo Integrado de Pragas (MIP), voltado especificamente para o edifício-sede da Superintendência, na Avenida Rio Branco, nº 46, no Centro do Rio de Janeiro — destino final e permanente do acervo tratado.

O plano parte de um diagnóstico do contexto urbano de alta carga ambiental em que se insere o edifício histórico — marcado por intenso tráfego, material particulado atmosférico e vegetação urbana adjacente — e propõe um modelo de gestão estruturado em cinco eixos operacionais interdependentes: o controle de acesso e do fluxo de pessoas; a disciplina no uso dos espaços de guarda; a higienização técnica especializada, realizada preferencialmente a seco, com aspiradores de filtragem HEPA; o controle ambiental ativo da umidade relativa, com climatização operando ininterruptamente, 24 horas por dia,

365 dias por ano; e o monitoramento entomológico sistemático, por meio de uma grade de armadilhas adesivas distribuídas na proporção aproximada de uma unidade a cada seis metros quadrados.

O documento sintetiza suas diretrizes no princípio dos "4 A's" — água, alimento, abrigo e acesso —, fatores cuja eliminação sistemática é reconhecida internacionalmente, com base em referências consagradas da literatura de conservação preventiva, como condição para interromper o ciclo biológico de instalação de pragas em acervos documentais. Entre as medidas previstas, destacam-se ainda a instalação de esquadrias internas reversíveis nas salas de reserva — concebidas em parceria com a equipe de engenharia do Iphan – RJ para reforçar a vedação do edifício histórico sem interferir em seus elementos originais —, e a implementação de um protocolo de quarentena para todo material orgânico que venha a ingressar no acervo.

A necessidade de vigilância constante sobre as condições do futuro espaço de guarda já se manifestou, aliás, antes mesmo da conclusão do plano: em setembro de 2025, parecer técnico da fiscalização do contrato identificou, na sala então em preparação para reserva técnica, a presença de mobiliário de procedência desconhecida — condição incompatível com os protocolos do MIP, cuja correção imediata foi recomendada com ênfase. Longe de representar uma falha, esse episódio reforça, na prática, a premissa central do plano: a de que a preservação alcançada pelo tratamento de anóxia só se sustenta no tempo mediante disciplina ambiental contínua.

8.8 DESAFIOS E APRENDIZADOS INSTITUCIONAIS

A trajetória do projeto também oferece lições relevantes para o planejamento de intervenções semelhantes em outras instituições públicas custodiadoras de acervos documentais. O Relatório Final de Conclusão Integral, apresentado

em abril de 2026, registra que, uma vez concluídas as etapas operacionais previstas em contrato — encerradas ainda em 2024 —, o acervo permaneceu armazenado no interior da estrutura de anóxia, no piso térreo do Palácio da Fazenda, por período superior à previsão inicial. Ao longo desse intervalo, a ausência de manutenção contínua dos sistemas técnicos e de monitoramento ambiental do local — decorrente de decisões alheias ao escopo contratual da empresa executora — expôs o acervo a uma condição de espera que, embora não tenha comprometido os resultados alcançados durante o tratamento, evidencia a importância de sincronizar cronogramas de intervenções de conservação com os cronogramas de obras de infraestrutura que viabilizam a destinação final dos acervos tratados.

Esse aprendizado é particularmente valioso para instituições de patrimônio público: tratamentos de conservação reparadora, ainda que tecnicamente exitosos, alcançam sua plena efetividade apenas quando articulados a uma cadeia completa de ações — do diagnóstico ao destino final do acervo, passando pela reforma dos espaços de guarda e pela implementação efetiva dos protocolos de manejo integrado de pragas. A experiência do Iphan – RJ, registrada com transparência em toda a documentação do processo, demonstra que as condições de guarda pós-tratamento contribuem para consolidar boas práticas de gestão contratual e de planejamento integrado entre as diferentes frentes de trabalho envolvidas na preservação de acervos de grande porte.

8.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE RESTA QUANDO O AR VOLTA A CIRCULAR

Quando, em 24 de junho de 2024, a bolha de anóxia foi finalmente aberta, depois de 77 dias de silêncio hermético, o que se revelou não foi apenas um acervo tratado — foi a comprovação de que a coragem técnica, quando bem planejada e rigorosamente executada, produz resultados que ultrapassam as expectativas

mais otimistas. Os números falam por si: mil litros de água extraídos do papel, umidade reduzida a patamares seguros, agentes biológicos eliminados, mais de 350 profissionais capacitados, um Plano de Manejo Integrado de Pragas estruturado para garantir que a conquista não se perca com o tempo.

O projeto de conservação reparadora do acervo arquivístico e bibliográfico da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro representa, antes de tudo, um exercício de responsabilidade institucional com a memória documental sob sua guarda. A escolha por um método atóxico, tecnicamente rigoroso e ambientalmente responsável — capaz de reunir, em uma única e monitorada estrutura de anóxia, a desinfecção, a desinfestação e a desumidificação de 1.300 metros lineares de documentos — situa o Iphan – RJ, segundo o próprio registro técnico do projeto, na vanguarda mundial de intervenções de grande escala nessa área da conservação preventiva.

Mais do que os números alcançados, o que este relato busca registrar é o compromisso de uma equipe técnica multidisciplinar, formada por arquivistas, conservadores-restauradores, bibliotecária e servidores de diferentes áreas, com a construção de soluções tecnicamente embasadas para desafios concretos de preservação. A elaboração do Plano de Manejo Integrado de Pragas, como desdobramento natural do tratamento de anóxia, demonstra ainda uma maturidade institucional a ser perseguida no sentido de tratar a conservação não como evento isolado, mas como processo contínuo, que exige vigilância, disciplina operacional e investimento permanente.

Espera-se que este registro, elaborado no contexto do convite para composição do segundo volume da obra "Vivências da Área de Documentação do Iphan", possa servir de referência técnica e de estímulo para outras unidades do Iphan e outras instituições públicas brasileiras que enfrentem desafios semelhantes na salvaguarda de seus acervos documentais, reafirmando o papel do Iphan como guardião — e também como difusor de conhecimento técnico — do patrimônio cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br. Acesso em: 20 ago. 2026.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. p. 164-174.

BRAGA, Gilda. Informação, Ciência da Informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/612/0. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **CONARQ**. Brasília, DF: CONARQ, 2006. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/conarq. Acesso em: 20 ago. 2026.

CABRAL, Plínio. **O direito autoral na prática**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, [s.d.].

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, [s.d.].

FREITAS, Lídia Silva de. A privatização das temáticas e do discurso da área de informação. *In*: FORO SOCIAL DE INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y BIBLIOTECAS, 2004, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires: [s. n.], 2004. p. 1-11.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2007. CD-ROM.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Superintendência do Iphan no Estado do Rio de Janeiro. **Nota Técnica nº 2/2024/Iphan – RJ ARQUIVO/COTEC Iphan – RJ/Iphan – RJ**: desinfecção dos documentos do Arquivo da Marinha. Processo nº 01500.001742/2023-89. SEI nº 5177394. Rio de Janeiro: Iphan, 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Superintendência do Iphan no Estado do Rio de Janeiro. **Nota Técnica nº 3/2023/Iphan – RJ ARQUIVO/COTEC Iphan – RJ/Iphan – RJ**: cronograma físico-financeiro. Processo nº 01500.001742/2023-89. SEI nº 4967127. Rio de Janeiro: Iphan, 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Superintendência do Iphan no Estado do Rio de Janeiro. **Parecer Técnico 5**: avaliação das condições ambientais de sala em preparo para reserva técnica arquivística. Processo nº 01500.001742/2023-89. SEI nº 6718705. Rio de Janeiro: Iphan, 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Superintendência do Iphan no Estado do Rio de Janeiro. **Termo de Referência**. Processo nº 01500.001742/2023-89. SEI nº 4912693. Rio de Janeiro: Iphan, 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Superintendência do Iphan no Estado do Rio de Janeiro. **Relatório 4340867**. Processo nº 01500.001742/2023-89. SEI nº 4641411. Rio de Janeiro: Iphan, 2023.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 1-16, 1995.

LOPES, Luís Carlos. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Convenção de Berna**: relativa à proteção das obras literárias e artísticas. Acto de Paris. Genebra: OMPI, 1990. (Publicação nº 287).

SANCHES, Hércoles Tecino. **Legislação autoral**: críticas de Hércoles Tecino Sanches. São Paulo: LTr, 1999.

SCHÄFER, Stephan. **Plano de Manejo Integrado de Pragas (MIP)** — Casa Histórica do Iphan, Avenida Rio Branco, 46, Centro, Rio de Janeiro. Processo nº 01500.001742/2023-89. São Paulo, abr. 2026.

SCHÄFER, Stephan. **Relatório de Conclusão das Primeiras Etapas** — Contrato nº 04/2023. Processo nº 01500.001742/2023-89. São Paulo, 2 abr. 2024.

SCHÄFER, Stephan. **Relatório de Conclusão Parcial da 3ª Etapa** — Contrato nº 04/2023. Processo nº 01500.001742/2023-89. São Paulo, 18 jun. 2024.

SCHÄFER, Stephan. **Relatório de Conclusão Total das 3ª e 4ª Etapas do Tratamento de Anóxia para Desinfestação, Desinfecção e Secagem do Acervo**. Processo nº 01500.001742/2023-89. São Paulo, 18 jun. 2024.

SCHÄFER, Stephan. **Relatório Final de Conclusão Integral** — Contrato nº 04/2023. Processo nº 01500.001742/2023-89. São Paulo, 13 abr. 2026.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Tradução: Nilza Teixeira Soares. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Tradução: Manoel A. Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963. (Publicações técnicas, 27).

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação na Arquivística contemporânea. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2026.

THOMASSEN, Theo. A new language to be spoken: a paradigm shift in Archival Science. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 14., 2006, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2026.

CAPÍTULO 9

ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO DO IPHAN NO ESTADO DE GOIÁS: CIDADES DE GOIÂNIA, GOIÁS E PIRENÓPOLIS

Structuring the Iphan information units in the state of Goiás: cities of Goiânia, Goiás and Pirenópolis.

Denise Coimbra de Abreu[55]
Patrícia Natalina Amorim Libonati[56]
Sarah Socorro Silva Ramos[57]

Resumo: Para alcançar a estrutura existente hoje nos setores de arquivo e biblioteca das três unidades vinculadas, muito trabalho foi preciso ser feito ao longo dos últimos anos. Gradualmente, as unidades de informação da sede

55 Setor de Biblioteca do Iphan em Goiás
56 Setor de Arquivo do Iphan em Goiás
57 Setor de Arquivo do Iphan em Goiás

em Goiânia e dos escritórios técnicos da cidade de Goiás (ETG-GO) e de Pirenópolis (ETP-GO) passaram por uma completa reestruturação técnica. Durante esse processo, as equipes envolvidas empenharam-se na organização dos espaços, na aquisição de mobiliário adequado, na higienização dos acervos bibliográficos e arquivísticos e no mapeamento de conteúdos ligados à atuação do Iphan, em especial aqueles voltados à história e à identidade do povo goiano. Este trabalho tem como objetivo central salvaguardar as obras e as memórias que elas carregam, assegurando a difusão do conhecimento entre gerações. Busca-se ainda, oferecer ambientes confortáveis e acolhedores, para que os usuários desfrutem de materiais de grande valor para suas pesquisas.

Palavras chave: Estruturação 1; Conservação preventiva 2; Arquivo 3; Biblioteca 4; Iphan – GO 5.

Abstract: *To achieve the current structure in the archive and library sectors of the three affiliated units, much work has been required over the past few years. Gradually, the information units at the headquarters in Goiânia and the technical offices in the city of Goiás (ETG-GO) and Pirenópolis (ETP-GO) underwent a complete technical restructuring. During this process, the teams involved dedicated themselves to organizing the spaces, acquiring appropriate furniture, cleaning the bibliographic and archival collections, and mapping content related to Iphan's activities, especially those focused on the history and identity of the people of Goiás. This work has the central objective of safeguarding the works and the memories they carry, guaranteeing the dissemination of knowledge between generations. It also seeks to offer comfortable and welcoming environments so that users can take advantage of materials of great value for their research.*

Keywords: *Structuring 1; Preventive conservation 2; Archive 3; Library 4; Iphan – GO 5.*

9.1 INTRODUÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por meio de suas unidades de informação, reúne e disponibiliza documentos e publicações que constituem importantes fontes para a compreensão do patrimônio cultural brasileiro. No estado de Goiás, a estrutura de documentação envolve a sede da Superintendência em Goiânia, e os Escritórios Técnicos da cidade de Goiás (ETG-GO) e de Pirenópolis (ETP-GO), que possuem acervos voltados ao patrimônio cultural e a áreas relacionadas.

A organização desses acervos não se limita à disposição física de livros, documentos e caixas. Envolve diagnóstico, planejamento, adequação dos espaços, aquisição de mobiliário, higienização, tratamento técnico, identificação, classificação, armazenamento e definição de condições que favorecem a preservação e o acesso facilitado às informações. Assim, a estruturação das unidades de informação constitui um processo contínuo, no qual as necessidades dos acervos e dos usuários orientam as decisões técnicas.

Na biblioteca, a reestruturação ocorreu paralelamente à integração das unidades de Goiás à Rede de Bibliotecas do Iphan (RBI). O trabalho compreendeu desde o levantamento das condições encontradas até o tratamento dos livros, a adoção da Classificação Decimal de Dewey (CDD), a inserção de registros no sistema Pergamum e a reorganização física dos acervos. No arquivo, a adequação do espaço também exigiu intervenções de infraestrutura e mobiliário, incluindo, mais recentemente, a ampliação da capacidade de armazenamento por meio da instalação de novos arquivos deslizantes.

A organização do arquivo da Superintendência do Iphan em Goiás integra o mesmo esforço de qualificação das unidades de informação: garantir condições adequadas de guarda, preservação, organização e acesso à documentação.

A estrutura física do arquivo responde às características e ao volume do acervo, de modo a evitar acondicionamentos inadequados e permitir que os documentos sejam localizados e manuseados com segurança.

Este capítulo apresenta, portanto, um relato de experiência sobre a estruturação das unidades de informação do Iphan em Goiás, com foco nas ações desenvolvidas nas bibliotecas de Goiânia, cidade de Goiás e Pirenópolis e na organização do arquivo da Superintendência. E busca registrar procedimentos, dificuldades e resultados que contribuíram para qualificar a preservação, a gestão e a disponibilização dos acervos.

Como objetivos específicos, pretende-se: apresentar o processo de reorganização das bibliotecas; registrar as etapas de tratamento e integração dos acervos à RBI; destacar ações de difusão realizadas a partir da biblioteca, e registrar a recente ampliação do espaço de guarda do arquivo da Superintendência, com a instalação de novos arquivos deslizantes.

9.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um relato de experiência, de natureza qualitativa e caráter descritivo, elaborado a partir do acompanhamento das atividades realizadas nas unidades de informação do Iphan em Goiás. O trabalho reúne informações produzidas durante as ações de organização, tratamento, preservação, adequação dos espaços e difusão dos acervos, buscando sistematizar uma experiência institucional desenvolvida ao longo de diferentes etapas.

A análise foi realizada a partir de registros internos, documentação das intervenções, observação das condições dos espaços e dos acervos, registros fotográficos e informações relacionadas às etapas de aquisição e instalação de mobiliário. No caso das bibliotecas, foram consideradas as atividades

de levantamento, transporte, higienização, tratamento técnico, classificação, identificação, inserção no Pergamum, reorganização e devolução dos materiais às unidades de origem. No caso do arquivo, foram considerados os procedimentos relacionados à adequação da estrutura de armazenamento e à recente ampliação dos arquivos deslizantes.

Os resultados foram organizados de forma temática, de modo a evidenciar não apenas as ações executadas, mas sua relação com a preservação, o controle e o acesso à informação. A opção por um relato de experiência permite registrar conhecimentos produzidos na prática e tornar visíveis etapas de trabalho que, embora fundamentais para o funcionamento das unidades de informação, muitas vezes permanecem restritas ao cotidiano técnico.

9.3 BIBLIOTECAS DO IPHAN NO ESTADO DE GOIÁS

As bibliotecas do Iphan em Goiânia, cidade de Goiás e Pirenópolis integram a força de trabalho da área técnica do órgão e são responsáveis por acervos especializados, com espaços destinados à leitura e à pesquisa em temas relacionados ao patrimônio cultural e áreas afins. As três unidades também integram a Rede de Bibliotecas do Iphan (RBI), o que amplia a importância da padronização de procedimentos e da integração dos acervos.

A partir de 2019, a unidade de informação do estado de Goiás passou a contar oficialmente com bibliotecária, após aprovação em concurso público. A presença de profissional especializado contribuiu para a sistematização das atividades e para a condução do processo de reestruturação dos serviços biblioteconômicos, envolvendo as três instalações.

Em Goiânia, a nova sede encontrava-se em reforma quando parte significativa do trabalho teve início. O acervo havia sido acondicionado em caixas, protegido por lonas e plástico-bolha, aguardando a conclusão das obras para que os livros pudessem retornar às prateleiras.



Fonte: Iphan – GO - Acervo da biblioteca encaixotado

A infraestrutura da biblioteca da sede passou a contar com três ambientes principais: sala de atendimento, área de armazenamento do acervo e espaço destinado a estudos e pesquisas. A reorganização física criou condições para que o tratamento técnico fosse realizado de maneira mais sistemática e para que os materiais fossem posteriormente disponibilizados em um espaço adequado às atividades de consulta.



Fonte: Iphan – GO - Estantes instaladas na nova sede

9.3.1 Reestruturação e integração dos acervos

A integração das três unidades de informação de Goiás à RBI exigiu um conjunto de ações articuladas. O primeiro movimento consistiu no levantamento da situação existente, realizado por meio de consultas presenciais e diagnóstico das condições dos acervos e dos espaços. Também foi necessário viabilizar o transporte dos livros das unidades do interior até a sede em Goiânia, onde seria concentrada parte importante do tratamento técnico.

Na biblioteca da sede, uma das primeiras providências foi retirar os livros que permaneceram acondicionados em caixas e devolvê-los às estantes. A partir da reorganização do espaço, tornou-se possível avançar para as etapas de tratamento e padronização. O trabalho não se restringiu à organização física: buscou-se também estabelecer critérios comuns de classificação e controle para as três bibliotecas.



Fonte: Iphan – GO - Acervo reposicionado

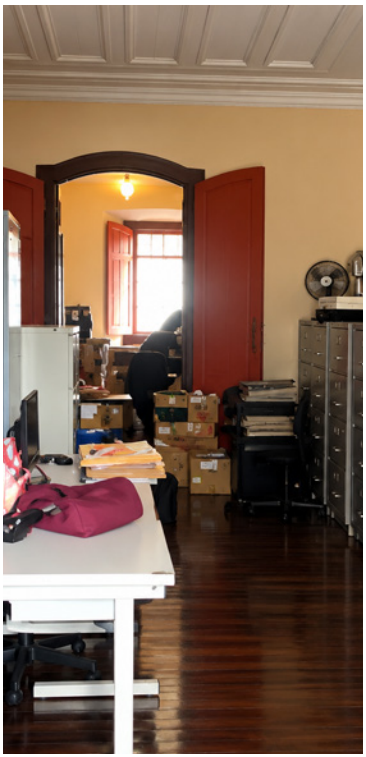
Durante esse período, houve a migração dos sistemas de gerenciamento de bibliotecas para o software Pergamum. Considerando que grande parte das bibliotecas do Iphan em outros estados utilizava a Classificação Decimal de Dewey (CDD), essa classificação foi adotada como alternativa mais adequada à organização dos assuntos para a realidade das unidades de Goiás. A mudança substituiu a classificação anteriormente utilizada, a Classificação Decimal Universal (CDU), passando assim a orientar a organização do acervo de responsabilidade desta regional.

A adoção da CDD foi acompanhada da inserção de novas obras no sistema, por meio do aproveitamento de registros existentes e da realização de novas catalogações. Dessa forma, a reorganização física foi acompanhada pela melhoria dos mecanismos de controle e recuperação da informação, favorecendo a gestão do acervo e sua disponibilização para pesquisa.

9.3.2 Tratamento dos acervos da cidade de Goiás e de Pirenópolis

Na biblioteca do Escritório Técnico da cidade de Goiás, o tratamento dos livros exigiu atenção especial à higienização, devido ao elevado acúmulo de sujidades e resíduos. O acervo foi submetido à limpeza e posteriormente devolvido ao espaço de origem, já reorganizado e acondicionado nas estantes.

Condições de armazenamento no local





Fonte: Iphan – GO (ETG) - Antes do tratamento técnico

Devolução do acervo e organização dos itens nas estantes de Goiás





Fonte: Iphan – GO (ETG) - Depois do tratamento técnico

O acervo completo da biblioteca do Escritório Técnico de Pirenópolis também foi transportado para a sede em Goiânia, onde passou por higienização e tratamento para inserção no sistema. A centralização temporária do material na sede permitiu concentrar as etapas técnicas e, depois de concluídas, organizar o retorno dos livros à unidade de origem.

Para a devolução do acervo de Pirenópolis, foi necessário instruir processo de aquisição de material permanente. A instalação de novas estantes possibilitou acomodar os livros em mobiliário mais adequado. Após a montagem, a equipe realizou o deslocamento até a unidade para organizar o acervo no espaço revitalizado.

Organização dos livros em Pirenópolis



Fonte: Iphan – GO (ETP) - Estantes novas recém-montadas

Em conjunto, as atividades realizadas nas três unidades envolveram a seleção dos itens, higienização, substituição de identificações antigas, inserção no sistema Pergamum, classificação pela CDD, preparação de etiquetas de lombadas e códigos de barras, separação por assuntos, organização em caixas e transporte. Também foram identificados materiais obsoletos destinados à doação e duplicatas passíveis de distribuição.

A sequência das etapas buscou preservar a integridade física dos materiais e, ao mesmo tempo, criar condições de controle e localização. A organização dos livros nas estantes passou a considerar a classificação dos assuntos, permitindo melhor identificação dos itens e facilitando a consulta e a gestão dos acervos.

9.3.3 Procedimentos de higienização e preparação para transporte

Como parte da sistematização das atividades, foi produzido registro em vídeo com orientações sobre a limpeza dos livros, seu acondicionamento para transporte e os cuidados necessários à proteção dos profissionais e à conservação dos itens. A orientação estabeleceu o uso de equipamentos de proteção individual, como jaleco, luvas, máscara e touca, reforçando que os procedimentos de limpeza devem contribuir para a preservação, sem provocar danos ao exemplar.

A preparação da estação de trabalho também foi considerada. Quando não disponível mesa com tampo de pedra ou vidro, orientou-se o uso de base de corte e papel mata-borrão, com atenção à proteção do mobiliário. Para as novas identificações, foram preparados recortes de plásticos autoadesivos destinados à cobertura das etiquetas, observando-se as dimensões necessárias para cada exemplar.

Na higienização, realizou-se a remoção de poeira e resíduos, inclusive restos de insetos e pequenos elementos estranhos ao livro. A trincha foi utilizada para retirar a poeira de dentro para fora, reduzindo o risco de deslocamento da sujidade para o interior do volume. Quando possível, utilizou-se pó de borracha nas primeiras e últimas páginas. Para as capas plastificadas, admitiu-se o uso de flanela levemente úmida, seguida de flanela seca; em capas de papel fosco, recomendou-se apenas a flanela seca.

A retirada das etiquetas antigas foi condicionada ao material da capa. Em capas de papel fosco, quando a remoção pudesse danificar a superfície ou informações do exemplar, a orientação foi manter a etiqueta antiga e cobri-la posteriormente com a nova identificação. Em capas plastificadas, a retirada podia ser realizada com maior segurança, utilizando-se instrumentos adequados e cautela para não rasgar ou perfurar o material.

Para o transporte, foram utilizadas caixas de papelão previamente limpas e reforçadas. Os livros foram selecionados de acordo com seu tamanho para evitar que ficassem tortos ou empenados. A separação por assunto não era necessária nessa etapa, pois seria realizada posteriormente a partir do registro e da classificação na base de dados. Também foi necessário deixar as estantes de origem livres e limpas para receber o acervo após o tratamento.



Fonte: Iphan – GO - Higienização do acervo

9.4 AÇÕES DE DIFUSÃO E VALORIZAÇÃO DOS ACERVOS

O trabalho das unidades de informação não se encerra no tratamento e na guarda dos acervos. A documentação e as publicações também cumprem função de difusão do conhecimento, aproximando o Iphan de pesquisadores, estudantes, educadores, instituições e da sociedade. Em Goiás, algumas iniciativas evidenciaram essa dimensão da biblioteca, transformando materiais documentais e bibliográficos em instrumentos de acesso e educação patrimonial.

Entre essas iniciativas se destaca o Circuito Literário Iphan Goiás nos Municípios, concebido para ampliar o acesso a publicações relacionadas ao patrimônio cultural nas bibliotecas públicas dos municípios goianos. A ação teve como referência o acervo editorial produzido pelo Iphan desde sua criação e buscou fortalecer a educação patrimonial, a mediação cultural e a valorização da memória e da identidade cultural.

A proposta alcançou os 246 municípios goianos, com a previsão de aproximadamente 50 obras em cada kit de doação. O objetivo era distribuir cerca de 9 mil livros com temáticas relacionadas ao patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e arqueológico de Goiás e do Brasil, fortalecendo as redes públicas de bibliotecas e oferecendo fontes de pesquisa para educadores, estudantes e moradores.

Realizado em agosto de 2021, o Circuito Literário contou com apoio do governo do estado de Goiás e com a participação de servidores e colaboradores do Iphan Goiás. O projeto envolveu diferentes etapas, desde a aquisição dos livros em Brasília e a elaboração das comunicações aos municípios até os procedimentos necessários à formalização das doações.

A experiência foi posteriormente compartilhada com a Rede de Bibliotecas do Iphan. Foi realizada apresentação on-line para que colegas de outras unidades conhecessem a iniciativa e seus bastidores. A bibliotecária Denise Coimbra conduziu a apresentação, que contou também com a participação de Ana Paula Carvalho, coordenadora técnica do Iphan – GO, e Marianne Carrijo, assessora de comunicação, que contribuíram para a preparação da ação e a articulação das parcerias.

A circulação desse relato dentro da RBI demonstrou que experiências desenvolvidas localmente podem produzir conhecimento para outras unidades. A biblioteca, nesse sentido, atua não apenas como espaço de guarda e consulta, mas também como agente de difusão, articulação institucional e democratização do acesso à informação.

9.4.1 Acervo pessoal de Belmira Finageiv

Belmira Finageiv, arquiteta pioneira na preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da região Centro-Oeste, falecida em 2011 aos 85 anos, foi homenageada pelo Iphan na inauguração de sua nova sede, edifício da antiga Delegacia Fiscal, o qual foi cedido pela União em abril de 2014 para abrigar a Superintendência do Iphan em Goiás. Que ocorreu após a conclusão das obras de restauração e revitalização. Então, no mês de fevereiro em 2020 o referido prédio foi reinaugurado recebendo o nome de Casa do Patrimônio Belmira Finageiv para prestigiar e perpetuar a memória desta renomada arquiteta que tanto contribuiu para o destaque dos bens culturais goianos.

Nesse contexto, a família Finageiv doou à Biblioteca da Superintendência do Iphan em Goiás parte de seu acervo pessoal, composto por livros técnicos, periódicos, coleções especiais, títulos literários e documentos arquivísticos de valor histórico. O material, recolhido em sua residência em Brasília, totalizou 1,15 metros lineares de documentos arquivísticos, 1.081 livros e 270 exemplares de periódicos.

O acervo passou por seleção e processamento técnico, incluindo identificação de duplicatas, tratamento temático e terminológico, classificação, indexação e catalogação. Também foi realizada avaliação do estado de conservação, com separação dos itens em condições de consulta daqueles que apresentavam deterioração significativa e necessitavam de eventual restauro.

Como forma de preservar a identidade e a memória associadas à trajetória de Belmira Finageiv, propôs-se que o acervo, após tratado e inserido no sistema, permanecesse em localização distinta da coleção geral da biblioteca, garantindo-lhe maior visibilidade e valorização.

9.5 ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

O acervo apresenta um levantamento que registra 223,1 metros lineares de documentação sob responsabilidade da Superintendência, além de expressivo quantitativo de itens em suportes diferenciados. A análise evidencia que a preservação arquivística demanda a articulação contínua entre conservação preventiva, organização intelectual, descrição, infraestrutura e acesso. A experiência goiana demonstra a relevância da continuidade das intervenções e da integração entre a sede e as unidades descentralizadas para a salvaguarda da memória institucional e das informações relativas ao patrimônio cultural.

A estrutura do acervo subdivide-se funcionalmente entre o setor técnico e o setor administrativo da Superintendência. No conjunto técnico, sobressaem séries documentais relativas a bens móveis tombados, bens móveis e integrados, bens imóveis tombados, patrimônio cultural imaterial, patrimônio ambiental, sítios e intervenções arqueológicas, projetos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), inventários setoriais, dossiês de fiscalização, programas de educação patrimonial e correspondências técnicas.

No conjunto documental administrativo, identificam-se processos de gestão interna, planos de trabalho anuais, relatórios de gestão, instrumentos de ajuste, contratos administrativos, convênios institucionais, correspondências e atos normativos.

O levantamento aponta também diversas proveniências e órgãos produtores vinculados à trajetória das políticas culturais em Goiás, incluindo o Programa das Cidades Históricas (PCH), o Programa Monumenta, o Pronac, a Prefeitura Municipal de Goiás, a extinta Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL), a Fundação Nacional Pró-Memória e os diferentes setores do próprio Iphan.

A recuperação dos dados apoia-se em catálogos eletrônicos e planilhas sistematizadas por tipologias documentais (textual, audiovisual, hemeroteca, plantas, inventários e dossiês). Os pontos de acesso controlados estruturam-se por descritores de título, assunto, autoria/responsabilidade técnica, datação-limite, município e estado. Essa configuração atende ao princípio de que a descrição arquivística atua como elemento mediador indispensável para garantir a transparência e a efetividade do acesso à informação (CONARQ, 2009).

9.5.1 Trajetória da gestão e do tratamento arquivístico - Marcos temporais e marcos de intervenção (2006–2019)

A trajetória da estruturação arquivística na Superintendência do Iphan em Goiás é marcada por ciclos sucessivos de projetos técnicos que, a partir de 2006, buscaram transformar depósitos documentais despadronizados em um sistema integrado de arquivo permanente e intermediário, em estrita consonância com as diretrizes normativas do Conselho Nacional de Arquivos.

O marco inicial dessa modernização ocorreu em 2008, quando a Superintendência deu início a um amplo diagnóstico da situação física e da organização intelectual da massa documental acumulada. Esse levantamento preliminar evidenciou a urgência de estabelecer critérios uniformes de identificação tipológica, acondicionamento e controle ambiental, resultando na formalização do primeiro plano de gestão documental da unidade.

No ano de 2009, as ações concentraram-se na triagem massiva e na separação de fundos documentais, distinguindo a documentação de valor estritamente administrativo e temporário daquela portadora de valor secundário, histórico e probatório. O biênio 2010–2012 representou uma etapa de consolidação estrutural, período no qual se intensificaram os projetos de conservação preventiva, a aplicação de instrumentos de controle de temperatura e umidade relativa nos depósitos e a organização de acervos cartográficos e iconográficos, fundamentais para a fiscalização de obras no patrimônio edificado.

Em 2015, foram executados projetos focados na revisão dos instrumentos de pesquisa e na digitalização de documentos prioritários em risco de degradação. Posteriormente, em 2019, realizou-se uma abrangente revisão dos procedimentos de descrição arquivística, consolidando a aplicação dos níveis hierárquicos e elementos preconizados pelas normas (NOBRADE), o que permitiu compatibilizar os bancos de dados locais com as redes de informação do Iphan em nível federal.

Em 2026, uma das principais ações de infraestrutura relacionadas ao arquivo foi a ampliação da capacidade de armazenamento com a instalação de novos arquivos deslizantes. A documentação técnica de aquisição e montagem registra a implantação de equipamento da linha Beneverest, com módulos fixos e deslizantes e estrutura destinada ao armazenamento do acervo técnico. A instalação foi acompanhada pela equipe responsável, que participou das etapas necessárias para viabilizar a reorganização do espaço.

A ampliação foi necessária para permitir a guarda de uma quantidade maior de pastas e caixas do arquivo, aproveitando de maneira mais eficiente o espaço disponível. A intervenção não foi apenas uma substituição de mobiliário: ela exigiu a retirada integral do acervo que ocupava o ambiente, a liberação do espaço para a montagem e, posteriormente, a retomada da guarda documental.

Durante essa etapa, Patrícia Natalina Amorim Libonati e Sarah Socorro Silva Ramos participaram da retirada dos documentos e da preparação do espaço para a montagem. Após a instalação dos novos arquivos deslizantes, iniciou-se o processo de retorno do material, que vem sendo realizado de forma gradual, com os documentos previamente higienizados e organizados e com atenção aos procedimentos arquivísticos aplicáveis à guarda.

O trabalho de recomposição do acervo considera, portanto, não apenas a capacidade ampliada de armazenamento, mas a necessidade de manter a documentação organizada, identificada e acessível. A intervenção representa a etapa mais recente do processo de estruturação do arquivo e cria melhores condições para a continuidade das atividades de gestão documental e preservação do acervo.

9.5.2 Organização do espaço e continuidade do tratamento documental

A instalação de mobiliário especializado oferece ganhos diretos para a capacidade de armazenamento, mas seus resultados dependem da organização documental realizada no interior dos módulos. Por esse motivo, a retomada da guarda vem sendo feita de maneira planejada, evitando o simples retorno das caixas às posições anteriores.

Antes da guarda, os materiais são higienizados e conferidos, buscando-se reduzir a presença de poeira e outros resíduos e assegurar melhores condições de conservação. A organização considera a identificação das pastas e caixas e a necessidade de manter a documentação em sequência, de modo a favorecer a localização e o controle do acervo.

A experiência evidencia que a estrutura física e o tratamento arquivístico são dimensões complementares. Um mobiliário com maior capacidade somente produz o resultado esperado quando associado a procedimentos

de organização e preservação. A ampliação dos arquivos deslizantes, assim, constitui uma ação de infraestrutura integrada ao trabalho técnico desenvolvido no arquivo.

9.5.3 Diversidade tipológica e tratamento de suportes documentais

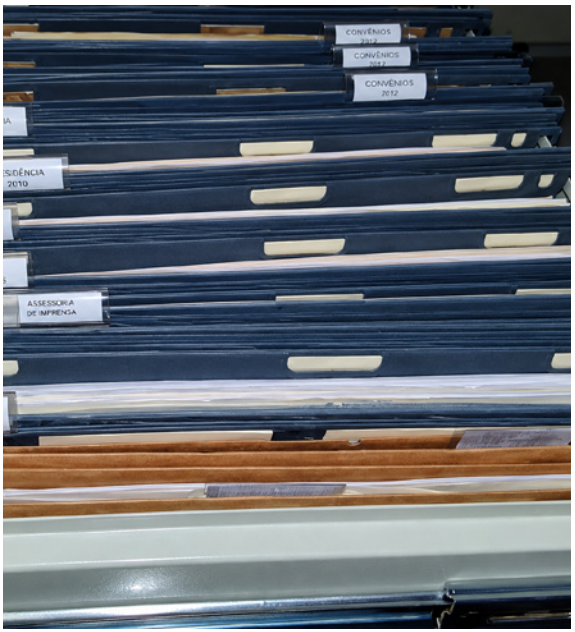
O acervo custodiado pela Superintendência do Iphan em Goiás caracteriza-se por uma profunda heterogeneidade de suportes físicos, refletindo as diferentes técnicas de registro adotadas pelos servidores e técnicos da autarquia ao longo do século XX e início do século XXI. Cada tipologia documental exigiu o desenvolvimento de protocolos específicos de conservação, manuseio e armazenamento.

A documentação textual, que constitui a maior parcela volumétrica do arquivo, engloba processos administrativos, relatórios de vistoria técnica, autos de infração, correspondências oficiais e termos de tombamento. Esses documentos foram submetidos à remoção criteriosa de grampos e clipes metálicos oxidados, higienização mecânica e acondicionamento em pastas e caixas de polipropileno corrugado ou papel de conservação neutro.

Os conjuntos documentais iconográficos, cartográficos, sonoros e audiovisuais demandaram abordagens especializadas, conforme sintetizado abaixo:

- **Documentos iconográficos:** fotografias em papel (preto e branco e coloridas), lâminas de slides e negativos em película de nitrato e acetato de celulose. Receberam higienização a seco com pincéis específicos, identificação individual e acondicionamento em envelopes de poliéster virgem (Mylar) ou papel alcalino livre de lignina, organizados em armários gaveteiros metálicos.

- **Documentos cartográficos e desenhos técnicos:** plantas arquitetônicas, mapas urbanos, levantamentos topográficos e pranchas de restauração executadas em papel vegetal, papel manteiga, tela e cópias heliográficas. Foram planificados por meio de hidratação controlada quando ressecados, higienizados e alocados horizontalmente em mapotecas de aço, evitando-se dobras e vincos que aceleram a perda mecânica do suporte.
- **Documentos audiovisuais e sonoros:** fitas de vídeo no formato VHS, fitas magnéticas cassete, além de mídias ópticas e magnéticas como disquetes de 3 ½ polegadas, CDs e DVDs. Foram acondicionados em estojos inertes de polipropileno, com proteção contra poeira e campos eletromagnéticos, mantidos em ambiente com temperatura e umidade rigorosamente estabilizadas.





Fonte: Iphan – GO

9.6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações desenvolvidas demonstram avanços na estruturação das unidades de informação do Iphan em Goiás, especialmente quanto à organização, preservação, gestão, infraestrutura e difusão dos acervos. Nas bibliotecas e escritórios técnicos, a reorganização dos espaços, a higienização, a padronização da classificação, a aquisição de mobiliário e a inserção dos acervos no Pergamum contribuíram para aprimorar o controle, a recuperação e o acesso aos materiais. O tratamento centralizado dos acervos dos escritórios também permitiu uniformizar procedimentos. As ações de preservação possibilitaram reduzir riscos e identificar materiais que necessitavam de cuidados específicos. Avaliando o estado de conservação do acervo geral foi possível definir os materiais aptos à consulta e aqueles que demandavam tratamento especializado ou outra destinação.

A elaboração de orientações para higienização e acondicionamento contribuiu, ainda, para sistematizar procedimentos e apoiar a continuidade das atividades. Na difusão, o Circuito Literário evidenciou o potencial das publicações do Iphan para alcançar bibliotecas públicas de todo o estado e demonstrou como experiências desenvolvidas localmente podem ser compartilhadas, fortalecendo a circulação de práticas e conhecimentos.

No arquivo, a ampliação dos arquivos deslizantes adequou a infraestrutura à demanda de guarda. A retirada, higienização e reorganização do acervo demonstraram a necessidade de planejamento e integração entre infraestrutura, preservação e organização arquivística.

De forma geral, os resultados evidenciam que a estruturação das unidades de informação é um processo contínuo e integrado. As ações realizadas ampliaram as condições de organização, preservação, acesso e difusão dos acervos, fortalecendo sua função institucional e social como fontes de memória e pesquisa.

9.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de estruturação das unidades de informação da Superintendência do Iphan em Goiás e a trajetória de tratamento técnico de seus arquivos e bibliotecas revelam uma evolução qualitativa substancial no tratamento da memória institucional e patrimonial no estado. As intervenções documentadas neste trabalho demonstram que o enfrentamento dos desafios históricos de conservação e organização exigiu a combinação articulada de investimentos em infraestrutura física — culminando na instalação dos arquivos deslizantes em 2026 —, rigorosa aplicação de normas técnicas nacionais.

A experiência das unidades de informação do Iphan em Goiás demonstrou que a preservação da memória institucional e do patrimônio cultural depende da integração entre organização, preservação, infraestrutura, gestão e difusão. As intervenções realizadas nas bibliotecas e no arquivo contribuíram para melhorar as condições de tratamento, guarda, acesso e uso dos acervos, considerando as particularidades de cada unidade.

As ações de difusão, ampliaram o alcance das publicações do Instituto, enquanto o tratamento dos acervos distribuídos pelas unidades do Iphan em Goiás contribuíram para preservar e dar visibilidade a esse conjunto documental.

No arquivo, com vistas a manter o aprimoramento contínuo da gestão documental no Iphan – GO e a preservação de longo prazo dos acervos digitalizados e natodigitais, afigura-se conveniente adotar programas permanentes de monitoramento ambiental nos Escritórios Técnicos; a realização de estudos métricos e de avaliação de usuários sobre os serviços de consulta prestados à sociedade; e o aprofundamento das investigações históricas sobre os fundos documentais descentralizados da Cidade de Goiás e de Pirenópolis.

Como continuidade, destaca-se a necessidade de manter o acompanhamento dos acervos, atualizar instrumentos de controle, aperfeiçoar procedimentos de preservação e ampliar a difusão, além de compartilhar experiências entre as unidades. Assim, a estruturação das unidades de informação ultrapassa a reorganização física dos espaços e se consolida como parte da missão institucional de preservar e difundir o patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. *[Nota de consistência: obra de referência teórica basilar sobre tratamento documental de arquivos permanentes].*

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. *[Nota de consistência: marco legal federal da gestão e preservação arquivística nacional].*

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Norma brasileira de descrição arquivística – NOBRADE**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 28, de 17 de fevereiro de 2009**. Dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. Brasília, DF: CONARQ, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010**. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Brasília, DF: CONARQ, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Projeto de tratamento do acervo fotográfico arquivístico da 14ª Superintendência Regional**. Goiânia: Iphan, 2009b. Documento institucional.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Relatórios de execução do tratamento de plantas, mapas e documentação fotográfica do arquivo da Superintendência do Iphan em Goiás**. Goiânia: Iphan, 2010-2012. Documentos institucionais.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Planejamento para a conservação da documentação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás-GO, abrigada no arquivo da Superintendência do Iphan em Goiás**. Goiânia: Iphan, 2015. Documento institucional.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Termo de Referência**. Processo nº 01516.000361/2019-27. Tratamento do acervo documental do Escritório Técnico do Iphan em Pirenópolis. Goiânia: Iphan, 2019b. Documento institucional.

CAPÍTULO 10

DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL À CIRCULAÇÃO GLOBAL: PUBLICAÇÕES DO IPHAN PRESENTES EM BIBLIOTECAS DE REFERÊNCIA MUNDIAL

Odilé Maria Moraes Viana de Souza[58]
Guilherme Pacheco Castro Rocha[59]

Resumo: O artigo aborda a presença de publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em bibliotecas de referência internacional, destacando a circulação do conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro para além das fronteiras nacionais. A partir da identificação dessas obras em acervos estrangeiros, discute-se como a incorporação de exemplares físicos a diferentes bibliotecas contribui tanto para ampliar as possibilidades de consulta e pesquisa quanto para preservar registros da atuação institucional. O texto

58 Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará, Chefe da Divisão de Gestão Documental do Centro de Documentação do Patrimônio do Iphan.

59 Bacharel em biblioteconomia pela Universidade de Brasília (Unb).

também ressalta a importância dos catálogos on-line e da descrição bibliográfica para a identificação e a recuperação das publicações em diferentes sistemas de informação. Por fim, argumenta que a presença física dessas obras em bibliotecas internacionais complementa o acesso digital, fortalecendo a divulgação da produção institucional e a preservação da memória relacionada ao patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Memória institucional. Bibliotecas internacionais.

Abstract: *This article examines the presence of publications issued by the National Institute of Historic and Artistic Heritage in internationally renowned libraries, emphasizing the circulation of knowledge about Brazilian cultural heritage beyond national borders. By identifying these works in foreign collections, the article discusses how the inclusion of physical copies in different libraries both expands opportunities for consultation and research and helps preserve records of the Institute's activities. It also highlights the importance of online catalogues and bibliographic description in enabling publications to be identified and retrieved across different information systems. Finally, the article argues that the physical presence of these works in international libraries complements digital access, strengthening the dissemination of institutional output and the preservation of memory related to Brazilian cultural heritage.*

Keywords: *Cultural heritage. Institutional memory. International libraries.*

10.1 INTRODUÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Criado em 13 de janeiro de 1937, o Instituto completa 90 anos em 2027. Sua atuação envolve a proteção, conservação,

salvaguarda e promoção de bens culturais de natureza material e imaterial, buscando assegurar sua permanência, reconhecimento e usufruto pelas atuais e futuras gerações. Presente em todas as Unidades da Federação, o Instituto desenvolve ações de identificação, proteção e acompanhamento do patrimônio cultural em diferentes contextos e territórios, incluindo bens reconhecidos nacional e internacionalmente. Nesse sentido, o Iphan desempenha papel central na formulação e implementação das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (Iphan, 2023).

Além de sua atuação na proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, o Iphan desempenha papel fundamental na produção e difusão de conhecimentos sobre os bens culturais do país. Desde sua criação, em 1937, o Instituto publicou cerca de 2.000 (dois mil) títulos, reunindo estudos, pesquisas, metodologias, registros e projetos relacionados a diferentes dimensões do patrimônio cultural. Essas publicações abrangem temas como a valorização do patrimônio material e imaterial, a restauração e recuperação de centros históricos, bem como os modos de fazer e saber que constituem a cultura brasileira. Ao disponibilizar conteúdos inéditos, estudos acadêmicos, propostas educativas, projetos de restauração e obras de referência, o Iphan contribui para ampliar o conhecimento sobre a diversidade do patrimônio cultural brasileiro e para subsidiar pesquisas e ações voltadas à sua preservação e valorização (Iphan, 2026).

Nesse contexto, as publicações institucionais do Iphan assumem relevância para a produção e a circulação de conhecimentos sobre o patrimônio cultural brasileiro. Produzidas a partir das experiências, pesquisas e ações desenvolvidas pelo Instituto, essas obras reúnem informações e reflexões sobre bens culturais, processos de preservação, restauração, registros e práticas de salvaguarda. A relevância dessas publicações também se manifesta para além do âmbito institucional, uma vez que seus exemplares passaram a integrar diferentes acervos bibliográficos, inclusive em instituições de referência internacional.

Exemplares físicos de publicações do Iphan podem ser encontrados, por exemplo, nos catálogos on-line da British Library (Biblioteca Britânica), na Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos) e na Bibliothèque nationale de France (Biblioteca Nacional da França).

Ressalta-se, contudo, que esses exemplos correspondem apenas a um recorte e não resultam de um levantamento exaustivo, sendo possível que publicações do Iphan também estejam presentes em acervos de outras bibliotecas e instituições localizadas em diferentes partes do mundo.

A presença dessas obras em importantes instituições de pesquisa evidencia sua circulação para além das fronteiras nacionais e amplia as possibilidades de acesso aos conhecimentos relacionados ao patrimônio cultural brasileiro. Nesse sentido, os exemplares físicos das publicações institucionais constituem não apenas registros da atuação do Iphan, mas também documentos que, ao serem incorporados a diferentes acervos, passam a integrar redes internacionais de preservação, pesquisa e circulação da memória cultural brasileira.

10.2 ACESSO ÀS PUBLICAÇÕES

Os catálogos de bibliotecas físicas desempenham um papel relevante ao organizar e disponibilizar informações sobre os documentos que integram os acervos, permitindo que os usuários conheçam sua existência e identifiquem materiais relacionados aos seus interesses de pesquisa. Sousa e Fujita (2011, p. 61) destacam que "os catálogos possuem uma dupla função de acesso à informação: conduzem os usuários a encontrar um documento pela descrição temática e/ou física e são considerados o principal instrumento de recuperação em bibliotecas".

No ambiente digital, essa função do catálogo é ampliada pela possibilidade de consultar registros bibliográficos remotamente, independentemente da localização física do exemplar. Guedes (2002, p. 5) destaca:

> "As novas condições de armazenagem e acesso aos documentos proporcionados pelas novas tecnologias apontam uma nova direção para o resgate das informações verificando que existe uma enorme transformação no processo de aquisição, tempo, espaço onde a informação está localizada, formato e abrangência, dependendo da demanda do usuário e da dinâmica de disponibilidade oferecida por cada ponto de origem."

Dessa forma, uma publicação pode ser identificada pelos usuários situados em diferentes países, ampliando o alcance e a visibilidade dos acervos. No caso das publicações do Iphan, a presença de seus registros em instituições estrangeiras favorece sua descoberta em diferentes contextos de pesquisa e evidencia a circulação internacional dessas obras.

Para que essa identificação e circulação sejam efetivas, é fundamental que as publicações apresentem seus elementos bibliográficos de forma padronizada, clara e completa. Informações como título, autoria, edição, local, editora e data de publicação constituem fontes essenciais para a identificação e a descrição da obra, sendo utilizadas na elaboração dos registros bibliográficos.

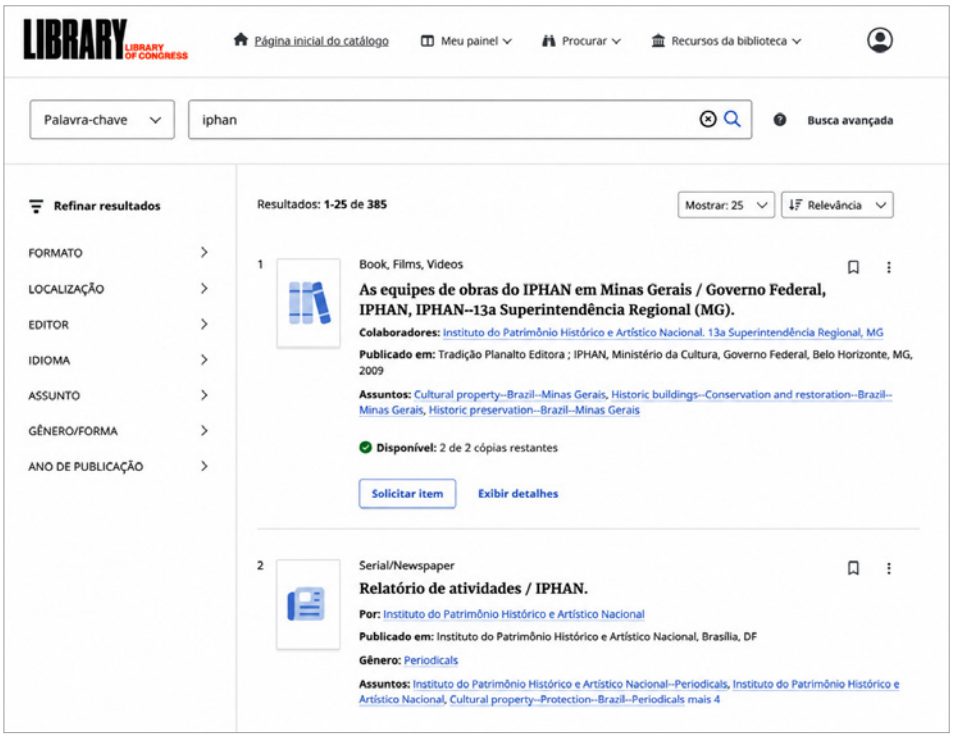
Nesse processo, a ficha catalográfica também desempenha papel fundamental, pois contribui para a organização e a preservação do conhecimento ao possibilitar a identificação e a referência adequada das obras, favorecendo sua integração a bibliotecas, livrarias e diferentes sistemas de informação. Além de sua função técnica, a ficha também confere à publicação maior formalidade, profissionalismo e confiabilidade no contexto editorial

(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, s.d.). Assim, a apresentação dessas informações contribui para que a obra seja identificada e representada de forma adequada em qualquer catálogo internacional, favorecendo sua organização, recuperação e circulação em diferentes sistemas de informação.

10.3 A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO CONHECIMENTO PRODUZIDO PELO IPHAN

A presença de publicações do Iphan em instituições estrangeiras evidencia a projeção internacional do conhecimento produzido e difundido pelo Instituto. Na Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos), a partir de uma busca realizada com o termo "Iphan", foram identificados 385 resultados. Entre as publicações recuperadas e filtradas pelo campo "Editora", observa-se que grande parte corresponde a obras editadas pelo próprio Instituto ou produzidas em parceria com outras instituições. A quantidade de registros identificados reforça a presença da produção editorial do Iphan em uma instituição de referência internacional.

Figura 1: Busca pelo termo “Iphan” no catálogo da Library of Congress:



Fonte: Library of Congress (2026)

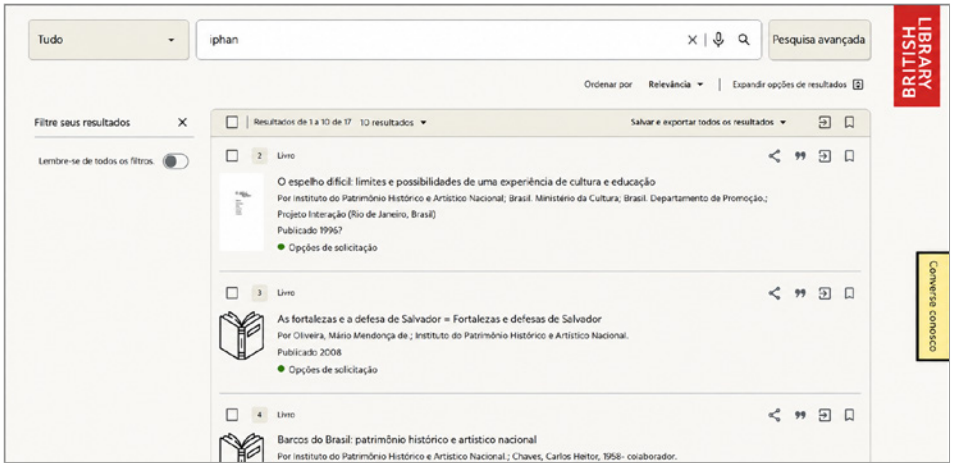
Figura 2: Informações bibliográficas de publicação do Iphan no catálogo da Library of Congress:



Fonte: Library of Congress (2026)

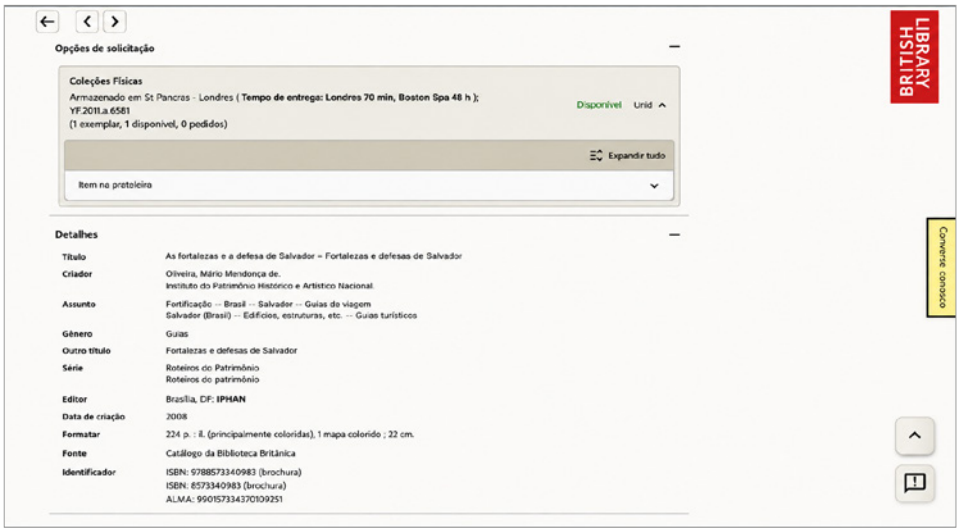
Essa presença também se mostra expressiva na British Library (Biblioteca Britânica). A partir de uma busca realizada utilizando o termo "Iphan", foram identificadas 17 publicações relacionadas ao Instituto, das quais 15 foram editadas pelo próprio Iphan ou produzidas em parceria com outras instituições.

Figura 3: Busca pelo termo “Iphan” no catálogo da British Library:



Fonte: British Library (2026)

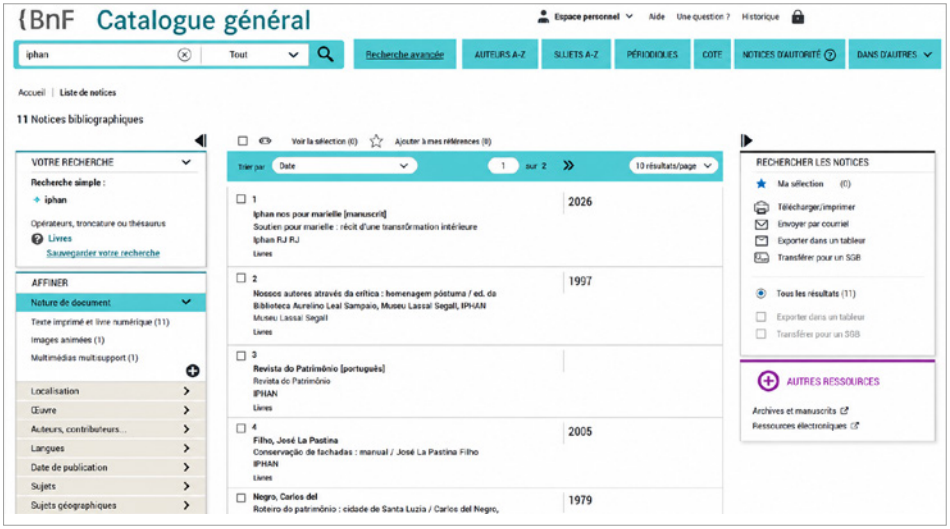
Figura 4: Informações bibliográficas de publicação do Iphan no catálogo da British Library:



Fonte: Bristish Library (2026)

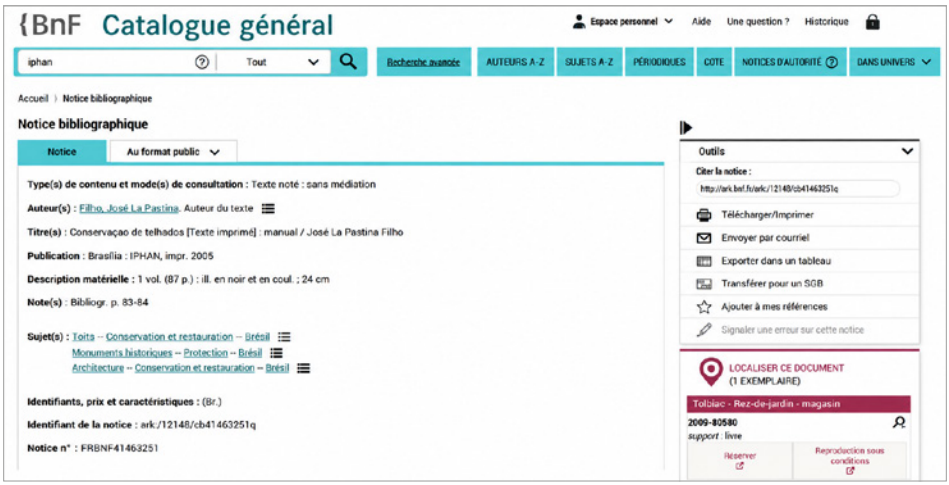
Na Bibliothèque nationale de France (Biblioteca Nacional da França), a pesquisa pelo termo “Iphan” resultou na recuperação de 11 publicações. Entre elas, 7 correspondem a publicações físicas do Iphan. Esse dado demonstra que obras do Iphan integram fisicamente o acervo da instituição francesa, constituindo mais um exemplo da circulação de suas publicações em importantes instituições de referência mundial.

Figura 5: Busca pelo termo “Iphan” no catálogo da Bibliothèque nationale de France:



Fonte: Bibliothèque nationale de France (2026)

Figura 6: Informações bibliográficas de publicação do Iphan no catálogo da Bibliothèque nationale de France



Fonte: Bibliothèque nationale de France (2026)

A inserção dessas publicações em acervos internacionais demonstra, portanto, o alcance da produção do Iphan para além do Brasil. A presença dos exemplares físicos nessas instituições contribui para difundir conhecimentos relacionados ao patrimônio cultural brasileiro e às ações desenvolvidas pelo Iphan, inserindo essa produção em espaços de pesquisa e estudo no exterior.

10.4 DISSEMINAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

A existência de publicações do Iphan em bibliotecas internacionais contribui para a disseminação da produção institucional e para sua preservação ao longo do tempo. Ao integrar acervos de diferentes países, os exemplares físicos

passam a ser mantidos e disponibilizados por outras instituições, favorecendo o acesso por pesquisadores e demais públicos interessados e ampliando a presença dessa produção no cenário internacional.

Nesse contexto, as bibliotecas assumem papel fundamental na preservação e na continuidade do acesso às publicações institucionais, especialmente por contribuírem para a salvaguarda de acervos de relevância histórica e cultural. Conforme destacam Napoleane et al. (2016, p. 204), "o papel das bibliotecas na preservação dos acervos históricos no âmbito das instituições de caráter público, para desenvolvimento de pesquisas e resgate de elementos da história cultural de um povo, torna-se cada vez mais evidente".

Essa preservação também pode ser observada na atuação da Biblioteca Aloísio Magalhães (BAM), na sede do Iphan, que mantém uma coleção de memória destinada à guarda das publicações físicas do Iphan, com o propósito de preservar registros da memória institucional. Essa coleção é mantida separadamente dos exemplares disponíveis para circulação e consulta pelos usuários da biblioteca.

A presença dessas publicações em acervos internacionais, portanto, não se limita à ampliação de seu acesso, mas também contribui para a preservação da memória institucional do Iphan. A manutenção desses exemplares em diferentes instituições favorece a permanência e a disponibilidade dessa produção como registro da atuação do Instituto e de sua contribuição para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

10.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença dessas publicações em bibliotecas de referência mundial se faz importante, pois disponibiliza, no cenário internacional, o conhecimento produzido pelo Iphan, e reforça a relevância dessa Instituição que tem quase 90 anos de atuação em defesa do patrimônio cultural brasileiro.

Além da Biblioteca Digital do Iphan que disponibiliza publicações e outras obras do Iphan em meio digital, a presença física desses exemplares nessas bibliotecas tem outro tipo de alcance, pois físico e digital não competem entre si, mas são formas diferentes de acesso, além do benefício da posse dessas obras que a biblioteca terá.

Importante ressaltar que as bibliotecas apresentadas nesse artigo são de acesso público e com vultuosa frequência de usuários, o que amplia ainda mais o alcance dessas publicações e possibilita que o conhecimento produzido pelo Iphan esteja disponível a diferentes usuários, para além de fronteiras nacionais.

Este artigo não apresenta uma pesquisa exaustiva. Acreditamos ser possível encontrar publicações do Iphan em bibliotecas de outros países além dessas apresentadas, o que demonstra a possibilidade de ampliar esse levantamento e, consequentemente, identificar outros espaços de circulação internacional das publicações do Iphan.

Ademais, o acesso à informação seja em meio físico ou digital, é essencial para a produção de novos conhecimentos e consequentemente para o desenvolvimento de uma sociedade. Nesse sentido, a presença de publicações do Iphan em bibliotecas de referência mundial contribui não apenas

para ampliar o acesso à produção, mas também para promover internacionalmente o conhecimento sobre nossos bens culturais, conferindo legitimidade e reconhecimento à instituição como referência na preservação do patrimônio cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE (BNF). **Catalogue général de la BnF**. France: Bibliothèque nationale de France, [s. d.]. Disponível em: https://catalogue.bnf.fr/index.do. Acesso em: 01 set. 2026.

BRITISH LIBRARY. **British Library Catalogue**. London: British Library, [s. d.]. Disponível em: https://catalogue.bl.uk/nde/home?vid=44BL_MAIN:BLL01_NDE&lang=en. Acesso em: 01 set. 2026.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. **Catalogação**. Portal de Serviços CBL, [s.d.]. Disponível em: https://www.cblservicos.org.br/catalogacao/o-que-e-ficha-catalografica/. Acesso em: 31 ago. 2026.

GUEDES, Joana Barbosa. Catálogos online: disponibilização das bibliotecas universitárias brasileiras. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais**... Recife: UFPe, 2002. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/4077. Acesso em: 28 ago. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Apresentação**. Portal do Iphan, 29 ago. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/apresentacao. Acesso em: 27 ago. 2026

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Publicações do Iphan**. Portal do Iphan, 03 jul. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-do-patrimonio. Acesso em: 27 ago. 2026.

LIBRARY OF CONGRESS. **LC Catalog**. Washington, D.C.: Library of Congress, [s. d.]. Disponível em: https://catalog.loc.gov/. Acesso em: 01 set. 2026.

NAPOLEONE, Luciana Maria; BEFFA, Maria Lucia; CUNHA DE SOUZA MARIA, Maíra; DE ANDRADE JASTWEBSKI, Silvia Mara. Livros e bibliotecas como bens culturais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 12, p. 203–207, 2016. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/615. Acesso em: 01 set. 2026.

SOUSA, B. P. de; FUJITA, M. S. L. Do catálogo impresso ao On-Line: alguns desafios para os profissionais bibliotecários <p> From printed catalog to online: some challenges for the professional librarians. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 59–75, 2011. Disponível em: https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/822. Acesso em: 28 ago. 2026.

CAPÍTULO 11

DA DOCUMENTAÇÃO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL: INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E DIREITOS CULTURAIS NO IPHAN E NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

From Documentation To Social Participation: Information, Memory And Cultural Rights At Iphan And In Cultural Heritage Policies In Brazil

Marcos Vinicius Ribeiro de Assis[60]
Amanda Poça da Poça[61]
Karine de Oliveira Moura[62]

Resumo: Este artigo discute o papel da documentação nas políticas de patrimônio cultural e suas relações com informação, memória, mediação, participação social e direitos culturais. Desenvolvido a partir de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, mediante pesquisa bibliográfica e documental, o estudo articula contribuições da Ciência da Informação, da Arquivologia, dos estudos críticos do patrimônio e da Comunicação a documentos e experiências institucionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Analisa-se como bibliotecas, arquivos, inventários, bases de dados, plataformas digitais e observatórios podem constituir uma infraestrutura pública de conhecimento sobre o patrimônio cultural, ultrapassando funções estritamente técnicas de registro, organização e preservação. Argumenta-se que a disponibilização de informações, embora necessária, não assegura por si só a

60 Servidor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 2009. Mestrando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Diplomado en Industrias Creativas y Culturales pela Organización de Estados Iberoamericanos (OEI)/ Instituto Universitario Ortega-Marañón. Pós-graduação em Gestão Pública pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e em Gestão eletrônica de documentos pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). marcos.assis@iphan.gov.br

61 Mestranda em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Centro Lucio Costa (CLC) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Antropóloga pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). amanda.poca@iphan.gov.br./ amanda.poca@gmail.com

62 Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, pelo CESMAC. karinedeoliveiramoura@gmail.com

participação social, exigindo articulação com processos de mediação, acessibilidade, Educação Patrimonial e apropriação social. Conclui-se que ampliar a função social da documentação implica considerar não apenas o que é documentado e preservado, mas também por quem, para quem, como e para quais finalidades os conhecimentos sobre o patrimônio são produzidos, organizados e disponibilizados.

Palavras-chave: documentação; patrimônio cultural; participação social; direitos culturais; informação.

Abstract: *This article discusses the role of documentation in cultural heritage policies and its relations with information, memory, mediation, social participation, and cultural rights. Based on qualitative, exploratory, and descriptive research conducted through bibliographic and documentary research, the study brings together contributions from Information Science, Archival Studies, critical heritage studies, and Communication with institutional documents and experiences of the National Institute of Historic and Artistic Heritage (Iphan). It examines how libraries, archives, inventories, databases, digital platforms, and observatories can constitute a public knowledge infrastructure for cultural heritage, extending beyond strictly technical functions of recording, organizing, and preserving information. The article argues that making information available, although necessary, does not by itself ensure social participation, requiring articulation with processes of mediation, accessibility, Heritage Education, and social appropriation. It concludes that expanding the social role of documentation requires considering not only what is documented and preserved, but also by whom, for whom, how, and for what purposes knowledge about cultural heritage is produced, organized, and made available.*

Keywords: *documentation; cultural heritage; social participation; cultural rights; information.*

11.1 INTRODUÇÃO

A compreensão do patrimônio cultural tem sido ampliada para além da identificação e proteção de bens materiais considerados representativos da memória e da identidade de determinados grupos e sociedades. Ao lado de edificações, monumentos e objetos, as políticas de preservação passaram a incorporar práticas, saberes, celebrações, modos de fazer e diferentes formas de expressão e memória. Esse deslocamento amplia a atenção para os processos sociais por meio dos quais diferentes sujeitos reconhecem, interpretam, atribuem significados e conferem valor às referências culturais.

Essa ampliação também repercute sobre as formas de produzir, organizar, preservar e disponibilizar informações relacionadas às referências culturais. É nesse ponto que se situa a documentação, entendida neste trabalho como o conjunto de registros, documentos, dados, imagens, registros audiovisuais, instrumentos de identificação e outras formas de representação produzidas ou reunidas nos processos de conhecimento, preservação, gestão e difusão do patrimônio cultural. Em consonância com Buckland (1991), documentos e outros objetos podem assumir função informativa e constituir formas materializadas de informação capazes de sustentar processos de conhecimento.

A discussão sobre documentação ganha outra dimensão quando articulada à compreensão do patrimônio como processo social. Smith (2006) desloca o entendimento do patrimônio como conjunto de objetos ou lugares dotados de valor intrínseco para compreendê-lo como processo cultural no qual significados, identidades e relações com o passado são produzidos e negociados no presente. Nessa perspectiva, aquilo que é reconhecido como patrimônio e as formas pelas quais é interpretado, representado e transmitido estão relacionados a discursos, práticas e relações sociais.

Se os registros e as informações constituem condições para conhecer e interpretar as referências culturais, sua existência e disponibilização não garantem, por si sós, apropriação social. O acesso depende também da forma como as informações são organizadas, descritas, contextualizadas e mediadas, bem como das possibilidades concretas de diferentes grupos acessá-las, utilizá-las, relacioná-las às suas experiências e produzir novos conhecimentos. Essa questão aproxima a documentação das discussões sobre mediação e circulação de sentidos, especialmente a partir de Martín-Barbero (1997), para quem os processos comunicacionais devem ser compreendidos em relação aos contextos sociais, culturais e cotidianos nos quais diferentes sujeitos produzem sentidos.

Nesse contexto, documentação, acesso à informação, Educação Patrimonial e participação social tornam-se dimensões relacionadas. O Iphan dispõe de bibliotecas, arquivos, inventários, publicações, bases de dados e plataformas digitais que constituem importante infraestrutura de produção, organização, preservação e circulação de conhecimentos sobre o patrimônio brasileiro. Ao mesmo tempo, iniciativas relacionadas à Educação Patrimonial e às Casas do Patrimônio apontam para a necessidade de aproximar esses conhecimentos dos territórios e dos diferentes grupos sociais. A própria Nota Técnica nº 2/2025/SEPS/COGEDU/Dafe registra a compreensão das Casas do Patrimônio como equipamentos estruturantes de participação social, Educação Patrimonial e articulação territorial (Iphan, 2025).

É nesse contexto que se coloca a questão central deste artigo: como ampliar a função social das estruturas e práticas de documentação, de modo que o acesso às informações sobre o patrimônio contribua não apenas para sua preservação e difusão, mas também para processos de conhecimento, interpretação, apropriação e participação social?

O objetivo é refletir sobre o papel da documentação no campo do patrimônio cultural, considerando suas relações com a produção e circulação do conhecimento, o acesso à informação, a memória, a mediação, a Educação Patrimonial, a participação social e os direitos culturais. Para tanto, articulam-se contribuições da Ciência da Informação, da Arquivologia, dos estudos críticos do patrimônio e da Comunicação a documentos e experiências institucionais relacionados às políticas de patrimônio cultural no Brasil, com especial atenção às estruturas e iniciativas do Iphan.

Parte-se da proposição de que as estruturas e práticas de documentação podem constituir componentes da infraestrutura informacional das políticas de patrimônio cultural, na medida em que produzem, organizam, preservam e disponibilizam informações que podem ser mobilizadas por diferentes sujeitos e instituições. Seu potencial público, contudo, não se encerra no registro ou na disponibilização dos acervos, podendo ser ampliado quando articulado a processos de mediação, Educação Patrimonial, apropriação social e participação.

11.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida mediante pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 2008). A abordagem busca compreender as relações entre documentação, informação, memória, mediação, Educação Patrimonial, participação social e direitos culturais a partir de contribuições teóricas e de experiências institucionais desenvolvidas no campo das políticas de patrimônio cultural.

A pesquisa bibliográfica concentrou-se em contribuições da Ciência da Informação, da Arquivologia, dos estudos críticos do patrimônio e da Comunicação, especialmente aquelas relacionadas à dimensão material da informação, às práticas documentais, às relações entre documentos e memória, à dimensão social do patrimônio e aos processos de mediação e produção de sentidos. Entre os principais referenciais encontram-se Buckland (1991), Murguia (2011), Frohmann (2004), McKemmish (2005), Jardim (1995), Ketelaar (2008), Smith (2006) e Martín-Barbero (1997).

A pesquisa documental concentrou-se em documentos normativos, técnicos e institucionais relacionados às políticas públicas de patrimônio cultural e às estruturas de documentação e acesso à informação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Foram considerados materiais relativos às redes de bibliotecas e arquivos, à Biblioteca Digital, ao projeto Memória em Rede, ao Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), ao Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), ao Portal Bem Brasileiro, às ações de Educação Patrimonial, às Casas do Patrimônio e ao Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC). Também foi utilizado o primeiro volume da obra *Vivências da área de documentação do Iphan*, publicado em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), bem como documentos relacionados às políticas de Educação Patrimonial, participação social e Casas do Patrimônio, incluindo a Nota Técnica nº 2/2025/SEPS/COGEDU/Dafe.

A seleção do material considerou sua relação com o problema de pesquisa e sua capacidade de evidenciar diferentes dimensões do percurso da informação no campo patrimonial: produção e organização; preservação e disponibilização; acesso e circulação; mediação e apropriação social; e participação. As experiências institucionais analisadas não são tomadas como representativas do conjunto das ações do Iphan ou das políticas patrimoniais brasileiras, mas como experiências capazes de evidenciar diferentes relações entre documentação, informação, território e sociedade.

A análise assumiu caráter interpretativo, articulando os referenciais teóricos aos documentos e experiências institucionais examinados. Para orientar a discussão, foram adotados quatro eixos analíticos: produção e organização da informação; acesso e circulação do conhecimento; mediação e apropriação social; e participação e direitos culturais. Esses eixos permitiram discutir em que medida estruturas e práticas de documentação podem assumir funções mais amplas quando articuladas à mediação, à Educação Patrimonial, à participação social e à produção compartilhada de conhecimento.

11.3 DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: ENTRE REGISTRO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A compreensão da documentação como parte das políticas de patrimônio cultural exige ultrapassar uma concepção restrita segundo a qual os documentos constituiriam apenas registros destinados à comprovação de ações, à organização administrativa ou à preservação de informações já produzidas. A documentação envolve também processos de produção, seleção, organização, representação, circulação e uso de registros, que interferem nas formas pelas quais determinados conhecimentos se tornam disponíveis, interpretáveis e socialmente utilizáveis.

Uma primeira aproximação pode ser realizada a partir da relação entre informação e documento. Buckland (1991), ao discutir os diferentes sentidos atribuídos ao conceito de informação, propõe a noção de "informação como coisa" para designar objetos e formas materiais que podem assumir função informativa. Nessa perspectiva, documentos, dados e outros objetos podem constituir suportes ou evidências a partir dos quais processos de conhecimento podem acontecer.

Essa concepção permite ampliar a própria ideia de documento. Murguia (2011), ao discutir diferentes perspectivas sobre o documento na Historiografia, na Documentação, na Arquivologia e na Ciência da Informação, mostra como essa noção foi ampliada para diferentes suportes e objetos capazes de registrar, representar ou produzir informação. O documento pode, assim, ser compreendido como informação materializada e como elemento relacionado aos processos de comunicação, acumulação e transmissão de conhecimentos.

No campo do patrimônio cultural, essa ampliação é particularmente pertinente. Fotografias, mapas, plantas, inventários, publicações, registros audiovisuais, processos administrativos, objetos e bases de dados podem assumir funções distintas conforme os contextos em que são produzidos, organizados, preservados e utilizados. Um mesmo registro pode servir à gestão institucional, à pesquisa, à preservação da memória, à Educação Patrimonial ou à produção de novas interpretações sobre uma referência cultural.

A perspectiva de Murguia também permite afastar uma concepção neutra do documento, uma vez que os registros estão relacionados aos contextos históricos e sociais onde são produzidos. Suas formas de classificação, descrição, preservação e disponibilização participam das condições de visibilidade, permanência, recuperação e utilização dos conhecimentos neles registrados. Frohmann (2004) aprofunda essa compreensão ao deslocar a atenção da informação como conteúdo abstrato para as práticas materiais e sociais associadas à produção e circulação dos documentos. Documentar envolve, portanto, operações como registrar, selecionar, classificar, descrever, contextualizar, conservar e disponibilizar, que participam das condições pelas quais determinados conhecimentos podem ser produzidos, acessados e utilizados.

A relação entre documentação e memória acrescenta outra dimensão a esse debate. Na perspectiva do *Records Continuum*, associada aos trabalhos de Sue McKemmish, os processos de produção, captura, organização e disponibilização

dos registros relacionam-se à governança, à responsabilização, à lembrança e ao esquecimento, à construção de identidades e à produção de fontes de informação. O registro não constitui, portanto, um produto encerrado no momento em que é produzido, podendo permanecer em circulação, ser reorganizado, reinterpretado e mobilizado em diferentes contextos.

No contexto brasileiro, Jardim (1995) chama atenção para a dimensão política da avaliação e seleção documental nos arquivos públicos. A constituição dos acervos permanentes depende de escolhas sobre o que será preservado e disponibilizado, de modo que a formação dos arquivos não pode ser reduzida a uma racionalidade exclusivamente técnica, visto que a memória faz parte das transformações políticas e sensíveis da própria instituição.

Ketelaar (2008) amplia essa discussão ao tratar os arquivos como espaços de memória e destacar que os registros podem adquirir novas interpretações a partir das interações entre criadores, usuários e profissionais. Cada interação, investigação e interpretação pode constituir uma nova ativação dos registros, fazendo com que seus significados não estejam definitivamente encerrados no momento de sua produção.

Essa dimensão política torna-se ainda mais evidente quando se considera que nenhum sistema documental consegue registrar e preservar integralmente a multiplicidade das experiências sociais. Toda documentação envolve algum grau de seleção, classificação, contextualização e atribuição de valor. Smith (2006), ao compreender o patrimônio como processo social, demonstra que as formas autorizadas de compreender o passado são atravessadas por discursos profissionais e institucionais que privilegiam determinados conhecimentos, narrativas e formas de atribuição de valor.

A questão deixa, assim, de ser exclusivamente técnica, como preservar adequadamente os documentos? e passa a envolver também questões políticas: quais documentos são produzidos, selecionados, preservados e disponibilizados, segundo quais critérios e para quais sujeitos? Essa preocupação é especialmente relevante para políticas patrimoniais que pretendem reconhecer a diversidade de referências, memórias e experiências existentes na sociedade.

Desse modo, a documentação pode ser compreendida como parte de um processo contínuo de produção, organização, preservação, circulação e reinterpretação de registros, no qual diferentes sujeitos, instituições e comunidades podem ocupar posições distintas. Essa compreensão permite examinar as estruturas por meio das quais o Iphan organiza, preserva e disponibiliza seus acervos e, sobretudo, como essas estruturas podem contribuir para processos mais amplos de produção e circulação de conhecimento sobre o patrimônio cultural.

11.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEDIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: DO ACESSO À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS CULTURAIS

O acesso às informações relacionadas ao patrimônio cultural não produz, por si só, conhecimento, reconhecimento ou participação. Entre a existência dos registros e sua apropriação pelos diferentes sujeitos existem processos de mediação que envolvem linguagem, contextualização, interpretação e construção de sentidos. Bibliotecas, arquivos, inventários e plataformas digitais podem ampliar as possibilidades de acesso, mas sua dimensão social depende também das condições criadas para que diferentes públicos compreendam as informações, relacionem-nas às próprias experiências e produzam novas interpretações.

Essa questão aproxima as estruturas de informação das práticas de Educação Patrimonial. Mais do que uma atividade destinada à transmissão de conhecimentos produzidos pelas instituições, a Educação Patrimonial pode ser compreendida como processo de mediação e aprendizagem por meio do qual sujeitos e grupos estabelecem relações com as referências culturais, reconhecem seus significados, problematizam narrativas e participam da construção dos sentidos atribuídos ao patrimônio. O *Manual de Educação Patrimonial: Inventários Participativos* constitui referência importante para essa perspectiva ao propor a participação das comunidades na identificação e interpretação de suas próprias referências culturais (Florêncio et al., 2016).

Essa compreensão também está presente na trajetória das políticas de Educação Patrimonial do Iphan. A Portaria nº 137/2016 estabeleceu diretrizes para a Educação Patrimonial no âmbito do Instituto e das Casas do Patrimônio, valorizando processos coletivos e dialógicos (Iphan, 2016). Posteriormente, a *Carta do Beijódromo* apresentou recomendações para a retomada da Política de Educação Patrimonial, reforçando sua relação com democracia, diversidade cultural, cidadania e participação social.

A mediação assume, nesse contexto, função estratégica. Não se trata apenas de simplificar conteúdos técnicos para torná-los acessíveis, mas de estabelecer relações entre conhecimentos, linguagens, experiências e perspectivas sobre o patrimônio. Essa concepção aproxima-se da perspectiva das mediações de Martín-Barbero (1997), para quem a produção de sentidos está relacionada aos contextos culturais e sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. Se a documentação participa da produção e circulação do conhecimento, bibliotecas, arquivos, inventários, repositórios e plataformas digitais podem ser compreendidos também como espaços potenciais de mediação cultural. Nesses ambientes, os documentos deixam de funcionar apenas como registros a serem consultados e podem constituir recursos para investigação, diálogo, interpretação e produção de novos conhecimentos.

Essa possibilidade é particularmente relevante para a participação social nas políticas de patrimônio. Participar não significa apenas ser consultado sobre decisões previamente estruturadas pelas instituições, mas também acessar informações, formular interpretações, apresentar conhecimentos, questionar classificações, complementar registros e contribuir para ações de preservação e valorização cultural. A participação pressupõe, portanto, condições informacionais que permitam aos sujeitos conhecer os processos nos quais são chamados a participar.

A discussão aproxima-se, assim, da noção de direitos culturais. A Constituição Federal de 1988 estabelece o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional (Brasil, 1988). Cunha Filho (2020) compreende os direitos culturais como prerrogativas que demandam atuação do Estado e políticas públicas destinadas à sua efetivação. Entretanto, a simples disponibilização de acervos não assegura, por si só, participação ou exercício desses direitos. Barreiras linguísticas, tecnológicas, territoriais, educacionais e culturais podem limitar o acesso e a apropriação das informações, tornando necessárias ações de mediação, formação e acessibilidade.

Essa perspectiva permite problematizar também quem documenta, quem é documentado e quem pode produzir ou contestar os registros. Quando os processos de identificação e documentação são realizados exclusivamente a partir de categorias institucionais, determinados conhecimentos, memórias e formas de interpretação podem permanecer invisibilizados. Quando comunidades e detentores participam da produção, validação e circulação das informações, a documentação pode constituir espaço de diálogo entre diferentes formas de conhecimento, em consonância com a compreensão do patrimônio como processo social apresentada por Smith (2006).

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) constitui exemplo dessa possibilidade ao envolver participação, anuência e protagonismo dos falantes nos processos de documentação. A experiência desloca a comunidade da posição exclusiva de objeto ou fonte de informação para uma posição de participação na produção e validação do conhecimento.

Essa mudança de perspectiva encontra especial possibilidade de aplicação nas Casas do Patrimônio. Desde a *Carta de Nova Olinda*, as Casas são associadas à aproximação entre instituições, comunidades e territórios, à articulação de ações educativas e ao protagonismo dos atores sociais (Iphan, 2009). Essa trajetória encontra continuidade na Nota Técnica nº 2/2025/SEPS/COGEDU/Dafe, que registra a compreensão das Casas do Patrimônio como equipamentos estruturantes de participação social, Educação Patrimonial e articulação territorial (Iphan, 2025).

A articulação entre documentação e Educação Patrimonial permite pensar, portanto, em um movimento não linear e contínuo, no qual diferentes etapas se relacionam e podem produzir novos conhecimentos, registros e formas de participação:

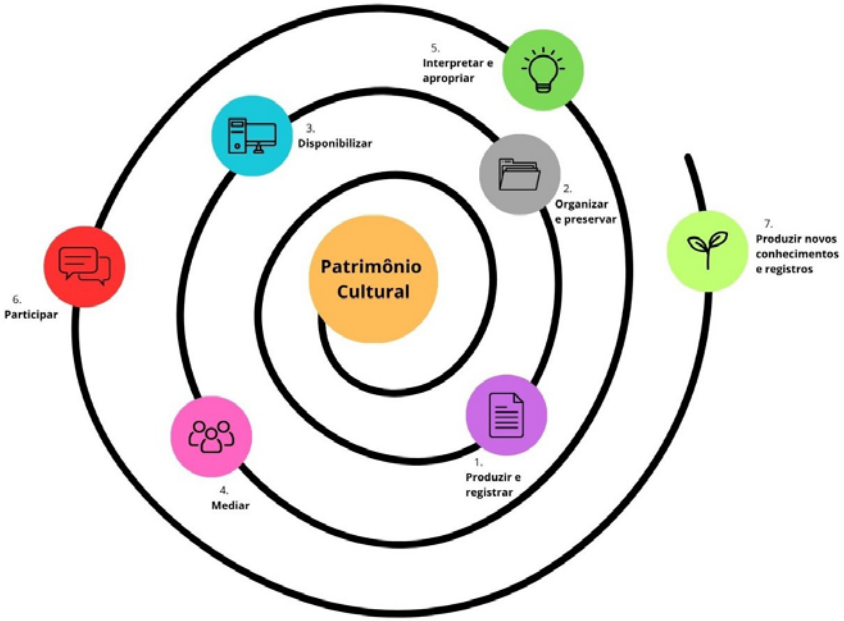


Figura 1: Espiral da documentação, conhecimento e participação social

A representação em espiral expressa o caráter não linear desse processo: cada interação pode gerar novos conhecimentos, registros e interpretações, que retornam ao circuito institucional e social em diferentes contextos. A informação produzida pelas instituições pode ser apropriada pela sociedade, enquanto novos conhecimentos e experiências podem retornar às instituições, modificando, complementando ou questionando registros anteriores.

Essa perspectiva possui implicações para a atuação do Iphan. Se as estruturas documentais forem compreendidas exclusivamente como instrumentos de custódia e apoio técnico, sua função permanecerá concentrada na preservação e na gestão interna da informação. Se consideradas componentes de uma política pública orientada pelo acesso, pela mediação e pela participação, poderão contribuir para ampliar a capacidade dos sujeitos de conhecer, interpretar e intervir nos processos relacionados ao patrimônio cultural.

O desafio, portanto, não consiste apenas em ampliar a quantidade de documentos digitalizados ou o número de plataformas disponíveis, mas em construir condições para que a informação sobre o patrimônio seja efetivamente utilizada como recurso de conhecimento, diálogo e participação. Isso envolve organização documental, preservação, acessibilidade, formação, mediação cultural e mecanismos que permitam a contribuição dos diferentes sujeitos envolvidos com as referências culturais.

Nesse sentido, documentação e Educação Patrimonial não constituem campos separados. A documentação oferece registros e conhecimentos que podem alimentar processos educativos; a Educação Patrimonial cria condições para sua interpretação crítica; e a participação social permite que novos conhecimentos, narrativas e experiências sejam incorporados ao próprio processo de produção da informação. A passagem da documentação à participação social depende, assim, da articulação entre informação, acesso, mediação, Educação Patrimonial e participação.

11.5 DOCUMENTAÇÃO, DIREITOS CULTURAIS E POLÍTICA DE PATRIMÔNIO

A discussão desenvolvida até aqui permite compreender que a documentação relacionada ao patrimônio cultural não se encerra na produção ou preservação de registros. Documentos, acervos, inventários, bases de dados e plataformas digitais integram uma infraestrutura que cria condições para o acesso, a circulação e a apropriação de conhecimentos sobre as referências culturais. Quando articulada à mediação, à Educação Patrimonial e à participação social, essa infraestrutura pode contribuir para a democratização das políticas de patrimônio cultural.

Essa possibilidade encontra fundamento na Constituição Federal de 1988. O art. 215 estabelece que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. O art. 216, por sua vez, define o patrimônio cultural brasileiro a partir das referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e estabelece que sua promoção e proteção devem contar com a colaboração da comunidade (Brasil, 1988).

A formulação constitucional aproxima, assim, três dimensões fundamentais: acesso, patrimônio e participação. O acesso às fontes da cultura constitui dimensão dos direitos culturais, enquanto a colaboração da comunidade na proteção do patrimônio amplia as possibilidades de atuação dos sujeitos nos processos de reconhecimento, interpretação, valorização e transmissão das referências culturais.

Essa relação ganha relevância nas formulações contemporâneas do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC). O documento *Tecendo redes e fortalecendo territórios*, resultado do 1º Fórum Nacional do SNPC, apresenta o patrimônio cultural como construção coletiva e bem comum e destaca princípios como gestão compartilhada, participação social, representatividade, acessibilidade, equidade e democratização do patrimônio cultural (Iphan, 2026).

Essa dimensão também pode ser observada na experiência do Observatório do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, apresentada no primeiro volume de *Vivências da área de documentação do Iphan*. Concebido como solução digital para gestão e disseminação de informações, o Observatório evidencia como a integração de dados produzidos por diferentes agentes, territórios e processos pode apoiar o monitoramento, a tomada de decisão e o acompanhamento das políticas patrimoniais (Pinto et al., 2025).

Experiências como essa permitem compreender bibliotecas, arquivos, inventários, repositórios digitais, plataformas e observatórios como componentes de uma infraestrutura pública de conhecimento sobre o patrimônio cultural. Essa infraestrutura possui uma dimensão institucional, relacionada à identificação, pesquisa, preservação, planejamento e tomada de decisão, e outra pública, relacionada ao acesso à informação, à transparência, à Educação Patrimonial, à mediação cultural, à memória social e à participação.

Nesse contexto, participar da política patrimonial não significa apenas ser consultado sobre decisões previamente formuladas. Envolve também ter condições de acessar informações, produzir conhecimentos, apresentar interpretações, reconhecer referências culturais, acompanhar decisões e contribuir para a avaliação das políticas públicas. A disponibilização da informação, contudo, não garante, por si só, participação. Barreiras sociais, linguísticas, tecnológicas, territoriais, educacionais e culturais podem limitar o acesso e a capacidade de apropriação dos conteúdos. A participação exige, portanto, mediação, contextualização, acessibilidade e relações de confiança entre instituições e sociedade.

Essa questão também envolve relações de poder. Como discutido por Smith (2006), os processos de reconhecimento e valorização do patrimônio são atravessados por discursos e práticas que podem conferir maior visibilidade a determinadas narrativas e marginalizar outras. Democratizar as políticas patrimoniais implica, portanto, ampliar não apenas os canais formais de participação, mas também as possibilidades de diferentes sujeitos produzirem, interpretarem e disputarem os conhecimentos que sustentam essas políticas.

A documentação desempenha papel importante nesse processo porque contribui para a permanência, circulação e visibilidade pública de memórias e conhecimentos. Ao mesmo tempo, documentar envolve escolhas, classificações, descrições e formas de organização que influenciam aquilo que pode

ser localizado, compreendido e utilizado. Democratizar a política patrimonial implica, assim, considerar quem documenta, o que é documentado, como é documentado, onde a informação é disponibilizada e quem pode utilizá-la.

A partir dessa perspectiva, a documentação pode ser compreendida como parte de um processo não linear e contínuo, no qual produção, organização, preservação, disponibilização, mediação, interpretação, apropriação e participação se relacionam e podem gerar novos conhecimentos e registros. A participação social, nesse movimento, não constitui uma etapa final, mas pode atravessar todo o processo, produzindo retornos, novas interpretações e novas demandas para as próprias estruturas de documentação.

A contribuição dessa perspectiva está justamente em deslocar a documentação de uma função predominantemente custodial para uma compreensão de infraestrutura pública de conhecimento. Sua dimensão social depende da capacidade institucional de transformar acervos e informações em recursos acessíveis, contextualizados e mobilizáveis pela sociedade. Isso não substitui os mecanismos formais de participação nem garante, por si só, a democratização das políticas patrimoniais, mas pode criar condições materiais e informacionais para qualificá-las.

Nesse sentido, se o patrimônio cultural é compreendido como construção coletiva, bem comum e dimensão dos direitos culturais, as estruturas responsáveis por registrar, organizar, preservar e disponibilizar conhecimentos sobre ele também precisam ser pensadas em sua dimensão pública e democrática. O ponto de chegada desse processo pode, portanto, constituir simultaneamente um novo ponto de partida: a participação social pode gerar novos conhecimentos, demandas e interpretações capazes de orientar novas ações, aprimorar políticas existentes e alimentar continuamente os processos de documentação e gestão do patrimônio cultural.

11.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida neste artigo buscou compreender como ampliar a função social das estruturas e práticas de documentação, de modo que o acesso às informações sobre o patrimônio contribua não apenas para sua preservação e difusão, mas também para processos de conhecimento, interpretação, apropriação e participação social.

O percurso realizado permite sustentar que a documentação não se encerra no momento em que um registro é produzido, organizado ou preservado. Documentos, acervos, inventários, bases de dados e plataformas participam de processos de produção, circulação, interpretação e ativação do conhecimento. Sua dimensão pública depende, portanto, das condições pelas quais essas informações podem ser encontradas, compreendidas, utilizadas e reinterpretadas.

As experiências analisadas no âmbito do Iphan evidenciam diferentes possibilidades dessa infraestrutura. Redes de bibliotecas e arquivos, bibliotecas digitais, inventários, plataformas de informação e o Observatório do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural articulam, em diferentes níveis, documentação, acesso, gestão, território e sociedade. Essas experiências demonstram que a informação pode ultrapassar a função de suporte às atividades institucionais e constituir recurso para a gestão, a pesquisa, a Educação Patrimonial e a participação social.

Entretanto, a disponibilização de informações não garante, por si só, sua apropriação social. Entre acesso e participação estão processos de mediação, contextualização, acessibilidade, formação e construção de relações entre instituições e sociedade. Nesse sentido, a participação pode ocorrer antes, durante e depois da produção documental, permitindo que comunidades e demais

sujeitos relacionados às referências culturais atuem não apenas como fontes de informação, mas também como produtores, interlocutores, validadores e intérpretes de conhecimentos.

Essa perspectiva encontra respaldo no marco constitucional brasileiro. Ao assegurar o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, bem como a colaboração da comunidade na proteção do patrimônio cultural, a Constituição Federal de 1988 estabelece bases para uma compreensão participativa das políticas patrimoniais (Brasil, 1988).

Não se trata de substituir as funções tradicionais de preservação, custódia, organização e gestão dos documentos, mas de ampliar seu horizonte de atuação. Preservar permanece fundamental, mas pode estar articulado à disponibilização, à mediação, à Educação Patrimonial, à participação social e à produção compartilhada de conhecimento.

Nesse sentido, bibliotecas, arquivos, inventários, plataformas digitais, observatórios e espaços de mediação podem ser compreendidos como componentes de uma infraestrutura pública de conhecimento sobre o patrimônio cultural, com dimensões institucionais e sociais. Sua função não se limita a sustentar a pesquisa, a preservação e a gestão pública, mas também pode criar condições para que diferentes sujeitos conheçam, interpretem, questionem, complementem e participem dos processos relacionados às referências culturais.

A passagem da documentação à participação social, portanto, não decorre simplesmente da digitalização de acervos ou da criação de sistemas de informação. Ela depende da articulação entre informação, acesso, mediação, Educação Patrimonial, participação e direitos culturais. Para o Iphan e para o fortalecimento do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, essa perspectiva aponta possibilidades como a ampliação da acessibilidade e da mediação dos acervos, o fortalecimento de processos participativos de produção

e validação de informações, a interoperabilidade entre sistemas e a criação de estratégias capazes de avaliar não apenas a quantidade de informação disponibilizada, mas também suas possibilidades de uso e apropriação social.

Assim, mais do que perguntar quanto do patrimônio está documentado, torna-se necessário perguntar para quem, por quem, como e para quais finalidades esse conhecimento é produzido, organizado e disponibilizado. É nessa mudança de perspectiva que a documentação pode deixar de ser compreendida apenas como suporte da preservação e passar a ser reconhecida como dimensão da própria política pública de patrimônio: uma infraestrutura capaz de conectar memória, conhecimento, território, participação e direitos culturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 ago. 2026.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. DOI: https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3.

CARMO, Danielle do; PAIVA, Gustavo Cardoso de. Experiências do Projeto Memória em Rede. In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). *Vivências da área de documentação do Iphan*. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. cap. 8, p. 149-170. DOI: https://doi.org/10.22477/9788570132472.cap8.

CARMO, Raphael Bahia do; COLOMBO, Ana Beatriz; TROITIÑO, Sonia. Breve relato sobre a relação do Iphan com os arquivos. In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). *Vivências da área de documentação do Iphan*. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. cap. 1, p. 16-34. DOI: https://doi.org/10.22477/9788570132472.cap1.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Teoria dos direitos culturais: fundamentos e finalidades*. 2. ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

FROHMANN, Bernd. *Deflating information: from science studies to documentation*. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Carta do Beijódromo: recomendações para a retomada da Política de Educação Patrimonial no Iphan*. Brasília, DF: Iphan, 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Carta de Nova Olinda: documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio*. Nova Olinda, CE: Iphan, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Iphan lança plataforma digital do Inventário Nacional da Diversidade Linguística*. Brasília, DF, 22 jun. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Nova plataforma do Iphan promove tudo que é Bem Brasileiro*. Brasília, DF, 8 out. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016*. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, DF: Iphan, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Preservação de acervos*. Brasília, DF, 25 nov. 2020. Atualizado em: 31 maio 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Rede de Arquivos Iphan*. Brasília, DF, 25 nov. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Tecendo redes e fortalecendo territórios: 1º Fórum Nacional do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural*. Brasília, DF: Iphan, 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Articulação, Fomento e Educação. Coordenação-Geral de Educação, Formação e Participação Social. *Nota Técnica nº 2/2025/SEPS/COGEDU/Dafe: devolutiva sobre o desenvolvimento do Programa Casas do Patrimônio (etapa 1)*. Brasília, DF: Iphan, 19 dez. 2025.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995.

KETELAAR, Eric. Archives as spaces of memory. *Journal of the Society of Archivists*, v. 29, n. 1, p. 9-27, 2008. DOI: https://doi.org/10.1080/00379810802499678.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

McKEMMISH, Sue. Traces: document, record, archive, archives. In: McKEMMISH, Sue; PIGGOTT, Michael; REED, Barbara; UPWARD, Frank (ed.). *Archives: recordkeeping in society*. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 1-20.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Percepções e aproximações do documento na historiografia, documentação e ciência da informação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 42-53, jul./dez. 2011.

PEREIRA, Fernando de Jesus; PINTO, Elton Mártires; MAIA, Maria Aniolly Queiroz. A biblioteca digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). *Vivências da área de documentação do Iphan*. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. cap. 7. DOI: https://doi.org/10.22477/9788570132472.cap7.

PINTO, Elton Mártires; PAIVA, Gustavo Cardoso; CARMO, Danielle do; COSTA, Mirele Carolina Souza Ferreira. Observatório do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural. In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). *Vivências da área de documentação do Iphan*. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. cap. 9. DOI: https://doi.org/10.22477/9788570132472.cap9.

SILVEIRA, Lucas Ângelo da; COSTA, Mirele Carolina Souza Ferreira. Software DSpace para bibliotecas digitais. In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). *Vivências da área de documentação do Iphan*. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. cap. 6, p. 83-113. DOI: https://doi.org/10.22477/9788570132472.cap6.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. London: Routledge, 2006.

CAPÍTULO 12

FOLCLORE E A CULTURA POPULAR NO IPHAN: A SINGULARIDADE DA BIBLIOTECA AMADEU AMARAL

Folklore And Popular Culture At Iphan: The Uniqueness Of Amadeu Amaral Library

Ana Patrícia Guimarães[63]
Élida Feitoza Memelli[64]
Juliana Taboada[65]

63 Chefe da Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP. Mestra em Ciência da Informação (Ibict). Bacharel em Biblioteconomia (UFMG).

64 Estagiária na Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP. Graduanda em Biblioteconomia (Unirio).

65 Bibliotecária na Biblioteca Amadeu Amaral/CNFCP. Especialização em Catalogação (Unochapecó). Bacharel em Biblioteconomia (Unirio).

Resumo: Trata da singularidade da Biblioteca Amadeu Amaral (BAA) dentro do escopo das bibliotecas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Demonstra como a trajetória histórica do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular é parte indissociável da essência da BAA e aborda sobre o enfoque do seu acervo na área do patrimônio imaterial. Apresenta a diversa coleção da BAA, explicitando sua formação ainda no contexto da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Busca também esclarecer como a distinção da BAA frente às coleções das demais bibliotecas do Iphan que abarcam o universo de todo patrimônio cultural brasileiro é um fenômeno intrínseco à sua formação, bem como potencializa as diversas frentes dos bens culturais.

Palavras-chave: Biblioteca Amadeu Amaral; Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular; acervo especializado; bibliotecas.

Abstract: *This article examines the unique nature of Biblioteca Amadeu Amaral (BAA) within the network of libraries belonging to the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). It demonstrates how the historical trajectory of the Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular is inextricably linked to the BAA's essence and discusses the library's collection focus on intangible heritage. The article presents BAA's diverse collection, detailing its formation within the context of the Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. It also seeks to clarify how BAA's distinctiveness compared to the collections of other Iphan libraries that cover the full spectrum of Brazilian cultural heritage is a phenomenon intrinsic to its origins and serves to enhance the various facets of cultural assets.*

Keywords: *Biblioteca Amadeu Amaral; Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular; specialized collection; libraries.*

12.1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca Amadeu Amaral (BAA), do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), constitui um acervo dedicado prioritariamente ao folclore, à cultura popular e às manifestações culturais tradicionais. Desde 2003, o CNFCP integra o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o acervo da BAA apresenta uma singularidade em relação às demais bibliotecas da Instituição, que possuem um acervo bibliográfico predominantemente relacionado ao patrimônio material, cuja temática principal abarca os patrimônios: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas, ou seja, podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, [201-?]).

Assim, as bibliotecas do Iphan são consideradas especializadas na área do patrimônio cultural brasileiro, no entanto, a BAA distingue-se por não tratar todos os tipos de patrimônio, mas sim dedicar-se a uma área específica: o patrimônio imaterial. Ressalta-se que o CNFCP integrou outras instituições antes do Iphan e, por isso, possui uma trajetória própria para além do Instituto.

Almeja-se com este trabalho retratar brevemente as bibliotecas do Iphan e seus acervos e, de forma mais aprofundada, contextualizar a BAA neste cenário, explicitando as semelhanças e diferenças para com elas. Também será apresentada um pouco da história do CNFCP, parte indissociável da existência da BAA.

12.2 A DIVERSIDADE DOS ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS DO IPHAN

A Rede de Bibliotecas do Iphan possui atualmente 20 bibliotecas distribuídas pelo território brasileiro que, de forma integrada, reúnem um acervo de temáticas relacionadas ao patrimônio e às áreas de atuação da instituição, a saber: arquitetura, urbanismo, patrimônio edificado, conservação e restauração, arqueologia, história, documentação, legislação patrimonial, paisagem cultural, patrimônio imaterial, entre outras afins.

Dentro desse universo, a BAA destaca-se pela singularidade do seu acervo especializado em folclore, cultura popular e às manifestações culturais tradicionais, que abarcam as áreas de conhecimento como ciências sociais e humanas, principalmente antropologia, sociologia, museologia, arquivologia, literatura, história, comunicação social, letras e etnomusicologia. Essa especificidade temática do acervo confere à BAA um lugar singular na política de preservação e difusão do patrimônio cultural imaterial dentro do Iphan.

Seu acervo contém cerca de 35 mil documentos bibliográficos (livros, periódicos, dissertações e teses, catálogos expositivos e outras publicações do CNFCP e do Iphan) e é também composto por coleções especiais como obras raras, uma coleção de folhetos de cordel com mais de 11 mil exemplares e a hemeroteca digital, além de outras publicações digitalizadas, como a Revista Brasileira de Folclore. A BAA possui um dos maiores acervos públicos no campo de estudos do folclore e da cultura popular do Brasil e da América Latina, sendo uma pioneira nesta área no Rio de Janeiro.

Sua especificidade temática reflete a própria trajetória institucional do CNFCP, que será detalhada na sequência. Ao longo dos anos, foram incorporados ao acervo documentos audiovisuais, folhetos de cordel, recortes de jornais e obras raras, editadas no Brasil e no exterior, além de produções contemporâneas

de editoras alternativas. Ainda, pesquisas de cunho etnográfico que concorreram ao Prêmio Sílvio Romero,[66] e as coleções Renato Almeida e Manuel Diégues Júnior, estudiosos de renome no campo da cultura popular, o que conferiu à BAA o título de uma das maiores bibliotecas da América Latina nesse campo.

No que se refere às demais bibliotecas do Iphan, devem "oferecer cobertura temática voltada à teoria, mapeamento, registro, preservação, inventário, tombamento e demais aspectos relacionados aos bens culturais" (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), 2024) com enfoque na cobertura temática de todas as áreas correlacionadas com o patrimônio cultural.

Concomitantemente, o desenvolvimento de coleções na BAA é tratado de forma singular, objetivando cumprir suas competências regimentais, a saber:

> I - planejar, coordenar, supervisionar e executar ações de conservação, preservação e segurança relacionadas ao patrimônio bibliográfico do CNFCP;
>
> II - propor e implementar política de desenvolvimento de coleções, definindo critérios para seleção e aquisição de material bibliográfico, visando ampliação e qualificação do acervo; [...]

66 O Concurso Sílvio Romero de Monografias sobre Folclore e Cultura Popular foi criado em 1959 e tem por objetivo fomentar a pesquisa voltada à cultura popular, estimulando a diversidade e a atualização da produção de conhecimento sobre esse campo de estudo no país. A premiação reflete as mudanças teóricas e metodológicas no campo dos estudos das culturas populares e acompanha a institucionalização dessas pesquisas nas universidades, especialmente nas áreas de antropologia, história, literatura e etnomusicologia.

> VII - planejar, coordenar, supervisionar e executar projetos para incorporação de documentos bibliográficos, públicos e privados do campo de estudos do folclore, da cultura popular e do patrimônio cultural imaterial;
>
> VIII - planejar, coordenar, supervisionar e executar a avaliação do acervo bibliográfico considerando a missão institucional, condições de conservação do acervo e demandas dos usuários a fim de instrumentalizar desbastamento e descarte;
>
> IX - planejar, coordenar, supervisionar e executar estudos referenciados nos acervos bibliográficos do CNFCP;
>
> X - planejar, coordenar, supervisionar e executar análises e estudos técnicos sobre a utilização dos acervos bibliográficos do CNFCP e de seus usuários para mapeamento e otimização de demandas e necessidades de usos; [...] (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), 2023).

Compreende-se, então, que a BAA terá um enfoque e um alcance distinto das demais bibliotecas do Iphan, potencializando a área do patrimônio imaterial, enquanto suas coirmãs terão seus acervos dedicados a todo o "patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial" (Brasil, 1988).

12.3 A TRAJETÓRIA DO CNFCP E DA BAA

Para compreender o perfil do acervo da BAA no contexto atual do Iphan, é fundamental reconstituir, historicamente, o percurso do CNFCP. A especificidade documentária da biblioteca é um reflexo direto da origem e das sucessivas

transformações institucionais do órgão ao qual está vinculada, cuja missão histórica sempre esteve voltada para a salvaguarda e o estudo dos saberes e fazeres tradicionais, ou seja, destas manifestações culturais brasileiras.

As bases dessa trajetória foram estabelecidas em 1958, com a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), um órgão permanente vinculado ao então Ministério da Educação e Cultura (MEC). Naquele período, firmou-se um movimento intelectual voltado para a pesquisa, o mapeamento e a documentação das expressões populares no Brasil (Vilhena, 1997). A CDFB assumiu o papel pioneiro de estruturar um espaço institucional que centralizasse a documentação gerada e reunida por folcloristas e pesquisadores em todo o território nacional.

Foi nesse cenário de necessidade de preservação documental que a biblioteca começou a ser desenhada. Ainda em abril de 1959, pesquisadores e funcionários da CDFB, com destaque para a atuação de Vicente Salles e Edison Carneiro, figuras centrais na consolidação dos estudos folclóricos no país, propuseram a criação de uma biblioteca especializada. Inaugurada oficialmente em 1961, a BAA nasce como uma ferramenta indispensável de apoio à pesquisa, contando inicialmente com pouco mais de mil documentos, entre livros, folhetos e periódicos, adquiridos por meio de compras e doações essenciais para a época (A Campanha [...], 1961).

À medida que a instituição se consolidava como referência, seus acervos cresciam na mesma proporção e importância. Ao longo das décadas, a biblioteca incorporou materiais de valor inestimável, ampliando sua tipologia documental, como a aquisição de folhetos de cordel e obras raras editadas desde o século XIX.

As transformações institucionais acompanharam as mudanças nas políticas culturais do país. Em 1976, a Campanha foi absorvida pela Fundação Nacional de Artes (Funarte), passando a atuar sob a denominação de Instituto Nacional do Folclore (INF). Mesmo diante de reestruturações administrativas, a missão central de documentar e pesquisar a cultura popular manteve-se intacta, o que garantiu a continuidade do desenvolvimento do acervo da BAA.

O grande marco contemporâneo ocorreu em 2003, quando, já sob a denominação de Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, a Instituição tornou-se uma unidade especial do Iphan, vinculada diretamente ao Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI). Essa incorporação respondeu à necessidade de alinhar o acervo, a pesquisa e a expertise do Centro às novas políticas públicas de salvaguarda do patrimônio imaterial, impulsionadas pelo Decreto nº 3.551/2000 (Brasil, 2000). O Iphan, historicamente reconhecido por sua atuação na preservação do patrimônio material, com ênfase em arquitetura, urbanismo e arqueologia (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, [201-?]), encontrou no CNFCP a base estrutural e metodológica necessária para abraçar os saberes, celebrações e formas de expressão tradicionais.

As consequências dessa incorporação para a BAA foram profundas. A biblioteca passou a integrar a Rede de Bibliotecas do Iphan, trazendo consigo um acervo riquíssimo e tematicamente distinto das demais unidades da rede.

Pode-se, então, constatar que a singularidade temática da BAA antecede sua vinculação ao Iphan e está diretamente relacionada à própria razão de existência e à trajetória histórica do CNFCP.

12.4 ACERVO DA BAA

A construção do acervo da BAA reflete materialmente o avanço dos estudos sobre a cultura brasileira e o esforço contínuo de preservação de suas fontes documentais. Sua nomeação foi uma justa homenagem ao poeta e folclorista Amadeu Amaral, um dos precursores e maiores incentivadores da sistematização da pesquisa no campo do folclore. Desde a sua gênese, em 1961, a Biblioteca constituiu-se como um grande apoio às pesquisas e ações de salvaguarda. Em seus primeiros anos, o acervo reunia sob o mesmo teto tanto a documentação bibliográfica quanto a arquivística do CNFCP. Essa configuração inicial perdurou por décadas, até a reestruturação administrativa que redefiniu o seu escopo de atuação: com a atualização do Regimento Interno do Iphan em dezembro de 2023, a Biblioteca e o Arquivo passaram a operar como divisões independentes (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), 2023). Desde então, coube à BAA o gerenciamento exclusivo do acervo bibliográfico da instituição, de forma que os materiais audiovisuais, sonoros, fotográficos, manuscritos, entre outros, ficaram sob a gestão da nova Divisão de Arquivo.

Para garantir a excelência e o crescimento qualificado de sua coleção, o tratamento documental passou por modernizações constantes. Atualmente, a Política de desenvolvimento de coleções da BAA é guiada pela Portaria CNFCP/Iphan nº 82, de 14 de janeiro de 2026, que estabelece diretrizes e critérios claros para a seleção de itens e o recebimento de doações, garantindo a pertinência temática do material resguardado. O acervo da Biblioteca reflete hoje uma capilaridade extraordinária. Dados referentes ao primeiro semestre de 2025 apontam uma coleção robusta, composta por aproximadamente 11.300 exemplares de livros, 4.700 folhetos, 343 títulos de periódicos catalogados e uma expressiva base digital de recortes de jornais, somando 50.623 páginas disponibilizadas virtualmente.

Grande parte da riqueza documental que compõe esses números é fruto de incorporações históricas de extremo valor. Soma-se a isso a salvaguarda de pesquisas originais de cunho etnográfico que concorreram historicamente ao Prêmio Sílvio Romero, tornando a BAA o repositório definitivo dessa produção intelectual. O caráter singular da Biblioteca é ainda acentuado por sua coleção de obras raras, que preserva títulos editados no Brasil e no exterior desde o século XIX. Essa coleção engloba preciosidades sobre o romanceiro e o cancioneiro medievais, modinhas brasileiras e relatos de viajantes, estabelecendo um rico diálogo temporal com as produções contemporâneas de editoras alternativas que também compõem as estantes.

Nesse universo de especialização temática, destaca-se de forma muito expressiva a Cordelteca. Essa coleção especial foi criada para salvaguardar e disponibilizar para pesquisa a literatura de cordel nacional, manifestação reconhecida como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Iphan desde 2018. A coleção abrange desde obras de autores clássicos e pioneiros, até cordelistas da atualidade. Acompanhando as demandas contemporâneas de acesso à informação, a maior parte dos cordéis já se encontra disponível digitalmente para consulta.

Ademais, o acervo da BAA dispõe de um conjunto de publicações de importância histórica e cultural de grande relevância. Como alguns exemplos, podemos citar:

- *O dialeto caipira: gramática, vocabulário* - publicação de 1920 de Amadeu Amaral, primeiro estudo dialetológico do Brasil, considerada obra rara na BAA;
- *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)* - 2 volumes com a tese de Doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro apresentada por Luis Rodolfo Vilhena e ganhadora do 1º lugar no Prêmio Sílvio Romero em 1995;

- *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Folclore* - publicação dos anais do Congresso realizado em 1951, que publiciza pela primeira vez a *Carta do folclore brasileiro*;
- *Folclore do Brasil: pesquisa e notas* - publicação de 1967 considerada obra fundamental do folclorista, historiador e antropólogo Luís da Câmara Cascudo;
- *História de Juvenal e o dragão* - folheto de cordel de Leandro Gomes de Barros, considerado o rei dos poetas populares do seu tempo (Fundação Casa de Rui Barbosa, [2004]); exemplo de um cordel de tantos outros deste autor na coleção.

Com este panorama é possível compreender de forma mais nítida a singularidade da BAA em contraste com as demais bibliotecas do Iphan. Estas características que a tornam única dentro do contexto das suas coirmãs definem novos espectros para o tratamento documental no Iphan, a partir da compreensão de que as bibliotecas podem especializar-se em determinada área do patrimônio e dedicar mais atenção àquelas que tenham maior significância para os seus usuários.

12.5 O QUE EFETIVAMENTE ENCONTRAMOS NA BAA E O QUE A BAA NÃO COLECIONA: A AUSÊNCIA COMO ELEMENTO CARACTERIZADOR

Tabela 1 - Ocorrência de termos associados ao patrimônio material

Termo de Busca	Registros da Rede Iphan	Registros da BAA
Arqueologia	1871	67
Arquitetura	+ 6.500	59
Bens tombados	145	0
Engenharia	555	0
Paisagem cultural	96	0
Patrimônio edificado	42	0
Patrimônio material	53	0
Urbanismo	1815	13

Fonte: Elaboração própria

A partir desse resultado, fica evidente que os temas pesquisados não compõem o núcleo documental da BAA, diferentemente do que ocorre nas demais bibliotecas da autarquia. É significativo que 5 dos termos pesquisados, que contam com inúmeras ocorrências na Rede, possuem ausência total (zero registros) na Amadeu Amaral.

É analiticamente rico observar, também, a natureza das raras ocorrências em que a terminologia do patrimônio material aparece na BAA. Os parcos registros referem-se a abordagens interseccionais, como o capítulo sobre "Identidade cultural e arqueologia", a publicação "A habitação indígena na guiné portuguesa" ou a obra "Arte pública: diálogo com as comunidades". Ou seja, mesmo quando "arqueologia", "arquitetura" ou "urbanismo" adentram o acervo da BAA, eles o fazem sob uma lente antropológica, estando mais atrelados a estudos etnográficos.

Numa segunda etapa metodológica, a lógica da pesquisa foi direcionada para a especificidade da unidade. Foram extraídos novos termos, desta vez fundamentados na própria Política de Desenvolvimento de Coleções da BAA (Portaria CNFCP/Iphan nº 82/2026 de 14 de janeiro de 2026). Os assuntos selecionados, antropologia, antropologia cultural, artesanato, cerâmica, cultura popular, folclore, literatura popular e etnografia, refletem a missão de salvaguarda do CNFCP. Aplicando o mesmo método de busca no Pergamum, o cenário se modifica:

Tabela 2 - Ocorrência de termos associados ao patrimônio imaterial e folclore

Termo de Busca	Registros na Rede Iphan	Registros na BAA
Antropologia	528	134
Antropologia cultural	391	313
Artesanato	731	113
Cerâmica	736	283
Cultura popular	1429	599
Folclore	1461	377
Literatura popular	163	144
Etnografia	199	101

Fonte: Elaboração própria

Diferentemente da primeira busca, constata-se que esses assuntos são altamente representativos no acervo da BAA. Em campos cruciais como "Antropologia cultural", "Cultura popular", "Etnografia" e "Literatura popular", a biblioteca concentra uma parcela esmagadora de toda a produção bibliográfica disponível no sistema do Iphan.

Os resultados nos mostram que a especialização de uma biblioteca pode e deve ser percebida tanto pela concentração temática massiva de seus documentos identitários quanto pela ausência relativa de determinados campos que caracterizam outras coleções dentro da mesma instituição.

12.6 CONCLUSÃO

A incorporação do CNFCP ao Iphan inseriu essa experiência ímpar em uma instituição mais ampla de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Nesse contexto, o acervo da BAA representa uma parcela da memória bibliográfica produzida em torno do folclore e da cultura popular, constituindo uma coleção absolutamente singular dentro do conjunto institucional.

O que torna a BAA única é a natureza e a profundidade do universo documental que ela resguarda. Ao salvaguardar uma coleção monumental de literatura de cordel, pesquisas etnográficas pioneiras, obras raras e os acervos particulares de estudiosos fundamentais para a área, a biblioteca materializa a diversidade dos saberes, fazeres e formas de expressão do povo. Ela atua como a guardiã oficial da documentação sobre a tradição oral, as festividades, os ofícios tradicionais, a religiosidade e todas as manifestações culturais que dão contorno ao patrimônio imaterial do país.

Portanto, a grande força da BAA reside em sua capacidade de preservar a própria identidade cultural nacional. Dar visibilidade a esse acervo é um compromisso ativo com a memória coletiva. A BAA reafirma-se, assim, como um espaço vivo e indispensável para garantir que as referências e as manifestações populares continuem sendo salvaguardadas, pesquisadas, compreendidas e celebradas pelas presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

A CAMPANHA de Defesa do Folclore Brasileiro inaugura uma biblioteca especializada. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 87-88, set./dez. 1961. Disponível em: http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/acervofolclore/100836. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: [*s.n.*], 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 12 ago. 2026.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Poetas e cantadores**: poetas 1a geração: Leandro Gomes de Barros: biografia. [Rio de Janeiro: FCRB, 2004]. Disponível em: https://cordel.casaruibarbosa.gov.br/leandro_biografia.html. Acesso em: 25 ago. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Patrimônio material**. [*S.l.*]: Iphan, [201-?]. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-material. Acesso em: 12 ago. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Portaria nº Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 263, p. 31, 13 dez. 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-iphan-n-141-de12-de-dezembro-de-2023-530280810. Acesso em: 17 nov. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Relatório técnico referente às ações do grupo de trabalho desenvolvimento de coleções das bibliotecas do Iphan**. Brasília: Iphan, 2024. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/relatorio_tecnico_gt_desenvolvimento_colecoes.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Fundação Nacional de Arte, 1997.

CAPÍTULO 13

DA DISPERSÃO À INTEGRAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ACESSO AOS ACERVOS DO IPHAN NA BAHIA

From Dispersion to Integration: An Experience in the Organization, Preservation, and Access to Iphan Collections in Bahia

Ana Teresa Góis Soares[67]

Resumo: Este relato apresenta a experiência de reorganização e dinamização da biblioteca da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na Bahia, desenvolvida entre 2013 e 2019, e seus

67 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Técnica em Museologia Iphan-Ba, anateresa.gois@iphan.gov.br

desdobramentos para a recuperação de outros acervos institucionais. A experiência contribuiu para recolocar a área de pesquisa no campo de atenção institucional e evidenciou a necessidade de uma abordagem integrada dos acervos. Como desdobramentos desse percurso, a recomposição dos quadros especializados e a cooperação estabelecida com a Universidade Federal da Bahia ampliaram a capacidade institucional de tratamento dos acervos e apontaram para a necessidade de políticas integradas de gestão, preservação e acesso.

Palavras-chave: Iphan; acervos institucionais; biblioteca especializada; patrimônio documental; gestão da informação.

***Abstract*:** *This report presents the experience of reorganizing and revitalizing the library of the Bahia Superintendence of the National Institute of Historic and Artistic Heritage (Iphan), developed between 2013 and 2019, and its subsequent developments toward the recovery of other institutional collections. The experience helped restore the research area to the institution's field of attention and highlighted the need for an integrated approach to its collections. As subsequent developments, the recomposition of specialized staff and the cooperation established with the Federal University of Bahia expanded the institutional capacity to process and manage the collections, pointing to the need for integrated policies for collection management, preservation, and access.*

Keywords: *Iphan; institutional collections; information heritage; specialized library; collection management.*

13.1 INTRODUÇÃO — OS ACERVOS DO IPHAN COMO PATRIMÔNIO INFORMACIONAL

Ao longo de sua trajetória, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) consolidou-se socialmente como uma instituição cuja atuação está diretamente associada à identificação, documentação, preservação e transmissão da memória sobre os bens culturais brasileiros. Se esses bens constituem o objeto central de sua atuação, os documentos produzidos e acumulados no exercício dessa atividade também integram uma dimensão fundamental desse patrimônio. Processos de tombamento e registro, estudos históricos, inventários, relatórios, pareceres, projetos, plantas, fotografias, publicações, objetos de arte, registros de intervenções, planos de salvaguarda e demais documentos reunidos ao longo de quase nove décadas constituem uma extensa trama de informações sobre os bens culturais e sobre as próprias práticas institucionais de preservação.[68]

Na Superintendência do Iphan na Bahia, essa trama informacional encontra-se distribuída por diferentes conjuntos documentais — biblioteca, arquivos técnicos, mapoteca, fototeca, reserva técnica e acervos relacionados às áreas especializadas. Esses conjuntos não funcionam, entretanto, como compartimentos isolados. Uma pesquisa sobre determinado bem cultural pode exigir a consulta simultânea a fontes diversas. A informação sobre o patrimônio, portanto, encontra-se frequentemente distribuída entre diferentes suportes e lugares de guarda.

---

68 O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, passou por diferentes estruturas e nomenclaturas (DPHAN, SPHAN-FNPM, IBPC), consolidando-se hoje como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), cuja estrutura regimental está definida pelo Decreto nº 11.807, de 28 de novembro de 2023.

A experiência aqui relatada parte desse entendimento. O recorte principal concentra-se na reorganização e dinamização da Biblioteca da Superintendência do Iphan na Bahia entre os anos de 2013 e 2019, período em que uma ação inicialmente circunstancial de acompanhamento do acervo transformou-se progressivamente em uma experiência de organização, acesso e valorização da informação institucional.

O trabalho foi desenvolvido em um contexto marcado por aposentadorias, redução das equipes, mudanças administrativas e descontinuidade de procedimentos. Como observa Pereira Filho (2022, p. 304), os acervos hoje preservados podem ser compreendidos como "sobreviventes de situações-limites" enfrentadas no cotidiano das instituições, o que reforça a necessidade de seu reconhecimento e fortalecimento.

Mais do que apresentar um modelo acabado, o objetivo deste relato é registrar uma experiência situada: como, diante de recursos limitados e de uma estrutura profissional reduzida, a reorganização de uma biblioteca especializada contribuiu para ampliar seu uso, recuperar vínculos documentais, estimular a circulação de informações e, progressivamente, revelar outros acervos que permaneciam dispersos na instituição.

13.2 A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA: O PONTO DE PARTIDA NA BIBLIOTECA

Em 2013, no contexto do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan,[69] surgiu a necessidade de consulta sistemática à biblioteca da Superintendência na Bahia. Alguns meses antes, a servidora responsável pelo acervo havia deixado a instituição. A Coordenação Técnica propôs, então, que eu assumisse temporariamente os cuidados com o acervo e seu espaço de guarda, paralelamente às atividades da área de bens culturais móveis e integrados, com acompanhamento da Coordenação da Rede de Bibliotecas do Iphan. A mudança do local de trabalho para a biblioteca permitiu conhecer diretamente suas condições.

Ao ingressar no espaço, verificou-se que um processo de reorganização estava interrompido em decorrência da saída da servidora responsável pelo acervo. A ação havia sido iniciada no contexto de intervenções preventivas, motivadas, entre outros fatores, pela necessidade de reforço estrutural do piso de madeira, comprometido pelo peso das estantes, e pela constatação de infestação por cupins em parte do acervo, o que demandou higienização e tratamentos preventivo e curativo.

Como consequência dessas intervenções, grande parte das estantes encontrava-se vazia ou ocupada por conjuntos de livros embalados. Havia também numerosas publicações empilhadas e sem registro patrimonial, aparentemente

69 O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio, do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP-MP), é desenvolvido pelo Centro Lucio Costa - Iphan (CLC), com colaboração da equipe da Coordenação de Pesquisa e Documentação do Iphan (Copedoc), no Palácio Gustavo Capanema , localizado na cidade do Rio de Janeiro, a partir de parceria com a UFRJ e a UNESCO - na qual configura um centro de formação de categoria 2.

incorporadas mais recentemente, além de móveis e equipamentos danificados, que, ao que tudo indicava, haviam sido depositados no local após a saída da servidora.

A familiaridade prévia com a biblioteca, construída inicialmente como usuária e, posteriormente, como técnica da instituição, permitiu reconhecer aquela configuração como transitória, decorrente das intervenções de preservação em curso, e não como condição ordinária de funcionamento do acervo.

Antes de intervir, era necessário reconstruir a lógica de organização existente, com apoio daqueles que conheciam a formação, o funcionamento e o uso da biblioteca. Buscou-se compreender sua estrutura, os critérios de distribuição dos materiais, as modificações ocorridas ao longo do tempo e as limitações identificadas por aqueles que haviam participado de sua gestão.

O primeiro princípio adotado foi não presumir a necessidade de uma nova distribuição do acervo. Sua história de formação, seus critérios de organização e suas formas de utilização, construídos ao longo de décadas, não poderiam ser desconsiderados em favor de parâmetros exclusivamente atuais. Foram consultadas a antiga responsável pelo acervo, a bibliotecária da Rede de Bibliotecas do Iphan, em Brasília, a Coordenação Técnica da Superintendência e servidores que utilizavam regularmente a biblioteca e conheciam sua organização, orientando a recondução do acervo ao mobiliário após a retirada dos pacotes.

A antiga responsável relatou que a biblioteca possuía uma organização por assuntos, construída gradualmente. O crescimento do acervo, entretanto, havia produzido limitações físicas e organizacionais, como o esgotamento do espaço destinado a determinados temas e a criação de novas seções para um mesmo assunto em diferentes pontos da biblioteca. Algumas áreas passaram, assim, a ocupar locais distintos, dificultando a percepção de sua unidade temática e a localização integrada dos materiais.

Durante a interlocução, identificou-se também uma demanda recorrente de técnicos e gestores: localizar rapidamente as publicações editadas pelo Iphan, aquelas produzidas em parceria com o Instituto e suas diferentes séries institucionais. Parte dessas obras, porém, encontrava-se distribuída entre os demais assuntos, fazendo com que algumas séries deixassem de ser percebidas como conjuntos editoriais e que muitos servidores desconhecessem coleções completas produzidas pelo próprio Instituto.

A partir dessas consultas, foi proposta à Coordenação Técnica e discutida com a Rede de Bibliotecas do Iphan uma estratégia orientada por três princípios: preservação da lógica existente, mantendo, sempre que possível, a estrutura temática construída historicamente; reorganização espacial, reposicionando conjuntos fragmentados pelo crescimento do acervo, restabelecendo sua continuidade e prevendo espaços para futuras incorporações; e valorização da produção institucional, mediante a consolidação de uma seção específica para publicações produzidas pelo Iphan e com seu apoio. Também foram preservadas coleções especiais, como a Biblioteca Básica do PEP[70] e as obras raras.

Para o planejamento, foram consideradas ainda informações sobre a existência, em Brasília, de uma coleção específica para publicações do Iphan, conforme o modelo proposto para a Bahia; a previsão de substituição do sistema Arches Lib pelo ChronusWeb; e a possibilidade de manutenção provisória de procedimentos anteriores de registro, como carimbo e numeração sequencial, garantindo a identificação, a segurança e o acesso ao acervo até a implantação do novo sistema.

---

70 Mantida em separado por orientação da Copedoc, considerando que os alunos do Programa recebiam listas bibliográficas específicas e utilizavam essas obras de forma intensiva durante as disciplinas e atividades de pesquisa. A manutenção desse conjunto em espaço próprio facilitava o acesso, a circulação dos exemplares e o atendimento às demandas acadêmicas do PEP.

A experiência evidenciou que a substituição de sistemas informatizados pode prolongar-se além do previsto e comprometer procedimentos essenciais de registro, incorporação, tratamento técnico e disponibilização dos itens. Essas atividades, contudo, são permanentes e não deveriam ser interrompidas por mudanças tecnológicas ou administrativas. Há também uma dimensão temporal: o tempo produz obsolescência informacional. Preservar o suporte sem assegurar sua identificação, recuperação e acesso significa conservar a fonte, mas limitar a circulação da informação potencialmente relevante para pesquisas, decisões técnicas e novas ações de preservação.

Após a reorganização das obras já identificadas, mais de mil títulos acumulados no espaço foram incorporados ao acervo, mediante os procedimentos tradicionais de registro patrimonial e controle por lista. Estabeleceu-se, então, uma rotina de identificação, registro, organização física, divulgação entre o corpo técnico e disponibilização para consulta, buscando evitar novo acúmulo de publicações não incorporadas.

A análise do espaço evidenciou também a necessidade de reservar áreas para o crescimento futuro. Foram retiradas das estantes as duplicatas, que em alguns casos chegavam a seis exemplares, especialmente nas edições mais antigas do Iphan. Conforme orientação da Rede de Bibliotecas, considerou-se suficiente manter, como regra geral, uma ou, no máximo, duas duplicatas além do exemplar disponível no acervo geral, priorizando-se os exemplares em melhores condições. Os demais foram separados para redistribuição a escritórios técnicos, outras unidades do Instituto e instituições parceiras, contribuindo para a circulação dos exemplares excedentes e para a retomada de práticas de cooperação e intercâmbio entre bibliotecas.

A circulação das duplicatas foi articulada à distribuição de novas publicações produzidas pelo Iphan, retomando práticas de aquisição por permuta e fortalecendo relações com instituições de pesquisa, memória e preservação.

Nos exemplares destinados à redistribuição, manteve-se o procedimento de inutilização do registro patrimonial, com a aplicação do carimbo "SEM EFEITO" sobre o número de tombo e demais registros, formalizando sua desvinculação do acervo. Propôs-se também um espaço permanente para doações espontâneas ao público visitante, com exemplares excedentes, folhetos, cartazes e outros materiais de divulgação. A gestão das duplicatas passou, assim, de estratégia de liberação de espaço a instrumento de circulação da informação e fortalecimento de outros acervos.

A reorganização revelou, paralelamente, que parte significativa das obras registradas nos antigos livros de tombo já não integrava o acervo da Superintendência. A comparação entre os registros históricos e as obras encontradas evidenciou lacunas que demandavam recomposição. Foram solicitadas ao Núcleo de Distribuição de Publicações obras antigas ainda disponíveis e novos lançamentos; buscaram-se duplicatas em outras bibliotecas do Instituto, especialmente no Rio de Janeiro e em Brasília; e incorporaram-se publicações obtidas em encontros técnicos e eventos institucionais. Algumas obras adquiridas pela própria servidora para pesquisa, sobretudo relacionadas à trajetória institucional do Iphan, também foram posteriormente doadas à biblioteca.

Um movimento particularmente significativo partiu de servidores e antigos colaboradores, que, ao reconhecerem o trabalho de reorganização, passaram a confiar à biblioteca publicações mantidas em suas coleções pessoais. Muitas, já esgotadas, relacionavam-se à história do Iphan, possibilitando o retorno de exemplares anteriormente dispersos e contribuindo para a recomposição do patrimônio bibliográfico coletivo.

Identificou-se também que a circulação das publicações editadas pelo Instituto entre suas unidades e instituições parceiras ocorria de forma pouco sistemática. Foram solicitadas obras ao Núcleo de Distribuição para compor kits destinados

a escritórios técnicos e outras instituições, ao mesmo tempo em que se reorganizou o espaço de guarda para atender solicitações e disponibilizar publicações durante eventos institucionais.

Em conjunto, essas ações contribuíram para recuperar a organização e a integridade do acervo e para reestruturar e dinamizar a área de pesquisa do Iphan, ampliando seu apoio às atividades técnicas, educativas e de fomento. Essa compreensão aproxima-se da perspectiva de Gomes (2021), para quem a informação pode ser entendida como conhecimento em estado de compartilhamento, realizado nas relações entre pessoas, documentos, instituições e contextos sociais. A perspectiva é particularmente pertinente aos acervos do Iphan, cuja relevância não reside apenas na existência e organização dos suportes, mas também nas relações que estabelecem entre diferentes sujeitos, tempos, lugares e experiências de preservação.

13.2.1 Acondicionamento e organização espacial

Outra dimensão importante da reorganização da biblioteca foi a adaptação do mobiliário existente às características físicas e às necessidades de acondicionamento das diferentes tipologias documentais. Determinados conjuntos demandavam formas diferenciadas de guarda, não apenas em razão de sua fragilidade física, mas também de seu valor histórico, bibliográfico e institucional.

Publicações antigas e obras reconhecidamente raras foram reunidas em armários com portas de vidro, proporcionando maior proteção contra o desgaste decorrente do manuseio cotidiano e reduzindo o risco de extravio. A solução buscou equilibrar preservação e acesso, mantendo os materiais visíveis aos pesquisadores, mas submetidos a condições mais adequadas de guarda.

Documentos de pequeno formato, boletins e fascículos de pouca espessura constituíam outro segmento particularmente vulnerável à perda física e ao desgaste provocado pelo uso cotidiano. A reunião desses materiais em caixas-arquivo identificadas, posicionadas sobre as estantes junto aos respectivos conjuntos temáticos, permitiu preservar a lógica de organização do acervo sem comprometer sua localização e consulta. A solução contribuiu também para ganho de espaço nas estantes, redução de riscos de extravio e de danos mecânicos decorrentes do manuseio.

Durante o processo, a Coordenação Técnica disponibilizou para a biblioteca uma mapoteca metálica anteriormente utilizada para o acondicionamento de cartazes institucionais. A incorporação desse mobiliário permitiu solucionar uma dificuldade recorrente relacionada às publicações de grandes dimensões, incompatíveis com as estantes convencionais. Até então, muitos desses volumes permaneciam apoiados horizontalmente sobre estantes ou outras superfícies, frequentemente expostos ao acúmulo de poeira e, em alguns casos, projetando-se para além da profundidade das prateleiras. Essa condição favorecia deformações, danos mecânicos e dificuldades de manuseio. A utilização da mapoteca possibilitou o acondicionamento horizontal dessas obras em gavetas amplas, proporcionando maior proteção física e facilitando seu manuseio. No interior das gavetas, foi estabelecida uma organização temática identificada, mantendo-se a mesma lógica de classificação adotada para os demais conjuntos do acervo.

Quanto à disposição das dezoito estantes no espaço, foi mantida a configuração anteriormente definida, tanto para evitar novos danos ao assoalho e à sua estrutura de sustentação quanto por se mostrar adequada à apresentação do acervo, ao controle de acesso, à circulação de ar e às condições de iluminação. Paralelamente, foram removidos móveis, equipamentos danificados e outros materiais acumulados no ambiente durante o período em que permaneceu fechado. Para qualificar o espaço destinado à consulta, foram

ainda providenciados, a partir de mobiliário anteriormente mantido sem uso em depósitos, uma escrivaninha, cadeiras e uma mesa de grandes dimensões para pesquisadores e demais usuários.

Nas estantes, manteve-se o critério anteriormente adotado pela biblioteca, segundo o qual as publicações históricas e de maior antiguidade ocupavam as prateleiras superiores, enquanto as obras mais recentes permaneciam nas áreas centrais, com reserva de espaço para o crescimento das coleções. Os periódicos relacionados à temática da seção eram dispostos nas prateleiras inferiores. Essa organização aproximava publicações históricas e estudos contemporâneos, permitindo acompanhar a transformação dos objetos e das abordagens relacionadas à preservação.

Essa organização não respondia apenas a necessidades físicas ou operacionais. A disposição dos materiais favorecia a preservação, a consulta e a compreensão da evolução das políticas de preservação e de suas prioridades ao longo do tempo. A própria organização espacial funcionava, assim, como instrumento de recuperação e mediação da informação, ao estabelecer relações entre coleções, temporalidades e funções institucionais.

13.2.2 Distribuição temática e territorial do acervo

A distribuição do acervo nas estantes e armários manteve uma lógica construída historicamente pela biblioteca, na qual critérios temáticos, cronológicos e territoriais se articulavam para aproximar publicações relacionadas e, simultaneamente, preservar a memória da constituição do campo do patrimônio e da atuação institucional. Mais do que uma classificação exclusivamente bibliográfica, essa organização permitia perceber relações entre produção institucional, campos de conhecimento, objetos patrimoniais, territórios e diferentes momentos das políticas de preservação.

A sequência tinha início com o conjunto denominado "Biblioteca do Iphan", mantida em posição de destaque e próxima à área de consulta, de modo a favorecer o acesso de servidores, pesquisadores e demais usuários. Nesse conjunto estavam reunidas, entre outras, a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Série Monográfica e demais séries institucionais, inclusive as da Copedoc e PEP, obras resultantes de programas como o Monumenta e publicações realizadas em parceria com outras instituições, como as desenvolvidas com o Senado Federal.

Após a produção institucional, a chamada "Biblioteca Geral" avançava para: publicações relacionadas à formação do campo do patrimônio, reunindo obras de referência para a compreensão histórica e conceitual da preservação, tanto no Brasil quanto no exterior; patrimônio mundial; obras relacionadas à conservação e à restauração, abrangendo tanto o patrimônio arquitetônico quanto os bens culturais móveis e integrados, das artes e ofícios, incluindo periódicos; patrimônio edificado, arquitetônico e urbanístico; patrimônio católico; patrimônio azulejar; coleções iconográficas e outros materiais voltados ao registro da paisagem urbana e cultural brasileira; patrimônio da economia açucareira e pecuária; patrimônio náutico; patrimônio da imigração; patrimônio industrial e ferroviário; e periódicos de arquitetura e planejamento, com muitas matérias relacionadas aos bens materiais e imateriais do Brasil.

A partir desse conjunto, a organização assumia predominantemente uma dimensão territorial, reunindo publicações relativas ao patrimônio dos estados e regiões brasileiras. A distribuição, contudo, não correspondia apenas a um critério geográfico: a quantidade de obras e a posição ocupada por determinados estados também permitiam entrever aspectos da trajetória institucional do Iphan que, desde sua criação, além da sede no Rio de Janeiro, então capital do país, estruturou unidades e representações regionais em Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Bahia.

O Rio de Janeiro apresentava o maior conjunto, coerente com sua condição de sede histórica da instituição e com a concentração de instituições e iniciativas relacionadas à preservação e à produção de conhecimento sobre o patrimônio. Ali estavam publicações relacionadas, entre outras instituições, ao Museu Nacional, ao Museu Histórico Nacional, ao Museu Nacional de Belas Artes e ao Arquivo Nacional. As obras da Biblioteca Nacional, por seu caráter raro, foram destacadas em um armário próprio. Ao final desse conjunto, encontravam-se publicações sobre museologia, educação patrimonial, biblioteconomia e arquivologia, áreas relacionadas à documentação, preservação, comunicação e acesso aos acervos.

Na sequência, destacavam-se Minas Gerais e São Paulo, ambos com quantidade expressiva de publicações e espaços reservados para o crescimento das coleções. Os demais estados do Sudeste, seguidos pelos das regiões Centro-Oeste e Sul, ocupavam os espaços subsequentes, em conjuntos proporcionalmente menores.

No Norte e Nordeste, a organização começava por Pernambuco, que apresentava conjunto particularmente expressivo, seguido de Sergipe, cuja quantidade significativa de publicações estava relacionada, em parte, ao período em que o estado esteve sob a gestão da unidade da Bahia. Na sequência, encontravam-se Maranhão, com destaque para São Luís e seu expressivo patrimônio azulejar, Pará, Amazonas e os demais estados das duas regiões.

A Bahia ocupava uma posição particularmente ampla no acervo, distribuindo-se por várias estantes e apresentando maior detalhamento territorial e temático. As obras de referência e de maior antiguidade sobre Salvador ocupavam as posições superiores, seguindo o critério geral adotado para as publicações históricas. A organização prosseguia com as obras relativas

ao patrimônio da cidade, do Centro Histórico à Cidade Baixa, ao Centro Antigo e à Orla Atlântica, aproximando publicações sobre patrimônio militar, oficial, católico e civil, além de museus, terreiros e manifestações culturais.

O mesmo critério se aplicava às obras de referência sobre a Bahia, dispostas nas prateleiras superiores, seguidas das publicações organizadas segundo as diferentes regiões do estado: Região Metropolitana e ilhas, Recôncavo, Chapada Diamantina e Sertão, regiões relacionadas às atividades pesqueira e cacaueira e o Sul da Bahia. Por fim, uma estante reunia periódicos especiais do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do Instituto Genealógico da Bahia e da Academia de Letras da Bahia, além de periódicos universitários mais antigos e dos anais do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Após a organização territorial, o acervo avançava para publicações relativas à história do Brasil e à formação da cultura brasileira. Nas posições superiores encontravam-se obras de autores fundamentais para a compreensão da formação histórica e cultural do país, seguidas de estudos sobre folclore e cultura popular, diferentes manifestações culturais, patrimônio afro-brasileiro, gastronômico, teatro e cinema. Em uma estante específica, reuniam-se publicações sobre patrimônio natural, indígena e arqueológico.

Outros conjuntos abrangiam história geral da arte, história da arte em Portugal e no Brasil, história cultural, história social, história oral, comunicação, direito geral, administrativo e cultural, enciclopédias, dicionários e literatura relacionada ao patrimônio. Embora não correspondessem diretamente a categorias patrimoniais, esses campos constituíam referências para a compreensão dos objetos, processos e contextos envolvidos na preservação.

13.2.3 A relevância da biblioteca especializada do Iphan – BA

A biblioteca da Superintendência do Iphan na Bahia não constitui simplesmente uma extensão local das coleções disponibilizadas pelo Instituto nas bibliotecas centrais do Rio de Janeiro e de Brasília ou, posteriormente, em plataformas digitais. Trata-se de uma biblioteca especializada, construída ao longo de sua trajetória a partir da produção editorial institucional e de publicações relacionadas aos campos de conhecimento que integram sua missão, mas também profundamente vinculada à história do patrimônio cultural da Bahia e de Salvador. Sua organização e suas formas de uso resultaram de práticas construídas ao longo dos anos, algumas das quais haviam perdido continuidade ou visibilidade e foram retomadas no período aqui relatado.

Essa característica confere ao acervo interesse que ultrapassa as demandas administrativas e o fazer técnico, alcançando pesquisadores, estudantes, professores e demais interessados no patrimônio, nas ações de preservação no Brasil e na história e cultura da Bahia. A reorganização buscou, assim, favorecer a retomada do uso efetivo da biblioteca, para que permanecesse reconhecida como espaço ativo de pesquisa e consulta, e não apenas como lugar de guarda. A divulgação do acervo contribuiu para sua reincorporação à rotina da Superintendência e para o retorno de estudantes, pesquisadores, professores e grupos de instituições parceiras, em atividades de pesquisa, educação patrimonial e difusão do conhecimento institucional.

A análise das coleções evidenciou, ainda, que a trajetória das políticas públicas de preservação não pode ser compreendida apenas a partir dos instrumentos legais que instituíram ou regulamentaram diferentes formas de proteção. Pesquisas, relatórios técnicos, registros fotográficos e publicações produzidas, reunidas ou estimuladas pelo próprio Iphan registram processos de construção do conhecimento que, em muitos casos, antecederam a formulação de instrumentos específicos de salvaguarda. Manifestações atualmente

compreendidas no campo do patrimônio cultural imaterial, por exemplo, já eram objeto de estudos e registros em décadas anteriores, revelando processos de produção e circulação de conhecimentos anteriores à consolidação das categorias jurídicas que posteriormente passaram a enquadrá-las.

Nesse contexto, periódicos, revistas, anais e outras publicações seriadas constituem fontes relevantes para a reconstrução da memória institucional e para a compreensão da evolução conceitual do patrimônio cultural brasileiro. Como parte dessa história se encontra dispersa em publicações produzidas pelo Iphan e por outras instituições, a análise do acervo especializado não deve limitar-se à identificação das obras como unidades bibliográficas, mas considerar também seus conteúdos. A indexação analítica de artigos e outros conteúdos internos amplia as possibilidades de recuperação da informação, permitindo localizar estudos sobre monumentos, lugares, manifestações culturais, comunidades e personagens.

Do mesmo modo, a aproximação entre a documentação administrativa dos processos de preservação e a produção bibliográfica resultante das pesquisas que lhes deram origem pode ampliar a compreensão sobre a formação das ações de proteção. Estudos publicados pelo próprio Iphan ou por instituições parceiras constituem parte do conhecimento técnico que fundamentou decisões de preservação, embora muitas vezes permaneçam dissociados dos respectivos processos administrativos. Articular essas dimensões permite, assim, recuperar não apenas os atos que formalizaram a proteção, mas também os conhecimentos, pesquisas e experiências que os antecederam e fundamentaram.

13.3 DA BIBLIOTECA AOS DEMAIS ACERVOS

Ao longo dos seis anos de atuação na biblioteca, a reaproximação progressiva entre o acervo e seus usuários produziu efeitos que ultrapassaram seu espaço e sua função. À medida que servidores acompanhavam e participavam da reorganização, passaram a encaminhar materiais dispersos em arquivos pessoais, escritórios e depósitos improvisados da instituição. Servidores ativos e aposentados entregaram, além de publicações, cópias de documentos, relatórios, correspondências, fotografias, estudos e outros itens relacionados à trajetória do Iphan na Bahia. Sempre que possível, esses materiais receberam tratamento preliminar, com organização, identificação e acondicionamento, mantendo-se provisoriamente sob a guarda da biblioteca. Embora essa solução não substituísse o tratamento adequado, permitia interromper processos de dispersão e contribuir para a preservação e o acesso às informações enquanto se avaliava sua destinação.

A confiança construída em torno da biblioteca tornou-se, assim, também um fator de preservação. Ao reconhecerem o cuidado dedicado aos materiais e seu potencial como fontes de pesquisa, antigos servidores passaram espontaneamente a encaminhar itens que mantinham sob sua guarda. A biblioteca tornou-se, desse modo, ponto de referência para a localização e reunião de fragmentos da memória institucional da Superintendência. Essa experiência permitiu perceber que a reorganização da biblioteca poderia constituir ponto

de partida para uma ação mais ampla de recuperação e recomposição da área de pesquisa, incluindo sua Unidade Mínima de Conservação de Papéis (UMC), desmontada poucos anos após sua instalação.[71]

A aproximação com os demais acervos ocorreu como desdobramento dessas ações. Problemas de dispersão, ausência ou descontinuidade de procedimentos, perda de referências e dificuldades de acesso também se manifestavam, sob diferentes formas, na Mapoteca, na Fototeca e nos arquivos técnicos. Na Mapoteca, a aposentadoria do servidor responsável havia deixado o espaço, por período prolongado, com acesso pouco controlado. A configuração física do ambiente também dificultava o uso do mobiliário existente. O espaço, instalado em uma área reduzida sob uma escada, abrigava uma mapoteca de maiores dimensões e três conjuntos menores, formados por módulos sobrepostos. Dois desses conjuntos estavam posicionados frente a frente, com distância insuficiente para a abertura integral das gavetas. A mapoteca maior encontrava-se ao fundo, voltada para o estreito corredor entre as demais. Além das limitações espaciais, alguns módulos apresentavam pior estado de conservação.

Diante dessas condições, foram retirados os módulos em pior estado, mantendo-se dois dos conjuntos menores e a mapoteca maior. A nova disposição dos móveis resultou em uma configuração em "L", que melhorou a circulação

71 As Unidades Mínimas de Conservação de Papéis (UMC) foram instaladas em algumas Superintendências do Iphan no início dos anos 2000, após um período de visitas de inspeção técnica aos arquivos das unidades descentralizadas, promovidas pela servidora Lígia Guimarães, que, durante muitos anos, esteve à frente das ações do Laboratório de Conservação de Papéis do Iphan, no Rio de Janeiro. A iniciativa integrou um conjunto mais amplo de ações voltadas à preservação dos acervos documentais, articuladas com a Copedoc, que mantinha contato contínuo com as unidades, oferecendo apoio às atividades locais e orientações quanto à padronização dos procedimentos de conservação, à classificação dos acervos e ao controle de acesso.

e permitiu maior acesso às gavetas. Na área frontal à nova configuração foi instalada uma pequena mesa, utilizada como apoio para a abertura e consulta das plantas retiradas das gavetas ou das caixas-arquivo.

A reorganização também considerou as características físicas e os diferentes formatos de acondicionamento das plantas. Parte significativa das plantas produzidas a partir da década de 1980 encontrava-se dobrada, podendo ser acondicionada em caixas-arquivo. Esses documentos foram retirados das gavetas e organizados em caixas identificadas, dispostas sobre as mapotecas, liberando espaço para as plantas mais antigas, mantidas prioritariamente em formato plano ou enrolado, conforme suas características e condições de conservação. Mesmo com essa medida, algumas gavetas permaneceram bastante ocupadas. Como alternativa para ampliar a capacidade de guarda, foi prevista a transferência das plantas relacionadas às edificações do Iphan-Ba, Casa Berquó, Casa 6 e Casa dos Sete Candeeiros, para uma mapoteca existente no Arquivo 1, que se encontrava desocupada.

A reorganização foi acompanhada de medidas simples de proteção e reaproveitamento de materiais disponíveis na própria instituição. Espumas de polietileno provenientes das embalagens de equipamentos de informática, normalmente destinadas ao descarte, foram reaproveitadas como material de apoio e preenchimento nas caixas-arquivo, evitando que os documentos permanecessem soltos ou sujeitos a deslocamentos em espaços parcialmente ocupados. O mesmo procedimento foi adotado com sachês de sílica gel, cuja guarda passou a ser solicitada aos responsáveis pelo descarte de materiais de informática. Essas práticas, baseadas no aproveitamento de materiais disponíveis, constituíram alternativas de baixo custo diante das limitações de recursos para aquisição de materiais específicos de acondicionamento.

A Mapoteca reúne croquis, mapas, plantas baixas, perfis de ruas e desenhos produzidos em diferentes períodos, parte dos quais se relaciona diretamente a processos de tombamento, estudos e dossiês de bens culturais. A demanda por acesso digital às plantas também se tornou um fator de estímulo à digitalização do acervo. Durante a reorganização da Mapoteca, eram frequentes as solicitações de plantas para pesquisas e para subsidiar processos administrativos. Na ausência de equipamentos institucionais específicos, algumas dessas demandas eram atendidas de forma provisória por meio de fotografias realizadas com aparelho celular, buscando-se posicionar as plantas em local iluminado, sem incidência de sombras, e manter o suporte estendido para obter o melhor enquadramento e resolução possíveis. Embora essa solução apresentasse limitações, permitia atender, de forma imediata, solicitações de servidores e pesquisadores e evitar que a indisponibilidade de cópias digitais impedisse o acesso às informações.

Posteriormente, a possibilidade de utilização de saldo remanescente de contrato institucional de serviços de reprografia permitiu ampliar a qualidade e o alcance desse trabalho. Por iniciativa de servidor da área administrativa, foi disponibilizado recurso para a digitalização de parte do acervo da Mapoteca, uma vez que não seria possível contemplar sua totalidade. A seleção dos documentos considerou, portanto, as demandas de uso identificadas durante a reorganização.

Na Fototeca, os desafios envolviam simultaneamente organização, acesso e preservação física. Parte significativa das fotografias coloridas encontrava-se em condições inadequadas de guarda, enquanto o conjunto mais antigo permanecia acondicionado em arquivo deslizante junto à biblioteca. Recomendou-se o tratamento do acervo e sua reunião em espaço único, com novo sistema de busca e posterior digitalização, quando possível.

Os arquivos técnicos revelaram dimensão ainda mais ampla da documentação produzida no cotidiano institucional. Para além dos processos administrativos formalmente constituídos, reuniam documentos relevantes para a memória institucional e para a história do patrimônio cultural da Bahia que não haviam sido incorporados aos procedimentos formais de organização arquivística, entre eles a documentação do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI).

A observação desses diferentes conjuntos revelou, contudo, que sua organização não era determinada apenas por assuntos ou tipologias. A documentação relacionada ao patrimônio cultural da Bahia apresentava, em diferentes suportes, uma dimensão territorial associada à própria forma de atuação do Iphan no estado. Essa lógica podia ser percebida na biblioteca, na Fototeca, na Mapoteca e, de modo particularmente evidente, nos arquivos técnicos, nos quais a documentação relativa ao patrimônio baiano tendia a acompanhar uma sequência que partia de Salvador e de seu entorno imediato, avançava para o Recôncavo e alcançava regiões como a Chapada Diamantina, o Sertão, o Norte, a região cacaueira e pesqueira e o Sul. Essa organização dialogava com a distribuição histórica das atividades de preservação e com a existência de escritórios técnicos em diferentes localidades, que funcionavam como referências territoriais para o acompanhamento dos bens culturais.

Havia, entretanto, uma diferença significativa no Arquivo Técnico 2: especialmente a partir da década de 1990, sua documentação passou a ser organizada predominantemente segundo a numeração dos processos administrativos. Nesse caso, a ordenação estava mais diretamente vinculada ao instrumento formal de tramitação do que à localização territorial ou à natureza do bem. A coexistência dessas diferentes formas de organização demonstra que as camadas documentais da instituição conservaram lógicas próprias, relacionadas aos períodos, às práticas administrativas e às finalidades para as quais os materiais foram produzidos e acumulados.

Essa diversidade constitui informação relevante para a recuperação dos acervos. Conhecer apenas o sistema formal de classificação de determinado conjunto pode não ser suficiente para localizar uma informação; em alguns casos, é necessário compreender a história da instituição, sua distribuição territorial, a formação dos escritórios técnicos e as práticas adotadas pelas equipes responsáveis pela documentação.

13.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS – DA RECUPERAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA À COOPERAÇÃO COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

A experiência relatada teve início a partir de uma demanda aparentemente circunscrita à reorganização da biblioteca da Superintendência do Iphan na Bahia, mas progressivamente revelou a dimensão e a complexidade dos acervos produzidos e acumulados pela instituição ao longo de décadas. A organização da biblioteca, a recuperação de publicações dispersas, a ampliação do acesso e a aproximação com os usuários conduziram à identificação de problemas semelhantes em outros conjuntos, evidenciando que a preservação da memória institucional não poderia ser enfrentada de forma isolada em cada espaço de guarda.

A recuperação da área de pesquisa mostrou que a dimensão dos acervos e as necessidades de tratamento, conservação, organização e acesso ultrapassavam a capacidade de atuação individual. Tornava-se necessária a recomposição dos quadros especializados, especialmente nas áreas de biblioteconomia e arquivologia, mas também a constituição de uma força de trabalho ampliada, por meio da contratação de serviços especializados e da articulação de parcerias capazes de reunir conhecimentos, equipamentos e pessoal qualificado. A experiência com a biblioteca, a UMC, a Fototeca, a Mapoteca e os arquivos técnicos evidenciou, ainda, que iniciativas dessa natureza precisam

estar vinculadas a uma política institucional mais ampla, com planejamento, definição de procedimentos permanentes e coordenação das ações de conservação, organização, recuperação e acesso.

Nesse sentido, torna-se relevante o fortalecimento do Centro de Documentação do Patrimônio como instância capaz de articular as diferentes dimensões relacionadas à documentação produzida e acumulada pelo Iphan. A gestão dos acervos precisa integrar o planejamento estratégico da instituição, em diálogo com as demais áreas responsáveis pelas políticas de patrimônio material e imaterial, conservação, educação patrimonial e outras ações finalísticas. Procedimentos de classificação e recuperação da informação, planos de conservação e controle de acesso, políticas de aquisição e incorporação, estratégias de digitalização e mecanismos de circulação das publicações são algumas das medidas necessárias para assegurar continuidade à gestão dos acervos. Mais do que estabelecer procedimentos isolados para cada tipo de material, trata-se de reconhecer as relações entre biblioteca, arquivos, documentos cartográficos, fotografias e demais conjuntos vinculados às atividades institucionais.

A posterior recomposição dos quadros da Superintendência, com a chegada de servidores para as áreas de arquivo e biblioteca, e a celebração do Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal da Bahia, por meio do Instituto de Ciência da Informação, constituíram respostas concretas a necessidades identificadas ao longo desse percurso. A parceria reuniu professores e estudantes de diferentes áreas e ampliou significativamente a capacidade de trabalho sobre os acervos, permitindo enfrentar, em escala de força-tarefa, problemas que dificilmente poderiam ser solucionados apenas com a estrutura permanente da unidade. A incorporação do acervo bibliográfico ao sistema Pergamum, associada ao tratamento técnico e à documentação dos demais conjuntos, representou uma mudança de escala em relação às ações que haviam sido desenvolvidas de forma individual e pontual, transformando iniciativas localizadas em esforço institucional apoiado por estrutura acadêmica especializada.

Os resultados tornam particularmente significativo o percurso iniciado com a reorganização da biblioteca. Desenvolvido em condições limitadas e paralelamente às atribuições relacionadas às ações técnicas de preservação de bens culturais móveis e integrados, o trabalho ultrapassou a melhoria das condições de guarda e acesso da própria coleção. A recuperação das publicações, a reorganização dos espaços, a aproximação com os usuários e a identificação das relações entre diferentes conjuntos contribuíram para recolocar a área de pesquisa no campo de atenção institucional e evidenciar a necessidade de uma ação coordenada sobre os acervos da Superintendência.

Mais do que solucionar problemas de organização física ou localização, essa trajetória evidenciou relações entre diferentes conjuntos informacionais do Iphan. Livros, fotografias, plantas, processos, relatórios e outros materiais podem assumir funções distintas, mas frequentemente registram aspectos complementares de um mesmo bem cultural, território, política de preservação ou trajetória institucional. Sua separação física não elimina essas relações; ao contrário, exige instrumentos e procedimentos capazes de reconhecê-las e recuperá-las. A preservação, portanto, não se limita à conservação dos suportes, mas envolve conhecer os acervos, compreender sua formação, registrar seus contextos, organizar seus conteúdos, assegurar o acesso e garantir a continuidade das ações necessárias à sua manutenção.

A experiência demonstra, assim, que uma iniciativa desenvolvida no âmbito de uma unidade pode produzir efeitos mais amplos quando encontra condições institucionais para continuidade e expansão. A cooperação com a Universidade Federal da Bahia constitui um dos desdobramentos mais significativos desse processo e evidencia o potencial das parcerias entre instituições de preservação e instituições de ensino e pesquisa para enfrentar desafios que ultrapassam a capacidade de equipes reduzidas.

A salvaguarda dos acervos do próprio Iphan não constitui, portanto, atividade acessória à sua missão institucional. Esses materiais registram conhecimentos, decisões, práticas, pesquisas e experiências que integram a própria história da preservação no Brasil. Cuidar deles significa preservar também as condições para compreender como o patrimônio foi identificado, estudado, protegido e transmitido ao longo do tempo. Como observa Mello (2010), os arquivos permitem recuperar experiências produzidas em iniciativas passadas, contribuindo para o desenvolvimento das atividades presentes, o planejamento de ações futuras e o aprendizado organizacional.

Nesse sentido, a experiência da Superintendência da Bahia evidencia que a recuperação da área de pesquisa não depende apenas da reorganização de espaços ou da disponibilização de profissionais, mas do reconhecimento dos acervos como parte integrante da trajetória institucional. A recomposição dos quadros especializados e a cooperação estabelecida com a Universidade Federal da Bahia demonstram possibilidades concretas de enfrentamento desse desafio, mas também apontam para a necessidade de continuidade, planejamento e articulação institucional. O que se iniciou como uma ação de reorganização de uma biblioteca revelou, assim, a necessidade de uma abordagem integrada dos diferentes acervos do Iphan, capaz de assegurar não apenas sua preservação, mas também sua capacidade de sustentar a pesquisa, a tomada de decisão, o aprendizado institucional e a continuidade das políticas de preservação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.807, de 28 de novembro de 2023. Altera o Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11807.htm. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. Acesso em: 24 ago. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. Informação, estudos e fazeres: travessias assertivas da mediação e suas dimensões como fundamento da Ciência da Informação. Informação & Informação, Londrina, v. 26, n. 4, p. 109-145, out./dez. 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44557. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n4p109. Acesso em: 24 ago. 2026.

MELLO, Ricardo Coutinho. A gestão arquivística em projetos. Trabalho apresentado no Congresso Nacional em Gestão de Projetos, Salvador, BA, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335612384_A_Gestao_Arquivistica_em_Projetos. Acesso em: 24 ago. 2026.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documento e patrimônio entre usos e reflexões. Tempo Social, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 295-313, 2022. DOI: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.201919. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/VFRsZjChBrxwDPgjVZNN4Wc/. Acesso em: 24 ago. 2026.

Este livro foi composto com as famílias das fontes Playfar Display,
disponibilizadas por Adobe Fonts e Open Sans da Google Fonts.

Edições IPHAN